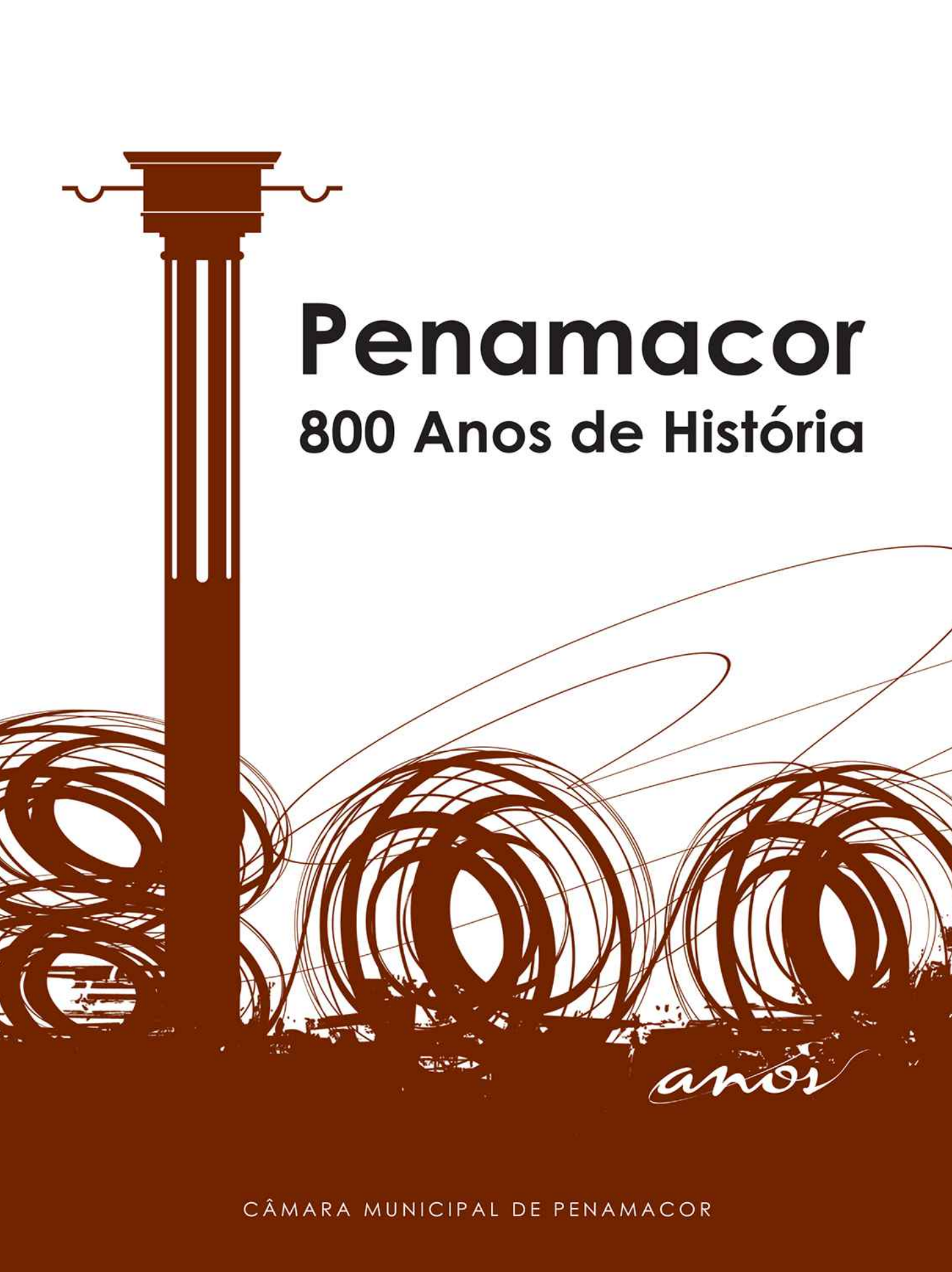


A stylized illustration in a dark brown color. On the left, a classical column with a fluted shaft and a capital stands vertically. To the right of the column, there are three large, overlapping circular patterns made of concentric, slightly irregular lines, resembling ripples or stylized orbits. In the bottom right corner, the word 'anos' is written in a white, cursive script.

Penamacor

800 Anos de História

anos

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Penamacor

800 Anos de História

Ficha Técnica

Título: Penamacor - 800 Anos de História

Organização e introdução: Helder Manuel Guerra Henriques

Paginação: Vítor Gil

Coordenador da edição: Joaquim Nabais

Impressão:

Depósito Legal:

ISBN:

Penamacor

800 Anos de História

**Organização de
Helder Manuel Guerra Henriques**

Textos de: Maria Helena da Cruz Coelho; Hermínia Vasconcelos Vilar; Feliciano Nóvoa Portela; Joaquim Candeias da Silva; Augusto Moutinho Borges; Maria Antonieta Garcia; António Ventura; Irene Flunser Pimentel; Luís Farinha; Maria João Guardado Moreira; Silvina Silvério; Faustino Cordeiro; Adelaide Salvado; Helder Henriques; Manuel Lopes Marcelo; Pedro Salvado; Albertino Calamote; António Cabanas; Manuel Lopes Dias.

De entre as iniciativas que concorreram para assinalar os 800 Anos do Foral de Penamacor, algumas houve que, pela sua natureza mais ou menos efémera, apenas residem na lembrança dos que nelas participaram, enquanto outras constituem marcos destinados a perdurar, honrando a memória do passado, mas também afirmando o presente e a crença no futuro. Tão assim a edição da Medalha Comemorativa dos 800 Anos ou o Memorial em Homenagem às Terras e às Gentes do Concelho de Penamacor, erigido no Jardim da República, bem como este volume, cuja importância, atrevo-me a dizê-lo, transcende qualquer outra forma de afirmação da nossa identidade, quer pelo que ele nos revela das origens e do já longo percurso que trilhámos em comum, enquanto comunidade, quer pelo sentimento de fiel guardião e perenidade que um livro inspira.

Para todos os ilustres participantes no ciclo de conferências “O Fio da História” e colaboradores neste volume vai o nosso mais sincero reconhecimento; ao Dr. Helder Henriques, seu principal obreiro, reafirmamos o nosso especial agradecimento e total disponibilidade para futuras colaborações.

Domingos Torrão
Presidente da Câmara

Se tivermos que apontar uma razão directa para a existência do livro em mãos, ela é sem dúvida a celebração do 8º centenário da atribuição da carta de foral a Penamacor por D. Sancho I. Mas apontar só esse facto não deixaria de ser redutor, face ao ambiente criado nos últimos tempos em matéria de investigação, debate e produção de conhecimentos históricos. A própria ideia de comemorarmos os 800 anos do foral, se não com pompa, pelo menos com a circunstância que nos foi possível ao longo deste ano de 2009 repleto de iniciativa e actos mais ou menos solenes que procuraram tocar de forma abrangente a nossa população, não é alheia a uma clara opção política do município em fomentar e apoiar a pesquisa arqueológica no território, bem como todo o tipo de investigação e divulgação documental. O interesse assim gerado, para além de constituir factor propiciatório do conhecimento, veio suscitar o debate, questionar velhas formulações, contribuir para o seu esclarecimento e, nalguns casos, repor a verdade dos factos e devolver os nomes às coisas.

Não obstante os episódios exploratórios e menos de meia dúzia de intervenções arqueológicas efectuadas por técnicos credenciados nas últimas décadas, a verdade é que só de há poucos anos para cá se deu prosseguimento à sistematização das intervenções arqueológicas, obedecendo a um plano e a objectivos claros, permitindo rastrear o território e passar de meras suposições a certezas. Acreditamos que também por aqui, de algum modo, se vem avivando o sentido de pertença aos lugares de origem e o gosto pela sua história, com resultados visíveis na extraordinária produção de monografias a que temos assistido, sempre com o apoio da Câmara Municipal, quando solicitado. Os actos de apresentação dessas monografias, extremamente concorridos, são a prova do elevado apreço que o povo devota à história, usos e costumes das suas terras, e como tudo isso contribui para alimentar o espírito de união e sã fraternidade. Pelo que nos apetece parafrasear um anúncio agora em voga: pode uma comunidade existir sem história? Talvez, mas não é a mesma coisa...

Ilídia Cruchinho
Vereadora da Cultura

Índice

Introdução	
Helder Henriques	11
I - Penamacor na Idade Média	
1.1. - O Foral de Penamacor no contexto da política concelhia do seu tempo	
Maria Helena da Cruz Coelho	19
1.2. A integração diocesana de Penamacor: espaços e protagonistas da vivência religiosa na Idade Média	
Hermínia Vasconcelos Vilar	33
1.3. La frontera entre el Duero y el Tajo hasta el Tratado de Alcañices (1297): el papel de la Orden de Alcántara	
Feliciano Nóvoa Portela	45
II - Penamacor na Época Moderna	
2.1. Penamacor ao tempo da expansão ultramarina	
Joaquim Candeias da Silva	59
2.2. O Real Hospital de Penamacor: espaço e memória	
Augusto Moutinho Borges	79
2.3. António Nunes Ribeiro Sanches: as intermitências da fé	
Maria Antonieta Garcia	97
III - Penamacor no Período Contemporâneo	
3.1. A Maçonaria em Penamacor	
António Ventura	113
3.2. Uma “Oposição Construtiva” – os candidatos da lista B pelo distrito de Castelo Branco (Cunha Leal e as eleições de 1949 para Deputados à Assembleia Nacional)	
Luís Farinha	121
3.3. A polícia política do Estado Novo e Penamacor	
Irene Flunser Pimentel	137
3.4. Realidades demográficas de fronteira: Penamacor nos últimos duzentos anos	
Maria João Guardado Moreira	153
IV - Penamacor e as suas Gentes	
4.1. D. Lopo de Albuquerque: 1º Conde de Penamacor	
Silvina Silvério	169
4.2. Ribeiro Sanches: um português inesquecível	
Faustino Cordeiro	181
4.3. O Dr. Adelino Robalo Cordeiro e Penamacor dos anos 30 (séc. XX) no seu olhar apaixonado	
Adelaide Salvado	187
4.4. José Manuel Landeiro (1905-1973): traços de uma vida	
Helder Henriques	199
4.5. Jaime Lopes Dias: obreiro ilustre da nossa História regional e local	
Manuel Lopes Marcelo	213
4.6. Jaime Lopes Dias: a utopia regional – o centro e as margens	
Pedro Salvado	219
4.7. José Vicente Lopes: um salvadorenses ilustre	
Albertino Calamote	229
4.8. Dr. Mário Bento: a paixão pela História	
António Cabanas	239
4.9. José Lopes Dias: um testemunho	
Manuel Lopes Dias	253

Introdução

A obra *Penamacor – 800 Anos de História* inscreve-se nas comemorações que a vila de Penamacor levou a efeito ao longo do ano de 2009, no âmbito do oitavo centenário da atribuição da carta de foral, em 1209, por D. Sancho I. Os trabalhos aqui apresentados resultam de quatro ciclos de conferências, com temas definidos, realizados durante o ano das comemorações.

Neste texto introdutório optei deliberadamente por seguir uma visão apaixonada, que caracterizou a maior parte dos momentos comemorativos, consciente de que não sendo momentos neutros, contribuem para um reforço da identidade do ser humano, das regiões e, no caso em particular, para uma maior compreensão do processo de construção identitário de Penamacor e do seu concelho. Assim, este momento introdutório corresponde ao percurso de construção deste livro, na medida em que todos os livros têm uma história.

Em meados de 2008, recebi o convite da Câmara Municipal de Penamacor para integrar a comissão que se responsabilizaria pela construção de um programa de actividades que dignificasse o aniversário de um dos momentos mais relevantes da história penamacorense. No interior de um conjunto de reuniões foram alinhavados caminhos, discutidas ideias e colocadas propostas por todos os membros da comissão, no sentido de encontrar soluções credíveis, no contexto difícil de interioridade que nos caracteriza, para a construção de tais comemorações.

Dessas reuniões ficou claro que me cabia o privilégio de dirigir, coordenar e organizar um conjunto de conferências que pudessem introduzir novos temas, reavivar memórias, valorizar a história de Penamacor e do seu concelho, enfim, de alguma forma, trazer qualquer coisa de novo, do ponto de vista do conhecimento histórico, sobre aquelas terras e aquelas gentes – onde me reconheço –, mas que, ao mesmo tempo, envolvesse as pessoas menos letradas e que as chamasse ao diálogo.

Uma tarefa difícil mas que, julgo, acabou por acontecer na medida em que adoptei a estratégia de pedir aos diferentes académicos, que foram contactados e aceitaram participar, que trouxessem as suas investigações e as apresentassem de uma forma simples, objectiva e concreta, sem perder o seu carácter científico, de modo a envolver o maior número de pessoas em cada ciclo de conferências.

As conferências realizaram-se nos dias 14 de Março, 16 de Maio, 4 de Julho e 26 de Setembro de 2009. O primeiro ciclo de conferências foi dedicado ao estudo do período medieval; o segundo, ao estudo do período moderno; o terceiro, ao estudo da época contemporânea, e, por fim, um quarto ciclo onde o objectivo específico era o de valorizar personagens locais, relacionadas com Penamacor e o seu concelho.

Realizadas as conferências com enorme sucesso, apresentadas perspectivas que correspondem exclusivamente à opinião dos seus autores, iniciei uma nova fase no processo de construção deste livro: o da organização dos trabalhos que me foram chegando ao longo do ano, articulando-os entre si. Se, nalguns casos, os trabalhos correspondem na íntegra ao que foi apresentado nas comunicações e que só por si são importantes contributos, outros foram complementados, prolongados e, todos eles, agora publicados.

Este livro reúne contributos inestimáveis que apresentam novas realidades, que invocam personagens que se encontravam na iminência do esquecimento, que clarificam questões cruciais para a definição da identidade penamacorense, por exemplo a data da carta de foral de Penamacor (1209), e que constitui um avanço científico e cultural para Penamacor, e o seu concelho, que não se via há cerca de, pelo menos, 30 anos. Claro está que a concretização desta obra não significa o fecho de um ciclo, pelo contrário, deve ser considerado a consolidação de um percurso de aposta na cultura, na História, no Património, na Etnografia, pois este é o caminho a seguir, este é o alimento da nossa alma, aquilo que nos responsabiliza perante um passado com uma dimensão enorme e, se me permitem, a Câmara Municipal de Penamacor já compreendeu a sua importância e relevância para o nosso futuro.

Manifesto a minha gratidão pelo convite que Penamacor me dirigiu, esperando que tenha correspondido às suas expectativas e que este livro possa constituir uma alavanca cultural e abrir novos caminhos para a investigação do nosso concelho e região. Agradeço, de modo sentido, ao senhor presidente do município, Dr. Domingos Torrão e ao Vice-presidente, Dr. António Cabanas, pela sua crença na valorização da identidade de um povo. Para a senhora Vereadora da Cultura, Dr.^a Ilídia Cruchinho, com amizade e admiração, agradeço pelo empenhamento, pela vontade e por tudo aquilo que já deu, e continuará a dar, em prol deste nosso concelho. Sem a sua presença tudo seria bem mais difícil!

Uma palavra de consideração para todos os elementos da comissão executiva, e alargada, das Comemorações dos 800 Anos da atribuição do Foral de Penamacor que contribuíram decisivamente para a chegada a bom termo deste trabalho. O mesmo para todos os elementos que organizaram no terreno as comemorações, nomeadamente todos/as os/as funcionários/as da Câmara Municipal de Penamacor e a todos aqueles que compareceram ao apelo das conferências.

Deixo, também, uma palavra de amizade e gratidão a todos os colaboradores deste livro que aceitaram produzir e partilhar o seu saber, os seus conhecimentos e as suas investigações científicas, com a vila de Penamacor e o seu concelho.

Esta obra só foi possível devido aos seus esforços, às suas competências de investigação e à vontade de se envolverem com a sociedade.

A todos bem-hajam.

Roteiro do livro

Penamacor – 800 Anos de História encontra-se dividido em quatro partes que acompanham os assuntos tratados em cada um dos ciclos de conferências. Assim, a primeira parte, dedicada ao período medieval, conta com a abertura de Maria Helena da Cruz Coelho, professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com um trabalho clarificador sobre a importância do Foral de Penamacor relacionando-o com o contexto envolvente da época. Destaca aspectos de natureza geográfica, estruturas militares e de colonização, a rede espacial do movimento concelhio, as tipologias dos forais, a especificidade do foral de Penamacor, os incentivos ao povoamento, a justiça e fiscalidade, a Cavalaria-vilã, as cláusulas religiosas, as autoridades concelhias e a dinâmica económica. Um trabalho que será, certamente, um marco incontornável para o estudo desta região no período medievo.

No segundo capítulo, desta primeira parte, surge um trabalho de Hermínia Vasconcelos Vilar, professora do Departamento de História da Universidade de Évora, onde relaciona importantes actores políticos e religiosos na definição de um espaço territorial onde se integrou a vila de Penamacor: a diocese da Guarda. Traça, a partir de dois eixos de análise um quadro histórico, entre Duzentos e o século XIV, que vale a pena ter em consideração em futuras investigações.

O terceiro e último capítulo, conta com um trabalho de Feliciano Nóvoa Portela, do Ministério da Cultura de Espanha, que construiu um texto dedicado às relações fronteiriças na Idade Média, destacando a importância do papel da ordem militar de Alcântara na definição dos territórios entre o Douro e o Tejo, apresentando alguns aspectos relacionados com Penamacor.

A segunda parte da obra contém três capítulos¹ e é dedicado à História Moderna. O primeiro capítulo é da autoria de Joaquim Candeias da Silva, investigador da Academia Portuguesa de História, onde realça o papel de Penamacor na expansão ultramarina portuguesa.

O segundo capítulo é assinado por Augusto Moutinho Borges, Conservador de Museu na Ordem Hospitalreira de S. João de Deus, que trouxe a Penamacor o fruto do seu trabalho de doutoramento, ligado ao papel daquela ordem na constituição de um “serviço de saúde” espalhado pelo território nacional. Apresenta o caso do Real Hospital Militar de Penamacor, num sentido evolutivo e cronológico, analisando fontes documentais e os próprios elementos arquitectónicos e urbanísticos.

Por fim, o terceiro capítulo, um trabalho de Maria Antonieta Garcia, professora

1 - Não foi possível incluir o trabalho da Mestre Dr^a Ana Rita Canavarro por motivos pessoais da própria que respeitamos, e à qual deixamos aqui uma palavra de agradecimento pela excelente visita guiada ao Convento de Santo António de Penamacor.

aposentada da Universidade da Beira Interior, que se debruçou sobre a figura de António Nunes Ribeiro Sanches, olhando principalmente para as questões relacionadas com a sua fé.

A terceira parte da obra encontra-se associada ao período contemporâneo, realçando-se o século XX.

O primeiro capítulo foi escrito por António Ventura, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Toma como objecto de estudo a relação entre Penamacor e a Maçonaria. Apresenta a loja maçónica que existiu em Penamacor, assim como os seus actores. Um trabalho objectivo, que traz um contributo assinalável para a história deste concelho no século XX.

O segundo capítulo é da autoria de Luís Farinha, investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, onde destaca o perfil biográfico de uma personalidade que nasceu no concelho de Penamacor – em Pedrógão de S. Pedro –, Francisco Pinto de Cunha Leal, e que teve um papel relevante no interior de dois regimes políticos, no entanto o seu enfoque situa-se nas eleições de 1949, em Castelo Branco.

O terceiro capítulo é assinado por Irene Flunser Pimentel, investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. A autora destaca a relação da Pide/DGS com o contexto concelhio de Penamacor, realçando a importância da companhia disciplinar que ali existiu.

O último capítulo, desta terceira parte, é constituído por um trabalho realizado por Maria João Guardado Moreira, professora da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco. Este trabalho apresenta um contributo analítico muito relevante dado que a autora descreve e analisa o quadro histórico das realidades demográficas do concelho de Penamacor nos últimos duzentos anos.

A quarta, e última, parte deste livro é composta por um contributo de proximidade, quer dizer dedicado exclusivamente a figuras e factos e cujos autores se encontram quase todos ligados ao concelho de Penamacor.

O primeiro capítulo é da autoria de Silvina Silvério, arqueóloga, dedicado a D. Lopo de Albuquerque e às suas relações no interior do concelho de Penamacor; no segundo capítulo, Faustino Cordeiro, professor aposentado, escreve um texto onde valoriza a figura de António Nunes Ribeiro Sanches; no terceiro capítulo, assinado por Adelaide Salvado, professora de geografia aposentada, realça o olhar sentimental de Adelino Robalo Cordeiro em relação a Penamacor; no quarto capítulo, Helder Henriques, docente da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre, apresenta um texto sobre José Manuel Landeiro; depois, Manuel Lopes Marcelo, investigador, realça a figura de Jaime Lopes Dias, numa perspectiva biográfica; Pedro Salvado, técnico superior de história da Câmara Municipal do Fundão, em relação à mesma figura, aborda as questões da produção cultural; Albertino Calamote, aposentado do exército, escreve sobre José Vicente

Lopes; António Cabanas, sociólogo, recupera a figura de Mário Pires Bento e a sua importância no concelho; e, por fim, Manuel Lopes Dias, engenheiro agrónomo, oferece um testemunho importante sobre o seu pai José Lopes Dias.

Muitas outras figuras, assuntos e curiosidades ficam por estudar, mas isso ficará para outros protagonistas e outros momentos.

Helder Manuel Guerra Henriques

I

Penamacor
na
Idade Média

1.1 - O Foral de Penamacor no contexto da política concelhia do seu tempo

Maria Helena da Cruz Coelho¹

No amanhecer de Duzentos, quando a chancelaria de D. Sancho I expedia de Coimbra a carta de foral de Penamacor, precisamente há 800 anos, Portugal era já uma formação política com largo passado.

Longe ia o tempo de haver sido condado entregue ao borgonhês D. Henrique, herdado depois por sua mulher D. Teresa, filha do imperador Afonso VI, que o souberam dirigir e manter com uma individualidade muito própria. Largas décadas haviam igualmente decorrido sobre o período desse condado, governado por D. Afonso Henriques, ir dando passos muito significativos no sentido da sua construção territorial e da sua viabilização política, económica e religiosa. Não nos cabe aqui e agora enumerar essa etapas, mas recordaremos apenas que, depois de liderar os barões portugalenses, que em S. Mamede se opuseram às forças de D. Teresa e dos galegos, dirigidos por Fernão Peres de Trava, D. Afonso Henriques se assumiu como um chefe político que soube potenciar as virtualidades estratégico-militares desse condado face aos muçulmanos, no contexto do reino de Leão e Castela².

1 – Expansão territorial

Fixado em Coimbra cerca de 1131 D. Afonso Henriques, colhendo o apoio, entre outros, das milícias concelhias e de alguns membros da nobreza média, constituiu um séquito de cavaleiros fidelizados ao seu serviço. Com eles foi avançando em fossados pelas terras que a sul do Mondego demarcavam uma larga fronteira entre o domínio de cristãos e muçulmanos. Ter-se-ia mesmo adentrado

por terras de além-Tejo e vencido em Ourique os opositores muçulmanos, em 1139, consagrando-se desde então como um guerreiro que, pela sua força e valentia, mereceu a aclamação régia pelo seu bando de aguerridos cavaleiros. Passo a passo as vitórias militares sucediam-se. Fortalecia-se a linha do Mondego com a posse da terra da Ladeia e a conquista de Leiria cerca de 1142, território que ficou resguardado por torres e castelos e defendido pela cavalaria-vilã dos concelhos que se iam formando.

Em seguida, os grandes centros urbanos de Santarém e Lisboa caíam sob o seu poder, em 1147, graças ao apoio de cruzados, agregando-se-lhes as fortalezas envolventes de Sintra, Torres Vedras e Óbidos. Para depois ter combatido os almóadas para além da linha do Tejo, com assinaláveis êxitos e conquistas, que, no entanto, veio a perder depois do fracassado ataque, concertado com Geraldo Sem Pavor, à praça de Badajoz, no ano de 1169.

O seu herdeiro, D. Sancho I, de há muito associado ao governo, receberia, assim, um território essencialmente delimitado pela fronteira do rio Tejo, ainda que para além dele o castelo de Coruche se erguesse como uma sentinela avançada, e Évora, isolada em território muçulmano se defendesse com uma milícia própria³. Por sua vez a cidade de Lisboa protegia-se com a vanguarda das fortalezas de Palmela e Alcácer.

Mas à morte do rei fundador, em 1185, os súbditos do reino viviam num clima de incerteza e angústia. É certo que D. Sancho I se apresentava como um guerreiro à altura do seu progenitor, como o demonstrara na sua incursão vitoriosa em 1178 até Sevilha. Todavia, a força dos almóadas era crescente e ameaçava as terras recentemente tomadas, acabando mesmo por destruir Coruche em 1180, ameaçar Évora no ano seguinte e em 1184 atacar Santarém⁴.

D. Sancho I procurou reagir, e nos finais dessa década entrou pelo reino mouro do Algarve, conquistando Alvor e Silves em 1189. A resposta almóada foi forte, com exércitos recrutados em Córdoba e Sevilha, e imediata. Nas campanhas de 1190 e 1191 passaram para o seu domínio as praças de Torres Vedras, Alcácer, Palmela, Almada e Silves e outras terras, como Évora e Alcobaça, sofreram o seu assédio. A fronteira repôs-se, uma vez mais pela linha do Tejo, e ainda mais reduzida que anteriormente. Também no reino vizinho venciam os almóadas na batalha de Alarcos, em 1195, derrotando os castelhanos e alguns portugueses que os acompanhavam.

2 – Estruturas militares e de colonização

Era este, em linhas muito genéricas, o panorama territorial do reino de Portugal ao abrir a centúria de Duzentos. Mas em consentâneo com este esforço de conquistar fora decisiva a vontade de consolidar a posse das terras adquiridas com a construção de obras defensivas e com a fixação de gente empenhada na guerra e na paz.

Os castelos já existentes nos espaços tomados são melhorados e reforçados, enquanto outros se erguem de novo, articulando-se estes baluartes com uma rede de torres e atalaias, que tinham em vista assegurar um permanente estado de vigia

e alerta. Os povoadores atraem-se com liberdades e privilégios que ajudam às migrações internas, seja de homens do Norte que descem para o Sul, seja de outros, os moçárabes que, em sentido inverso, saem das terras de domínio muçulmano e buscam as que se encontram na posse dos cristãos. Não deixa também de se fazer apelo a gente de além fronteiras, astures, galegos, francos ou cruzados de várias nacionalidades. Para enquadrar e garantir a organização social do espaço restauram-se dioceses, fundam-se novos mosteiros de cistercienses e de cônegos regrantes de Santo Agostinho, reforça-se a senhoriação nobiliárquica. Mais ainda, contemplam-se velhas Ordens monástico-militares e criam-se outras novas a que se entregam lugares chave do território para defesa e colonização.

Aos Templários dera desde logo D. Teresa o castelo de Soure em 1128⁵, doação que D. Afonso Henriques confirmou de imediato em 1129 ou 1130⁶. E serão estes cavaleiros que vão dominar em algumas terras beirãs, guardando a fronteira face ao reino de Leão, ao receberem de D. Afonso Henriques os castelos de Redinha, Pombal, Tomar e Foz do Zêzere (Almourol), Idanha e Monsanto⁷.

No além-Tejo impõem-se os freires de Évora que recebem do primeiro monarca, em 1176, o castelo de Coruche e bens em Évora e Santarém⁸. Mas D. Sancho I acrescenta-lhe os poderes, entregando-lhe, em 1187, os castelos de Alcanede, Alpedriz e Juromenha (quando tomada pelos cristãos)⁹, como depois o de Mafra talvez em 1193¹⁰. Por sua vez doa à Ordem do Hospital, em 1194, a herdade de Guidintesta, onde depois se veio a erguer o castelo de Belver¹¹.

Já a nova ordem de Santiago recebera de Afonso Henriques os castelos de Monsanto¹² e Abrantes¹³, vendo o seu poder reforçado por D. Sancho I que lhe entregou as fortalezas de Alcácer, Palmela, Almada e Arruda em 1186¹⁴.

Para este complexo e vasto programa de consolidação do espaço conquistado, os monarcas fizeram ainda apelo a uma outra medida. Medida aliás já iniciada pelos condes portugalenses, seguindo a actuação dos reis de Leão e Castela, ou seja, a outorga de cartas de foral. Com tais actos que sancionavam uma vida própria de comunidades muitas vezes preexistentes, e por certo até em alguns casos por elas mesmas reclamados, procuravam os condes e reis alcançar diversos objectivos. Desde logo atrair ou fixar homens nas terras a que se destinavam as cartas de foral e, ao mesmo tempo, em algumas delas, fomentar a constituição de um corpo específico de milícias que assegurassem a defesa do seu espaço. Os senhorios, dirigidos por um só senhor, passam assim a conviver no espaço com os concelhos, já referidos como senhorios colectivos, dado que neles é a comunidade que assume o seu governo, elegendo autoridades próprias para tal fim. Mas, diga-se, com idênticos intentos e objectivos, a prática deste reconhecimento jurídico da autonomia concelhia foi também seguida por alguns senhores – sobretudo os Mestres das Ordens Militares – que possuíam o pleno domínio jurisdicional de algumas cidades, vilas ou aldeias.

Os chefes do condado e depois do reino, ao concederem cartas de foral, passam a dispor de um novo poder, o concelhio, que lhes servirá para contrabalançar a força e a pressão do poder senhorial. Acresce que a concessão de liberdades aos concelhos, reconhecendo-lhes os seus usos e costumes específicos, muitas vezes

até já arreigados, conduzia à contrapartida do recebimento de multas ou tributos, particularmente significativos nos centros mais urbanizados, que muito ajudavam a financiar a guerra ou a estruturar a paz.

3 – A rede espacial do movimento concelhio

Recordemos, em breve síntese, que o conde D. Henrique começou por dar carta de foral em 1096 a dois importantes burgos comerciais – Guimarães e Constantim de Panóias. Para em seguida procurar pacificar a população moçárabe da cidade de Coimbra, que se sentiu ameaçada com o governo de autoridades francas que o conde nela colocara, outorgando-lhe foral em 1111¹⁶. E logo uma carta similar passou à terra de Soure que protegia o centro coimbrão mais a Sul. A linha do Mondego, curso fluvial de fácil penetração de inimigos, entregou-se à guarda destes centros concelhios, como Sátão, Azurara e Tavares. D. Teresa, ainda que muito favorecesse a senhorialização, não deixou de conceder forais a certas terras da Beira Interior, como Ferreira de Aves e Viseu, reconhecendo também, com uma carta foraleira, a dinâmica comercial de Ponte de Lima.

Afonso Henriques desenvolveu largamente esta política ao conceder ou confirmar mais de três dezenas de forais. Com um território que ultrapassava já a linha do Tejo, a geografia espacial das concessões diversificou-se, ainda que mantendo continuidades. Desde logo o objectivo da protecção do centro coimbrão permanece, recebendo foral, a montante do rio Mondego as vilas de Sátão, Numão e Seia, ou numa direcção meridional as terras de Miranda, Penela, Leiria, Germanelo e Arouce. Face ao reino vizinho de Leão, define a área fronteiriça beirã, pontuando-a com concelhos, com forais concedidos entre 1155 e 1169, a Freixo-de-Espada-à-Cinta, Trancoso, Marialva, Aguiar da Beira, Celorico da Beira, Moreira de Rei, Linhares da Beira e Penela da Beira.

Não descursa também a linha média e superior do Douro, criando uma mancha concelhia em Ansião, Mesão Frio, Celeirós e S. João da Pesqueira, que podia animar economicamente este espaço mais senhorializado, como mais a Norte instituiu os concelhos de Barcelos e Melgaço.

Depois de ter alcançado o Tejo é este limite natural que reforça com concelhos, outorgando cartas de foral em 1179 a Santarém e Lisboa (extensivo ainda a Coimbra como retaguarda desta posição estremenha) e Abrantes, tendo Sintra já obtido um foral em 1154 e vindo Coruche e Palmela a receber os seus já nos finais do reinado. Em pleno Alentejo, Évora é contemplada em 1166 com um foral que decalcava o de Ávila. Sem esquecer ainda que, para captar as populações dominadas, D. Afonso Henriques concedeu foral aos mouros forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer em 1170.

No âmbito da actuação dos particulares, destaca-se a Ordem do Templo que agraciou com forais as localidades de Redinha, Pombal, Tomar e Foz do Zêzere (Almourol).

D. Sancho I foi ainda mais além que o seu progenitor no montante de cartas foraleiras concedidas e na diversificação da geografia concelhia. No Minho dá

carta de foral a Vila Nova de Famalicão. No Douro médio crescem os pequenos concelhos que hoje são lugares ou freguesias de Sabrosa, Santa Maria de Penaguião, Vila Real e Vila Pouca de Aguiar. Na estrema transmontana institui os concelhos de Bragança, Rebordãos, Penas Róias e Junqueira da Vilarica.

Em ambas as margens do Mondego reforça a malha concelhia, surgindo os concelhos de Penacova, Mortágua, Ferreiros e Guardão, na margem direita, e os de Avô, Gouveia e Folgoso, na esquerda. A defesa do limes fronteiriço beirão adensa-se com os concelhos de Castreição, Pinhel, Guarda, Valhelhas, Belmonte, Covilhã e Penamacor.

Na linha do Tejo confirma os forais de Santarém, Lisboa e Sintra. Mas reforça ainda com os concelhos de Torres Novas, Pontével e Povos a urbe santarena, enquanto com Almada e Sesimbra protege Lisboa pelo sul.

No Alentejo confirma o foral de Coruche e outorga foral a Montemor-o-Novo, que enquadra o concelho eborense.

4 – Tipologias dos forais

Como é bem sabido estas cartas de foral, dirigidas a localidades muito variadas quanto à sua localização, à sua dinâmica económica, à sua diversificação social e à sua raiz cultural, tinham conteúdos muito díspares. Os historiadores, ao longo dos tempos, de Alexandre Herculano¹⁷ a Torquato de Sousa Soares¹⁸, procuraram porém agrupá-los em diversas tipologias, as quais mais recentemente António Matos Reis reelaborou. Na região beirã dominaram essencialmente, por dentro dos concelhos perfeitos da tipologia de Herculano ou dos urbanos da de Torquato de Sousa Soares, dois modelos, importados do reino vizinho, o de Salamanca e o de Ávila, forais de que hoje se desconhecem as cartas destinadas a tais centros urbanos. Na verdade, quis-se dar às localidades da “extremadura” de Portugal as mesmas liberdades e garantias de além fronteiras para fixar as populações e activar as dinâmicas de contacto¹⁹.

O modelo de Salamanca foi concedido pela primeira vez a Numão, na sua carta de foral de 1130 e daí irradiou para os concelhos fronteiriços do distrito da Guarda²⁰. Já o de Ávila foi decalcado primeiramente no foral de Évora de 1166 e depois seguido nas cartas de muitos concelhos do distrito de Castelo Branco e de outros do Alentejo²¹. Em qualquer deles se procuram contemplar terras amplas em relação à sede do concelho, cujos termos no geral não surgem delimitados no foral.

Mas nesta reprodução da matriz inicial há por vezes variantes significativas. E no caso do tipo de Ávila-Évora o foral de Penamacor tem uma vincada especificidade, que o tornará mesmo referente para as cartas de foral posteriores destinadas a Proença, Idanha-a-Velha, Sortelha, Salvaterra e Penha Garcia.

5 – O foral de Penamacor

Penamacor faz parte dos objectivos da insistente política povoadora de D. Sancho. No foral que lhe outorga, o monarca está vincadamente a querer canalizar

homens para esta terra da raia, demarcando uma fronteira longitudinal, ao precaver-se de ameaças externas vindas do reino vizinho, e, em consentâneo, uma fronteira meridional, que visava travar os muçulmanos que dominavam na Extremadura e na Andaluzia.

5.1 – Incentivos ao povoamento

Na verdade, no final da carta alude-se ao pretor (alcaide), ao arqui-diácono e ao porteiro que “começou a povoar”²². Expressão bastante lacónica e hermética, que nos indicia todavia um programa de povoamento sistematizado e dirigido por delegados da autoridade régia, em simultâneo com as autoridades religiosas. “Começar a povoar” não estaria, porém, a referir-se a uma fixação inicial de gente, pois essa já existiria, e até com diferentes estatutos sociais, como veremos, mas a aludir a uma directriz de organização e enquadramento legal do espaço sob a tutela real.

No clausulado foraleiro expressa-se com clareza o domínio régio sobre este estratégico lugar fortificado para o favorecer muito significativamente do ponto de vista social e económico. Só assim D. Sancho poderia assegurar-se de um baluarte defensivo e ofensivo num lugar chave da fronteira. Fronteira que em si mesma se corporizava num limes muito fluido e móvel, marcado pelo curso fluvial do Erges, que era por natureza um elemento permeável à mobilidade das gentes fosse para fins pacíficos ou guerreiros.

Perpassa desde logo por todo o foral um assinalável protagonismo e forte dinâmica da assembleia dos vizinhos, o concílio, órgão colectivo e deliberativo do concelho. Não menos se persegue um reiterado e marcante objectivo de identificação dos seus vizinhos. Defendem-se os homens de Penamacor das possíveis agressões de homens de fora, privilegia-se o seu estatuto dentro do concelho e mais ainda por todo o reino. A convivência dos vizinhos no interior da comunidade devia ser dinâmica e proveitosa, militar e economicamente. O lugar devia tornar-se atractivo a todos os povoadores presentes e futuros, aos quais a carta de foral se dirigia.

Assim, se algum inimigo entrasse em Penamacor, perseguindo um vizinho, aí poderia ser morto, sem que de tal acto se solvesse multa. Já quem prendesse homem de Penamacor pagaria 500 soldos²³. Os vizinhos só poderiam testemunhar a favor de vizinhos, em questões judiciais com homens do exterior, sob pena de multas. E em tais contendias não bastava a declaração dos implicados, mas tinha de haver inquirição de testemunhas ou duelos ou lides (repto), como preferissem os homens de Penamacor. Multava-se ainda todo aquele que de fora viesse tirar lenha aos montes dos vizinhos, ou tomar comida ou outros bens à força, podendo até ser perseguido ou morto sem penalizações, visando-se afastar o perigo de extorsões alheias ou de roubos de ladrões, que sempre abundavam nestas áreas perigosas de fronteira. As questões com os homens de outras terras julgavam-se pelo foro de Penamacor, porque só o foro concelhio ou o do rei abrangia os vizinhos. Logo, nenhum homem de Penamacor podia ser dado em préstamo,

reconhecendo-se que só se submeteria ao poder real.

Este couto de terras e homens reforçava-se com as regalias que abrangiam os que se fixassem no concelho.

Podiam dispor de terras em todo o reino, as quais ninguém deveria molestar, sob pena de entregar 500 soldos ao rei e duplicar a herdade a seu dono. Todo o servo que viesse morar para Penamacor adquiria a liberdade ao fim de um ano. E até mesmo os ladrões que se emendassem poderiam passar a viver pelas regras vicinais, claro intuito de atrair, com as garantias do couto, mesmo os delinquentes.

5.2 – Justiça e Fiscalidade

Judicialmente procuravam punir-se os crimes maiores que intentassem contra a vida humana, contra a casa e família e contra a propriedade privada. Só reinando a paz e a ordem se garantia o trabalho e a segurança internas, congregando as forças sociais para a vigilância e para a luta contra os inimigos.

O homicídio penalizava-se com 300 morabitanos²⁴, mas também se castigavam as brigas e perseguições com armas, que seriam tanto mais graves quanto perturbassem a paz colectiva, ocorrendo na igreja, no mercado ou no concílio, os lugares reais e simbólicos da comunhão religiosa, da convivência mercantil, da deliberação vicinal.

A invasão de domicílio estava coimada com 500 soldos. O crime de rouso (rapto) taxava-se com uma multa de 200 morabitanos e o de mulher forçada com 300 soldos. Igualmente se punia todo aquele que perseguisse uma mulher casada.

Procurava evitar-se a dissolução dos matrimónios efectuados sob a bênção da igreja, pagando a mulher que deixasse o marido 300 soldos, do mesmo modo que a mulher adúltera seria abandonada e o marido tomar-lhe-ia todos os bens, sem poder ser contestado.

O direito à propriedade devia ser escrupulosamente respeitado. O ladrão repunha nove vezes o que furtava. Outras multas se especificavam ainda para aqueles que ultrapassassem os limites da propriedade alheia ou que mudassem os marcos das propriedades.

Para garantir uma justiça pública e institucionalizada, e não quaisquer vinganças privadas, teria de haver um queixoso a fim de que um processo judicial se desenrolasse. Paralelamente toda a testemunha ou fiel mentiroso pagaria uma coima de 60 soldos e seria obrigado a sair do concílio. No caso de haver penhoras de bens dos homens de Penamacor, nunca se incluíam nelas os seus leitos.

A fiscalidade régia em Penamacor não era pesada, dado que o rei apenas recebia por colheita de cada casa 6 dinheiros²⁵, para além de arrecadar o quinto dos despojos do fossado. Dos direitos de circulação e transacção de mercadorias (passagens e portagens), o monarca ficava com duas partes e aquele que alojasse os forasteiros com a outra²⁶. Esta repartição com o hospedeiro, como forma de paga, era tanto mais necessária, quanto os homens de Penamacor tinham o privilégio de não sofrerem aposentadorias à força.

Livres de qualquer foro estavam as tendas, os moinhos e os fornos dos

vizinhos. Revertiam para o concelho as rendas dos seus montes, fontes, rios, barreiras e espaços de caça. Mais. A nível de todo o reino, os homens de Penamacor não pagavam portagem e os seus gados podiam pastar livremente sem estarem onerados com o imposto do montadigo, medidas altamente incentivadoras à criação ganadeira e à actividade mercantil.

Privilégios tão vastos tinham em vista colonizar e defender a terra, ganhando braços para o trabalho e gente de armas para a guerra.

5.3 – Cavalaria-vilã

A cavalaria-vilã assumia-se como a milícia armada por excelência do concelho. Cabia-lhe anualmente fazer o fossado, uma entrada em terra inimiga para a saquear e devastar, nele participando dois terços do seu contingente. Os cavaleiros que não comparecessem deviam pagar a fossadeira, no valor de 10 soldos. No concelho ficava um terço da cavalaria e a peonagem para vigiar o lugar e lutar por ele em caso de ataque. Logo, todos os que não respondessem ao apelido (à guerra defensiva) eram também penalizados.

A posse de um casal (aldeia)²⁷, um jugo de bois, 40 ovelhas, um asno e dois leitões era a fortuna que obrigava um peão a passar ao estádio de cavaleiro. Proprietário de terra, de bens de produção e de gado este homem podia assim comprar montada e armas de protecção e ataque para entrar na guerra a cavalo. Mas tal desempenho, simultaneamente uma honra e um encargo, emprestava-lhe um superior estatuto social. Os cavaleiros vilãos eram então privilegiados na sua pessoa e haveres.

Se o cavaleiro de Penamacor perdesse o seu cavalo em ocupações militares – fossado, algara²⁸, guarda - estava livre de servir por um ano, tempo que lhe era concedido para poder obter um outro animal e readquirir o seu estatuto. Também perante tal ocorrência não participavam no tributo do quinto dos despojos. A afronta à honra de um cavaleiro do concelho, descavalgando-o à força, era severamente punida com 500 soldos para o rei e a entrega de um outro cavalo a seu dono. Em justiça, o cavaleiro estava equiparado ao infanção, como o peão ao cavaleiro vilão de outra terra.

Seria esta aristocracia vilã que disporia de dependentes para trabalhar as suas terras – “conductários”²⁹, hortelãos, “quarteiros”³⁰, solarengos, moleiros – pelos quais era responsável, respondendo pelos seus crimes, como especifica o foral. Estes serviços não podiam deixar os seus donos, o que assegura o aproveitamento continuado da terra, penhor dos seus rendimentos. Mas, paralelamente a estes proprietários vilãos, haveria nos concelhos terras do rei e do bispo que, segundo o normativo foraleiro, se regiam por normas próprias.

5.4 – Cláusulas religiosas

Se no forais era usual fixar-se que os clérigos tivessem estatuto de cavaleiros e que só lhes fosse aplicado o foro eclesiástico, como também no de Penamacor

se especificava - para além de se precisar que estavam isento do fisco e que só respondiam perante o arqui-diácono desde a hora de prima até à hora de terça -, acrescentavam-se porém no articulado deste foral cláusulas religiosas muito pouco vulgares, tanto nos tributos como no quadro eclesiástico³¹.

Determinava-se que a igreja de Penamacor receberia as primícias (fangas de pão)³² e a dízima de todos os frutos e gados. Precisava-se mesmo a sua ulterior repartição – um terço para o bispo, um terço para os clérigos da igreja e um terço para os paroquianos. Garantia-se que um paroquiano podia mudar de freguesia, fazendo-o pelo Natal, com o conhecimento do concílio e perante os clérigos, o que o dispensaria do pagamento da dízima nesse ano, na nova freguesia.

Precisava-se ainda que de todo o homem que morresse subitamente poderia dispor de um quinto dos seus haveres para bens de alma. Já no caso de haver testamento de marido e mulher, para esse mesmo fim, seria possível afectar metade dos bens.

Apercebemo-nos, assim, que, a par da organização civil, o monarca tinha também em vista o enquadramento religioso dos moradores do concelho. Regulamentava por isso a percepção de alguns dos principais tributos eclesiásticos e certos actos particularmente sensíveis de mudança de freguesia ou de disposição de bens para sufrágios, a fim de dissuadir possíveis contendas entre o foro civil e o religioso, de resolução muito complexa e bem perturbadora de um apaziguado quotidiano de vida e de morte.

5.5 – Autoridades concelhias

Todas estas prescrições seriam garantidas pelas autoridades do concelho e pela assembleia dos vizinhos, o concílio. Não se distinguem, com clareza, no foral, os oficiais, delegados do rei, dos oficiais próprios do concelho e nem tão-pouco se especificam com nitidez as suas competências.

Em Penamacor havia um alcaide ou pretor, que, chefiando o castelo³³, seria o representante do poder militar do rei, e um juiz que também parece ser oficial régio – já que era sempre vozeiro nas querelas do paço do senhor -, os quais teriam porém de ser nomeados com o beneplácito do concílio. O pagamento do juiz far-se-ia com a arrecadação da sétima parte de todas as coimas e dos quintos. Acresce a presença de um sesmeiro, talvez também de indigitação régia, que deveria ser responsável pela distribuição das terras incultas pelos vizinhos³⁴.

Igualmente existiriam oficiais régios do fisco, como mordomos e seus subalternos. Tal depreende-se do clausulado do foral que especifica que os habitantes de Penamacor não podiam ser mordomos nem serviçais contra a sua vontade.

Como autoridades próprias do concelho teríamos o alcalde da vila e os alcaldes dos lugares do termo.

Estas autoridades queriam-se respeitadas para poderem actuar com liberdade. Assim eram multados os que tirassem penhoras aos juízes e os que perseguissem o alcalde, quando estivesse a actuar judicialmente, pagavam uma multa pecuniária e mais se acrescenta que perderiam sua mão. Da mesma forma eram penalizados

todos os que não comparecessem à convocatória do juiz, sesmeiro, alcaides ou concílio.

5.6 – Dinâmica económica

Pressente-se com clareza o abrangente e significativo papel da assembleia dos vizinhos, que chegava a receber certas multas e a interferir mesmo em matérias eclesiásticas, como a mudança de freguesia.

Largamente prestigiados e privilegiados, os vizinhos de Penamacor viveriam em tempo de paz da agricultura, da criação de gado, da caça. Mas também já do comércio.

Os diversos cereais deviam ser cultivados conforme as aptidões do terreno e os moinhos e fornos a que o foral alude, garantiam os trabalhos de farinação e cozedura da massa, que levava ao fabrico do pão, o principal alimento dos homens. Que logo se acompanhava com vinho, pelo que os vinhedos fariam igualmente parte da composição da paisagem. Nas terras concelhias o gado dos vizinhos pastava livremente e poderia ser em grande parte constituído por ovinos, que compunham a riqueza de um cavaleiro vilão. Mas outros animais de fora se aproveitavam desses pastos, pagando, como montádigo, a vara de porcos, quatro porcos, a manada de vacas, uma vaca, e o rebanho de ovelhas, quatro carneiros³⁵. Os montes do concelho seriam ainda aproveitados para caçar, sobretudo coelhos, com os furões que se podiam adquirir no mercado, e ainda para as actividades de recollecção do mel e da cera.

Mas Penamacor, situada na raia, convidava à mobilidade e ao comércio dos homens de ambos os lados da fronteira e de diversos lugares das redondezas, havendo no lugar tendas e mercados. Os agentes das transacções seriam cristãos ou mouros, muitos destes devendo já estar a viver em terras conquistadas pelos cristãos. Pela enumeração dos produtos pelos quais os homens de fora tinham de pagar portagem³⁶, ficamos a conhecer um pouco mais sobre esta dinâmica mercantil. Chegava então ao mercado todo o tipo de gado cavalar, muar, asinino, bovino ou porcino. Vendiam-se couros de vaca, zebro, cervo ou gamo. Transaccionavam-se panos de cor, fustões ou tecido de burel e linho. Como alimentos, vendia-se e comprava-se pão, vinho, azeite, pescado (peixotas, sardinhas e congros), sal, coelhos e ainda outros produtos como a cera e os furões.

Os produtos básicos da alimentação e do vestuário dos homens de Penamacor estavam assegurados. E mesmo bem defendidos. Na verdade, uma cláusula do foral estipulava que, em caso de carência de abastecimento, o pão, vinho, carne e pescado só podiam ser comprados na presença do pretor, alcaide ou alcaides³⁷. Visava-se, por certo, equilibrar a distribuição dos alimentos em tempos de fome, evitando os açambarcamentos, e, mais ainda, impedindo que os vizinhos ficassem desprevenidos face à pressão de gente do exterior com maior capacidade económica.

Penamacor, a partir da carta de foral que lhe concedeu D. Sancho, em Março de 1209, tornou-se um concelho regido por autoridades e normativas que seriam

susceptíveis de assegurar um regular quotidiano neste lugar da extrema fronteira, e que estimularia mesmo a vinda de mais povoadores.

E assim devia ter acontecido, porque o concelho se manteve ao longo dos séculos e foi progredindo.

D. Afonso II confirmou este foral por carta, expedida de Coimbra, em Novembro de 1217, bem como também D. João I lhe reiterou os seus privilégios, foros, liberdades e bons costumes e a soberania régia, num documento saído de Coimbra, a 3 de Abril de 1385³⁸.

Penamacor receberá ainda foral novo de D. Manuel por diploma emanado de Santarém a 1 de Junho de 1510³⁹

Por sua vez D. Afonso III concedeu-lhe, a 11 de Março de 1262, uma feira anual que durava quinze dias e se iniciava a 24 de Abril, mais activando os circuitos mercantis dão lugar⁴⁰.

Consciente dos seus direitos e privilégios, o concelho de Penamacor saberá pugnar por eles, mesmo na instância superior das Cortes, onde esteve várias vezes presente expondo os seus agravos, e obtendo, para muitos deles, uma resolução favorável dos monarcas⁴¹.

Mas este é já um outro trecho do longo e remoto passado de Penamacor. A que por certo voltaremos.

Por ora deixámo-lo legalmente reconhecido com o seu foral, concedido por D. Sancho I, e integrado na rede concelhia de tempos medievais, que ajudou a construir e consolidar o reino de Portugal.

Anexo 1 - Justiça

JUSTIÇA		
DELITOS CONTRA A PESSOA HUMANA	COIMAS	DESTINATÁRIO
Homicídio	300 morabitanos	queixoso 1/7 paço
Perseguir homem com armas	20 soldos	(lesado)
Perseguir homem com armas e ferir	12 morabitanos	queixoso 1/7 paço
Perseguir homem em igreja, concílio, mercado	60 soldos	queixoso 1/7 paço
Mutilações – cada olho, dente ou braço	12 morabitanos	queixoso 1/7 paço
Matar "conductário", hortelão, quarteiro, moleiro e solarengo alheio	300 morabitanos	ao seu senhor 1/7 paço
Prender homem de Penamacor	500 soldos	1/2 rei ; 1/2 queixoso
DELITOS DE GUERRA	COIMAS	DESTINATÁRIO
Falta ao fossado do cavaleiro	10 soldos	
Falta ao apelido de cavaleiro	10 soldos	vizinhos
Falta ao apelido de peão	5 soldos	vizinhos
Cavalgar cavalo alheio	5 soldos – dia 10 soldos – noite	
Descavalgar cavaleiro	500 soldos duplicar cavalo	rei dono
DELITOS CONTRA A CASA E FAMÍLIA	COIMAS	DESTINATÁRIO
Violação de domicílio	500 soldos	queixoso 1/7 paço
Rouso (rapto)	200 morabitanos	parentes 1/7 paço
Mulher forçada	300 soldos	lesada 1/7 paço
Mulher que deixa marido de benção	300 soldos	marido 1/7 paço
Homem que encontra sua mulher em adultério deixa-a e toma-lhe os bens	1 dinheiro	juiz
Homem que fizer mal ao marido que actuou sobre a mulher adúltera	500 soldos e sai do concelho como traidor	concílio 1/7 paço
Perseguir mulher casada de benção	60 soldos	1/7 paço
Perseguir mulher casada não de benção	30 soldos	1/7 paço
DELITOS CONTRA A PROPRIEDADE	COIMAS	DESTINATÁRIO
Furto	repor 9 vezes o valor	1 lesado 4 juiz 4 (concílio)
Mudar marco de propriedade	5 soldos	(lesado) 1/7 paço
Ultrapassar limite de propriedade	5 soldos	(lesado)
Dano nas propriedades que os vizinhos tenham no reino	500 soldos duplicar a herdade	rei dono
Queixa ao rei do homem que matou ou perseguiu por lhe tirarem bens à força	500 morabitanos	1/2 rei; 1/2 concílio
OUTROS DELITOS	COIMAS	DESTINATÁRIO
Testemunha e fiel mentiroso	60 soldos e sai do concílio	1/7 paço
Tirar penhora ao juiz	1 soldo	1/2 queixoso 1/2 rei
Tirar homem de Penamacor fora do concelho	500 soldos	
Vizinho que seja vozeiro contra seu vizinho a favor de homem de fora	10 soldos	1/7 paço
Tirar penhor ao juiz	1 soldo	1/7 paço
Quem infringir o testamento de marido e mulher	100 morabitanos	
O que comprar géneros em tempo de carência sem a presença de pretor, alcade ou alcales	60 soldos	alcales e concílio 1/7 paço
Perseguir alcade por justiça que faça	1 morabitino e perca a mão	
Homem que for convocado pelo alcade e não comparecer	5 morabitanos	concílio
Penhorar os leitos (roupa de cama) dos homens de Penamacor	60 soldos	queixoso 1/7 paço
Não aceitar a convocatória do juiz, concílio, sesmeiro, alcade e alcales	5 morabitanos	concílio

Anexo 2- Fiscalidade

FISCALIDADE RÉGIA		
PORTAGEM		
PRODUTOS	MONTANTE	
Carga de coelhos (de mouros)	1 morabitino	
Carga de fustão	5 soldos	
Carga de panos de cor	5 soldos	
Carga de coelhos (de cristãos)	5 soldos	
Carga de peixotas de fora do reino	5 soldos	
Carga de couro de fora do reino	5 soldos	
Carga de azeite	5 soldos	
Carga de asno de azeite	5 soldos	
Carga de cera (de cristãos)	5 soldos	
Carga de sardinhas	5 soldos	
Carga de peixotas ou congros	2,5 soldos	
Carga de sal	1 soldo	
Cavalo, mulo ou mula	1 soldo	
Trouxel de burel ou linho	1 soldo	
Carga de pescado	1 soldo	
Carga de asno	6 dinheiros	
Boi ou asno	6 dinheiros	
Porco	2 dinheiros	
Furão	2 dinheiros	
Couro de vaca ou zebro	2 dinheiros	
Cambiar morabitanos	2 dinheiros	
Carga de peão	1 dinheiro	
Couro de cervo ou gamo	3 mealhas	
Carga de pão ou vinho	3 mealhas	
DÉCIMA		
Comprar e vender	décima	1 couro vermelho ao pretor
Mouro que se libertar ou fizer acordo com o seu senhor nesse sentido	décima	
COLHEITA		
De cada casa	6 dinheiros	
QUINTO DOS DESPOJOS		
Quinto dos despojos sem oferção		

Anexo 3- Montádigo

MONTÁDIGO		
Rebanho de ovelhas	4 carneiros	concílio
Vara de porcos	4 porcos	concílio
Manada de vacas	1 vaca	concílio

1.2 – A integração diocesana de Penamacor: espaços e protagonistas da vivência religiosa na Idade Média

Hermínia Vasconcelos Vilar¹

Em Novembro de 1199 Sancho I outorgava foral à Guarda² e algures pouco depois desta data iniciava-se o complicado processo de restauração e organização de uma nova diocese na qual Penamacor se viria a incluir. Esta é, pelo menos, a leitura que os estudiosos das origens da nova diocese de Egitânia restaurada na Guarda têm feito do processo de criação da antiga diocese egitaniense, num período em que a maior parte das restantes dioceses do reino se encontravam já relativamente consolidadas e governadas por diferentes prelados³. Na verdade, a região incluída na nova diocese que surgiu na transição entre os séculos XII e XIII tinha permanecido até tarde como terra de investidas e de corridas militares, como corredor de passagem entre religiões mas também entre reinos cristãos e como tal a sua ocupação e consequente organização tinham tardado. A paragem do processo de conquista a Sul após os desastres militares que Sancho sofreu nos combates contra os almohadas⁴ determinou a viragem da política régia, no final do século XII, para a consolidação das fronteiras a Norte do Tejo e para o povoamento das zonas de transição entre o reino cristão e o império almohada, mas também entre o jovem reino português e os vizinhos leoneses⁵.

A inserção deste território pouco controlado numa nova diocese não surgia, pois, como uma medida de somenos importância. Organizar uma circunscrição eclesiástica com a representatividade de um bispado, sujeitá-la ao poder de uma autoridade episcopal constituíam, sem dúvida, passos importantes no processo de organização deste território. A documentação é, no entanto, parca em informação sobre estas primeiras décadas.

Uma longa tradição alicerçada em alguns dados dispersos mas em poucas informações documentais, tem colocado a escolha do novo bispo e a instauração

da nova sede episcopal nos meses imediatamente posteriores a Novembro de 1199, ou seja à outorga de foral à Guarda, e tende a identificar Sancho I como o responsável por esse pedido, explicando-se essa atitude régia pela preocupação em beneficiar um pólo urbano ao qual tinha, recentemente, concedido foral e o qual pretenderia ver transformado em sede episcopal em detrimento da antiga Egitânia⁶. As razões que tinham estado na base desta escolha é que nunca surgem aclaradas, nem mesmo os documentos que concretizam esse pedido tão longamente referido, embora tanto Gama e Castro como Pinharanda Gomes apontem a decadência populacional e económica da Idanha como causas prováveis do investimento de Sancho I na Guarda.

Contudo, a explicação adicional pode ser encontrada no esforço de povoamento e de organização do território desenvolvido por Sancho I após as acções de Fernando II em torno de Ciudad Rodrigo, restaurada e promovida a sede de bispado no início dos anos 60 do século XII e à necessidade de consolidação da fronteira com o reino de Leão⁷. Neste contexto, a Guarda oferecia condições estratégicas privilegiadas. Encontrando-se relativamente recuada face à zona de fronteira, onde outros concelhos e pontos fortificados iriam surgir ou seriam reforçados nos anos seguintes, como foi o caso de Pinhel a Norte, do Sabugal e mesmo de Penamacor, a Guarda não deixaria de funcionar, igualmente, como barreira ao avanço para espaços situados nas encostas ocidental e sul da serra da Estrela e permitia a consolidação da presença portuguesa na margem ocidental do rio Côa.

Desta forma, as condições que explicam a outorga do foral a esta localidade em 1199 serão, talvez, as mesmas que estiveram subjacentes à mudança do episcopado da Egitânia para a Guarda. À premência da consolidação de uma fronteira juntava-se a necessidade de construir um contraponto à recente sede episcopal de Ciudad Rodrigo⁸.

A documentação papal relativa ao ano de 1199 exarada entre Junho e Julho deste ano e especificamente alusiva à inserção da diocese da Idanha na área de jurisdição arquiépiscopal de Compostela refere, a par dos bispos de Lisboa, Évora e Lamego, o povo e clero da Idanha mas não o seu bispo o que faz pensar na ausência de uma nomeação episcopal ao longo deste ano⁹. Aliás, a primeira referência que a documentação de Inocêncio III faz ao bispo Martinho data de Março de 1203¹⁰, chamando-lhe então bispo eleito da Idanha e encontra-se inserida numa bula que encarregava João Fáfila, cónego de Lisboa e os párocos de Santa Maria de Alenquer e de S. João de Santarém de examinarem a queixa feita pelo bispo de Coimbra, D. Pedro, contra o bispo eleito da Idanha devido à usurpação de igrejas e a várias violências cometidas na zona de fronteira entre as duas dioceses, o que faz pensar na existência de um conflito prévio decorrido algures antes de Março de 1203 no qual o bispo egitaniense teria tido uma intervenção directa.

Esta cronologia válida para a documentação papal não é aliás muito distante das primeiras referências presentes na própria documentação régia. Na verdade, o primeiro documento de Sancho I que refere o bispo da Idanha é de Janeiro de 1204¹¹ e nesta data o bispo não surge mencionado como bispo eleito, embora

mantenha este título nas bulas papais até Julho deste mesmo ano de 1204.

O conjunto destes pequenos dados deixam entrever a existência de uma possível escolha do bispo nos meses anteriores a Março de 1203 ou mais provavelmente no decurso de 1202¹², prelado que, nesta data, esperava ainda a confirmação por parte do Papa, feita muito possivelmente após Julho de 1204, embora esse estatuto transitório não tenha merecido uma particular atenção por parte dos círculos régios, ao contrário do que tinha acontecido com outros bispos. No entanto, e apesar de ser possível estabelecer esta cronologia um pouco mais específica para o que se relaciona com a nomeação e confirmação do primeiro prelado, várias dúvidas se mantêm em torno dos tempos iniciais desta diocese e sobre as motivações e condicionalismos que terão ditado a mudança de sede que os autores concordam ter-se realizado desde o início ou seja desde a sua restauração¹³. No entanto, os novos prelados desta diocese continuarão, pelo menos até ao final da primeira metade do século XIII, a intitular-se bispos da Egitânia e não da Guarda, denominação que tende a surgir na documentação apenas a partir do reinado de Afonso III.

Contudo, e não obstante esta pequena introdução o meu propósito não é o de equacionar ou estudar as dúvidas e as questões que se mantêm em torno do processo de restauração da diocese da Guarda, embora a análise das vicissitudes deste processo sejam imprescindíveis à compreensão de alguns aspectos da organização eclesiástica de Penamacor em especial no que respeita ao século XII e mesmo ao início de Duzentos, mas sim reflectir em torno da integração e da importância específica que Penamacor assumiu no contexto desta diocese recém restaurada.

Para tal gostaria de equacionar algumas das características, mais gerais, que marcam a diocese na qual Penamacor se insere desde os primeiros séculos da Idade Média, características que a distinguem das demais e que decorrem não apenas do quadro temporal que assistiu à sua restauração mas igualmente do quadro de ocupação populacional que marcou todo este território e no qual Penamacor se inclui. Para tal, vamos tomar como base alguma, da pouca, documentação disponível para os primeiros tempos de existência diocesana, com realce para o foral dado a esta localidade por Sancho I em 1209 e cuja efeméride hoje comemoramos, de forma a compreender o quadro subjacente à inserção eclesiástica de Penamacor. Num segundo momento, tomaremos como termo de análise as primeiras décadas do século XIV e algumas fontes que nos fornecem um quadro global da diocese no início de Trezentos e que nos permitem uma caracterização comparativa dos diferentes espaços que a constituíam.

Entre estes dois momentos cronológicos tentaremos identificar algumas das características da organização interna desta diocese, apesar da escassez de fontes e tentaremos apreender a importância de Penamacor no contexto diocesano.

Um dos primeiros problemas que se coloca quando nos debruçamos sobre o processo da restauração diocesana egitaniense e sobre o lugar ocupado por Penamacor neste processo, reside na afirmação comum em vários historiadores

locais de que esta localidade se teria assumido como a sede episcopal no período anterior à restauração da diocese por Sancho I e após o soçobrar da original sede da Egitânia¹⁴.

A escassez de documentação para esta região e para o período em causa limita de forma inexorável o volume dos nossos conhecimentos sobre este espaço e estes anos. Com efeito, a eliminação ou o desaparecimento da documentação produzida pelos próprios poderes diocesanos, a ausência de instituições monásticas neste território, pelo menos para o período que nos interessa, a rarefacção dos diplomas relativos às Ordens Militares, em especial da Ordem do Templo com claros interesses em regiões limítrofes, constituem factores que explicam a escassez de informações para um vasto território no qual Penamacor se insere.

Assim, o primeiro documento mais eloquente sobre este burgo é o foral outorgado por Sancho I¹⁵, foral cujas informações são completadas pelos dados incluídos em alguns diplomas régios produzidos nas décadas seguintes. Mas, na verdade, as dúvidas são muitas e as suposições numerosas.

As discussões travadas em torno da permanência do mapa diocesano e da existência de bispos na Península Ibérica após a conquista muçulmana determinou o surgimento de algumas teorias sobre a manutenção do bispo da Idanha nos primeiros tempos posteriores à ocupação islâmica ou sobre a existência de uma hipotética nomeação de um novo bispo após os avanços cristãos para sul do Douro no decurso do século IX. Esta afirmação é feita, tradicionalmente, com base na referência a um Teodomiro da Idanha na documentação de Afonso III de Leão oriunda dos anos 90 do século IX¹⁶. Contudo, após esta data as referências aos bispos da Idanha parecem rarear e a hipótese de estes deixarem de estar ligados à cidade que lhes dava o nome parece mais forte.

Na verdade, se articularmos as referências de Pinharanda Gomes e da documentação leonesa com o que é dito por Christophe Picard para a região da Egitânia sob domínio muçulmano a hipótese desta cidade ter sofrido uma acentuada decadência a partir do século IX parece ganhar alguma consistência¹⁷. Na verdade, a centralidade deste núcleo no contexto visigodo e mesmo nos primeiros tempos de domínio muçulmano parece ter sido substituída por uma acentuada decadência a partir do século IX, ou seja a partir do momento em que os efeitos das investidas cristãs feitas a partir do reino astur-leonês se começaram a fazer sentir nos seus arredores e o poder muçulmano parece ter deixado de contar com esta povoação no esforço estratégico de organização deste território. É pelo menos assim que é interpretada por Christophe Picard a ausência de menções ao seu governador nas listas de governantes de Ibn Hayyam e no seu Muqtabis.

Neste contexto a leitura tradicional veiculada tanto por Pinho Leal como por José Manuel Landeiro¹⁸ e Pinharanda Gomes de que os bispos egitanenses teriam permanecido em diferentes terras de acordo com os percursos dos movimentos e das investidas militares ganha alguma viabilidade, embora a documentação sobrevivente não permita grandes ilações nem mesmo confirmar a continuidade da existência destes prelados. Mas o avanço de Afonso III e dos condes portucalenses e conimbricenses, em especial a partir de 868, para o Sul do Douro até Coimbra,

Lamego e Viseu deve ter aumentado a presença e a pressão cristãs nestas terras transformadas rapidamente em espaço de fronteira e desorganizado o já frágil equilíbrio de um território de passagem entre as zonas de influência cristãs e muçulmana e sujeito às influências de Mérida e das suas reacções autonómicas e de resistência perante o poder muçulmano ocorridas em especial no decurso do século IX¹⁹.

Assim, a ter existido uma restauração diocesana no final do século IX surgida no contexto do esforço de avanço cristão para Sul e do desenvolvimento de uma política de legitimação da conquista cristã²⁰, a verdade é que, aparentemente, essa restauração poderá ter sido efêmera e episódica, ao contrário do que aconteceu como outras dioceses limítrofes, como é o caso de Coimbra, Lamego e Viseu, cujos prelados surgem recorrentemente na documentação leonesa ao longo dos séculos IX e X.

Contudo, no que respeita especificamente a Penamacor o dado que parece ter maior notoriedade no que respeita à sua inserção diocesana e que foi realçado por todos os autores já referido reside no facto de algures entre o século IX, senão mesmo antes, e os finais do século XII, em virtude da vacância da sé, o governo da diocese poder ter estado entregue a uma colegiada ou cabido, a qual incluíria um arcediago e que se encontraria sediada em Penamacor²¹. Tal significaria, implicitamente, que aqui poderia ter estado instalada a sede do bispado a partir de 715.

A legitimação para esta afirmação é, na maior parte dos casos, encontrada no texto do foral de 1209 onde é indicada a existência de um arcediago perante o qual os clérigos de Penamacor deveriam responder e que segundo eles poderia substituir o bispo na condução da diocese.

As informações disponíveis não permitem, contudo, provar a plenitude destas afirmações. Na verdade, o foral dado por D. Sancho a Penamacor refere que os clérigos de Penamacor deveriam permanecer isentos de qualquer imposto de origem leiga, devendo usufruir da honra e do seu património como miles e tendo obrigação de responder apenas perante o seu arcediago. Da mesma forma estipula que as igrejas de Penamacor recebessem primícias de pão, de vinho e de todos os frutos e gado, cabendo a terça parte desses rendimentos ao bispo, a outra terça aos clérigos e uma outra aos paroquianos²².

Desta forma é afirmada a existência de uma autoridade episcopal restaurada algures nos anos anteriores na sequência da própria restauração diocesana e cujo detentor figura aliás entre a lista de testemunhas deste documento ou seja D. Martinho Pais. Mas é igualmente afirmada a existência precoce de um arcediago na região de Penamacor face ao qual os clérigos desta localidade obedeciam.

Ou seja embora o foral não indique a ausência de um bispo, bem pelo contrário, o que vem ao encontro do que referimos no início deste trabalho de a referência ao primeiro bispo desta diocese datar dos primeiros anos do século XIII, ele indica igualmente a precocidade de uma organização eclesiástica numa diocese recentemente restaurada.

E aqui reside talvez um dos elementos chave para a compreensão do processo

de inserção de Penamacor no espaço da diocese da Guarda. Na verdade, estas curiosas referências aos clérigos de Penamacor e ao seu especial estatuto constituem uma novidade a reter deste foral, já que não é frequente que os textos foralengos contenham menções explícitas a aspectos da organização eclesiástica das terras, já que essa não era uma área normalmente incluída no âmbito de preocupações de um foral, o que torna ainda mais curiosa a referência feita aos clérigos de Penamacor e às suas obrigações no corpo do texto de 1209.

Não obstante a intervenção recorrente de Sancho I em assuntos eclesiásticos no decurso do seu reinado a verdade é que as referências ao clero nos forais é praticamente inexistente, para lá de algumas cláusulas de carácter geral. Mas no caso vertente a intervenção régia foi ao ponto de consagrar no texto foralengo o sistema de partilha das primícias, a estrita dependência dos clérigos de Penamacor em relação ao seu arcediogo e a isenção dos mesmos face ao poder civil, numa aparente tentativa de deixar consagrado no texto enquadrador do foral o estatuto específico e privilegiado dos clérigos desta localidade, dando talvez resposta a anteriores situações de conflito entre estes mesmos clérigos e o bispo, que a documentação não deixa, contudo, entrever de forma clara.

Curiosamente e tal como já foi provado em trabalhos recentes o foral de Penamacor é um dos últimos documentos oriundos do reinado de Sancho I e que conta ainda com uma longa lista de testemunhas da qual constam os bispos das diferentes dioceses e membros de diferentes famílias nobres. Poucos meses depois, em Maio de 1209, a documentação de Sancho altera-se substancialmente deixando entrever o início de uma crise que ultrapassa o âmbito da chancelaria e que se estenderá até quase ao final do seu governo, levando à divisão dos seus círculos mais próximos em torno da sucessão régia²³. Mas o ambiente de conflitualidade que marcou, a diferentes níveis, estes últimos anos iniciou-se antes, em múltiplas disputas dispersas por diferentes pontos do reino. Se estas se estenderam ou se se fizeram sentir neste espaço não o sabemos em concreto mas é possível supor que esta reafirmação de direitos e privilégios feito no corpo do foral procurasse, por um lado, reassegurar os clérigos da sua autonomia em relação à proximidade do poder leigo e, por outro, garantir a ligação desses mesmos clérigos ao seu arcediogo, numa atitude que pensaríamos própria de um bispo, com o qual o arcediogo deveria manter uma situação de dependência, mas não do monarca. Seria aqui Sancho I a instância intermédia que permitia aos clérigos de Penamacor a manutenção de uma situação de excepção face a um bispo recém nomeado e interessado no controle da sua diocese, como parece ter sido o caso de D. Martinho Pais e que por isso não veria com bons olhos a permanência de situações de excepção no interior do seu espaço diocesano?

Representaria, na verdade, Penamacor uma situação de excepção no contexto da diocese egitaniense ou a ausência de um poder episcopal organizado até quase ao final do século XII poderá ter suscitado o aparecimento ou a manutenção de formas locais de organização religiosa? Não nos esqueçamos que em 1199 Inocêncio III se dirigia apenas ao povo e clero da Idanha.

De qualquer forma, o foral de Penamacor insere-se ainda no esforço de

ocupação e de controle da fronteira com o vizinho leonês, o monarca Afonso IX recentemente separado da sua segunda mulher, Berengária de Castela, e daí os incentivos à fixação de população e à consolidação destas populações relativamente próximas da fronteira com o vizinho cristão.

Com efeito, sem que seja possível afirmar se a condução do bispado permaneceu ou não em Penamacor durante os últimos séculos de domínio muçulmano e se essa condução foi assegurada por um arcediogo é talvez possível supor da existência de um estatuto especial de Penamacor no contexto da diocese recentemente restaurada. A referência precoce a um arcediogo nesta localidade poderá indiciar que alguma forma de organização terá existido mesmo antes da restauração diocesana cabendo a esse arcediogo a condução da zona de Penamacor compreendida no âmbito de um arcediagado. E foram, provavelmente, os direitos desses clérigos acostumados talvez a usufruírem de um estatuto particular, no contexto da ausência de uma restauração diocesana e da identificação oficial de uma sede episcopal que o foral pretendeu assegurar.

Tanto mais quando o próprio texto do foral parece ter tido a preocupação em identificar alguns dos destinatários desses privilégios. Com efeito, no final do corpo de testemunhas incluído no documento foralengo consta a referência a um Mendo Pires, pretor, a um Martinho Cresconho arcediogo e a um Maurato, porteiro, identificados como tendo “inceptit populare” ou seja terem começado a povoar ou talvez a organizar e a enquadrar um povoamento.

No mesmo sentido parece ir a referência expressa às obrigações dos paroquianos que pretendiam mudar de residência, os quais seriam obrigados a informar da mudança pela festa de Natal e as preocupações com o local de pagamento do dizimo deixa entrever um relativamente precoce esforço de organização na colecta deste tributo, organização aparentemente contraditória com a imagem de uma diocese desorganizada e restaurada ainda há pouco tempo. Desta forma, o que nos parece desenhar-se por entre as entrelinhas destas passagens é a possível existência de uma organização eclesiástica, mesmo que incipiente, nesta região, organização que não data de 1199 ou seja do ano de restauração diocesano mas que mergulhava, possivelmente, as suas raízes numa maior espessura temporal que se confunde com os anos de luta e de conflito entre cristãos e muçulmanos sobre a posse deste território e com um período de fluência das estruturas de poder.

Por outro lado as referências à existência de um arcediogo em Penamacor não me parecem constituir um indício obrigatório da não existência de um bispo, mesmo para períodos mais recuados. Pelo contrário, a pressupormos a sua existência em cronologias anteriores a existência de um arcediogo implica a existência de uma sede episcopal reconhecida mesmo se não continuamente ocupada, já que a figura do arcediogo surge tradicionalmente ligada ao bispo, enquanto seu representante e enviado. Desta forma, a sua criação em Penamacor poderá ter resultado do papel supostamente central que essa localidade terá jogado no período muçulmano. Mas estas não são mais do que hipóteses que a ausência de documentação não deixa de forma alguma confirmar.

Com a consolidação da diocese, Penamacor viria a ser incluída no âmbito da

jurisdição diocesana da Guarda e permaneceria sob a autoridade directa dos seus prelados. A divisão do património e a criação das Mesas episcopal e capitular ditaria a ligação das igrejas de Penamacor ao bispo em detrimento do Cabido.

Com efeito, com o fim da vida em comum e da partilha dos bens, bispo e cabido tenderam a dividir entre si os bens e direitos doados e geridos pelos órgãos diocesanos. Em diferentes datas, mas grosso modo entre a segunda metade do século XII e a primeira de Duzentos, a maior parte das dioceses portuguesas promoveram a divisão do património dando origem às chamadas mesas episcopal e capitular. A da Guarda não foi excepção, devendo esse processo ter tido início durante o pontificado de Vicente Hispano, tendo Gregório IX disposto que o património diocesano deveria ser dividido de acordo com a regra prevalecente na maior parte das igrejas hispânicas e que consagrava a entrega de dois terços dos bens ao bispo e um terço ao cabido²⁴. Aceite ou não esta disposição na década de 40 do século XIII a verdade é que um provável segundo documento de partilhas foi exarado em 1260, no decurso do governo de D. Rodrigo Fernandes²⁵.

Copiado por Pedro de Miranda Aragão, transcrito e comentado por José Osório de Gama e Castro e de novo publicado por Pinharanda Gomes, este documento fornece a lista resultante da divisão dos bens e direitos entregues ao bispo, cônegos e fábrica da Sé e definiu três partes obrigatoriamente desiguais.

Nesta divisão Penamacor, os seus bens e direitos eram entregues ao bispo e à sua quota parte dos rendimentos da diocese, a par de localidades como a Idanha, Monsanto e Abrantes, enquanto uma parte da Covilhã ficava, por exemplo, sob controlo capitular. Como veremos esta divisão não era aleatória mas correspondia a características específicas desta diocese. Diocese extensa, que se estendia ao longo das margens Norte e Sul do Tejo, diferenciada no seu interior tanto em termos naturais como económicos e que compreendia no seu interior instituições poderosas como era o caso das Ordens Militares do Templo e do Hospital ou igrejas de diferentes rendimentos e importância.

Mas para a caracterização desta diocese e do lugar que Penamacor e as suas igrejas ocupavam neste espaço saltemos algumas décadas até ao início do século XIV e retomemos um documento por demais conhecido: a lista das igrejas de 1320-21, para que, através dos seus dados, possamos desenhar o perfil, mesmo que impressionista, dos rendimentos paroquiais desta diocese.

Em 1320 o Papa João XXII outorgou a D. Dinis, a décima de todas as rendas eclesiásticas, à excepção das rendas e bens detidos pela Ordem de S. João do Hospital, por um período de 3 anos com o objectivo de apoiar o monarca na sua luta contra o muçulmano²⁶. Para a concretização deste mandado foi elaborado um documento, sobejamente conhecido e reiteradamente referenciado, mercê o seu carácter original no contexto da documentação medieval portuguesa e que incluiu um levantamento das igrejas e dos seus rendimentos à data da sua elaboração²⁷.

Não obstante as dúvidas que se possam colocar sobre alguns valores este documento fornece-nos um mapa comparativo dos rendimentos e um quadro da dispersão das igrejas no início de Trezentos.

Uma das primeiras características que se evidencia neste documento é o elevado número de igrejas mencionadas para o conjunto do território diocesano considerado. É verdade que estamos perante uma diocese particularmente extensa, compreendida desde a região montanhosa da serra da Estrela até à margem sul do Tejo, à zona de Portalegre e de Marvão, mas o elevado número de igrejas, um pouco mais de duas centenas não deixa de surpreender, tanto mais quando se nos detivermos com um pouco mais de atenção na sua distribuição rapidamente vislumbramos uma acentuada diferença da sua repartição no espaço considerado.

Com efeito, a lista de 1320 organiza o espaço diocesano em dez territórios: Guarda, Celorico, Belmonte, Sortelha, Penamacor, Monsanto, Portalegre, Marvão e Castelo de Vide, Abrantes e Covilhã, esta última em conjunto com Castelo Branco e para cada um deles enumera as igrejas taxadas e sujeitas ao pagamento da décima dada a D. Dinis. Uma primeira menção que deve ser feita é que não podemos considerar que todas as igrejas referidas fossem obrigatoriamente paroquiais. Na verdade, em alguns casos, nomeadamente no caso de igrejas taxadas apenas em algumas libras ou nos casos em que algumas igrejas surgem anexadas ou ligadas a outras será lícito pensar que estamos perante capelas ou igrejas anexas que não constituíam sede de paróquia. No entanto e independentemente desse dado, o número de igrejas não deixa de ser, como já referimos, bastante significativo, em especial em alguns dos territórios considerados.

A região que apresenta o maior número de templos é, sem dúvida, a incluída na área de influência da Covilhã e de Castelo Branco, com mais de 60 instituições, algumas delas bastante rentáveis, apresentando esta região um volume de rendimento resultante das igrejas aí situadas, superior ao da própria mesa episcopal que era então de 8000 libras, enquanto as igrejas deste grupo rendiam cerca de 8500 libras. Esta quantia era tanto mais significativa quando todas as outras zonas consideradas no interior da diocese se encontravam, em termos de rendimento, bastante aquém dos números estabelecidos para a região da Covilhã e de Castelo Branco.

Com efeito, a zona que aparecia como a segunda mais rentável era Abrantes que, com um número bastante mais restrito de igrejas, apenas 15, apresentava um rendimento de 2940 libras. Depois surgia a zona de Monsanto com outras 11 igrejas, as quais rendiam 1789 libras, enquanto o território da Guarda com cerca de 50 instituições de culto apresentava um rendimento inferior, apenas em redor de 1600 libras, se não incluirmos neste cômputo as mesas episcopal e capitular. Acima das mil libras encontravam-se ainda as igrejas de Marvão e de Castelo de Vide, que rendiam um pouco mais de 1200 libras no cômputo geral dos seus onze templos. Todos os restantes territórios encontravam-se abaixo desta fronteira das mil libras, como era o caso de Penamacor. Neste conjunto estavam compreendidas apenas 8 igrejas como um rendimento global de 405 libras. Destas oito igrejas mencionadas, as cinco primeiras localizavam-se provavelmente na vila: Sto Estevão, S. Tiago tida tradicionalmente como a primitiva sede da colegiada episcopal, S. Pedro, S. João e Santa Maria do Castelo. De entre estes 5 templos o mais rentável era, sem dúvida, o de S. Tiago com 120 libras, o dobro do valor

de São Pedro e de S. João e três vezes mais do que o valor de Santa Maria. Mais próxima encontrava-se apenas a igreja de Sto Estevão com 80 libras. As restantes instituições mencionadas: Meimão, Aranhas e Meimoa eram pequenos templos com uma ou duas dezenas de libras de rendimento.

No conjunto, as igrejas de Penamacor não eram particularmente rentáveis no conjunto da diocese, estando pois distantes neste início de Trezentos do papel central que este território e as suas igrejas possam ter jogado no contexto do período anterior à conquista e ocupação cristãs. Pelo contrário, esta região parecia antes alinhar com algumas das zonas mais pobres de uma diocese que se caracterizava por uma assinalável disparidade de rendimentos.

Na verdade, se a diocese da Guarda incluía importantes e rentáveis igrejas como era o caso da igreja de Castelo Branco que taxada a par das igrejas de Rodão e da Vidigueira atingiu o valor de 1700 libras, outras, como acontecia com a de Sta Marinha da Guarda, ou Sta Madalena de Rande ou Sta Maria de Ina não atingiam a dezena de libras.

Aliás, a partir dos dados fornecidos por esta lista parece-nos ser possível destrinçar importantes disparidades económicas entre as regiões incluídas nesta diocese, a acreditarmos nas informações coligidas. A importância do rendimento das igrejas incluídas na região da Covilhã e de Castelo Branco não podem deixar de surpreender no contexto de uma diocese relativamente débil como era a da Guarda e mesmo tendo em conta que estamos perante um território que compreendia um importante número de igrejas, mais de setenta como já referimos, é nesta região que identificamos algumas das mais importantes e rentáveis templos da diocese. A esta luz os enormes conflitos travados entre o bispo egitaniense e os prelados de Coimbra sobre a definição das respectivas fronteiras diocesanas, conflitos travados em torno da região da Covilhã poderão ser melhor compreendidos, tendo em linha de conta o que estava então em jogo.

A outra região que merece algum realce é a de Abrantes, cujo rendimento das suas igrejas, maioritariamente urbanas, a colocavam como a segunda mais importante desta diocese. A sua situação estratégica junto à linha do Tejo, que lhe permitia usufruir não apenas do comércio como das capacidades de escoamento de produtos que esta linha fluvial lhe conferia não era estranha a este rendimento, para o qual contribuía ainda uma agricultura intensiva praticada em alguns solos mais ricos.

Tal como seria previsível as taxas mais reduzidas encontravam-se no interior da diocese, nas regiões marcadas por uma estrutura agrária pobre e por uma debilidade urbana que resistia a uma ocupação mais rápida e eficaz do território.

De uma forma ou de outra Penamacor manteve-se indelevelmente ligada à diocese egitaniense ao longo da Idade Média. Os dois momentos que considerámos nesta análise e que constituem apenas dois quadros possíveis de traçar de uma História bem mais complexa, permitiram-nos vislumbrar, em primeiro lugar, o momento de transição marcado pela restauração da diocese no início de Duzentos, no contexto do qual Penamacor poderá ter usufruído de um estatuto particular. Já

o segundo momento, coincidente com as primeiras décadas do século XIV, possibilitou a caracterização de uma diocese já relativamente definida nas suas fronteiras e organizada, mas da qual se retira a imagem de um extenso território desigual nos seus rendimentos e riquezas.

Entre estes dois momentos está a evolução de uma localidade e das suas gentes, as vicissitudes da sua adaptação a diferentes conjunturas políticas e o vazio documental de uma região que teima em deixar sem resposta várias interrogações sobre a sua História.

1.3 – La frontera entre el Duero y el Tajo hasta el Tratado de Alcañices (1297): el papel de la Orden de Alcántara

Feliciano Novoa Portela¹

Al hablar de la frontera medieval la mayor parte de la moderna historiografía ha puesto de relieve los problemas que existen a la hora de definirla y caracterizarla. Una de las razones de este hecho, y en eso también están de acuerdo la mayoría de los historiadores, es que la realidad fronteriza y los elementos que la explican varía y mucho a lo largo de toda la Edad Media². Se habla así progresivamente de una frontera espiritual-religiosa, la que impone el ideal cruzado, que sería preponderante hasta mediados del siglo XII, de una frontera de “reconquista” como límite de colonización o, por último, de una frontera política que aparece cuando ese espacio poco definido en sus límites deja de serlo gracias al ideal político de la soberanía territorial³. En lo que ya no se ponen de acuerdo los estudiosos es en que momento sucedió esto último; para algunos lo hizo a partir del siglo XVI cuando el Estado, dicen, se alejó definitivamente de sus formas feudales para constituirse en una comunidad territorial bien definida con conciencia de pertenencia a un reino. Otros especialistas, en buena parte medievalistas, adelantan la fecha a finales del siglo XIII, principios del XIV; fue en ese momento, señala el profesor Ladero, cuando “se consolidó la tendencia a precisar mejor las fronteras como manifestación de los límites a los que llegaba el poder de un rey, que comenzaba a encarnar la noción de Estado y la de soberanía”⁴. No es una casualidad, dice el mismo profesor, que sea a partir de entonces cuando el término frontera que hasta ese momento estaba asociado casi en exclusiva al mundo musulmán, *in frontieram maurorum*, comience a aparecer de forma normalizada en la documentación para denominar a los límites entre los reinos cristianos de la Península⁵.

1 – Fernando II y la búsqueda de un espacio

En cualquier caso, sea antes o después, lo que parece claro es que el concepto de frontera está íntimamente relacionado con el largo proceso de construcción de las monarquías nacionales. Todo ello justifica que iniciemos la historia de la frontera entre el Duero y el Tajo en el año de 1157. Ese año murió el emperador Alfonso VII y de acuerdo con las disposiciones sucesorias sus dos hijos varones, Sancho y Fernando, se coronaron reyes, de Castilla, y de León, respectivamente. No constituyó, como se piensa habitualmente, un mero reparto de territorios sino que, con ello, el Emperador reconocía la existencia de dos comunidades con “identidad” propia cada una de ellas, pero con potencialidades diferentes⁶. La más débil era León y de ello era consciente el nuevo rey que intentó desde el primer momento corregir sus importantes deficiencias, conocidas también por los demás monarcas peninsulares; así, Sancho III de Castilla invadió León a finales de 1157 por Tierra de Campos, un espacio que reclamaban los dos monarcas y que será objeto de varios acuerdos. Es significativo que el contenido de estos acuerdos y de otros que se repitieron sobre esta misma cuestión no aparezca el término frontera en ningún momento y sí el menos descriptivo políticamente de *divisio inter regna*⁷. Por otro lado, la frontera meridional situada en Coria estaba perennemente amenazada por las constantes arremetidas de los almohades y, por último, Portugal que había iniciado su expansión hacia el Este en una fecha tan temprana como 1130, cuando Fernão Mendes *Bragança*, cuñado de Afonso Henriques, concedió fuero a Numão⁸, la reactivó también a partir de 1157. Desde ese año y hasta 1169, el ya rey Afonso Henriques concedió fuero a numerosos enclaves situados o cercanos a esa zona fronteriza con el reino de León, en concreto lo recibieron las poblaciones de Freixo-de-Espada, Trancoso, Marialva, Aguiar da Beira, Celorico da Beira, Moreira de Rei, Linares y Penela da Beira, ninguna de ellas, por cierto, situadas, en la otra orilla del río Côa⁹.

En esta situación de estrangulamiento, Fernando II intentó solucionar los graves problemas de su reino a través de la diplomacia. Para ello, llegó a un acuerdo con su hermano Sancho III en la población de Sahagún durante la primavera de 1158. El pacto, entre otras cosas, contemplaba la supresión de Portugal y el reparto de territorios aún en manos de los musulmanes: en concreto, el reino de León ocuparía las tierras que iban desde Lisboa hasta Niebla, así como la mitad de Sevilla¹⁰. Pero la muerte de Sancho III y la imposibilidad política y militar de hacer desaparecer a Portugal como reino, propició el acercamiento del Rey leonés al monarca portugués; ambos tuvieron una entrevista en Cabrera en el otoño de 1158 que si bien en la práctica constituyó el reconocimiento definitivo de Portugal como entidad independiente, no solucionó los problemas de *divisio inter regna*. Tampoco se solucionaron con una nueva entrevista -“junta” le llamaron los cronistas- que tuvo lugar en Santa María de Palo, tres días antes del día de Navidad de 1159¹¹.

2 – La creación de la Diócesis de Ciudad Rodrigo y el nacimiento e la Orden del Pereiro

En estas desfavorables circunstancias y sabiendo que la salida a los graves problemas del Reino tenía que venir de otro lado que no fuera de la mera diplomacia, Fernando II tomó una importante decisión que condicionaría para siempre el futuro de la frontera con Portugal entre el Duero y el Tajo: la “refundación” de Ciudad Rodrigo¹². Con ella lo que pensaba asegurarse era, por un lado, una perfecta “base militar” desde la que avanzar hacia el Sur y relanzar la “reconquista” leonesa y, por otro, frenaba los deseos castellanos de controlar la penillanura salmantina. Por último, le iba a permitir colonizar un gran espacio hacia el oeste, hacia los dominios portugueses, cuyo límite situó el rey leonés en el río Côa¹³.

La repoblación de Ciudad Rodrigo dio comienzo en el año 1161. En febrero de ese año, Fernando II entregaba el derecho episcopal –*ius pontificale*– al arzobispo de Santiago, que conllevaba la creación de un obispado en la ciudad salmantina¹⁴. Diez años después, en 1171, el mismo monarca ratificó sus límites occidentales en el cauce del río Côa que constituían, ya lo hemos dicho, los del propio reino. En el mismo documento y como un gesto de afirmación de Fernando II ante Afonso Henriques, el rey leonés donó al nuevo obispado dos lugares emblemáticos, Calabria y Torre de Aguiar. Con el primero de ellos, el Rey Fernando II intentaba hacer del obispado de Ciudad Rodrigo una continuación –*restauratio*– de la antigua diócesis goda de Calabria, con el objetivo, entre otras cosas, de justificar ante el Papa la creación no autorizada de un nuevo obispado. Con la donación de Torre de Aguiar el objetivo perseguido por el monarca leonés era invalidar una anterior donación al monasterio de Santa María de Aguiar de Alfonso Henriques y con ello borrar los posibles derechos de la monarquía portuguesa en toda la zona. Hay que decir que en 1174, el rey portugués confirmó la donación a Santa María advirtiéndolo con ello que no renunciaba a sus pretensiones sobre la Riba Côa¹⁵.

3 – La expansión hacia el sur de los reinos de Portugal y León

Estos primeros pasos hacia la consolidación territorial del nuevo reino de León, generó, como era lógico, el recelo portugués desde el primer momento: en 1162, solo un año después de la refundación de la ciudad, Afonso Henriques apoyó, de palabra y obra, la rebelión de Salamanca contra Fernando II y contra Ciudad Rodrigo, intentando con ello bloquear la expansión leonesa hacia el sur, a la vez que llevaba su territorio más hacia el Este¹⁶. Entre 1165 y 1166, *Geraldo sem pavor* consiguió tomar por sorpresa las plazas de Monfragüe, Cáceres, Trujillo, Montánchez y más al sur-oeste Évora y Serpa. Ahora bien, lo que ansiaba Afonso Henriques dependía esencialmente del dominio de Badajoz y ello explica que el monarca portugués enviara en mayo de 1169 tropas en ayuda de su famoso vasallo que estaba empeñado en conquistar la ciudad pacense. La reacción de Fernando II fue desplazarse a la zona con lo que las tropas portuguesas se encontraron “entre

dos fuegos”¹⁷. Al margen de los aspectos militares, lo que resultó importante y significativo de la derrota portuguesa es que fijó definitivamente el ámbito de actuación de la monarquía leonesa en su expansión hacia el sur, eran los territorios de la Extremadura leonesa que, entre 1166 y 1174, Fernando II entregó en su mayor parte a los templarios; estos recibieron los castillos de San Juan de Mazcoras, Milana, Benavente de Sequeros, Esparragal, Portezuelo y Alconetar que vertebraban todo este territorio con centro en Coria, cuya tenencia se hallaba igualmente en manos de la misma Orden desde 1142¹⁸. Así pues, si en la Riba Côa fue el obispado el que sirvió de instrumento de ocupación del territorio y de fijación de la frontera con Portugal, al sur de la Sierra de Gata, en la Alta Extremadura, fueron las Órdenes militares, en concreto los freires templarios, los responsables de defender el reino de las entradas musulmanas, pero también, como hemos dicho, de las apetencias territoriales portuguesas. En 1174, los límites con este reino entre el Duero y el Tajo quedaron situados en dos cursos de ríos, el Côa y el Erjas, convertidos en auténtica raya entre los dos reinos. Pero la situación cambió sustancialmente ese mismo año de 1174 cuando tuvieron lugar las devastadoras incursiones de los almohades que terminaron con la presencia leonesa en estos territorios y fijaron la frontera meridional nuevamente en Ciudad Rodrigo.

Otra derrota de Afonso Henriques, la de Argañal, en 1179¹⁹, diez años después de Badajoz, tuvo también importantes repercusiones para la frontera entre los dos reinos. En su fracasado intento de apoderarse nuevamente de Ciudad Rodrigo, el rey portugués reafirmó el dominio leonés en la Riba Côa; en esta batalla estuvieron junto al rey de León freires de la Orden del Pereiro, una Orden cuyo nacimiento tuvo mucho que ver con la política leonesista de Fernando II. En la primera mitad de la década de los setenta del siglo XII, si no antes, Fernando II contempló la creación de una orden militar de obediencia únicamente leonesa, una vez que la Orden de Santiago nacida con ayuda del rey leonés en 1171 había desplazado su sede a territorio castellano. La nueva Orden que quería Fernando II tendría entre sus tareas la ocupación militar pero también la organización colonizadora, elementos ambos indispensables a la hora de crear frontera y monarquía. La opción elegida por Fernando II fue convertir a una comunidad de freires, un monasterio, que estaban al cuidado de la iglesia de San Julián do Pereiro, situada en el actual cementerio de la población de Cinco Villas, en plena Riba Côa, en una *Militia Dei*. Esta “militarización” se vio justificada ideológicamente por el espíritu de cruzada imperante que crecía a medida que se acercaba el año de 1183 cuando finalizaban las treguas con los almohades.

4 – La política leonesista de Alfonso IX de León y el nacimiento de la Orden de Alcántara

La muerte de Fernando II acaecida en 1188 no supuso el fin de su política, muy al contrario, su hijo y sucesor Alfonso IX le dio, bien es verdad que después de fracasar en su intento de hacerse coronar rey de Castilla, un nuevo y mayor

empuje con un carácter que hoy podríamos tildar de “nacionalista”: en la Riba Côa y desde el comienzo de la década de los noventa del siglo XII, el nuevo rey leonés, aprovechó la paz con Portugal, para fundar los concejos de Castelo Rodrigo y Sabugal, a la vez que hacía donación al Obispado de Ciudad Rodrigo de los castillos de Almeida y Alfayates, Hinojosa, Arrocinno y el de Foz Côa: señala el profesor Ladero que fue en este momento cuando por primera vez la Riba Côa recibió un tratamiento global y personalizado de territorio²⁰. A partir de 1208, Alfonso IX radicalizó su política en este territorio, aprovechando otra vez, una nueva tregua -el tratado de Valladolid- con el rey Sancho I de Portugal. Alfonso IX fundó o dio fuero a las poblaciones de Castel Bom, Castel Melhor, Alfayates, Sabugal, Vilar Formoso y Vila Mayor. Este desarrollo concejil suponía un paso más en la apropiación de todo este espacio, pero esta vez con nuevos instrumentos, los concejos, ajenos a la etapa inicial de presencia eclesiástica²¹.

Al sur en la Transierra leonesa, el nuevo rey de León, Alfonso IX, dio un empuje a la reconquista con especial éxito desde finales de la última década del siglo XII y principios del siglo XIII: los hitos más conocidos e importantes fueron la conquista de Alcántara en 1213, Alburquerque en 1217, Valencia de Alcántara en 1219, Cáceres (1229) y Badajoz en 1230, todos estos lugares conformaron un cinturón defensivo estratégico frente a Portugal²².

En este contexto de expansión, Alfonso IX tomó una serie de decisiones, una de las cuales tendrá una enorme trascendencia política: el “desalojo” de la Orden del Temple de la mayor parte de las posesiones que tenían en el reino leonés, perdidas con el avance almohade en 1174 y que, como acabamos de decir, Alfonso IX había vuelto a conquistar. Con ello el Rey leonés dejó patente su claro recelo a la importante presencia templaria al otro lado de la Frontera, en la Beira Baixa, que se había hecho evidente durante el maestrazgo de Gualdim Pais (1159-1195) y que continuó con posterioridad. El Temple recibió en la Beira Baixa, entre otros bienes, y de norte a sur: posiblemente Penamacor, Monsanto (desde 1172 en poder de los santiaguistas), Idanha-a Velha, Idanha-a-Nova, Castelo Branco en 1214 la más importante de las plazas fuertes templarias y sede de sus maestros y más al Sur y más tarde, Salvaterra do Extremo, Segura y Rosmaninhal: el río Erjas era el límite de la jurisdicción que Afonso Henriques había dado al citado maestro templario con motivo de la cesión de Idanha a Velha en 1165²³. Desde luego la continuidad territorial del dominio templario a un lado y otro de la frontera no debía ser del gusto de los reyes leoneses que sabían de la cercanía “política” del Temple a la corona portuguesa.

Para sustituir al Temple, Alfonso IX, creó una orden leonesa y leonesa y la creó con freires calatravos leoneses, intentando con ello sustraerlos a la dependencia de la monarquía castellana, y con los freires del Pereiro. La nueva Orden será la encargada de integrar políticamente y salvaguardar militarmente el nuevo territorio de conquista y colonización: de esta forma pasaron a esta Orden

los antiguos castillos y posesiones templarias de San Juan de Mazcoras (después llamada Santibáñez), Portezuelo; la villa y castillo de Milana, o Torremilanera como se le conoce en la actualidad, los también castillos de Bernardo y Benavente y por último, no muy lejos de la actual población fronteriza de Santiago de Alcántara el castillo de Cabeza de Esparragal que pasará a la Orden leonesa oficiosamente durante el primer tercio del siglo XIII y oficialmente desde 1236 cuando se termina el largo pleito entre las órdenes; seguía en manos templarias el puente de Alconetar que también después de la disolución del Temple llegaría a formar parte de los bienes alcantarinos y algunos otros bienes que tenían una naturaleza únicamente “económica” y a los que más tarde haremos mención²⁴.

Así pues antes de 1230, año en que se unificarían los reinos de Castilla y León, la Orden del Pereiro y Alcántara, que así se llamó hasta mediados del siglo XIII, poseía todo el señorío que lindaba desde la parte norte de la Beira Baixa portuguesa hasta casi la cuenca del Guadiana, a la altura de las poblaciones alentejanas de Portalegre y Campo Mayor: es decir un territorio de más de 4500 kilómetros cuadrados y una longitud, norte sur, de más de cien kilómetros a lo largo de la frontera portuguesa; este espacio se articularía alrededor de cuatro ejes:

– El primero alrededor de Navasfrías y más tarde, desde 1254, en torno al castillo y villa de Salvaleón al sur de la actual villa de Valverde del Fresno casi enfrente de Penamacor: *a nueve leguas dicen las crónicas* y consiguientemente literalmente soldado a la frontera portuguesa El castillo está documentado participando en los numerosos enfrentamientos militares que se produjeron entre los dos reinos. También formaría parte de este núcleo las fortalezas de Milana, Moraleja, Peña de Frey Domingo y, un poco más alejada de la frontera pero que con un importante papel en la misma, Santibáñez el Alto²⁵.

– El segundo foco en la línea fronteriza lo forma la villa de Alcántara, sede de la nueva Orden, el castillo de Peñafiel en plena frontera portuguesa junto a la villa de Zarza y el antiguo castillo templario de Benavente. También templario y en esta misma zona el citado castillo de Portezuelo²⁶.

– El tercer núcleo de la línea fronteriza, al otro lado del Tajo, estaría formado por los estratégicos castillos de Herrera de Alcántara y Cabeza de Esparragal encargado, este último de controlar, el paso que desde Cáceres se dirige a Portugal por Valencia de Alcántara²⁷.

– Finalmente el último núcleo se sitúa en torno Valencia de Alcántara, frente a la portuguesa Marvão, y cuenta además con Mayorga y Piedrabuena, esta última punto estratégico importante en una vía, una antigua vía romana que se dirigía a Portugal²⁸.

Todo este sistema defensivo encargado del control fronterizo sobre Portugal²⁹, debió ser, como lo expresa algún autor, agobiante y no extraña que algunos de estos lugares, en concreto Valencia de Alcántara, Cabeza de Esparragal y Herrera, los tres por cierto al otro lado del Tajo, fueran objetos de litigio durante mucho tiempo, incluso, como ya veremos, durante la firma del acuerdo de Alcañices de 1297.

Pero en este juego de acción y reacción a través del cual se fue fijando lo que hemos llamado frontera política, la monarquía portuguesa intentó contrarrestar las medidas de Alfonso IX. Por un lado, llevó a cabo ella también una política de organización territorial fronteriza dando fueros, entre 1186 y 1209, a diversas poblaciones entre ellas Gouveia y Convilha, Avo, Viseu Folgosiño, Peñarrollas, Valhelas, Guarda, Pinhel y Penamacor, este último en 1209. Además llevó a cabo una acción militar en 1199 tratando por enésima vez de conquistar Ciudad Rodrigo. La tentativa que terminó en la batalla de *Ervas Tenras*, localidad muy cercana a la actual Pinhel, puso fin a las pretensiones portuguesas sobre la Riba Côa durante cien años ³⁰.

Los reyes portugueses intentaron también sustraer a la Orden del Pereiro-Alcántara de su obediencia leonesa a través de la donación de bienes en su territorio, al otro lado de la Raya. Una de ellas fue la villa de *Valhelhas* que pasa a ser propiedad de la Orden de Alcántara desde 1188, cuando a raíz de la concesión de su fuero, Sancho I se la cedió a la Orden leonesa³¹. La otra fue Penamacor. Es curioso que los primeros bienes de la Orden documentados se refieran a donaciones de particulares lo que parece indicar, en principio, una escasa “identidad nacional” de la población fronteriza: un ejemplo los constituye la donación de la mitad de todo lo que tenía en Penamacor y todo cuanto tenía en Canafregal que hace un tal don Pelayo Fernández en 1235 a la Orden alcantarina: Pero ya antes de esta fecha, entre 1227 y 1234, sabemos que la Orden tenía otros bienes en esta población por la existencia de un comendador del Pereiro durante el maestrazgo de Arias Pérez³². No sabemos su nombre, el del comendador, pero si conocemos el de otro a mediados del siglo XIII: se trataba según la documentación de Anaya García. Que existiera un comendador y que los bienes en esta población fueran confirmados a la Orden por el papa Gregorio IX en 1238, *possessiones quas habetis apud Penam Mocor*, nos habla de que la presencia alcantarina era significativa. En 1271, la encomienda o los bienes que le pertenecían pasaron a Juan Pérez de Ulloa y una vez muerto éste, en 1287, quien los recibió junto con una aldea llama Aymoa, fue Martín Gil de Alburquerque. Lo que llama la atención y resulta sorprendente es la propia presencia alcantarina en un lugar que desde muy pronto había pertenecido al Temple y que además poseía una relevante y estratégica fortaleza³³. ¿Tiene alguna relación la presencia alcantarina en el reino de Portugal con la que mantuvo el Temple en la Extremadura leonesa, por ejemplo en la propia Alcántara o en Alconetar?. Y si fue así ¿todos estos bienes fueron la garantía para una no agresión en un espacio indefinido e impreciso?

Sobre esta indefinición fronteriza existe un testimonio revelador sobre esta cuestión: en 1257 se produjo un pleito, uno más de los numerosos que sostuvieron las órdenes del Temple y Alcántara, consecuencia del empeño alcantarino por expulsar de toda la Transierra leonesa a los templarios. En esa fecha, Alfonso X ordenaba a Alvar Gutiérrez de Cepeda, su caballero, y a un tal Munio Rodríguez de Toro que entendieran de los supuestos atropellos sufridos por la Orden del Temple: *Sepades que el maestre de el Templo e el maestre de Alcántara vinieron ante mí, e el maestre de el Templo mostróme estas querellas, que vos envió en esta mi carta, que había de el maestre de Alcántara e de sus freyles e de sus compañías*: Se refería el Rey Sabio a unas acciones violentas protagonizadas por freires de Alcántara que, en algún caso, conllevaron incluso la muerte de algunos de los freires de la orden templaria; entre los lugares que asolaron los alcantarinos se cita las granjas que los templarios conservaban aún en León, en concreto en la Zarza y en Santa María de Sequeros. Otro lugar que se cita fue Salvatierra donde los alcantarinos, según dice el documento: *Matáronles dos homes de Salvatierra e prendiéronles otros muchos, e firieron e lagaron e especháronlos..* Todo parece indicar que esta Salvatierra es la portuguesa Salvatierra do Extremo y lo que llama la atención es que todos estos hechos no tuvieran consecuencias en las relaciones entre los dos monarcas. Es más, los freires templarios acudieron en su querella ante el rey Alfonso X en la que tampoco se hace referencia alguna a que fuera necesaria la intervención de la monarquía portuguesa en cuyos territorios, repetimos, se había desarrollado parte de las acciones violentas³⁴. Parece claro que en la frontera de la Beira Baixa la jurisdicción, a un lado y otro de la Raya, era equívoca como también lo era la fidelidad de su población.

5 – La unificación de los reinos de Castilla y León. El nuevo papel de la Orden del Pereiro en la frontera con Portugal

Pero a mediados del siglo XIII cuando sucedieron estos incidentes, la política fronteriza había dado un giro como consecuencia de la unificación de Castilla y León que tuvo lugar en 1230, una unificación que no fue acogida por la leonesa Orden de Alcántara. En cualquier caso el nuevo rey Fernando III desvió la atención fronteriza de Portugal hacia Granada y el sureste, dejando a la iniciativa portuguesa la zona del Bajo Guadiana: entre 1232 y 1239, Serpa Moura y Ayamonte fueron objeto de conquista portuguesa, como lo fueron alrededor de 1250, el Algarbe, Aroche y Aracena a donde se trasladaron los problemas fronterizos entre los dos reinos.

Ese avance hacia el sur de la reconquista portuguesa que coincide con los primeros pasos del programa centralizador de la monarquía portuguesa, provocó en los dominios alcantarinos fronterizos con Portugal un intento de repoblación por medio de una política foral de la que podemos destacar la similitud de contenidos en los distintos fueros y cartas de población de lugares fronterizos: reciben fuero,

Salvaleón en 1253, Villanueva de Gata en 1256, Valencia de Alcántara en 1262 y a la Zarza en 1266 a los que presumiblemente, aunque no tenemos referencias directas, habría que unir fueros de Santibáñez y Peñafiel³⁵. Todos ellos, ponen de manifiesto la voluntad alcantarina de organizar y vertebrar unos territorios que contaban con escasos núcleos urbanos, todos ellos, excepto Coria, de poca magnitud y con una extrema debilidad demográfica. El fracaso en términos generales de estos intentos repobladores del espacio fronterizo se hizo más evidente en un lugar como Salvaleón al que la Orden intentó convertir en el núcleo ordenador de las posesiones alcantarinas en la Transierra fronteriza y que terminó por desaparecer a principios del siglo XV. De la paralización de la repoblación fronteriza y de su poca actividad económica nos habla la ausencia de ferias o mercados en localidades cercanas a la frontera y la escasez de noticias relacionados con actividades económicas. No será hasta bien entrado el siglo XIV, cuando sepamos de ferias y mercados en esta zona, en concreto en Alcántara y Valencia de Alcántara, en ambos casos con disposiciones favorables a los que venían de Portugal que trataban de dinamizar las actividades comerciales.

6 – El tratado de Alcañices

Pero eso pasó después de 1297, cuando se firmó el tratado de Alcañices, cuyos precedentes se encuentran en otro tratado, el de Badajoz de 1267 y en la convulsa política que sufrió la monarquía castellano-leonesa en los treinta años que transcurren entre esas dos fechas. Durante este periodo fueron protagonistas el rey de Castilla Alfonso X y su nieto el rey de Portugal, don Dinis. Del primero podemos decir que su reinado constituyó un intento de algo a lo que nos hemos referido con anterioridad y que es esencial para la fijación de las fronteras, me refiero a la construcción de una monarquía nacional cuyos elementos definitorios, repito, serían una comunidad territorial totalmente definida y la existencia de una única realidad jurídica-política en todo el reino. Del segundo podemos decir algo parecido y de ahí su interés por la frontera que constituye el gran eje explicativo de su reinado.

Es en este contexto se explica el acuerdo de Badajoz de 1267 que el rey Sabio hizo con Alfonso III, otro rey sensible a los procesos modernizadores del reino. El tratado constituye el primero y único que contempló la fijación de toda la raya, desde Tui hasta Ayamonte, haciendo mención a la raya entre Tui y Valencia de Alcántara, es decir los territorios del antiguo reino de León de los que se decía exactamente: *e todos los otros logares estén como estauan en tiempo del rey don Alfonso de León*³⁶

Pero pronto la política de Alfonso X, sobre todo a partir de 1275, se tuvo enfrente a la mayor parte de la nobleza, incluidas las órdenes militares, que le crearon grandes dificultades internas. Esto fue aprovechado por otros monarcas peninsulares, incluidos los portugueses, que creían posible una modificación favorable de las fronteras: se entiende así que desde 1279, Dinis I apoyara a Sancho,

futuro rey de Castilla, en contra de Alfonso X, que era su abuelo por cierto. El apoyo de Don Dinís, una vez muerto Alfonso X, tuvo como resultado, entre otras cosas, en colocar como canciller del infante heredero don Fernando y teniente de Badajoz, a Alfonso Godínez un hombre que le era muy próximo. Tal fue la influencia sobre Sancho IV que en la revuelta de 1287 del infante don Alfonso, hermano del rey portugués, las tropas castellano-leonesas estuvieron al servicio de don Dinís. En este sentido, el profesor Ladero dice a propósito de la política de Sancho IV que fue flexible en relación con las tierras fronterizas y con los nobles y otras personas relacionadas con intereses o apoyos portugueses; tenemos noticia de un intento de acuerdo sobre las fronteras en esta zona: un juez delegado portugués que había asistido a la entrevista en Sabugal entre los dos Reyes en octubre de 1287, estableció como fronteras entre los dos reinos el río Côa desde su nacimiento al Sur de la misma Sierra de la Malva hasta el Duero y el río Erjas, también desde su nacimiento al Sur de la misma Sierra hasta el Tajo, tal como está actualmente: no sabemos la razón, pero el juez leonés negó su asentimiento al acuerdo. La influencia portuguesa se incrementó a partir de los problemas acaecidos en Badajoz en 1289 entre dos bandos opuestos, el de los llamados “bejaranos” y el de los “portugaleses” que fueron, al final, los grandes triunfadores: fue el cenit de la influencia portuguesa³⁷

Pero en 1294, se produjo un distanciamiento entre los dos reyes que continuaba en 1295 cuando moría el rey castellano. Fue en ese momento, posiblemente, cuando aprovechando la minoría de edad del nuevo Rey y los gravísimos problemas internos del Reino, don Dinís apoyó las aspiraciones del infante a don Juan como Rey de León, y las de Alfonso de la Cerda como rey de Castilla, pensando que una separación de los dos reinos sería beneficiosa para los intereses de Portugal. En cualquier caso la ayuda brindada al infante rebelde tuvo rápidamente buenos beneficios para don Dinís, cuando ya se encontraba con sus tropas en Valladolid: Dice la Crónica: *Castil Rodrigo e Sabugal e a Alfayates que se los entregaría.....e así ovo toda RibaCôa fasta Ciudad Rodrigo*. Todo esto pasó entre abril y agosto de 1296 y es curioso que fuera precisamente en ese mes de agosto cuando la Orden de Alcántara recibía del Rey de Portugal una iglesia en Sea, obispado de Coimbra ¿Estaba comprando la neutralidad de la Orden? o por el contrario ¿los freires alcantarinos estaban de acuerdo con la separación de León y Castilla y por eso no se opusieron a la entrada de Don Dinís en Castilla? Es curiosa la explicación, mejor dicho la no explicación, de la Crónica de Alcántara de Torres y Tapia: *Con ocasión de esto mandó la Reyna Doña María al Maestre D. Fernan Pérez viniese a su maestrazgo y discurriese por las Villas y Fortalezas de le, que estaban en la Frontera con Portugal, para impedir la pretensión de el Infante favorecida por su Rey. Partió el Maestre, llegó a su convento de Alcántara y hizo con particular cuidado a lo que venía y sabiendo que el Rey Don Dionis estaba en la Ciudad de la Guarda, pasó a besarle la mano y suplicarle lo que el y los maestros sus antecesores que les manda entregar la Ermita de San Pedro de Vilacorza por el derecho tan conocido que su Orden tenía de ella y de que estaba despojada. Oyole*

*el Rey bien, y deseando descargar su conciencia y la salvación de su Padre, ya que no le dio lo que pedía, hízole merced de la iglesia de S. María de Sea, villa de aquella parte de Cuvillana, a las faldas de la Sierra de la Estrella, obispado de Coimbra*³⁸.

En esta situación se llegó a Alcañices en septiembre de 1297 para tratar de esponsales de doña Constanza con Fernando IV. El acuerdo ha sido estudiado pormenorizadamente y desde todos los puntos de vista, solo recordar que don Dinís fue el gran triunfador: se le reconoció el dominio sobre todo lo que había entre los ríos Côa y Águeda, es decir toda la Riba Côa, también pasó a su poder la importante villa de San Felices de los Gallegos, una franja de tierra al norte de Badajoz y el enclave de Olivença. A lo único que renunció el rey portugués fue a Aroche y Ayamonte y a Valencia de Alcántara, Herrera y Esparragal³⁹.

Siempre ha llamado la atención de los historiadores la referencia a estos tres lugares en el contenido del tratado, ya que no existe constancia de posibles reivindicaciones portuguesas sobre estas poblaciones. Es posible que fuera un arma de presión para conseguir el acuerdo sobre territorios en los que Portugal sí tenía el pasado a su favor pero, en cualquier caso, el acuerdo cambió la política de la Orden de Alcántara a partir de entonces. Es posible que los alcantarinos fueran conscientes de la importancia de su estratégica posición y de lo provechosa que les resultaría una política de equilibrio entre las presiones de un reino y otro. Los ejemplos son varios aunque quizás el más significativo es su ausencia de la guerra castellano portuguesa que tuvo lugar entre 1336 y 1339 en territorio alcantarino. En cualquier caso, la frontera con Portugal en esta zona ya no se modificaría y en ello tuvo mucho que ver la presencia de la orden militar de Alcántara.

Documentación

1188, julio.

Sancho I de Portugal otorga fuero a Valhelhas, propiedad del maestre don Gómez y sus freires por concesión del propio monarca. El maestre confirma la concesión foral el día 15 de agosto del mismo año

Documentos de D. Sancho I (1174-1221) ed. de Rui . P de Azevedo, Avelino de J. Da Costa e Marcelino Pereira, Coimbra 1979, pp.-51-55

1235. Penamacor

Pelayo Fernández y su mujer doña Marina donan al convento de Alcántara la mitad de los bienes que poseían en Penamacor, así como la mitad de cuanto disponían en Canafregal. Se alude a que reinaba en Portugal el rey Sancho II.

Torres y Tapia, *Crónica de Alcántara*, I, p. 277

1238.

Don Pedro Pulan, prior de la orden de Alcántara, y don Martín Rodríguez, comendador mayor, reciben a Pedro García, natural de Penamacor, como familiar de la institución, a la que entrega la cuarta parte de todos sus bienes muebles y raíces, que entonces tenía o pudiera tener en el futuro.

Torres y Tapia, *Crónica e Alcántara*, I, p. 292.

[1238], junio, 16. Letrán.

Gregorio IX, a ejemplo de sus predecesores los papas Lucio III e Inocencio III, acoge bajo su protección la casa del maestre y freires de San Julián del Pereiro, confirma sus propiedades incluyendo completa relación de las mismas, entre ellas las posesiones quas habetis apud Penam Mocer.

Archivo Secreto del Vaticano, AA, Arm. I-XVIII, nº 1682, fols. 1-4 (con fecha 16 de junio de 1235). Real Academia de la Historia, Colección Salazar, I-19, fols. 211-216 (con fecha 16 de junio de 1235).

1294, abril, 26. Valladolid.

Alfonso Godínez, canceller del infante don Fernando, encargado de la recaudación de los peajes cobrados en la frontera de Portugal, entre Salvaleón y Serpa, declara no haberlo hecho ni en Alcántara ni en Valencia ni en otros lugares destacados de la jurisdicción alcantarina, ya que han sido cedidos al maestre de la orden por la suma de 10.000 maravedíes anuales. Archivo Histórico Nacional, Códices 985, fol. 66 r.

López Dapena, A., *Cuentas y pagos, (1292-1294) del rey don Sancho IV el Bravo (1284-1295)*, Córdoba, 1984, p. 437.

II

Penamacor na Época Moderna

2.1 - Penamacor ao tempo da expansão ultramarina

(Séculos XV a XVII)

Joaquim Candeias da Silva¹

«Os aniversários avivam e cimentam a coesão familiar. Obrigando a uma paragem no afã estiolante do dia a dia, propiciam a comunhão das almas, o intercâmbio dos sentimentos, reforçando a unidade que o tempo vai diluindo e restaurando as forças para novas caminhadas. É este “espírito” de aniversário que nos reúne aqui, trazidos por um dever que as instituições jurídicas não contemplam: – Um dever... do coração!»

Estas palavras, bem a propósito, de que me socorri para abrir a minha prestação, têm direitos de autor: são do ilustre penamacorense Dr. Mário Pires Bento e foram pronunciadas neste mesmo lugar há cerca de 30 anos, na inauguração do **1.º Colóquio de Arqueologia e História de Penamacor**, de que ele foi não só inspirador como também dinâmico e competente Secretário-geral. De entre as várias efemérides que esse Colóquio se propunha evocar, contava-se já a concessão do Foral de D. Sancho, de 1209 (eram então os 770 anos). Se fosse vivo, Mário Pires Bento, decerto que não faltaria aqui...

Mas, neste ano da graça de 2009, Penamacor pode evocar mais acontecimentos da sua já longa História, para além dos **800 anos do Foral**: outros 800 da concessão, pelo mesmo rei D. Sancho I, de uma carta patente de privilégios aos pedreiros das pontes de Penamacor (dada em Guimarães a 29 de Maio de 1209); os 310 anos do nascimento de Ribeiro Sanches; e, por coincidência feliz... o **1.º centenário** de nascimento do sobredito Dr. Mário Pires Bento, penamacorense que o foi de coração e raiz, e que bem merece ser evocado, aqui e na sua Meimoa. Com efeito,

foi a 22 de Outubro de 1909 que ele nasceu... [A minha homenagem, repassada de saudade, bom Amigo!].

Pois bem, neste 8.º Centenário do Foral de D. Sancho I e demais efemérides (as referidas, ou outras que queiramos incluir...) – e conforme às oportunas palavras de Mário Bento – temos hoje, aqui, o ensejo de uma vez mais *avivar* a nossa memória colectiva e *restaurar forças para novas caminhadas*.

Com *Parabéns* a Penamacor... e de acordo com o tema que nos foi proposto, centremo-nos então por alguns momentos nos *tempos da Expansão*, séculos XV-XVII. E **reflectamos** um pouco... sobre o que foi esse Passado... em ordem à nossa **identidade** no Presente... e que decerto desejamos ver prolongada no futuro.

1 – Penamacor nos séculos XV - XVI

Não obstante alguns contributos avulsos, publicados, a vila de Penamacor – «tam nobre pelas suas armas como ilustre pela sua antiguidade» (no dizer de um prior local de 1758) – não beneficiou ainda de um estudo alargado e aprofundado das suas raízes e do seu desenvolvimento ao longo do **período medieval**, mormente dos séculos XIV e XV. Seria muito valiosa e consequente tal contribuição, como pano de fundo e projecção estrutural, a fim de aí fundamentarmos e melhor enquadrarmos a presente análise.

Em resumo, do que conheço, vislumbra-se uma primeira inserção deste espaço na linha templária raiana (do Erges), senão mesmo uma pertença inicial aos cavaleiros dessa ordem militar no tempo de D. Gualdim Pais [a quem tradicionalmente se atribuem os fundamentos da Fortaleza de Penamacor]², ao que se terá seguido alguma carta de povoamento a uns tantos que começaram a povoar. Em Março de **1209** (e **não em 1189**)³, em Coimbra – **há portanto 800 anos** – **D. Sancho I** concedeu **foral** a Penamacor, com objectivos claros de repovoamento e também de defesa da zona, citando o diploma como pioneiros três indivíduos que já detinham funções diferenciadas, indiciando assim uma subliminar organização concelhia anterior: um pretor para a função militar, um arcediogo para a religiosa e um porteiro para a municipal. Com o crescimento populacional, a vila foi-se redimensionando, erigiu as primeiras muralhas (que depois terá adaptado, com barbacãs e torres no reinado de **D. Dinis**), edificou igrejas (S.ta Maria da Penha ou do Castelo, Santo Estêvão, S. João, S. Pedro e S. Tiago, todas atestadas já nos tempos dionisinos)⁴, a Casa da Câmara (sobre a porta da vila com a Cadeia anexa), o Pelourinho e a chamada



Foto 1 – Cruz templária existente numa esquina do Largo de Santa Maria da Penha (na parte mais alta da vila), indício da presença destes cavaleiros nos séculos XII-XIII.



Foto 2 – Cantarias da Torre do Relógio, com siglas típicas (algumas a lembrar a cruz de base circular, muito empregada nas seteiras dos castelos).

Torre do Relógio (esta «a mais primorosa fábrica de cantaria que segundo a Arte tem esta vila», no dizer do mesmo prior de 1758); e... no rodar dos tempos, novas adaptações e (re)construções, com D. Fernando, D. João I, D. Afonso V, D. Manuel.

Destes monarcas, em concreto, são conhecidas algumas medidas de protecção que muito valorizaram o burgo, «dada a sua condição de vila de fronteira e com poucos recursos humanos e naturais». No caso de **D. Dinis** (que aqui terá vindo em romagem com a rainha Santa Isabel), os seus privilégios de 1278 e 1304, e sobretudo as referidas obras de fortificação; de **D. Fernando**, a concessão de novos privilégios (1377 e 1381), que incluíram o aumento do concelho à custa da Covilhã, situação esta que se manteria até ao século XIX⁵. De **D. João I** não conheço iniciativa de obras, mas o rei de *Boa Memória* esteve em Penamacor pelo menos numa ocasião (a 2 de Julho de 1386), numa fase ainda de consolidação da independência nacional, e concedeu privilégios, que renovou depois (1391), devendo seguramente ter tomado mais algumas medidas tendentes à reanimação da vila. Quanto a **D. Afonso V**, sabe-se que se aposentou nesta vila pelo menos por uma vez, entre 11 e 15 de Novembro de 1453, em trânsito de Belmonte para a Guarda, que confirmou privilégios em 1451 e que em 30 de Novembro de 1471⁶, de Sintra, passou uma carta de mercê para que certo dinheiro da vila fosse aplicado à «mui necessária obra do castelo», indício evidente de que ela se realizou pouco depois⁷...

Mas creio ter sido o rei **D. Manuel** o monarca a quem Penamacor ficou a dever mais mercês. Para além da reforma do foral (1510) e das muitas mercês a pessoas singulares, são conhecidas as seguintes: de 16.5.1497, a confirmação dos privilégios dos seus antecessores (a última confirmação era de D. João II, em 1485); de 22.2.1498, na sequência de agravos concelhios levados às Cortes de Lisboa desse ano, o privilégio para que a vila voltasse a ser «realenga», isto é, da coroa e «para todo o sempre»; de 5.5.1501, a nomeação de um escrivão das **obras da vila** (o qual apoiaria um vedor régio já antes nomeado para o efeito), com o mantimento apropriado desde que nessas obras andassem de quatro pedreiros [oficiais] para cima com os seus servidores⁸; de 1509 [há 500 anos!], a ordem para a feitura do *Livro das Fortalezas* de Duarte d'Armas (em que Penamacor figura como uma peça-chave); de 1512, uma ordem aos juizes, vereadores e almotacés, de protecção aos moradores que viviam dentro da cerca⁹; havendo a acrescentar ainda certa influência em alguns edifícios da época, ao estilo manuelino. Esta importante acção régia, que durou mais de um quarto de século, deve ter continuado no tempo de **D. João III** pois este monarca prosseguiu em grande parte a política governativa de seu pai. Digno de nota é ainda o aparecimento em 1584, já no tempo da União Ibérica, do famigerado «**Rei de Penamacor**», que embora



Foto 3 – Armas da vila, ladeadas pelas esferas armilares da emblemática manuelina.

sendo um impostor a fazer-se passar por D. Sebastião, não deixou de constituir um epifenómeno.

Agora num rápido relance, mais no plano geoestratégico com vista ao enquadramento global desta comunicação, há que lembrar – conforme António Lopes Pires Nunes tem escrito e aqui proferiu também em 1979 – que a Beira Baixa [em que Penamacor se insere] foi sempre um teatro de operações importante no contexto nacional, embora secundário. E por isso, ao longo da História, tiveram os responsáveis que ir tomando medidas defensivas, sobretudo para obstar a ataques externos, já que estes sítios ocupavam um lugar de evidente destaque perto da fronteira. **Penamacor** era, assim, há 500 anos (e mais...), uma vila acastelada, a servir de **sentinela** destas partes da Beira, e também por isso mesmo de óbvia vulnerabilidade, já que todo o inimigo sabia que não podia então dominar a Beira Baixa sem primeiro dominar Penamacor. Prova-o o referido *Livro das Fortalezas*, onde surgem três aspectos diferentes desta fortaleza, e que são documentos preciosos para o estudo dessa época:

A fortaleza, ou melhor, as fortalezas de Penamacor (porque era mais do que uma) têm, por conseguinte, um valor acrescido para a história da vila e da região. Ainda segundo Pires Nunes, comparando estas com as de Monsanto e Segura (para não falar já nas de Idanha-a-Nova, Salvaterra, Penha Garcia ou mesmo Castelo Branco), são as de Penamacor que atestam em pleno a **arte de fortificar beirã**. Mais, continua ele: «As fortalezas de Penamacor são testemunho vivo de

todas as épocas em que se fortificou em Portugal (até ao século XVII)». Pelos desenhos de Duarte d'Armas, verifica-se que havia aqui, já nos começos do século XVI, grande quantidade de trons (representados por troneiras cruzetadas), o que não só ilustra a utilização da Artilharia, como realça a importância desta praça de guerra¹⁰.

E quanto ao mais, desses séculos de Quatrocentos e Quinhentos?

Penamacor não era uma vila e um concelho pequenos. Com os seus 514 km², mesmo sem a Bemposta (que era pequena vila sobre si com 25 km²), ocupava em área o 3.º lugar da lista dos concelhos da Beira Baixa de então [o primeiro era a Covilhã, com 1299 km², e o 2.º Castelo Branco com 850; o 4.º era Oleiros com 432, mas com uma densidade baixíssima]. Já quanto à **população**, a sua cotação divergia um pouco, dada a necessidade de destrinçar vila e

termo/concelho, bem como o tempo. Num primeiro levantamento em Março de 1496, os inquiridores régios apuraram que habitavam então em Penamacor cerca de 380 famílias nucleares (na documentação designadas por “moradores” ou “vizinhos” e que equivaleriam ao n.º de fogos), as quais famílias se traduziam em

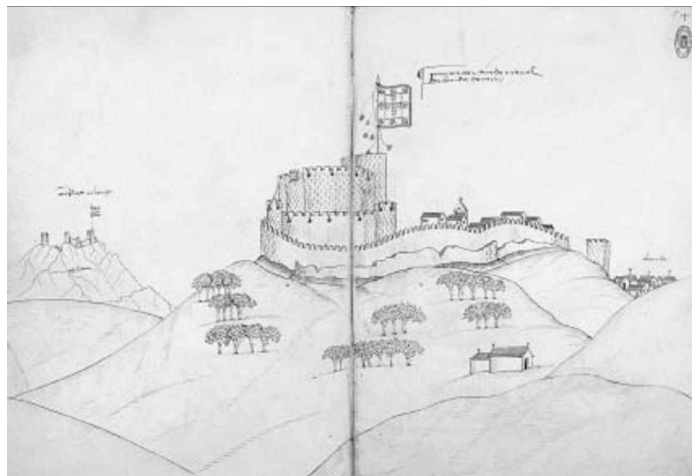


Foto 4 – Desenho de Duarte d'Armas, representando «Penamocoor, tirado natural da banda do norte – vendo-se Monsanto ao longe – e o Arravalde». Nos outros desenhos, «Penamocoor tirado natural da banda do sul, alcaide Joham Roiz Ribeiro» [foi este, de facto, alcaide de Penamacor (1499-1539)] – villa – castello – porta falsa [fls 63-63]. Na fl. 127 v. temos ainda uma planta/debuxo do interior. Sobre a **torre de menagem**, regista: «esta torre da menagem nom era acabada ao tempo que eu a vy e estava ja dalltura 14 v(aras) + e tem de gorsura ho muro dela 1 v +».

cerca de 1 520 pessoas não-privilegiadas (os vizinhos privilegiados eram 9). Num segundo momento (“numeramento” feito em 1527), foram já contabilizados 446 vizinhos na vila (i.é, cerca de 1 800 indivíduos), a que acresciam 418 no termo; total, portanto, de 864 vizinhos ou fogos. Cotejando com a “concorrência”, encontramos como 1.º concelho a Covilhã com um total de 4 060 vizinhos/fogos, em 2.º Castelo Branco (sede da comarca) com 1 417 e em 3.º a Sertã com 1 200 [este concelho tinha um termo muito populoso, calculado em 1 010 fogos; porque contabilizando apenas o espaço-vila, o 3.º seria Penamacor]...

Um aspecto em que Penamacor se superiorizava a todos os concelhos era nas rendas do bispo: este recebia das igrejas e moradores 199\$900 réis, que representavam a maior quantia da província [o valor mais aproximado era o da vila de Castelo Branco com 189\$41]. De resto, aqui como um pouco por toda a parte, a população, geralmente sobrecarregada de encargos e tributos, vivia sustentada na actividade agro-pastoril, em que o comércio e o sector dos ofícios representariam consequentemente um papel menor. Neste sector destacar-se-ia a pequena comunidade judaica, de que se conhecem alguns elementos¹¹. Das produções, as mais significativas seriam, tal como nos séculos XVII e XVIII, o centeio, trigo, feijão, grãos, vinho, azeite, mel, hortaliça e alguma fruta, para além da pecuária. Nas ribeiras, enquanto corriam e o permitiam, desenvolvia-se por vezes alguma pesca (bordalos). E nos montes, para quem podia, também havia caça, grossa e miúda.

Quanto à administração pública e municipal, pouco terá diferido dos demais concelhos. A vila e o castelo eram d’el-rei, que recebia deles a terça parte dos rendimentos e que pela importância dos mesmos raramente abria mão deles¹². Que saibamos, apenas por uma vez foram concedidos a fidalgos estranhos à família real. Aconteceu essa excepção com um dos monarcas mais esbanjadores de mercês (D. Afonso V), na pessoa de D. Lopo de Albuquerque, um dos seus mais fiéis vassalos e que lhe prestou excepcionais serviços. Mas tanto ele como seus familiares, não se gozariam de tal sorte por muito tempo, como vimos (D. Manuel, em 1498, reformulava um dos capítulos de que a vila se agravara, prometendo que doravante «nunca em nenhum tempo» seria dada a nenhum grande nem fidalgo português, por mais obrigações que o rei para ele tivesse). De resto, os reis, à medida que se sucediam, quase sempre foram renovando os anteriores privilégios aos moradores, não deixando de responder a reclamações dos procuradores, ou de remeter seus alvarás de ofícios, perdões, legitimações ou outras formas burocráticas.

Assim, por via de regra, havia à frente da vila/concelho um **alcaide** do castelo, da inteira confiança do monarca. Dois juizes ordinários tomavam conta da justiça, inicialmente sujeitos ao juiz de fora da Covilhã [isto talvez até ao 2.º quartel do séc. XVI], enquanto três vereadores e um procurador / tesoureiro do concelho, coadjuvados por um escrivão e dois almotacés, governavam a câmara municipal. Afora estes, cerca de uma dezena de *oficiais*, todos de nomeação régia e privilegiados, estavam encarregues de zelar pela fazenda pública e bem comum. De muitos deles conhecemos os seus nomes, pelas nomeações das chancelarias régias. Por entender que a História não deve ser “descarnada” e pelo contrário deve ser feita com gente

dentro, gente que teve apelidos e acção concreta no tempo, aqui ficam registados alguns:

– **Alcaide-mor (1)** - Pero Lourenço Ferreira (até 1441), D. Pedro de Castro (1441-1449), João Rodrigues Pereira (1450-1471), D. Álvaro de Castro (1471-1475), D. Lopo de Albuquerque (1475-1484?), Rui Mendes de Vasconcelos (1486-1499), João Rodrigues de Vasconcelos (1499-?);

– **Juiz de fora de Penamacor (1)** - lic.^ºs António Lopes de Fonte Arcada (1544), Jorge Vitória (1552), Belchior da Fonseca (1553), Pedr'Aires Pinto (1557);

– **Alcaides das sacas da vila e termo (1)** - Gregório Vaz (1488), João de Lamego (1490 - em 1496 vivia em Belmonte - até 1514), Diogo Fernandes (1514), Gonçalo Vaz (1515-1518), António Rodrigues (1518-?);

– **Escrivães das sacas e direitos reais** [para registo de gados, bestas, etc.] (1) – Sebastião Martins (148?-?), Martim Vaz (?-1520), Pantaleão Martins (1521-?);

– **Escrivães da câmara** [e da almotaçaria] (1) - Gomes Lourenço (1449-?), João Esteves Robalo (1473-?), Luís Esteves (?-?), Fernão Lopes (1504);

– **Juízes dos órfãos (1)** - Luís Cansado (1497-1501), Filipe Dias (1501-1513-?);

– **Escrivães dos órfãos (1)** - Afonso Eanes (1441...1468), João Esteves Robalo (1468-), Lourenço Afonso[ou Martins?] (1492-?), João Álvares (1511-1515-?);

– **Juízes das sisas (1)** - Martim Vaz (1453-?), Fernão Pires (147?); Afonso Vaz (1490-?), Fernão Calvo (1500-1509), Filipe Dias (1510-1515-1518), Martim Vaz (1516), Pero Ferreira (1518-?);

– **Escrivães das sisas** [e dos panos da vila] (1) - Gomes Lourenço (?-1480), Sebastião Martins (1480-1514), Martim Vaz (1515-1521?);

– **Tabeliães (3)** da vila e termo - Gomes Lourenço (acumulou como escrivão da câmara a partir de 1439), Afonso Eanes (acumulou com outros cargos, de 1441 a 1468), Gomes? Fernandes (1446-?), Fernando Afonso (até 1453), Álvaro Gonçalves (1453-?), Sebastião Martins (acumulou com outros cargos desde 1480? a 1520?), Antão Gonçalves (1484), Lourenço Afonso (1492-1502), Lourenço Anes (1496?), Luís Esteves (1503-1514?), Diogo Fernandes (?), Pantalião Martins (1518?), Martim Vaz (1521-?);

– **Inquiridor** [das inquirições judiciais], **contador** [dos feitos e custas] e **distribuidor** [ante os tabeliães da vila] (1) - Rodrigo Anes (1482), Sebastião Martins (148?-1520?), Martim Vaz (1521?), Pantaleão Martins (1521), António Vaz (1521-?);

– **Procuradores de número (1)** - Francisco de Leão (1514-?);

– **Coudéis de Penamacor** (em conjunto com outras vilas) - Pero Dias (1441-1446), João da Fonseca (1446-?), Álvaro Pires (1454-?), Afonso Esteves Robalo (1462-?), Luís Esteves (?-1471), Álvaro Afonso (1471-1475), João Borges (1475-?), Rui Borges (1484-1486), Pedro Afonso (1486-?)¹³.

Enfim, estamos ainda longe de um quadro satisfatório dos serviços e de seus respectivos ocupantes ou titulares ao longo da II Dinastia (sob a qual decorreu o período mais forte da Expansão Portuguesa), mas dá já para entender que o concelho e a vila de Penamacor progrediram com relativa normalidade sob o modelo organizativo vigente.

Ficaria incompleto o panorama geral da vila se não aludíssemos, mesmo que de fugida, a alguns dos principais **valores patrimoniais** da vila, do tempo da Expansão. Cingindo-nos apenas à cabeça de concelho, podemos afirmar que inicialmente a vida comunitária girava quase toda em torno de um **núcleo central** – o **Castelo** e domínios conexos [com a sua torre de menagem, a alcaidaria, a casa da câmara e os primeiros templos, último reduto defensivo em tempo de guerra e a parte mais visível da vila] – isto enquanto os mesmos tiveram efectiva utilidade militar, porque a foram perdendo a partir do século XVI¹⁴. Foi então que o crescimento demográfico fez transbordar a apertada cinta amuralhada, que aliás já se vinha desdobrando nos arrabaldes, nascendo assim um povoado polinucleado, que em síntese assentava em três ou quatro ou cinco focos: para além do berço da vila (**Castelo**), a praça do **Pelourinho** (símbolo da justiça, da autonomia e do poder concelhio), a **Misericórdia-hospital** (para apoio social e também sanitário), a **igreja de S. Tiago** (nova matriz para o culto divino) e, mais tarde, o **Convento de S.to António** (também de vocação religiosa).

E foi assim que, fora das muralhas, se foi progressivamente desenvolvendo uma vila nova e uma vida comunitária nova, com novas gentes, e com a actividade mercantil e artesanal a ganhar cada vez mais terreno. E mais sentido urbano.

2 – A Expansão Ultramarina da Beira Baixa

Conforme deixei expresso em livro publicado sobre esta mesma matéria há cerca de uma dezena de anos, muito se tem escrito nos últimos tempos sobre a Expansão Portuguesa; mas raramente tem sido dado o devido realce ao papel das áreas regionais, à acção das pessoas singulares na sua relação com o meio de onde saíram e que lhes marcou indelevelmente a maneira de ser e de actuar no palco da vida. E, contudo, é hoje cada vez mais aceite a necessidade de considerar as

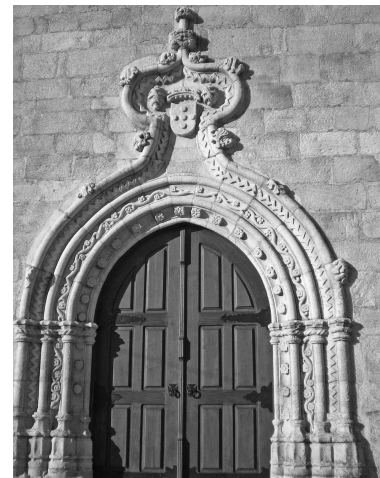
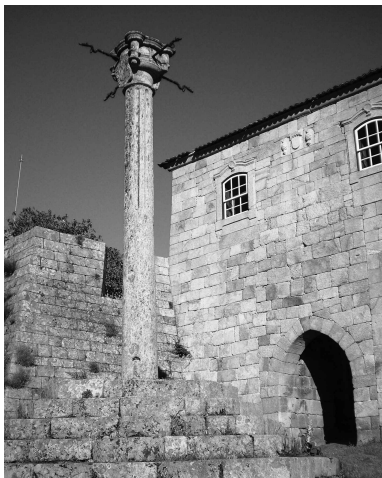


Foto 5 e 6 - Pelourinho e antiga casa da câmara, símbolos do poder concelhio (esq.) e Portal da Misericórdia, de traça quinhentista (dir.)

diferenças e os particularismos regionais, de reconstituir as origens geográficas daqueles que partiram um dia para a aventura, em busca de terras e culturas estranhas, desconhecidas.

Salvo raros contributos entretanto surgidos, a ideia base então expendida continua actual. Quais os rumos e quantitativos dos que saíram? Partiram de onde para onde? Quem eram? Quando embarcaram? Como? Porque o fizeram? E que fizeram por lá? Tiveram sucesso? Regressaram? (...) E que fontes históricas nolo(s) atestam? Serão estas dignas de crédito? É que há muita História feita e muita por fazer, havendo em bastantes capítulos necessidade de revisão. A evolução da historiografia é lenta... Há muita efabulação; por vezes, história “de conveniência”... Durante muito tempo imperou a visão unilateral das crónicas, uma história heróica, com interpretações ao jeito do conquistador ou dominador. Foi um tempo de entrechoques civilizacionais, de submissão de uns e superiorização de outros: a ideologia subjacente era eurocêntrica e nacionalista. Hoje, com a afirmação crescente dos valores do humanismo, do multiculturalismo, e até pelos efeitos da globalização, tende-se para perspectivas diferentes: já não do Tempo das Descobertas, mas dos Encontros...

Pois bem, repegando no estudo atrás avocado, onde (em parceria) foram por nós rastreados mais de seis centenas de beirões [da Beira Baixa] “com nome”, recorro aqui alguns dos quadros de síntese [que vão inseridos nos ANEXOS, no final deste trabalho –

Quadros I (Distribuição / rumos das gentes da Beira Baixa, por áreas de destino, séculos XV-XVII); **II** (Distribuição das mesmas gentes pelos concelhos de origem); e **III** (Distribuição das mesmas por séculos)].

Entretanto, esses números têm vindo a ser ampliados, tanto por investigações nossas como por novos contributos, sendo mesmo possível que venham a sofrer significativa recomposição por via de estudos mais aprofundados no futuro. É, concretamente, o caso da **Ibero-América** (sector das **Índias de Castela**), mercê de pesquisas mais intensas por parte de alguns historiadores ou centros de investigação especializada, de que é justo salientar o nome de Maria da Graça Mateus Ventura e do Instituto que dirige.

Com efeito, neste momento, passa já da centena o conjunto de indivíduos, oriundos da Beira Baixa, que estão inventariados no conjunto da Ibero-América, havendo mesmo casos de famílias inteiras com origem na metrópole (Portugal):

- para o **Brasil** - 64
- para as **Índias de Castela** – 40
- **total** - 104

Em todo o caso, devo adiantar – para não alimentar falsas expectativas – que esses cálculos nunca superarão nem representarão muito no confronto com outras regiões do país melhor colocadas...

Relativamente ao 2.º grupo [**Índias de Castela**], apura-se que é esmagador o contingente dos que migraram no período da **União Ibérica** (há apenas um ou dois casos antes ou depois). Quanto ao **Brasil**, a grande maioria insere-se (emigrou)

num período temporal já um tanto tardio: século XVII – e isto sobretudo depois que a Holanda começou a ocupar cidades (como S. Salvador da Baía em 1624). O que também se compreende: foi quando o perigo externo agitou as águas mornas que de Madrid souu a ordem: – «**Para o Brasil rapidamente e em força!**»...

São também muitos os casos de deslocação de cristãos-novos (XN), quase todos atingidos pela **Inquisição**, tanto num como no outro contingente, e mais no das Índias de Castela (cerca de metade). Alguns, bastantes, continuaram a ser perseguidos lá, havendo casos de mortes violentas. Vejam-se os quadros apurados, nos:

ANEXOS – **Quadro IV** – Rumos da Beira Baixa para o Brasil (por concelhos de origem) e **Quadro V** – Rumos da B. Baixa para Índias de Castela (por concelhos de origem).

Atentemos agora um pouco mais na **Expansão para o Brasil**.

Quanto às **áreas de origem**: dos 64 indivíduos migrantes, a primazia vai claramente para o concelho de **Castelo Branco**, com **20** (= 32,3%), seguido a certa distância pelo de Idanha-a-Nova com 13 (20,1%), Covilhã com 8, Sertão com 7, Fundão com 6, Penamacor com 5, Belmonte com 2; Proença-a-Nova, Vila Velha de Ródão e Mação com 1 cada. Seria interessante analisarmos estes dados: quem foram as pessoas, quando saíram e porquê; também o porquê de Castelo Branco tão destacado, ou da presença do Fundão (que ainda nem era concelho autónomo da Covilhã). De Penamacor falaremos adiante...

Já quanto aos **rumos** tomados, por nem sempre haver uma especificação geográfica concreta, não é fácil estabelecer com rigor os destinos dos migrantes beirões adentro do território, parecendo-me no entanto ser claramente a **Baía** a direcção mais tomada, seguida a larga distância de Pernambuco e Maranhão, estas mais tarde. E temos naquele Estado, perto de Porto Seguro uma vila de **Belmonte**. Porquê? Será porque era natural dessa vila o Descobridor – **Pedro Álvares Cabral** – apesar de ele não ter permanecido ali mais que uns escassos 10 dias na sua histórica viagem?

E não longe, perto de Vitória (Espírito Santo), uma **Fundão**... talvez porque para ali se deslocasse algum grupo de naturais daquela vila... [A propósito de Belmonte e dos Cabrais, gostaria de lembrar que uma aldeia de Penamacor – **Meimoa “a Seca”** (e depois também o Pedrógão de S. Pedro) – foi em 1454 doada por D. Afonso V a João de Gouveia, avô materno do Descobridor do Brasil, tendo por sua morte (a combater os mouros no Norte de África em 1464?) recaído a sucessão num tio, Vasco Fernandes de Gouveia (irmão da mãe de Pedr’Álvares); e falecendo este na Batalha de Toro (1476), sem herdeiros directos, reverteram seus bens aos pais do Descobridor. Os Gouveias e Cabrais tinham, aliás, fortes ligações aos alcaides-mores de Penamacor]¹⁵.

Ainda relativamente às “**Índias de Castela**”, pode ser questionada a ausência de penamacorenses. De facto, sabemos que os territórios sob administração e colonização espanhola cedo atraíram muitos migrantes de Portugal. Segundo István Szászdi, desde cedo (logo em 1502) os Reis Católicos outorgaram licenças

a portugueses para irem povoar «la Isla Española». E sabemos até que, na incursão que Hernán Cortés fez em território Azteca [=México, 1519-1521], ia «um **grupo de soldados portugueses de Castelo Branco**, que baptizou Ixtac-Imaxtitlan com o nome da sua terra natal [**Castelo Branco**]». Mas, a verdade é que até ao presente não foi identificado nenhum...

3 – A Expansão Ultramarina de Penamacor

No Quadro II ficaram registados 26 nomes. Na verdade, não são muitos, se comparados com concelhos de menor dimensão, como Idanha-a-Nova, Fundão ou mesmo a Sertã. É possível que haja, neste particular, um *deficit* de investigação... Pessoalmente, estou mesmo convencido que sim. «Investigadores precisam-se»...

O arrolamento actualizado dos coligidos – agora **27 ao todo** – vai em Anexo (QUADRO VII), com a sua identificação, áreas de destino, período, e uma pequena notícia biográfica (para maior desenvolvimento veja-se o livro *A Beira Baixa na Expansão Ultramarina* (1999). Quanto aos rumos tomados, o panorama é presentemente o seguinte: África, 12 (46 %); Estado da Índia, 9 (35 %); Brasil, 5 (19 %). [Ver o **Quadro VI** – Rumos da Expansão de Penamacor]. Falta ainda um, é certo. Mas esse é um penamacorense muito especial, que por isto mesmo reservamos para a parte final.

Não deverá estranhar-se a maior percentagem incidir sobre África (quase 50%). A razão é simples: houve uma maior mobilização de penamacorenses logo de início (século XV), no período da conquista das praças marroquinas, em que a expansão se confinava à estreita faixa do litoral norte-africano. Por isso os participantes eram sobretudo militares, que representavam o sector de investimento mais necessário à prossecução dos objectivos nacionais: a guerra, isto é, a Expansão na vertente Conquista (e não na de Descoberta). Só depois, ao longo dos séculos XVI e XVII, houve uma viragem para o Oriente, e esta não muito expressiva. E ainda menos significativa seria a viragem para a América: para as Índias de Castela não se rastreou ninguém (como vimos) e para o Brasil apenas foram arroladas 4 pessoas, por sinal quase todas aparentadas, saídas na mesma ocasião e pelo mesmo motivo – a defesa ante a ameaça holandesa por volta de 1630¹⁶.

De entre todos os “expandidos”, selecionei meia dúzia – os **vultos** que poderemos considerar maiores – porque o espaço não dá para mais:

– João Rodrigues Taborda

Este personagem quase lendário terá sido um dos fidalgos que a 21.8.1415 participou na conquista de Ceuta, «primeira lança em África», ao lado do rei e dos Infantes; e tão assinalados devem ter sido os seus feitos, que o monarca entendeu por bem premiá-lo com a concessão de um **brasão de armas**.

– D. Álvaro de Castro (II) - 1437 a 1475

Fidalgo da Casa do Infante D. Henrique e da nobre família dos Castros, agigantado cavaleiro e homem de armas, participou na malograda tentativa

de conquistar Tânger (1437). Foi mais tarde alcaide-mor desta vila (1471). Tendo, porém, entrado em conflito com o monarca, refugiou-se em Castela, onde faleceu (1478); mas os seus ossos acabariam por vir trasladados para **S.ta Maria da Penha**, onde foram vistos ainda nos meados do século XVIII.

– **Nuno Rodrigues Taborda - 1509? a c.1550**

Deve ter rumado ao Oriente ainda novo, vindo a integrar-se em alguns grandes feitos, com Afonso de Albuquerque. Vítima de naufrágio em 1524, caiu em poder dos gentios, sofrendo então durante 23 anos as agruras do cativo, no reino de Sunda. Foi salvo, entretanto, pela intercessão de Fernão Mendes Pinto, que lhe dedicou todo o cap. 176 da *Peregrinação*. Ali (c.1547) narra as suas (des)aventuras:

– *Eu, senhores e irmãos meus, sou Cristão, ainda que pelo trajo vo-lo não pareça, e Português de pai e de mãe, natural de Penamacor.*

E conta então a sua «peregrinação». Depois, na companhia de Mendes Pinto, consegue alcançar Malaca, em cujo Hospital viria a falecer.

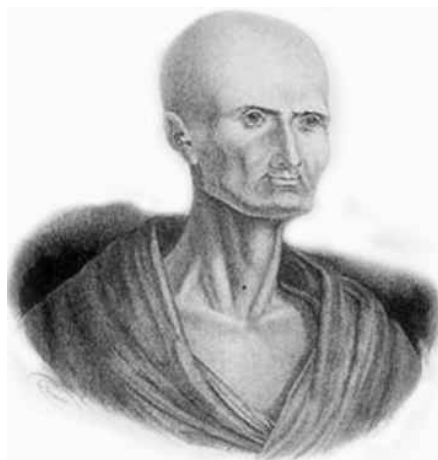


Foto 7 – Ribeiro Sanches

Dr. Francisco Robalo Freire - 1646 a 1652

Este filho de Penamacor, fruto do casamento do advogado Manuel Robalo Freire (natural do Pedrógão) com sua prima D. Isabel Robalo (de Penamacor), licenciou-se em Artes (1636) e em Medicina (1640). Profissional distinto, talvez aliciado pelas boas condições de trabalho que lhe foram oferecidas, aceitou o cargo de físico-mor do Estado da Índia, onde serviu por seis anos (1646-1652). Voltaria a Penamacor, onde se encontrava em Outubro de 1686 (se não se trata de um homónimo). Consta ter composto um livro de curas...

E, finalmente... ANTÓNIO NUNES RIBEIRO SANCHES

N. Penamacor – 1699 – há, portanto, 310 anos. Penamacorense dos mais ilustres de sempre e por muitos considerado o maior dos estrangeirados portugueses, não consta ter andado pelas índias, áfrias ou américas. Mas... o seu percurso de

vida como médico e escritor em diáspora foi tão notável que bem merece entrar na galeria de figuras históricas da Expansão. Da sua obra vasta (mais de 150 publicações) constam títulos como:

* *Discurso sobre as Colónias, sobre a América portuguesa e sobre a Agricultura* (1763);

* *Considerações sobre o governo do Brasil desde o seu estabelecimento até o presente tempo* (1777);

* *Sobre as lavouras e fábricas de tabaco do Brasil* (1778);

* *Dos efeitos do descobrimento da América e conquistas, e se as colónias devem ser regidas pelas mesmas leis que o centro do Reino de que dependem* (s/d).

Concluindo

Foi este um pequeno levantamento sobre a vila de Penamacor, num período ainda pouco estudado da sua História – o final da Idade Média / início da Idade Moderna – aquele em que se desenvolveu a Expansão Ultramarina.

Os resultados, que na verdade são escassos e deixam a vila de Penamacor do tempo da Expansão um pouco aquém das expectativas, não podem, por isso mesmo, ser considerados relevantes e muito menos definitivos ou sequer conclusivos.

Há, pois, que dar-lhes continuidade e aprofundamento.

E a ocasião é propícia. Conforme nos foi lembrado pelo Dr. Mário Pires Bento, hoje aqui presente em espírito, «*Os aniversários avivam e cimentam a coesão familiar. E restauram as forças para novas caminhadas.*»

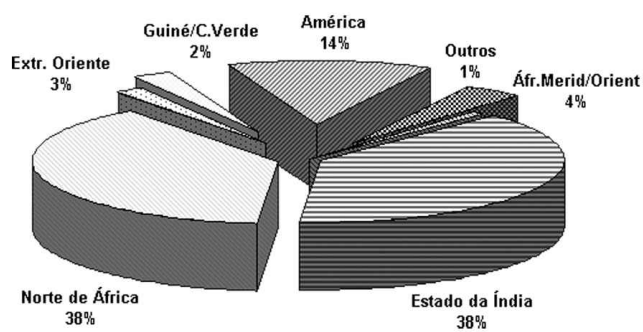
Parabéns à organização e a Penamacor, pelas **800 Primaveras**.

Prossigamos a **caminhada!**...

ANEXOS

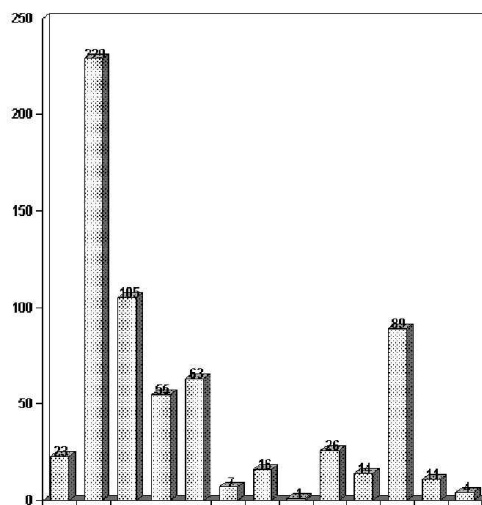
Quadro I

Distribuição / rumos das gentes da Beira Baixa
(por áreas de destino, séculos XV-XVII)



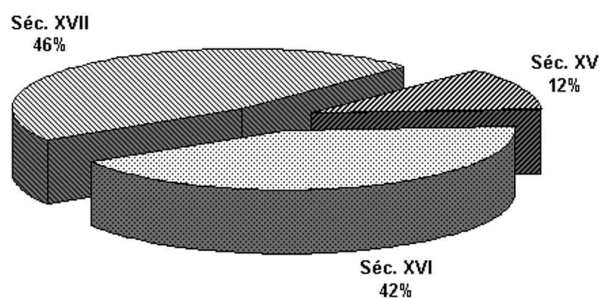
Quadro II

Distribuição das mesmas gentes pelos concelhos de origem



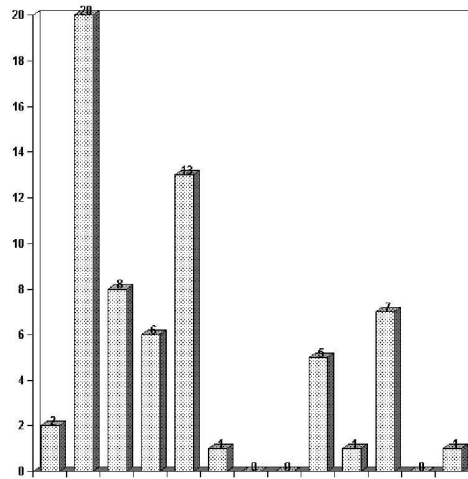
Quadro III

Distribuição das mesmas gentes por séculos



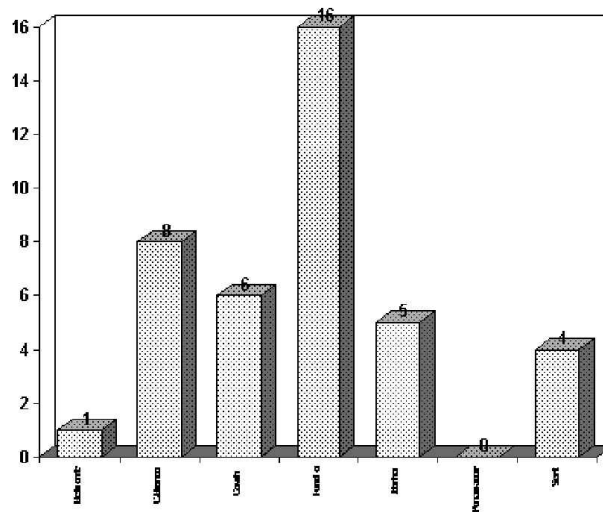
Quadro IV

Rumos da Beira Baixa para o Brasil (por concelhos de origem)



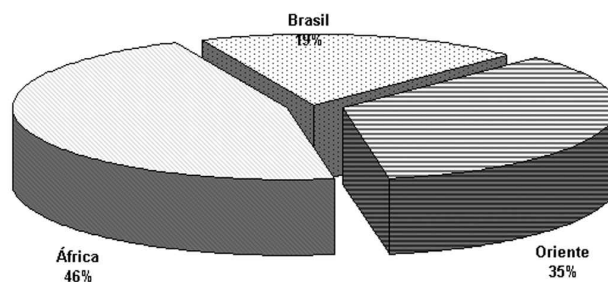
Quadro V

Rumos da Beira Baixa para Índias de Castela (por concelhos de origem)



Quadro VI

Rumos da Expansão penamacoreense



Quadro VII

Gente originária ou ligada a Penamacor, que participou na Expansão ultramarina portuguesa.

<i>Anos</i>	<i>Nomes</i>	<i>Rumos tomados e actividades desenvolvidas</i>
1415	João Rodrigues Taborda	Este personagem quase lendário terá sido um dos fidalgos que a 21.8.1415 participou na conquista de Ceuta; e tão assinalados devem ter sido os seus feitos, que o monarca entendeu por bem premiá-lo com a concessão de um brasão de armas.
1437 a 1475	Álvaro (D.) de Castro (II)	Fidalgo da Casa do Infante D. Henrique, participou na malograda tentativa de conquistar Tânger (1437), de onde conseguiu escapar com vida. Foi mais tarde alcaide-mor de Penamacor, após a morte do seguinte (1471). Tendo, porém, entrado em conflito com o monarca, refugiou-se em Castela, onde faleceu (1478); mas os seus ossos acabariam por vir trasladados para S.ta Maria da Penha.
1446-?	João Rodrigues Pereira	Antes de nomeado alcaide-mor de Penamacor (1450), este fidalgo da Casa de D. Afonso V esteve degredado na cidade de Ceuta, no Norte de África, durante pelo menos dois anos (1446-1448), mas conquistou as graças régias devido à sua participação na batalha de Alfarrobeira ao lado do rei e obteve ainda a renda do montado de Penamacor. Deteve a alcaidaria até que morreu (1471).
1458-1488?	Lopo (D.) de Albuquerque	Sobrinho do conde de Monsanto, D. Álvaro de Castro (I), acompanhou sempre o rei <i>Africano</i> nas empresas do Norte de África, designadamente nas conquistas de Alcácer-Ceguer (1458), Anafé (1469), Arzila e Tânger (1471), bem como na batalha de Toro (1476), tendo por isso alcançado os cobiçados títulos de 1.º conde de Penamacor , senhor e alcaide-mor da mesma vila (este a 24.8.1475). Caído em desgraça com D. João II, homiziou-se em Castela, vindo a falecer em Sevilha. Sobreviveu-lhe (até 1518) a condessa, D. Leonor, que era irmã de D. Fernando de Noronha (sogro de Pedr'Álvares Cabral).
1479-1499	Rui Mendes de Vasconcelos (I)	Tendo sucedido a seu pai na capitania-geral de Ceuta (1479), governou-a até 1481, numa fase difícil, no que revelou bom tacto diplomático [Entre os seus servidores, incluía-se o albicastrense Afonso de Paiva, seu escudeiro, depois afamado mensageiro régio ao Oriente]. De regresso ao reino em 1481, passou a integrar o Conselho de D. João II, que em 1486 lhe deu a alcaidaria-mor de Penamacor. Serviu no cargo até à sua morte, em 1499, data em foi substituído por seu filho João.
1503-1504	Pedro Álvares	Servia naqueles anos em Tânger, entre a gente de ordenança da mesma praça norte-africana, como espingardeiro.

1509? a c. 1550	Nuno Rodrigues Taborda	Natural de Penamacor, deve ter rumado ao Oriente ainda novo, vindo a integrar-se em alguns dos grandes feitos da fase dita "de construção do Império", com Afonso de Albuquerque. Vítima de naufrágio em 1524, caiu em poder dos gentios, sofrendo então durante 23 anos as agruras do cativo, no reino de Sunda. Foi salvo, entretanto, pela intercessão de Fernão Mendes Pinto, que lhe dedicou todo o capítulo 176.º da <i>Peregrinação</i>. Ali o autor empresta-lhe a própria voz para narrar aos seus salvadores as aventuras e desditas por que passara: <i>- Eu, senhores e irmãos meus, sou Cristão, ainda que pelo traje vo-lo não pareça, e Português de pai e de mãe, natural de Penamacor.</i> Estava-se por volta de 1547. Nuno Taborda conta então a sua vida. Depois, na companhia de Mendes Pinto, consegue alcançar Malaca, em cujo Hospital viria a falecer.
1513	Martim Anes	Integrado na grande armada que neste ano se dirige ao Norte de África, participa na tomada de Azamor, como besteiro.
1531-32	Luís Eanes	Servia então na Índia, como soldado pago pelo feitor de Goa.
1547 a 1581	Martim Correia da Silva (I)	Cavaleiro da OC e comendador de Santiago de Penamacor (de 1577 a 1581), prestou relevantes serviços em diversas ocupações, tais como capitão-mor da fortaleza de Diu (1547), governador e capitão-geral de Ceuta (1549-1550 e 1553-1555).
c.1580-1600	Henrique Correia da Silva	Sucessor na Casa de seu pai, deteve igualmente a comenda de Santiago de Penamacor, tendo-se distinguido como governador e capitão-geral de Mazagão.
1590? a 1611	Francisco Correia da Silva	Filho segundo de Martim Correia da Silva (I), serviu em Ceuta, onde participou em diversas peijas contra os mouros, e andou nas armadas da costa portuguesa, bem como ainda na "Invencível Armada". Filipe III concedeu-lhe por isso o hábito de Avis (1599) e a comenda de Meimoa (Penamacor). Foi depois governador e capitão-geral de Cabo Verde (1605), chegando a ser designado capitão-geral e governador de Angola (1611).
c. 1600-1650	Martim Correia da Silva (II)	Neto de Martim Correia da Silva (I) e filho de Henrique Correia da Silva, sucedeu na Casa do pai. Serviu também em Mazagão, de que foi governador e capitão-geral (1640). Teve ainda a mercê de uma viagem de capitão-mor das naus da Índia (1650). Por sua morte, passou a comenda de Penamacor a seu filho primogénito, outro <i>Henrique Correia da Silva</i> , que também foi capitão e governador de Mazagão.
1611-1618	Rui Mendes de Vasconcelos (II)	Descendente do familiar homónimo, foi, além de alcaide-mor de Penamacor, capitão-geral de Tânger (1584), membro do Conselho de Estado e 1.º Conde de Castelo Melhor (1611).

c.1630 - 1656	Antônio Galvão	Pelos serviços prestados no reino e no Brasil, onde servira com muito valor, obteve em 1656 o foro de fidalgo-cavaleiro. No regresso ao reino foi Mestre de Campo de Auxiliares.
1632-1639	Manuel Lopes	Seguiu a carreira das armas, tendo em 1632 obtido o posto de capitão e o comando de uma Companhia de Infantaria que partiu para o Brasil, a fim de socorrer o Rio de Janeiro dos ataques holandeses. Serviria aí com competência até ao ano de 1639.
1632 a c. 1650	Manuel Lopes "o velho"	Serviu na Flandres (de 1612 a 1632), ao serviço de Filipe IV, o que lhe valeu o foro de cavaleiro-fidalgo. Voltando a Portugal, embarcou-se na armada que em 1632 partiu para o Brasil, em socorro da Baía. Expulsos os holandeses, foi para o Rio de Janeiro, onde foi sargento-mor da praça e faleceu com mais de 80 anos.
1632 a 1652	Manuel Lopes "o moço"	Filho do anterior, acompanhou o pai na Flandres e no Brasil, neste último estado tendo lutado contra os holandeses, na restauração da Baía e do Rio de Janeiro, e aí permanecendo 19 anos. Chegaria a capitão, cavaleiro-fidalgo (1647) e comendador na Ordem de Cristo (1652).
c.1640	Sebastião Nunes Neto, o Corsário	Nascido em Penamacor c.1617, era filho de Duarte da Costa, que foi mercador e feitor da Alfândega de Lisboa, e de Leonor Nunes (XN), ambos naturais da mesma vila. Prosseguindo negócios do pai, foi mareante e mercador, indo até Sevilha (com um irmão, Jorge Nunes Neto), e depois até ao Brasil (Bahia), por volta de 1640. Em 1655, encontrando-se a viver em Lisboa, foi preso pela Inquisição, acusado de cominar com cristãos-novos [um deles seria o médico covilhanense Simão Pinheiro Morão, então já a exercer em Almada] e por ameaçar um familiar do Santo Ofício. Mas acabaria por se livrar de penas.
1646-1652	Francisco Robalo Freire, (Dr.)	Licenciado em Artes (1636) e Medicina (1640), foi fisco-mor do Estado da Índia (1646-1652).
1646	Antônio Robalo	Irmão do Dr. Francisco Robalo Freire, fisco-mor no Estado da Índia, deve ter acompanhado o irmão para aquele Estado (1646), na condição de cavaleiro-fidalgo, mas consta que faleceu na viagem de ida.
1646	João da Cunha	Teve nesse ano um alvará régio de moço da câmara, com a condição de ir à Índia.
1649	Antônio de Mendonça (I)	Em 1649, teve os foros de escudeiro-fidalgo e cavaleiro-fidalgo, na condição de ir à Índia, onde seria armado cavaleiro.
1650	Pedro Leitão (Esteves?)	Sendo de 17 anos, obteve naquele ano alvará régio, com o foro de cavaleiro-fidalgo, na condição de ir à Índia.
1666	João Antunes Portugal	Sendo de 21 anos, obteve naquele ano alvará de fidalgo-cavaleiro da Casa Real, com a condição de ir servir na Índia. Lá granjearia reputação e proveitos, exercendo os cargos de capitão-mor e embaixador, e até o de conselheiro do vice-rei (1693).

1691	Francisco Taborda Grande	Participou como alferes nas Guerras da Restauração e, mais tarde, como capitão no socorro à praça africana de Mazagão (1691), tendo chegado a sargento-mor do Regimento de Almeida (onde faleceu em 1698)
1699 a 1783	António Nunes Ribeiro Sanches	Penamacorense dos mais ilustres (1699-1783) e por muitos considerado o maior dos "estrangeirados" portugueses, não consta ter andado pelas índias, áfricas ou brasis, mas o seu percurso de vida como médico e escritor em diáspora foi tão notável que bem merece entrar na galeria de figuras históricas da Expansão. Da sua obra vasta e valiosa (mais de 150 publicações), constam títulos tão diversos como: <i>Discurso sobre as Colónias, sobre a América portuguesa e sobre a Agricultura</i> (1763), <i>Considerações sobre o governo do Brasil desde o seu estabelecimento até o presente tempo</i> (1777), <i>Sobre as lavouras e fábricas de tabaco do Brasil</i> (1778), e <i>Dos efeitos do descobrimento da América e conquistas, e se as colónias devem ser regidas pelas mesmas leis que o centro do Reino de que dependem</i> (s/d).

Bibliografia

- ARMAS, Duarte d', *Livro das Fortalezas*, com Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco, ANTT e Edições INAPA, Lisboa, 2006 (3.^a edição revista).
- CALAMOTE, Albertino, «Penamacor, um baluarte na raia», *Baluarte – Revista das Forças Armadas Portuguesas*, n.º 3, Maio-Junho de 1991, pp. 30-35.
- GARCIA, Maria Antonieta (coordenação científica), *Forais de Penamacor*, Câmara Municipal de Penamacor, 2005.
- Grandre Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 20, s/d, pp. 952-958.
- LANDEIRO, José Manuel, *O concelho de Penamacor na história, na tradição e na lenda*, 2.^a ed., Câmara Municipal de Penamacor, 1982 (1.^a 1938).
- NUNES, António Lopes Pires, *Castelos templários da Beira Baixa*, Cadernos de Património Cultural da Beira Baixa, Idanha-a-Nova, 2005.
- SILVA, Joaquim Candeias e CASTELO BRANCO, Manuel da Silva, *A Beira Baixa na Expansão Ultramarina*, Câmara Municipal de Belmonte, 1999.
- VÁRIOS, *Actas e memórias do 1.º Colóquio de Arqueologia e História do Concelho de Penamacor (1979)*, ARCINPE, Penamacor, 1982.
- VENTURA, Maria da Graça Mateus, *Portugueses no descobrimento e conquista da Hispano-América: Viagens e expedições (1492-1557)*, Ed. Colibri, 2000.
- VENTURA, Maria da Graça Mateus, *Portugueses no Peru ao tempo da União Ibérica: Mobilidade, cumplicidades e vivências*, IN-CM, 2005.

2.2 – O Real Hospital Militar de Penamacor: espaço e memória

Augusto Moutinho Borges¹

Desde as Campanhas da Aclamação (1640-1668) que para a Província da Beira foi definida uma estratégia defensiva, promovendo-se a construção de raiz de equipamentos militares para dar apoio logístico ao exército que combatia na região de fronteira.

Na Praça e Vila de Penamacor, seguindo os objectivos preconizados para outras Praças de Guerra como Almeida, a norte, e Salvaterra do Extremo, a sul, foi edificado o Real Hospital Militar de S. João de Deus, onde a arquitectura serviu também para glorificação da apologia régia. Se na sua génese o edifício foi construído para um determinado fim, no presente tem outras funções, característica comum a outros exemplos em território nacional.

Vamos pois fazer uma análise histórica do referido imóvel, tanto pelas informações documentais como pela própria leitura arquitectónica e urbanística, preservando assim a memória de um dos mais enigmáticos edifícios da Praça e Vila de Penamacor.

1 – As Campanhas da Aclamação e os Reais Hospitais Militares

D. João IV, por alvará de 4 de Maio de 1645 incumbiu os Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus de administrarem os Reais Hospitais Militares² durante o período belicista que se instalou na Península Ibérica, entre 1640-1668.

No *esforço de guerra* fundaram-se os *hospitais de campanha*, com especial incidência nas Praças de Guerra de cariz abaluartado e ao longo da fronteira com Castela³. Desde o séc. XVII até ao séc. XIX construíram-se e adaptaram-se edifícios públicos, religiosos e civis para neles se fazerem *hospitais militares*, com o

objectivo concreto de dar assistência hospital aos enfermos soldados. Inicialmente, a atribuição assistencial era específica para os Reais Hospitais Militares da Província do Alentejo, de Elvas, Olivença e Campo Maior, mas, a partir de 1646, rapidamente se alastrou a todo o Reino, começando pela Praça de Monção. O Real Hospital Militar de S. João de Deus da Praça de Penamacor foi construído a partir de 1670⁴.

Sabemos hoje, pela análise estudada em torno da assistência hospitalar, que foi definida uma *rede hospitalar militar ao longo da raia*, denominados *Hospitais Militares de campanha*, e outros mais recuados, designados por *Hospitais Militares de retaguarda*⁵. Os Hospitais Militares criaram a sua própria identidade, sendo implantados e construídos à imagem e semelhança do Hospital da Boa Nova, na Ilha Terceira, cidade de Angra, Açores, identificando-se no Reino como Reais Hospitais Militares de S. João de Deus. Ainda hoje encontramos na toponímia local de Ponte de Lima, Chaves, Miranda do Douro, Almeida, Penamacor, Castelo de Vide, Olivença, Campo Maior, Elvas, Vila Viçosa, Castro Marim, Lagos e Lisboa essa mesma alusão referencial⁶.

O Pe. Bautista de Castro, acerca da relação dos Reais Hospitais Militares que havia no Reino, sob a administração dos Irmãos Hospitaleiros, no século XVIII, refere a existência de 20 Hospitais que se invocam a S. João de Deus e 3 com a invocação a N.ª Sr.ª da Conceição, 1 a St.º André e 1 a N.ª Sr.ª da Glória⁷.

Consultando a documentação nos Arquivos Nacionais⁸ e a bibliografia que tem sido publicada sobre esta matéria, com incidência nos trabalhos de 1950, 1994 e desde 2006 até à actualidade, vincamos a relação das Campanhas militares com o incremento da construção hospitalar e a participação dos Irmãos ao serviço do Reino. O apoio assistencial não era exclusivo dos Irmãos Hospitaleiros, nem os Hospitais Militares se circunscreviam exclusivamente aos já referenciados, existindo outros em praças-chave, tais como no Porto ou em Cascais. Contudo, no panorama nacional os Irmãos detinham a hegemonia administrativa e a supremacia técnica, face a um reino que centrava o ensinamento das práticas médicas na Universidade de Coimbra.

A aprendizagem dos Irmãos era realizada e transmitida no Convento-Hospital de Elvas, tal como nos chegou informação impressa da *Postilla Religiosa e Arte de Enfermeiro*⁹, de 1741. Pela obra constatamos que a formação era pluridisciplinar, conclusão indiscutível pela análise dos diversos manuais que nos chegaram, realçando, entre outros, o manuscrito de Frei Joseph Correia¹⁰, *S. João de Deus Pai dos Pobres*, de 1731, e dos suplementos de Hospitalidade de 1666, 1779 e 1801.

O contributo analítico do modelo hospitalar dos religiosos de S. João de Deus constitui, no séc. XVIII, um exemplo da orgânica assistencial para todas as cortes europeias, transcrevendo o exemplo que o médico Ribeiro Sanches, natural de Penamacor, dá na famosa obra *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*¹¹ “*estão os Hospitais ordinariamente fundados no meio das cidades, ou pela facilidade de transportarem ali os enfermos, ou porque aumentando-se o número dos habitantes, o edifício, que estava antigamente nos arrabaldes, se acha hoje no meio delas... Mas a sua vastidão é o defeito mais considerável; e por consequência*

o número dos enfermos desde a sua entrada nele até acabasse a vida, ou a enfermidade. É certíssima observação que quantos mais enfermos estiverem em um hospital, muitos mais morrerão, e que quanto mais os hospitais forem pequenos, muito mais, proporção guardada se curarão nele.

No Hospital Real de Paris, chamado Hotel de Dieu, há constantemente 1.300 camas ocupadas: no espaço de um ano entram nele cerca de 18.000 a 20.000 enfermos. Morre a quarta parte deste número, quero dizer, de quatro mil e quatrocentos a cinco mil enfermos.

O Hospital dos Frades de S. João de Deus da mesma cidade tem constantemente sessenta camas ocupadas: no espaço de um ano entram nele cerca de 2.200 a 2.300 enfermos. Não morre mais que a oitava parte, quero dizer, de 275 a duzentos e noventa e um enfermos. Daqui se vê que as mortes nos Hospitais se aumentam à proporção do maior número dos enfermos”.

Pela análise das plantas dos Hospitais Militares, administrados pelos Irmãos Hospitaleiros, verificamos que os Hospitais eram de pequenas e reduzidas dimensões, sublinhando a importância técnica do saber hospitaleiro para a concepção orgânica do próprio espaço edificado, tal como vimos na primeira construção tipo, em Angra, no Hospital Militar da Boa Nova¹², nas outras plantas com risco do Real Corpo dos Engenheiros Militares e nos edifícios que chegaram até hoje¹³.

Temos vindo a afirmar que os Reais Hospitais Militares constituem um dos mais emblemáticos *empreendimentos de aparato*¹⁴, associados à componente da Logística, não os podendo dissociar da sua localização geográfica e espacial, urbana, arquitectónica e, sem dúvida a artística e a cultural.

Na Beira encontramos três Reais Hospitais Militares de S. João de Deus¹⁵, um na Praça de Almeida, que teve um papel fundamental como sede do Governo Militar da Beira Alta, desde 1640, por estratégia de D. Álvaro de Abranches e Câmara, um na Praça de Penamacor como sede do Governo Militar da Beira Baixa, desde 1645, por sugestão de D. Fernando de Mascarenhas, Conde de Seré¹⁶, e um em Salvaterra do Extremo, infelizmente destruído na campanha militar do Pacto de Família, em 1762.

No presente estudo vamo-nos debruçar sobre nas duas primeiras Praças de Guerra, em virtude da terceira ser escassa em documentação e imprecisa geograficamente a sua localização.

Após uma análise circunstanciada da Praça de Almeida vamo-nos concentrar na Praça de Penamacor, pois temos como objectivo desenvolver o estudo sobre o equipamento militar assistencial existente na localidade, quanto ao espaço e sua memória.

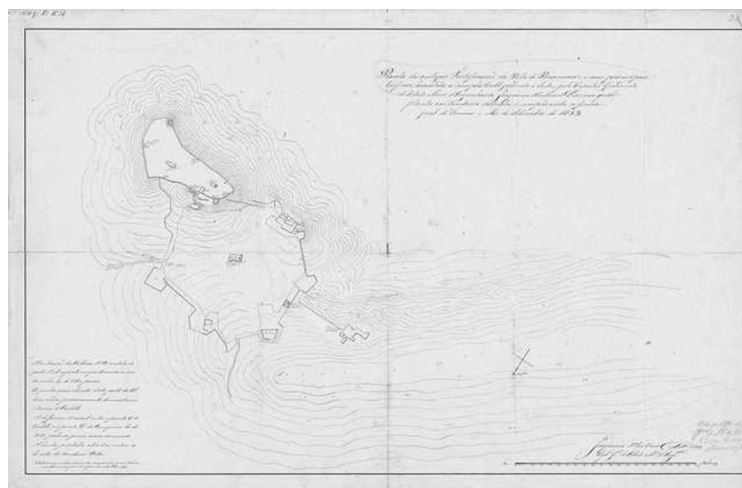


Fig. 1 – Penamacor, 1855, Principais edifícios e equipamentos militares

Constatamos que na Beira os Reais Hospitais Militares eram edifícios que sobressaíam do vulgo construído, bastando para isso analisar as inúmeras plantas de Almeida e Penamacor. Apresentamos como exemplo uma planta da Fortaleza de Almeida¹⁷, de 1768, onde estão implantados os principais edifícios de carácter militar, que passamos a referir: *Castelo, Igreja Matriz* (que servia de refúgio à população em caso de ataque), *Casa da Vedoria, Hospital Militar de S. João de Deus, Hospital de Sangue, Trem, Quartel de Cavalaria, Quartel de Infantaria, Quartel de Artilharia, Fábrica de Munições e Pão, Convento das Freiras e Casamatas, no Baluarte de S. João de Deus*. Também na Praça de Penamacor¹⁸ consultamos uma planta onde se implantaram os principais edifícios e equipamentos militares, sobressaindo do seu todo o Real Hospital Militar.

No início da guerra da Restauração (1664-1668) adaptaram-se para o efeito nas Praças, ou construíram-se de raiz, os seus Reais Hospitais Militares tal como ainda hoje os podemos observar. Inicialmente, e para Almeida, somos remetidos para uma nota informativa de que a Cadeia e a Casa do Senado foram adaptadas a Hospital Militar¹⁹.

Damos como exemplos os projectos realizados para Almeida²⁰, em 1717, e os projectos realizado entre 1670/71 para Penamacor, tendo como exemplo o Real Hospital Militar de S. João de Deus da Praça de Almeida, tal como nos é referido pela Provisão de 14 de Novembro de 1670²¹. Consistiam estes dois serviços hospitalares no eixo basilar dos cuidados para com os feridos de guerra na Beira, durante as Campanhas da Restauração, e ao longo do século XVII e XVIII até meados de XIX²², porque esta região era das mais problemáticas do reino, não só pela extensão como pela fragilidade geográfica com que os estrategas se debatiam para proteger a raia.

Tal como já dissemos de Salvaterra do Extremo nada subsiste. Do Real Hospital de S. João de Deus da Praça e vila de Almeida nada mais resta do que os seus alicerces ao nível do R/C, localizados na antiga Rua da Cadeia (actual Rua de S. João de Deus) delimitado pela Rua do Hospital Velho e do edifício da Vedoria Nova.

De toda a estrutura arquitectónica subjacente é do Real Hospital de S. João de Deus, da Praça de Penamacor, que temos um pormenorizado conjunto documental²³, e volume construído, o que nos permite analisar, *no tempo e no espaço*, a sua história, desde os primórdios até ao presente, podendo contextualizar o seu espaço e a sua memória desde a sua construção até ao presente.

2 – Real Hospital Militar de S. João de Deus da Praça de Penamacor

Consideramos não ser tarefa fácil ao objectivo que nos propusemos. Mas como dispomos de um vasto conjunto de informações recolhidos no Arquivo histórico militar, no Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar e como, sob a forma presencial, acompanhamos alguns dos momentos cruciais da recuperação do imóvel, vamos desmembrar a memória do próprio edifício. Terá algumas lacunas temporais, pois não temos a veleidade de considerar que o tema

fica encerrado por aqui.

Analisando a planta mais antiga do edifício, constatamos que o *Real Hospital Militar de S. João de Deus da Praça de Penamacor*²⁴ tinha três corpos principais. O primitivo corpo era constituído pelas *três casas de sobrado* do séc. XVI, e que ainda hoje lá se encontram, apesar de se observarem pequenas alterações. O corpo central era constituído por um núcleo dedicado aos religiosos sobressaindo, do todo, o *átrio de entrada*, a *capela* que comunicava com o exterior, a *sacristia*, a *cozinha*, o *campanário* e a *casa dos religiosos* com suas *dependências*. O terceiro núcleo, e o que consideramos como principal, eram constituídos pelas *enfermarias*, a *botica*, o *refeitório*, a *cozinha*, as *latrinas* e os *quintais*, junto às muralhas.

As referências documentais sobre este Real Hospital Militar vão desde o séc. XVII, 1670, ao séc. XVIII, 1774, realçando para futuras investigações os Alvarás, as Provisões, as informações cartográficas e arquitectónicas, as quais ainda são hoje visíveis e que devem ser preservadas para memória futura, daquela que constituiu no passado, e devidamente integrada, a génese da rede de saúde pública em Portugal.

No caso estudado de Penamacor constatamos a presença de um espaço contíguo ao Real Hospital Militar, denominado como *a cerca*²⁵, e que tinha áreas e funções específicas para utilização interna, das quais realçamos a existência de um poço. Na cerca plantavam-se as ervas medicinais, que iriam abastecer a botica, assim como servia para a proliferação das aves de capoeira, que iriam ser utilizadas na dieta alimentar dos enfermos. A cerca comunicava directamente com o exterior através de um portão carral.

Desde que o Hospital Real Militar fosse projectado de raiz encontramos, no exterior, um nicho para aí se colocar uma estátua do Santo Patrono, S. João de Deus. Ainda hoje podemos observar em Elvas e em Ponte de Lima o referido nicho, com a respectiva estátua em terra cota e pedra granítica²⁶.

Em Penamacor o nicho, inicialmente projectado, deu lugar a uma janela, sendo possível observar o pormenor do nicho desenhado em planta do séc. XVII²⁷.

Em virtude de serem edifícios régios não encontramos, em nenhuns deles, as armas da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus, nem as armas reais, tal como ainda observamos em Olivença, Estremoz e Ponte de Lima²⁸.

3 – Estrutura orgânica do Hospital Militar de Penamacor

A simbiose que foi delineada nas Praças de Guerra é pois mais que perfeita, inter-relacionando-se a actividade assistencial com a interacção social e urbana. O edifício não se localizava no interior de nenhuma construção militarizada mas

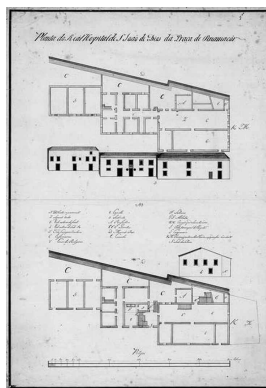


Fig. 2 – Penamacor, 1670, Planta do Real Hospital Militar de S. João de Deus da Praça de Penamacor



Fig. 3 – Penamacor, reconstituição da fachada do Real Hospital Militar²⁹ a quando da sua construção em 1670.

autônoma, e relativamente próxima da estrutura defensiva e de entrada da *cidade*³⁰. Por outro lado, a equidistância da porta magistral e da poterna permitia acolher rapidamente os enfermos que necessitavam de cuidados hospitalares.

Relativamente ao desenvolvimento interno da componente assistencial, caracterizamos os imóveis com cinco áreas fundamentais e que constituem a essência tipológica do que hoje entendemos ser um Hospital Militar:

- I – Enfermarias;
- II – Mesa de cirurgia/Hospital de Sangue e Botica;
- III – Sector Administrativo, Capelania e Comunidade dos Irmãos;
- IV – Serviços (Cozinha, Cisterna/poço e Latrinas);
- V – Cerca (Plantio de ervas aromáticas, medicinais e desinfestação).

Hoje não é difícil apontar uma lenta evolução das funcionalidades dos espaços, gravitando o desenvolvimento estrutural em torno das enfermarias.

Por algumas das plantas analisadas, das quais desatacamos os Hospitais Reais de S. João de Deus em Almeida e Penamacor constatamos que o centro orgânico é constituído pelas enfermarias gravitando, à sua volta, as outras dependências necessárias ao seu funcionamento, tais como: *cozinha, quarto do cozinheiro, porteiro e enfermeiros de serviço, sala das cirurgias* (muitas vezes este encontrava-se no exterior, como em Almeida, o qual se chamava *Hospital do Sangue*) e as *casas de despejos* (latrinas)³¹.

Em Penamacor, no interior da enfermaria superior, encontramos um oratório onde se encontraria a imagem do Santo Patrono da hospitalidade, recentemente descoberto pelas obras de adaptação, o qual se encontra perfeitamente referenciado na planta, já citada, deste edifício.

Todo este complexo sistema orgânico estende os seus laços ao cemitério comum e, a partir de finais do século XVIII, ao cemitério militar, tal como podemos analisar do gráfico dos óbitos³².

Sobre os primeiros edifícios referenciados temos um conjunto de informações escritas, cartográficas e topográficas que (além de terem sido já analisadas e publicadas noutros trabalhos que se prendem com a investigação académica em curso) se revestem do maior interesse para o estudo da Praça de Penamacor, pois permitem-nos analisar o seu esquema organizativo referente à assistência e práticas clínicas.

4 – Equipamentos e a capela

Podemos analisar a importância que tinham os Reais Hospitais Militares no contexto orgânico defensivo nas Praças. No entanto realçamos a forma como estes se encontravam localizados e constituídos. Pela análise de três Praças da raia, estudadas e analisadas, de Almeida, Penamacor e Elvas, encontramos algumas afinidades sobre a sua localização / implementação e orgânica interna.

Nas três Praças mencionadas constatamos que os Quartéis se localizavam ao longo das muralhas, servindo os baluartes para demarcar áreas distintas entre eles. O conjunto de equipamentos militares constituídos pela Principal, Casa do

Governador, Vedoria e Hospital Militar encontravam-se implantadas no interior do tecido urbano ou, caso de Penamacor, em local estrategicamente defensável, quer contra a artilharia, quer contra qualquer ataque aos panos da muralha.

As informações documentais que temos sobre o mobiliário e equipamento existentes nos Hospitais Militares consistem, essencialmente, em dois vectores:

Civil, utilizado no hospital para serviços de saúde

Numa primeira fase (1645-1646) os Alvarás Reais são muito restritos quanto ao sector administrativo, exigindo apenas um inventário de bens e a existência de dois livros rubricados, um para as receitas e outro para as despesas, atribuindo aos Religiosos de S. João de Deus quais as profissões a desempenharem no Hospital, que era o de médico, cirurgião, escrivão, sangrador e capelão que houve em cada hospital.

Religioso, utilizados na Capela e para os serviços religiosos

Além das imagens de S. João de Deus e S. Rafael que existiam nas capelas dos Reais Hospitais Militares podemos imaginar, através do inventário de 1763³³ pertencente à Praça de Almeida a riqueza existente nesses locais.

Pelo seu grande interesse voltamos a publicar o referido documento, pois está perfeitamente contextualizado:

Paramentos da Capela do Hospital Real da Praça de Almeida, e serão receita do Prior Fr. Eusébio da Silveira, Religioso de S. João de Deus. 1 cruz de madeira com resplendor de prata e sua manga; 1 cortinas de damasco encarnado com sua sanefa; 1 cálice de prata com sua patena; 1 taribulo de prata com sua nave ta; 1 purificador com seu prato de prata; 1 vaso do sacramento de prata; 1 âmbula dos Santos Óleos; 1 purificador de estanho; 4 amitos; 6 alvas; 4 toalhas de altar; 7 purificadores; 4 boleas com seus corporais; 4 cazulas com suas pertenças a saber, uma roxa, outra branca, e duas brancas e encarnadas, todas de damasco; 1 copa de aspergir com duas dalmaticas, manípulos e estolas de damasco branco; 2 panos de estante, 1 pequeno e outro grande, de damasco branco, um véu de ombros de dar o viático; 1 manga de cruz de melania de lã roxa, uma manga da cruz de melama de damasco branco, uma manga de cruz de melanea de damasco roxo; 4 pares de galhetas com seus pratos, todos de estanho; 6 castiçais grandes, de estanho; 4 castiçais grandes, mais velhos; 4 castiçais grandes de bojo, novos; 3 missais; 1 caldeira de estanho para água benta; 1 vaso de estanho para o lavatório, uma pedra de ara; 3 frontais, 1 de damasco branco, outro roxo e branco e outro oleado; 1 caixa de madeira para as hóstias; 1 salva com suas pertenças; 1 púcaro de estanho; 1 docel de damasco branco; 1 ombrela de damasco branco; 2 resplendores de prata branca.

Pelo que podemos constatar, sobre os equipamentos civis e religiosos, os Hospitais Militares estavam muito bem apetrechados constituindo, no passado, um dos componentes essenciais, no âmbito dos valiosos equipamentos militares,

existentes nas Praças de Guerra.

Em Penamacor a capela e a botica comunicavam com o exterior. Nesta nossa análise podemos hoje afirmar que a Botica dos Hospitais Militares teve um papel fundamental para a implementação do conceito social do serviço de saúde pública, história que ainda está por realizar, na saúde e na medicina em Portugal sendo a capela um dos locais centrais da componente espiritual. A riqueza decorativa e de bens, com que estas se encontravam, dá-nos uma ideia da dimensão apreendida pelos Engenheiros Militares que realizavam os projectos técnicos, podendo antever a circulação de imagens de S. João de Deus existentes nas Praças de Guerra e da devoção que Portugal tinha por este Santo.

5 – Corpo residente dos Irmãos e outros colaboradores

O corpo residente dos Irmãos Hospitaleiros variava entre os quatro (para os hospitais mais pequenos) e de quatro até seis para os maiores, tal como constatamos nas *Memórias Paroquias* do Pe. Luís CARDOSO, em 1758³⁴. Em Penamacor o Hospital Militar de S. João de Deus tinha quatro religiosos enfermeiros, como se confirma: “*está nesta freguesia um Hospital onde se curam os militares concorrendo para tudo o necessário desde a grandeza real; e o administram, tratando dos enfermos, quatro religiosos de S. João de Deus, entrando neles um prior*”.

Após sabermos como era constituído o corpo de religiosos, o Hospital tinha, para as suas funções quotidianas, os seguintes profissionais: *almoxarife, fiel, médico, cirurgião, boticário, sangrador, enfermeiros religiosos, ajudantes de enfermeiros, cozinheiros e seu ajudante, moço das compras* (ir ao açougue, compra de hortaliças,...) *caneiro* (trato dos bois, ir à fonte com o carro, trazer lenha, palha,...), *forçados* (despejos, lavagens e limpezas das enfermarias, lavagens dos doentes,...), *lavadeiras* (trato de roupas sujas,...) e naturalmente *capelães do regimento e religiosos*³⁵.

Sobre os cuidados a ter com os enfermos não podemos deixar de analisar o proscrito na *Postilla de Religioso e Arte de Enfermeiro*, do Pe. Fr. Diogo de Santiago, Mestre de Noviços do Convento-Hospital de Elvas, no ano de 1741. Esta sebenta circulou pelos hospitais militares e formou muitos dos religiosos de S. João de Deus que irradiaram pelo reino. Neste documento imprescindível, para compreendermos os conceitos dos cuidados militares, antevemos a dinâmica humanística pela qual D. João IV incumbiu os Irmãos Hospitaleiros de administrarem os seus Hospitais Reais Militares.

Encontramos uma série de profissionais que trabalhavam, tal como nos confirmam os dois Alvarás de 1645 e 1646 para os Hospitais de Elvas, Campo Maior e Olivença e para todos os do reino, não sendo muito diferente para Almeida e Penamacor.

Não há uma ideia real da quantidade de feridos que foram tratados nos Hospitais Militares, existindo apenas alguns documentos para Almeida.

Hoje estamos ainda muito longe de saber qual a verdadeira dimensão da intervenção hospitalar que as unidades de saúde tiveram nas Praças, pois faltam-

nos os registos documentais sobre os tratamentos efectuados, salvo alguma rara excepção existente no Arquivo Histórico Militar. Só nos apercebemos, e pontualmente, da mortandade, quando havia escaramuças e batalhas pelos assentos de óbitos. A sua análise deve ser efectuada pelos óbitos registados, que subsistiram nos paroquiais, podendo, a partir daí, imaginar os enfermos provenientes dos conflitos armados de então.

A demografia do 1.º quartel do séc. XVIII da Praça de Penamacor já se encontra bem documentada³⁶, sendo possível constatar que os enterramentos dos militares eram, como os da restante população, na igreja matriz.

6 – Alimentação

No séc. XVIII houve grande incentivo para a instalação de galinheiros nos Hospitais Militares, para complemento à dieta alimentar dos enfermos, como se transcreve:

*“As dietas se devem compor de cinco modos: O primeiro para os enfermos que se acham capazes de alimentos sólidos, caldos de galinha ou aveia ou de cevada pelada. O segundo é miúdos de galinha até onde se chegarem as que se matarem. O terceiro é um pratinho de ervas com seu ovo. O quarto dois ovos. O quinto duas onças de arroz ficando à eleição do médico a qualidade da dieta que deve comer o doente”*³⁷.

Há outros documentos referentes à alimentação relativos a outros Hospitais Militares, dando como exemplo o de Almeida, pois é o mais próximo de Penamacor *“Enfermos que se curam no Hospital da Praça de Almeida e quantidades de rações com que eles se despenderam”*³⁸. Este ponto leva-nos ao problema que pretendemos focar, que é o da existência no Hospital de Penamacor de uma pequena cerca, que tinha por objectivo a instalação de galinheiros (aves) e capoeiras (coelhos) e também para o plantio de ervas e outros produtos para abastecer o Hospital.

A cerca deste complexo edificado foi-se, ao longo dos tempos, acrescentando, até que se transformou, no séc. XIX e XX, na parada interna do Quartel. O espaço foi sendo conquistado à muralha, especificamente ao caminho da ronda, o qual deve estar soterrado na massa granítica que serviu de sapata á actual parada. No presente, a valorização da mesma é uma agradável praça vocacionada para o lazer.

A cozinha do hospital estava localizada no piso 0 (rés-do-chão), juntamente com outros espaços destinados ao quotidiano. Salientamos a existência de uma adega, onde seriam armazenadas as quantidades necessárias de vinho corrente e de maior teor alcoólico para os tratamentos prescritos na época.

7 – Toponímia

Nas Praças de Guerra a toponímia foi moldada por um conjunto de denominações inspiradas na forte componente militar³⁹. Consideramos dois aspectos práticos e consensuais para a atribuição dos topónimos nas Praças analisadas. No

presente, e nalgumas localidades, desapareceu a atribuição anterior onde os equipamentos militares foram edificados, como em Penamacor, passando a serem denominados pelas novas construções, e pelo qual são hoje conhecidas.

Há dois momentos para a atribuição da toponímia directamente ligada aos Hospitais Militares, que destacamos:

1º - *Eixos viários localizados nos centros urbanos* (Rua S. João de Deus e Rua de S. João de Deus).

2º - *Topónimo atribuído à componente essencialmente militar, constituídos pelos baluartes e revelins* (Baluarte de S. João de Deus, Revelim de S. João de Deus e Revelim do Hospital de Sangue).

Na actualidade podem-se ter perdido as marcas arquitectónicas dos equipamentos militares, como em Penamacor, mas tem subsistido na toponímia local as referências a esses locais, pela sua importância social. Em Penamacor, onde se perdeu completamente qualquer referência à existência do *Hospital Real Militar de Penamacor*, é possível ressuscitar tal situação pela consulta de documentação e respectiva confirmação visual, pois apesar da sua referência nas *Memórias Paroquiais de 1758*, a inexistência geográfica apontava-o para outro hipotético local.

O estudo da toponímia é um bem fundamental para a identificação e estudo dos locais onde se erguiam os Reais Hospitais Militares pois muitas vezes é através do seu levantamento que podemos desenvolver os nossos objectivos de investigação.

A confinar com o Terreiro de St.º Estêvão há a Rua João de Deus, a qual deveria estar, e afirmamos com bastante segurança, relacionada com S. João de Deus, pois o topónimo é João de Deus. Pode ter sido uma alteração fonética local, ou simplesmente um erro de gravação lapidar.’

8 – A rede assistencial na Beira

Fazendo-se sentir a necessidade para acompanhar as reformas de reorganização do exército português no séc. XIX, que já vinham a ser operadas desde os finais do séc. XVIII com o Conde de Lippe em 1762, é analisada, em 1809, a possibilidade de se construir uma nova rede hospitalar militar para a Beira, centrando-se os Hospitais Militares em duas linhas fundamentais que se colavam perfeitamente aos conceitos teóricos de frente e da retaguarda.

Na fronteira continuava operacional o Hospital de Almeida e de Penamacor e na retaguarda, após analisado o espaço geográfico da região, optou-se por edificar, de raiz, um Hospital Militar na Guarda e na Covilhã⁴⁰. As razões fundamentais por tal opção estão bem explicadas na missiva que Francisco de Sousa Azevedo remeteu, em 22 de Agosto de 1809, ao Governador do Reino D. Miguel Pereira Forjaz⁴¹.

“Fui fazer uma pequena digressão as mais vizinhanças desta Praça (de Almeida), e examinar as posições de Alfaiates; vilar Maior e Sabugal:

e combinando isto com a Carta da Fronteira, e com as informações e averiguações que tenho colhido, concluo que nenhum daqueles três lugares pode servir de auxílio ao hospital de Penamacor...

Logo que ordenado o Hospital da guarda, para receber os doentes, que não podem estar em Almeida...

Castelo Branco, em que eu falei ao Físico Mor, e creio que também a Vossa Ex.^a (D. Miguel Pereira Forjaz), não se pode fazer de nada, pela grande distância em que fica de Penamacor, e da Fronteira: mas pode-nos servir de muito a Covilhã, terra abundante; e rica onde se pode aliviar e descarregar o de Penamacor. Com a Covilhã não será necessário que nem Vossa Ex.^a nem o Físico Mor tenham muito cuidado porque aí, sem mais despesa da Fazenda, eu faço aprontar pelos Ministros da Guerra as coisas necessárias; e basta que Vossa Ex.^a mande por em bom estado a Guarda e Penamacor.

Creio que pelas mesmas razões que eu dei a Vossa Ex.^a que mandava fechar o Hospital de Pinhel, e por grande razão devem fechar brevemente o de Lamego, que não tem meios nem comodidades e os doentes podem-se embarcar no Douro, e ir para os Hospitais do Porto. Ficariam assim os Hospitais da Beira reduzidos somente a quatro: Almeida e Penamacor junto à Fronteira, e Guarda e Covilhã no interior da Província.

*Ao ilustríssimo Senhor D. Miguel Pereira Forjaz
22 de Agosto de 1809"*

Analizando este ofício ficaria a Beira com quatro hospitais, que cobririam toda a região de forte implantação militar, procedendo-se a convulsivas manifestações analíticas. Fizeram-se deslocar para as Sedes de Governo Militar reputados Engenheiros Militares, que calcorream a fronteira, e ali projectaram inúmeros projectos necessários à arte da guerra. Desse tempo ficaram-nos, entre outros, as intervenções nas fortificações de Almeida, Penamacor e Monsanto, pelo Coronel Eusébio Mendonça Furtado, que se encontrava na Beira entre 1812 e 1814⁴². Deste período realçamos o projecto efectuado para o Hospital Regimental do Batalhão N.º 4 de Penamacor⁴³, em 1815. desse tempo a adaptação do imóvel para Quartel do Batalhão de Caçadores N.º 4⁴⁴, onde podemos constar dos sucessivos reaproveitamentos por que passou o edifício.

A prática sucessiva de adaptar o edifício para outras funções, que não as iniciais, data imediatamente à seguir à sua desactivação, em 1774⁴⁵, sendo aí

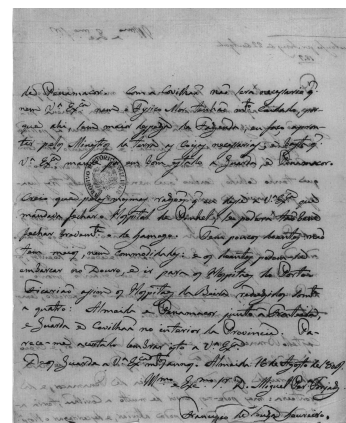
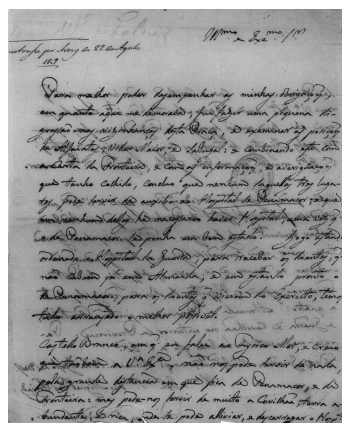


Fig. 4 – Ofício que Francisco de Sousa Azevedo remeteu, em 22 de Agosto de 1809, ao Governador do Reino D. Miguel Pereira Forjaz.

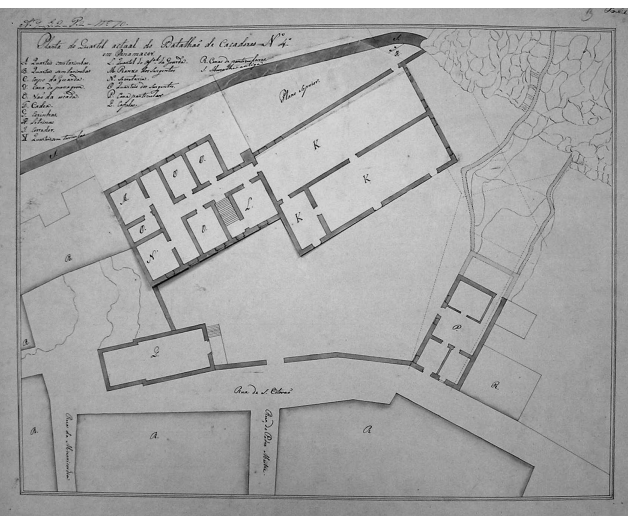


Fig. 5 – Planta do Quartel actual do Batalhão de Caçadores N.º 4, 1815

instalado o Quartel da Praça. É pois a partir desse momento que ficará, até à actualidade a denominação pelo qual ainda hoje é conhecido, o *Quartel*.

Nesta planta ainda é visível no Largo fronteiro ao edifício da capela de St.º Estêvão, a qual foi adaptada para outras funções, e posteriormente destruída para dar maior amplitude e mobilidade ao largo, tal como hoje se encontra.

As obras que vão alterar profundamente o complexo inicial datam dos primórdios do século XX, especificamente a partir de 1905, quando se projecta a construção de dois novos corpos adossados ao primitivo.

outros projectos que se pretendiam edificar, mas que adversidades várias, não permitiram o arranque e desenvolvimento das obras projectadas. Damos como exemplo a construção de um grande Quartel de Infantaria, no sítio do Pilão⁴⁶, com o retomar do imóvel para as suas primitivas funções de Hospital Militar, ou a edificação, dum corpo longo e delgado, de uma nova construção para sul, no prolongamento do imóvel primitivo⁴⁷, tal como veio mais tarde a realizar-se.

No dealbar do séc. XX, com a instalação em Penamacor da Primeira Companhia Disciplinar⁴⁸, o imóvel acolheu, uma vez mais, um contingente de militares, tendo-se, para o efeito, realizado diversas obras de adaptação, as quais perduram no tempo até ao presente. Destacavam-se a subdivisão das antigas enfermarias maiores, tendo-se-lhe imposto um corredor central que dava para outros compartimentos, que à sua direita como à sua esquerda.

As divisões foram realizadas em tabique, o que permitiu uma reconstituição espacial, podendo facilmente identificar-se a distribuição dos cômodos para os Oficiais, Sargentos e Praças. O corpo residente dos oficiais estabeleceu-se na antiga área dos religiosos, sendo dessa altura a colocação dos azulejos que subsistem, dos quais realça um registo do Santo Condestável, patrono da Arma de Infantaria



Fig. 6 e 7 – (Esq.) Obras de recuperação. Corpo da Enfermaria-mor, onde é visível o oratório com restos de pintura a fresco policromada, 2006. (Dir.) Obras de recuperação. Corpo dos religiosos, onde é visível o nicho numa das celas, 2006.



Fig. 8 – (Esq.) Registo azulejar com o patrono da Arma de Infantaria Portuguesa, D. Nuno Álvares Pereira, séc. XX.
(Dir.) Obras de recuperação. Quartel e Corpo edificado dos religiosos, vista do lado da parada Sul, 2009.

em Portugal, e azulejos de figura avulsa som a cruz da Ordem de Santiago.

O compartimento que seria destinado à Messe dos Oficiais foi embelezado com trabalho de marcenaria e carpintaria, assim como um tecto em masseira, o qual, nas recentes obras de reabilitação, foi retirado.

Conclusão

Pelo que acabamos de escrever podemos concluir que se devem aos Reais Hospitais Militares, como consequência directa da Restauração, 1640-1668, a primeira *rede de saúde pública* em Portugal, com Alvarás propositadamente escritos pelo Conselho de Guerra e com objectivos, obrigações e deveres muito específicos, cabendo ao Hospital Militar de Penamacor um papel fundamental no alicerçar dessa mesma força assistencial.

A coesão técnica e científica dos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus fizeram com que os Mascarenhas e os Bragança incumbissem a Ordem Hospitaleira de S. João de Deus de *administrarem os Hospitais Militares*. Numa primeira fase restringiu-se ao Alentejo, em 1645, Elvas, Campo Maior e Olivença, e numa segunda fase, desde 1646, a todas as Praças de fronteira, começando por Monção.

Após o fim das Batalhas da Restauração os Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus continuaram, nalguns casos concretos, como administradores dos Reais Hospitais Militares até data extrema de 1834, recebendo muitas vezes o nome do Santo Patrono, sendo vulgarmente conhecidos como Hospitais Militares de S. João de Deus.

O desenvolvimento da arte da guerra originou profundas transformações relativamente ao conceito arquitectónico, orgânico, clínico e social.

A localização dos Hospitais Militares era profundamente analisada, encontrando-se preferencialmente perto de alguma Porta Magistral ou, no caso da sua impossibilidade, perto de uma *poterna*, pois desta forma permitia-se rápido acesso do exterior ao interior, para maior comodidade do transporte e mobilidade dos

feridos de guerra, tal como podemos observar para o Real Hospital Militar de S. João de Deus da Praças de Penamacor.

Na maior parte dos casos estudados podemos concluir que os Reais Hospitais Militares constituíam um grupo edificado específico, encontrando-se em perfeita harmonia arquitectónica e de serviços, caracterizados como equipamentos militares.

O imóvel em análise foi edificado a partir de 1670, mantendo-se praticamente inalterável até cerca de 1905, ano em que se projectam novos acrescentos ao corpo do edifício, tal como hoje o encontramos. As paradas foram aumentadas e consolidadas, absorvendo grandes áreas à própria estrutura muralhada, quer para nascente, quer para poente.

As obras de readaptação do imóvel deixam antever para os fins actuais de serviço à Autarquia, permitiram fazer a sua história, onde a arqueologia da arquitectura puseram a descoberto inúmeros vestígios do passado, tais como portas e janelas, elementos cruciformes gravadas nos lintéis de alguns vãos, nichos, lareiras entre outros pormenores decorativos que os diversos aquartelamentos foram deixando, nas suas breves passagens, pela Praça de Penamacor.

Hoje, tal como no passado, o edifício que começou por ser construído para Hospital Militar e que foi adaptado para Quartel do Regimento de Infantaria de Penamacor, continua a prestar serviço à comunidade, não para albergar forças militarizadas, mas para estar aberto ao público em geral, através de infra-estruturas de serviços públicos, serviços municipalizados e actividades culturais.

ANEXOS

Cronologia breve do edifício⁴⁹

1670-71 (?) - (DIE-GEAEM) *Planta do Real hospital Militar S. João de Deus da Praça de Penamacor.*

1678 - (AHM) *Aumento dos soldos aos médicos que prestam assistência nas Praças de Almeida e Penamacor.*

1686 - (Arq. Hist. Mil.) *Informações acerca duma nomeação para o cargo de Administrador do Hospital.*

1758 - Memórias Paroquiais (Pe. Luís Cardoso)

“Está nesta freguesia um Hospital onde se curam os militares concorrendo para tudo o necessário desde a grandeza real; e o administram, tratando dos enfermos, quatro religiosos de S. João de Deus, entrando neles um prior”.

1762 - (AHM) *Entrega da Administração do Hospital Militar aos Padres Capuchos.*

1764 - (AHM) *Peças de ferro no Real Hospital Militar de Penamacor.*

1774 - (AHM) *Extinção do Hospital Militar de Penamacor.*

1774 - (AHM) *Peças de ferro no Real Hospital Militar de Penamacor.*

1790 - Relatório do Marquês de Alorna (1 de Março).

“Construir um edifício para quartel, vizinho à Porta chamado dos Carros onde está um chafariz Chamado Poço do Carvalho, ... Existe na vila um edifício, parece que serviria muito bem para hospital como já tem sido e o qual pertence igualmente a sua Majestade”.

1790-1791 - (DIE-GEAEM) *Diversos projectos para adaptar o Real Hospital Militar a Quartel Militar.*

1797 - (AHM) *Relação do estado em que se acha a Praça de Penamacor.*

1809 - (AHM) *Ofício do Hospital Militar da Beira.*

1811 - 1812 – (DIE-GEAEM) *Projecto para ampliação do Quartel.*

1815 - (DIE-GEAEM) *Projecto para ampliação e melhoramentos do Quartel.*

1837 - (DIE-GEAEM) *Projecto para ampliação e melhoramentos do Quartel.*

1865 - (DIE-GEAEM) *Projecto para ampliação e melhoramentos do Quartel.*

1867 - (DIE-GEAEM) *Projecto para ampliação e melhoramentos das latrinas do Quartel.*

1868 - (DIE-GEAEM) *Projecto para ampliação e melhoramentos do Quartel.*

1884 - (DIE-GEAEM) *Projecto para ampliação e melhoramentos do Quartel.*

1895 - (DIE-GEAEM) *Projecto de obras para a cozinha do Quartel.*

1895 - (DIE-GEAEM) *Projecto de obras para requalificação do Quartel.*

1905 - (DIE-GEAEM) *Projecto de obras para a parada Quartel.*

1937 - Aquartelamento para a Primeira Companhia Disciplinar.

2004 - Projecto para obras de requalificação do edifício.

2009 - Inauguração das instalações municipalizadas no antigo Hospital Militar.

Engenheiros Militares que trabalharam no Hospital Militar e Quartel

1670 (?) - Desconhecido, projecto do Real Hospital Militar S. João de Deus.

1790-1791 - Atribuído ao *Sargento-Mor Engenheiro Anastácio António de Sousa Miranda*, adaptação do Hospital a Quartel, custos das obras de adaptação, uma casa, um Quartel Infantaria no sítio do Pilão.

1811-1812 - *Marechal do Real Corpo de Engenheiros Eusébio Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado*, ampliação Quartel.

1815 - *Tenente-Coronel do Real Corpo de Engenheiros Maximiano José da Serra*, ampliação e melhoramentos Quartel.

1837 - *Tenente Engenheiro Gabriel António Martins*, Quartel.

1844-1850 - *Tenente Engenheiro Joaquim António Dias*, Hospital Regimental, paiol e casa da guarda, convento St.º António.

1852-1864-1865-1867 - *Capitão Engenheiro Joaquim António Dias*, fortificações e edifícios principais, prisão civil Portas St.º António, Quartel, latrinas Quartel.

1868 - *Major Engenheiro Joaquim António Dias*, Quartel.

1884 - *Tenente Engenheiro Eduardo Augusto Xavier da Cunha*, ampliação Quartel.

1886-1905 - *Tenente Engenheiro Francisco de Figueiredo e Silva*, escola, casa Sargentos, cozinha, casernas, secretaria, hospital civil, quartel convento St.º António, muralhas.

1895 - *Tenente Engenheiro António José Neves de Mello*, terrenos, cozinha.

1897 - *Major Engenheiro Silvério Abranches Coelho de Lemos e Meneses*, torre menagem.

1905 - *Capitão Engenheiro António Gonçalves da Silva e Cunha*, parada Quartel.

Bibliografia

Relatório do Marquês de Alorna sobre o estado das Praças a Norte do reino - 1790.

Arquivo Histórico Militar [AHM].

Direcção de Infra-Estruturas do Exército -Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar [DIE-GEAEM].

BORGES, Augusto Moutinho - “O Baluarte, Hospital e Rua de S. João na Praça e Vila de Almeida”. In: “*Revista Hospitalidade*”. Lisboa: Hospitalidade, n.º 260, 2003, pp. 39-41.

BORGES, Augusto Moutinho - “Os Irmãos Hospitais de S. João de Deus e a assistência aos feridos de guerra em Portugal, séculos XVII-XVIII”. In: “*XIV Colóquio de História Militar*”. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2004, pp. 595-625.

BORGES, Augusto Moutinho - “Pertences das Capelas dos Reais Hospitais Militares de S. João de Deus”. In: “*Revista Hospitalidade*”. Lisboa: Hospitalidade, n.º 268, 2005 (1), pp. 29-31.

BORGES, Augusto Moutinho - “Novos dados sobre o Real Hospital Militar de S. João de Deus na Praça de Penamacor”. In: “*XVIII Jornadas de Medicina da Beira Interior*”. Castelo Branco: Cadernos de Cultura, 2005 (2), pp. 67-70.

BORGES, Augusto Moutinho - “O Hospital Militar da Guarda no contexto dos Hospitais Militares da Beira”. In: *Revista Praça Velha*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, n.º 17, 2005 (3), pp. 5-8.

BORGES, Augusto Moutinho - “Irmãos de São João de Deus, 229 Anos de Hospitalidade no Império Português, 1606-1835”. In: “*Revista Hospitalidade*”. Lisboa: Hospitalidade, n.º especial-70 anos, 2006 (1), pp. 11-15.

BORGES, Augusto Moutinho - “Os Reais hospitais Militares de S. João de Deus na Beira: da Restauração ao Liberalismo”. In: *XVI Colóquio de História Militar: O Serviço de Saúde na comemoração do IV Centenário dos Irmãos Hospitais de S. João de Deus em Portugal*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, II vol, 2006 (2), pp. 561-583.

BORGES, Augusto Moutinho - Reais Hospitais Militares em Portugal administrados e fundados pelos Irmãos Hospitais de S. João de Deus, 1640-1834. Lisboa: Faculdade de Ciências médicas de Lisboa (tese de Doutoramento, policopiada), 2008 [2007].

BORGES, Augusto Moutinho - Reais Hospitais Militares em Portugal, 1640-1834. Coimbra: Imprensa da Universidade - Comissão Portuguesa de História Militar, 2009 (1).

BORGES, Augusto Moutinho - “Reais Hospitais Militares e a Ordem Hospitaleira de S. João de Deus em Portugal, 1640-1834”. In: “*Museu S. João de Deus: psiquiatria e história*”. Lisboa: Hospitalidade, 2009 (2), pp. 117-135.

BORGES, Augusto Moutinho - “Os Reais Hospitais Militares em Portugal no século XVII. O Hospital Militar de S. João de Deus da Praça de Almeida e Penamacor”. In: *Revista Arqueologia e História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. 56-57, 2009 (3), pp. 139-148.

BROCHADO, Costa (Coord.), *São João de Deus, homenagem de Portugal ao seu glorioso filho. 1550-1950*, Lisboa, Bertrand, 1950.

CARDOSO, Pe. Luís - Dicionário Geográfico. Lisboa: Alcalá, fac-símile, 2007, [1758].

CARVALHO, Augusto da Silva - “S. João de Deus. A Ordem de seu nome. Serviços prestados pelos Hospitais em Portugal”. In: “*Revista Acção Médica*”. Lisboa: médicos Católicos Portugueses, Ano XV, n.ºs 58 e 59, Outubro, 1950 a Março 1951, pp. 189-278.

CARVALHO, José Vilhena de - Almeida, subsídios para a sua história. Viseu: Santa Casa Misericórdia Almeida 2 Vol., 2.ª ed., 1988.

CASTRO, Pe. Bautista de - Mappa de Portugal antigo e moderno. Lisboa: Tomo II, 1763, pp. 108-109.

- CLAVIJO Y CLAVIJO, Salvador - Breve Historia de la Orden Hospitalaria de San Juan de Dios en los Ejercitos de mar y tierra. Madrid: 1950.
- CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da - *Da Vila cercada à Praça de Guerra. Formação do espaço urbano em Almeida, séculos XVXVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- CORREIA, Fr. Joseph - *S. João de Deus Pai dos Pobres*. Lisboa: Multinova, fac-símile, 1997 [1741].
- GOMEZ, Pe. Juan Ciudad - Historia de la Orden Hospitalaria de S. Juan de Dios. Granada: Archivo Interprovincial, 1963.
- LANDEIRO, Carlota Maria Borges - A Vila de Penamacor no 1.º Quartel do Século XVIII – Ensaio de Demografia Histórica. Lisboa: INE, Centro de Estudos Demográficos, 1965.
- LINDEMAN, Mcay - Medicina e Sociedade no início da Europa moderna. Lisboa: Replicação, 2002.
- MATOS, Manuel Cadafaz de - “*Um Homem de nome João Cidade, montemorense culto e livreiro e a acção da Ordem de S. João de Deus em terras do Industão*”. In: “*Hospitalidade com S. João de Deus no coração da História, Lisboa*”, Rei dos Livros, 1994, pp. 175-219.
- MEMEZES, Manuel - O Hospital Militar da Boa-Nova (notas históricas). Angra do Heroísmo: Livraria Editora Andrade, 1932.
- REIS, Carlos Vieira - História da Medicina Militar Portuguesa. Lisboa: Estado-Maior do Exército, 2 vol., 2005, p. 187.
- RUSSOTO, Fra G. - Saint Jean de Dieu et Son Ordre Hospitalier. Paris: 2 vol., 1982.
- SALDANHA, Guilhermino Augusto Teixeira - “*Alguns aspectos da Vida e Ordem de S. João de Deus com incidência militar*” In: “*Hospitalidade com S. João de Deus no coração da História*”. Lisboa: Rei dos Livros, 1999, pp. 153-173.
- SANCHES, António Ribeiro - Tratado da Conservação da Saúde dos Povos. Lisboa: 1757.
- SANTIAGO, Frei Diogo de - *Postilla Religiosa e Arte de Enfermeiros*. Braga: Alcalá, Lisboa, fac-símile com prefácio de Luís Graça e Aires Gameiro, 2005 [1741].
- SANTO, Gabriel do Espírito - A grande estratégia de Portugal na Restauração: 1640-1668. Lisboa: Caleidoscópio, 2009.
- SILVÉRIO, Silvina e SANTOS, Cláudia - *A Necrópole do cimo de vila e o Real Hospital militar de São João de Deus (Penamacor): resultados preliminares (séculos XVII-XIX)*. In: *XVI Colóquio de História Militar: O Serviço de Saúde na comemoração do IV Centenário dos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus em Portugal*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, I vol, 2006, pp. 221-248.

2.3 – António Nunes Ribeiro Sanches: as intermitências da fé

Maria Antonieta Garcia¹

Com Mircea Eliade² afirmamos que é difícil definir religião, com rigor. Experiências do sagrado, vivências que conferem sentido ao mundo real são, porém, elementos preponderantes do universo religioso, feito, também, de espanto e de mistério; o *homo sapiens* e simultaneamente *religiosus* tentou decifrar o porquê de forças insuperáveis, entender o sofrimento, desvelar o sentido e o valor da vida.

O aparecimento de seres sobre-humanos – de deuses-projecção de desejos, de tragédias, de miséria, de medos, e da beleza, da harmonia, traços da humana condição - povoa a história das religiões, expressos em mitos, em símbolos. Desvendam situações existenciais fundamentais para o crente; espelham anseios e temores.

A ideia de Deus contém um leque alargado de significados, alguns contraditórios; a emoção e a inquietude imiscuem-se numa criação em que preponderam antíteses: Deus misericórdia, Deus fidelidade, Deus amor, contrastam com Deus dos exércitos, Devastador - Isaías, 13:6 - , Fogo devorador - Epístola aos Hebreus, 2:29 - .

As antíteses que compõem a ideia de Deus unem coisas distintas, representam respostas a desejos, a necessidades.

Neste contexto, o monstruoso e o demoníaco convivem com a perfeição, com a ânsia de infinito. São sentires de agonia do homem em busca de formas de exorcizar o absurdo da vida, de se evadir do real, de encontrar a perfeição que participam na construção de Deus. Espelho de uma realidade vária com os lugares, o contexto, as idiossincrasias pessoais.

Ao longo da história, sabemos de crentes que relatam experiências da dimensão

espiritual, de transcendência. É pela ressonância de um sentir humano em vivências místicas, religiosas que não caduca a terminologia de Rudolf Otto, *mysterium tremendum, majestas, mysterium fascinans*³, reveladora da complexidade do fenómeno religioso, do seu carácter não racional.

Neste domínio não há revelações definitivas. Aceitamos que *Todas las religiones son nuevas todas las mañanas. Pues las religiones non existen en algún lugar del cielo, elaboradas, terminadas y estáticas; ellas existen en los corazones de los hombres*⁴. Que as alteram, as recriam, as interpretam à luz do ser que se é, acrescentamos. Deus foi, afinal, o vocábulo escolhido para nomear caminhos da mente humana, o engenho e a imaginação de fiéis, de gente de fé.

Em Latim, *fides*, étimo de fé, significou, entre os séculos IV e XII, um vínculo religioso, mas também social (vassalagem). Coexistia com o vocábulo crença que emerge num regime de sociabilidade independente das estruturas de sacralidade. A partir dos séculos XVI e XVII, *fides* passa a designar uma verdade transcendente que se distingue da crença dos outros. A palavra crença alarga o leque semântico e significa a convicção interior, a adesão a uma ortodoxia, ou uma qualquer relação com o religioso. Os dois vocábulos aproximam-se e funcionam como sinónimos. Metamorfoses do crer, em sociedades ocidentais, geraram o fim da articulação entre a experiência pessoal do crente e a experiência social da comunidade, a Igreja. Razão por que se disseminou um crer mais vasto. A diminuição da força das instituições religiosas aumentou as conversões do crer, seja do paganismo ao cristianismo, do poder eclesiástico ao poder político, da religiosidade tradicional às instituições da República.

O percurso de fé de Ribeiro Sanches testemunha, a nosso ver, uma trajectória em que o campo simbólico do religioso, no caso do Judaísmo, sem instituições eficazes para regular os limites do crer e a forma de o articular com as práticas sociais, permitiu recomposições em que o sagrado se emancipou; então, os indivíduos orientaram-se segundo a ponderação pessoal e de acordo com a capacidade da religião para responder a inquietações e procura de bem-estar existencial.

São três os eixos fundamentais do que qualificámos como intermitências da fé em António Nunes Ribeiro Sanches, enquanto peregrino em zonas de luz e de sombra na demanda de respostas para o sentido da vida.

- Cristão-novo.
- Judeu.
- Deísta...

1 – Cristão-Novo

Nasce em Penamacor numa época em que, em nome de Deus se perseguem, prendem, torturam e são destruídas pessoas pela máquina inquisitorial. Na verdade, em 1715, o pai, Simão Nunes, apresentou-se na Casa de Audiência da Inquisição de Lisboa; mais tarde, foi a vez da mãe e outros parentes se seguiram: a família caíra nas malhas do Santo Ofício.

Perseguidos pelo *medo de areia fina*, como definiu Federico Garcia Lorca, homens, mulheres e crianças sabiam/sentiam a onnipresença de olhos e ouvidos que, por zelo religioso e pelas indulgências, denunciavam os fiéis a outras fés. Delatores de vocação e profissão alimentavam um catolicismo intransigente, sustentavam o Tribunal do Santo Ofício.

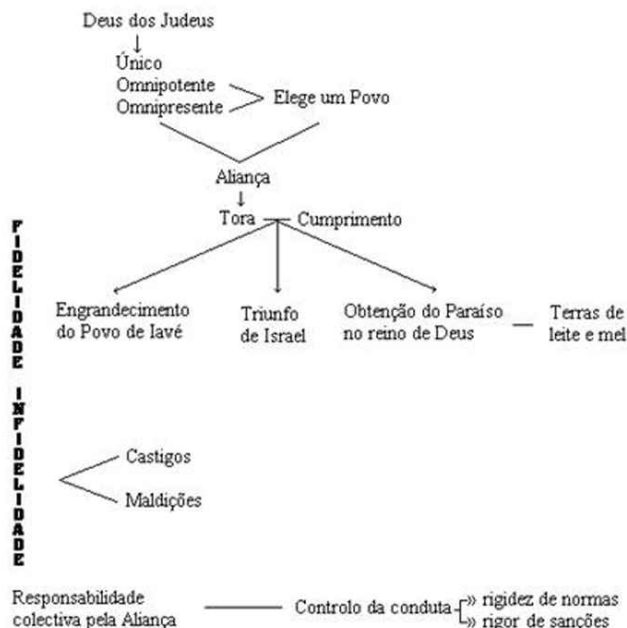
Todavia, definir o que é ser cristão-novo, sinónimo de judeu oculto desde a obrigatoriedade do baptismo para os seguidores da Lei mosaica poderem continuar a viver em Portugal, marcar fronteiras seria uma operação bizantina. Afirmo Olivier Reboul: “*Il n'existe pas de référent neutre grâce auquel on pourrait dire qui est juif, et en quoi cela consiste; il n'y a pas de vérité scientifique sur les juifs*”⁵.

Sabemos que “...os significados da identidade não são nunca (...) simples indicadores objectivos ou subjectivos”. Possuem uma dimensão simbólica e são sempre “*esquemas transcendentais, isto é, definem valores que vão situar as representações e as práticas do grupo como transcendentais às decisões subjectivas*”⁶.

Assim, ainda que as identidades se apresentem com configurações fugidias, como formas informes, as memórias históricas partilhadas, a associação à Aliança e à Terra Prometida, a solidariedade emergente de um destino comum, forjavam uma identidade cultural específica.

1.1 – Marcas culturais

O Deus dos judeus e a Aliança: O Deus de Moisés manifestou-se pela Palavra, no monte Sinai, onde revela uma Lei, uma vontade. Este conceito altera radicalmente a visão do destino do ser humano. Até então, juguete da natureza, dependendo dos humores e amores de deuses tiranos, caprichosos, que outorgavam a sorte e a infelicidade, a vida e a morte, de forma arbitrária, o homem conhece



agora a vontade do Pai, os mandamentos. Cabe-lhe, assim, escolher entre a felicidade e a maldição conformando, ou não, os seus actos ao Pacto que celebrou.

Deus inominável, porque **puro símbolo**, pode ser adorado no interior de cada homem. Por isso, as destruições do Templo (585 A. C. e 63 A. C.), dos lugares de culto, não obviaram a que a transmissão do saber e fazer mosaicos se mantivesse.

Com uma função estruturante, os textos sagrados afectam o indivíduo e a comunidade de eleitos.

Mesmo para os não crentes, o estudo do Talmude, revela-se como uma obrigação. Explica o Rabi Steinsaltz, falando com o filho : “... *cela m’est complètement égal que tu sois athée, je le suis également, mais je ne veux pas qu’un enfant de notre famille soit un “am ha aretz”: un ignorant*”⁷.

É o estudo que pode aproximar da Lei, da Palavra de Deus, da ética judaica. A obrigatoriedade de aprender a ler e a escrever, desde a antiguidade, indicia esta opção. Por isso, em diferentes países da diáspora, foram os conselheiros, os administradores, escolhidos por diversos Reis. Letrados, possuíam aptidões para cargos, profissões que os tornavam invejados. Estudavam e aprendiam a tradição transmitida no lar, depois pelo rabino; alimentavam e perpetuavam a memória colectiva.

Também as perseguições, ao longo dos tempos, em que “*La distinction de l’anti-sémitisme religieux et de l’anti-sémitisme moderne est certainement pour une part scolastique...*”, intervieram na definição de judeu. Para o anti-semita “... *il y aurait une vérité ineffaçable du judaïsme qui serait de l’ordre de la contamination (...) Fût-il converti, le juif appartient encore à un autre système religieux...*”⁸.

Assim aconteceu com os cristãos-novos. Sabemos que “*Qualquer religião supõe e apela à existência de uma comunidade crente, que é ao mesmo tempo um grupo social concreto, com formas de organização extremamente diversas, das mais informais às mais formais, e uma linhagem imaginária, passada e futura. Sociologicamente, pode mesmo considerar-se que é o processo da constituição imaginária desta linhagem crente e da sua realização social numa comunidade (ou numa população de comunidades) que constitui propriamente o religioso*”⁹. Da pertença à “linhagem” decorre uma auto-valorização que, ao contrário, é geradora de desvalorização ou rejeição para os que a não integram.

Deste modo, se reflectirmos sobre a transmissão do saber e do fazer mosaicos que se efectuou, depois de 1497, em Portugal, através da linguagem materna, da afectividade, percebemos a construção da linhagem de que fala Danièle Hervieu Léger.

Lembramos, também, Unamuno que afirmava: “*Propôr a alguém que seja outrém, que se faça outro, é como propor-lhe que deixe de existir pessoalmente. Nem de um homem, nem de um povo (...) se pode exigir mudança que rompa a unidade e continuidade da sua pessoa*”¹⁰.

D. Manuel previu-o. Quando obriga ao baptismo dos judeus e mouros, não esquece de proibir a realização de inquirições durante vinte anos, prazo que alargou

para que os recém-convertidos pudessem afeiçoar-se ao catolicismo. A conversão não aconteceu, na maioria dos casos, e a igualdade legal agravou a situação dos judeus. A ascensão judaica assustou pelo acesso a cargos e profissões anteriormente interditas; escreve Ribeiro Sanches: “*Não lemos que no tempo de El Rey D. Manuel fosse o nome de christão novo obstáculo algum para entrar no Estado Eclesiástico, nem nos corpos honrosos do estado; porque então não era necessário, nem era costume tirar as inquirições*”¹¹. Temeram-se as alianças matrimoniais que a conversão permitia; lamentará Mário Saa: “*Já por todo o século XVIII pouca gente da melhor poderia orgulhar de não estar infamada duma ou outra avoenga cristã-nova*”¹².

Para alguns funcionou o princípio “... *cuius regio, cuius religio*”¹³, ou seja, aderiram à confissão social aprovada evitando as suspeitas, perseguições. Outros, estrategicamente, esconderam e preservaram práticas judaicas por detrás de títulos nobiliárquicos, de títulos académicos, de hábitos religiosos.

Com a instalação da Inquisição, os judeus que ficaram, iniciaram um processo expiatório de identidade. Simulavam ser católicos: para além do baptismo, aprendiam os rudimentos doutrinários, uma prova obrigatória nas sessões inquisitoriais. Quantos ousavam descuidar esta aprendizagem? Como manter a “pureza” a “ortodoxia” religiosa neste contexto?

A verdade é que era proibido aos judeus ficar, em Portugal, sem a conversão ao catolicismo; muitas vezes, impediam-nos de partir... O Santo Ofício mantinha uma onnipresença que minava a confiança, corroía solidariedades, alimentava tensões e ódios.

Na Beira, são notórias as fragilidades das vidas dos neo-conversos. Uma devassa, uma detenção entre os familiares, os amigos, os conhecidos, eram, normalmente, o início de um processo inquisitorial, geravam prisões. Garantiam a liberdade com a ocultação de práticas e cerimónias judaicas. E se as crianças, inocentemente, podiam trair, pôr em risco a segurança de familiares e de amigos, a revelação da prática religiosa só tinha lugar quando o grau de maturidade aconselhava. Aprendiam então, normalmente com as mulheres, - as transmissoras de heresias como lhes chama Anita Novinsky, ou as *Hazzanot*, como as qualificou Samuel Schwarz – que a Lei de Moisés era a verdadeira.

Conheciam rituais, preceitos judaicos, mas mantinham-se assíduos na Igreja, memorizavam a doutrina católica; quotidianamente construía cumplicidades favorecidas pela partilha da prática clandestina do Judaísmo, teciam uma religião de afectos. Obrigados ao dualismo, à duplicidade, sem chefes religiosos, nem livros sagrados criaram um *corpus* doutrinário que se distanciava das ortodoxias católica e judaica. Então os católicos disseram-nos judeus, marranos; mereceram também a desconfiança a irmãos de fé, noutras terras de exílio (Uriel da Costa e Espinosa são exemplos). Com carta de alforria clerical, adequavam a praxis religiosa aos tempos, aos contextos da Diáspora, aos acontecimentos, às idiossincrasias individuais.

A partilha de valores religiosos confere às pessoas informação sobre o que são, gera uma representação ideal de grupo de pertença, uma tradição. Tiveram/ têm o poder de re-ligação, entre homens e mulheres. E a Inquisição, dissemo-lo,

diabolizava quem se desviava dos cânones da ortodoxia católica.

Frei Bernardo Telles, em Sermão do Auto da Fé de 30 de Junho de 1709, no Rossio de Lisboa, censurava: “*E se vos perguntar que ley he esta que observais, sabeis por ventura que ley he, que preceytos tem? (...)*”. Surpreendia-se: “... pois se não a observais, nem sabeis por que morreis por ella?”¹⁴.

Ribeiro Sanches anotava: “*Tanto quanto alcançou nesta matéria, quem este papel escreve, não soube jámais Pay, ou May em Portugal ensinasse puramente o Judaísmo a seus filhos; porque sabem que se tal ensino lhe dessem, e se declarasse, que seriam queimados sem remissão (...)*”.

Não sabia Beatriz Nunes, de Penamacor (1621), que uma menina que queimaram “... *fora mártir e que asy o diserão as pessoas que se achavão presentes (no Auto da Fé) e que não virão o lume pegar nela por ser inocente*”? Estes mártires não garantiam a fidelidade de quantos queriam venerar a memória de familiares e amigos destruídos pela Inquisição?

A sobrevivência da religião aprendida por vozes de afectividade encontrava na esperança messiânica esteios tão ou mais poderosos quanto os do medo inquisitorial.

Percebiam-no os Inquisidores, para quem os cristãos-novos eram portadores duma essência: portanto inassimiláveis, imutáveis: “*Os cristãos-novos têm no sangue o pecado*”, garantiu Frei Luís de Melo, pregador no Auto da Fé de 1637, na Ribeira Velha de Lisboa.

Estudos efectuados sobre este grupo socio-religioso, revela-os detentores duma identidade cultural específica, ainda que diversificada. Os traços identificadores mais evidentes incluem:

- vivência num mundo marginal;
- uma história comum de perseguição (com queimados, excomungados, reconciliados);
- a apostasia: eram seguidores de um corpus doutrinário não coincidente com nenhum corpus religioso institucional.

1.2 – Ribeiro Sanches: a viagem

Como foi a infância de Ribeiro Sanches? Sem censura, na primeira pessoa, conta o médico penamacorense: *Aos doze anos sabia a língua latina e muito melhor a gramática: falava a castelhana, sabia a nossa história escrita nos Diálogos de Moriz e o que se contém na Cronologia Portuguesa de António Carvalho; declamava com aceitação em prosa e em verso castelhano: a causa deste adiantamento foi um cavalheiro, homem mui versado em literatura chamado Francisco Tabora Nogueira, que cada ano fazia representar duas outras comédias nas quais representava aqueles papéis do sexo, e me ensinou a declamar, etc. Isto digo porque se não reprove esta educação que Bacon aconselhava e os PP JJ seguem.*

Numa carta escrita de São Petersburgo, em 1735, confessa: “*De idade de 13 anos saí da escola latina, e como a inclinação era para a leitura lia tudo o que*

encontrava, pedia livros emprestados a muitos, porque na casa adonde nasci não havia deles com abundância. Facilmente tive ocasião de falar com muitos homens de bem, a um destes mui nobre e mui versado na história (chamava-se o Dr. Francisco Taborda Nogueira) lhe pedi muitos; lembra-me que por acaso vi na sua biblioteca Josepho de las guerras civiles de Judea, em 8.º, eu lhe pedi prestado este livro. Me disse graciosamente este belo e facundo homem: meu Ribeirinho, quereis ler as guerras da vossa nação? Ao que eu não respondi porque não sabia no que me falava”¹⁵.

Que religião seguia, então, Ribeiro Sanches? Aprendera rudimentos do catolicismo e nem percebe o significado de *guerras da vossa nação* que Francisco Taborda Nogueira refere. Lembra ainda o médico das Luzes, que aos treze anos, o pai manda-o para a Guarda para *aprender a tocar cítara (...)*. Acrescenta: “*eu vivia em casa de um Parente, este me recomendou a um seu amigo, homem de idade, mui versado na leitura.*” Aconselha-o a ler a história de D. Manuel, de Damião de Góis. Testemunha: “*Este Homem era cristão-novo, tinha estado na Inquisição e começou-me a dizer que havia cristãos Novos e Velhos, e que a origem em Portugal começara naquele tempo de 1505, pouco a pouco me fez conhecer que eu era cristão novo, mas nunca me disse coisa alguma da Inquisição nem da Religião, dizia-me muitas vezes: filho, verdade e caridade, e basta para ser homem de bem*”¹⁶.

Inicia, então, o conhecimento sobre a diferença entre cristãos novos e cristãos velhos; sempre que alguém aludia a práticas inquisitoriais, o receio e o cuidado estavam presentes, e, em reconciliação com ideias das Luzes, aponta princípios essenciais da formação humana: verdade e caridade.

Na Guarda, informa Ribeiro Sanches, não ia à missa à Sé, porque era conhecida a sua situação de cristão-novo. Entre 1712 e 1715, na cidade, conhece Martinho Mendonça de Pina e Proença, futuro secretário da Academia Real de História, e um mestre do médico penamacorense.

Aos dezasseis anos parte para Coimbra porque, como explica, “*Por ser de tão tenra idade, (...) fiquei em casa lendo todo o livro que encontrava em espanhol e português. Estuda na Universidade portuguesa até, diz: ...quase ao fim do terceiro ano, e como então existiu aquele motim desordenado do Rancho do Carqueja*¹⁷ *meus pais, no ano seguinte, determinaram que continuasse os estudos em Salamanca, para onde fui no ano de 1720, ali estudei Medicina e daquela Universidade tenho o meu grau nesta faculdade*”¹⁸.

Habitualmente, passa as férias na Guarda; destaca, porém, uma estada em Tomar, em casa de um parente do pai: “*...tinha estado na Inquisição, fazia-me ler a história de Portugal de Sousa Faria, e de tempo em tempo me dizia como procede a Inquisição com os culpados e de que modo se procede com os cristãos novos; este era o melhor português e mais afeiçoado que conheci na nossa nação, mas tinha tal ódio à Inquisição que vinha furioso quando falava nela. Vossa mercê, pode considerar de meu génio que eu lhe fazia mil questões e que ele me respondia, mas portanto juro na verdade que jamais lhe ouvi falar palavra contra a nossa santa fé – fazia os actos de cristão e me fazia à noite rezar a Coroa de*

Nossa Senhora...”¹⁹.

Práticas sincréticas, que não surpreendem; obrigados a aprender os rudimentos da doutrina católica, *para cumprimento do mundo*, como é referido nos processos inquisitoriais, sem rabinos, nem livros sagrados criaram um *corpus* doutrinário que se distanciava das ortodoxias católica e judaica.

Será em Lisboa, em casa de um tio médico, Diogo Nunes Ribeiro, também preso pela Inquisição, que a crença religiosa começa a estremecer: “*Meu Tio primeiro me começou a dizer o que era a Inquisição; e sabia esta matéria de tal modo que só conheci um Letrado em Londres que o igualasse; depois de estar bem inteirado, e de ter lido uma relação manuscrita da origem e modo interior político e económico e jurídico da Inquisição, meu tio me começou a misturar uma ou outra passagem de judaísmo (...)*”.

Reconhece Sanches que aprendera então a origem, bem como o enquadramento político, económico e jurídico do Santo Ofício; depois, iniciou a aprendizagem do judaísmo; escreve: “*comecei a ler o Pentateuco; mas ainda não estava determinado de deixar a minha crença; como eu sempre argumentava, meu tio teve medo de mim, e uma sua cunhada, mulher de um engenho sublime e agradável, me falou nas consequências da minha obstinação*”.

Afirma ter cedido na aparência, e continuou a ler a Bíblia e os comentários. Explica: (...) “*Fui para Salamanca ainda bem confuso, e como tinha que fazer os meus actos não me meti mais a ler coisas da Bíblia; não me confessei naquele ano, e assim passaram dois*”²⁰.

Perante o labirinto interior, compreende-se a hesitação; qualquer opção, neste domínio, envolve rupturas com âncoras do ser, com pilares que estruturam o *eu* que se é. Afastamento, descrença, desordem, desinteresse envolveram, por certo, Ribeiro Sanches. Mas confessa: “*até à idade de 23 anos vivi, e tive todas as ideias perfeitamente adequadas à religião cristã*”²¹.

As vivências que referimos, ditas na primeira pessoa, revelam a construção da identidade cristã-nova em Portugal. Num determinado momento da existência, revela-se um passado, uma memória com uma espessura que leva a maioria dos seus membros a querer mantê-la, reproduzi-la, defendê-la. Era a mulher, iniciadora por excelência, depositária da língua-mãe, que consolidava sistemas de valor e atitudes fundamentais. Mas por que o fazia, se conhecia os perigos desta iniciação secreta? Por que aderiam os judeus ao judaísmo, apesar da cristianização exterior? Houve, sem dúvida, uma Diáspora ideológica, uma dispersão das práticas da fé: faltava uma instituição reguladora dos itinerários religiosos. Mas a religião é uma linguagem que comunica, trai, liberta e aliena; neste domínio, o sentido tem dimensão sagrada. E crer e observar a Lei de Moisés para a “*salvação da alma, a criação de mártires*”²², os condenados à fogueira nos autos da fé, renovavam a necessidade de proteger uma integridade, recriavam uma terra interior. O Santo Ofício ajudou a nutrir²³ as diferenças, a promover a construção de margens entre as fés.

Uma diferença que é renovada pelo olhar do Outro. Em nota biográfica a pedido de Diogo Barbosa Machado revela: “*Tanto que um menino cristão-novo*

é capaz de brincar com os seus iguais logo começa a sentir a desgraça do seu nascimento, porque nas disputas que nascem dos brincos daquela idade já começa a ser insultado com o nome de judeu e de cristão-novo. Entra na escola e como é costume louvável que estes meninos vão não só nos dias de preceito mas ainda nos de trabalho à igreja com seu mestre a ouvir missa e a ajudar a elas, acompanhar o Santíssimo Sacramento, e outra mais procissões, o mesmo mestre, o clérigo ignorante, o irmão da confraria e, o pior, o mesmo pároco, já fazem distinção deste menino e daqueles que são cristãos velhos, porque estes são preferidos para ajudarem à missa, para levarem o castiçal ou vela branca ou tomar a vara do palio; esta preferência é bem notada daquele menino ou rapaz cristão-novo, agasta-se, peleja e chora contra os seus companheiros por se ver tratado com desprezo”.

A cisão relativamente aos cristãos velhos acentuava-se com o registo ofensivo de rejeição que a maioria empregava. Desde a infância aprendiam a diferença. Ora, sabemos que *“Algumas crises que se produzem depois da socialização primária devem-se realmente ao conhecimento de que o mundo dos próprios pais não é o único mundo que existe, mas tem uma ubicação social muito específica, talvez até conotação pejorativa”*.²⁴

Em família, valoriza a linhagem a que pertence; fora do lar, enfrenta ameaças à realidade subjectiva que construíra da sua identidade; como salvaguardar o equilíbrio entre a realidade objectiva e a subjectiva?

Depois da infância, o processo agrava-se, porque *a cada passo observa que os cristãos velhos por trinta modos o insultam e desprezam; acrescenta: “quanto mais vil é o nascimento e o ofício do cristão velho tanto mais insulta o cristão-novo porque como é honra passar a cristão velho quem insulta e despreza um de nação honra-se e distingue-se; por isso o carnicheiro, o mariola, o tambor e mesmo o algoz e o negro escravo são os primeiros que insultam e que dão a conhecer com infâmia um cristão-novo; os que têm melhor educação lá dão seus sinais de distinção, mas com maior decência: um quando fala com ele lhe diz uma meia palavra de cão; outro por gíria lhe chama judeu, outro põe a mão no nariz, outro antes que fale dá umas cutiladas de dedos pelos bigodes, a maior parte faz acenos que tem rabo. Este é o trato que tem da plebe um cristão-novo com os seus compatriotas, esta é a satisfação com que vive em sua Pátria e como ser desprezado incita vingança não vive mais que roído do ódio e do fingimento”*.

Relações injuriosas, conflituosas que a intransigência religiosa ditava. Na verdade, *“A propensão para julgar outrem em função da sua pertença de grupo ou para formular um juízo global sobre um grupo humano, é tanto maior quanto se tenha a impressão de se estar empenhado num conflito de valores e de se estar num campo do bem contra o campo do mal”*.²⁵

Acreditava Sanches, que a educação tornava os corações mais brandos. A plebe, governada pelo costume e pela paixão, ousava o insulto maior metamorfoseando pobres em nobres.

Todavia, ombreavam na injúria e na delação nobres, sacerdotes, médicos e criados e vizinhos, todos os grupos sociais... E o ódio e o desprezo pelos da nação

não oferecia fiéis à igreja; gerava mártires que alimentavam o Judaísmo.

Em *Cristãos novos e Cristãos velhos em Portugal*, obra escrita já em 1735, conta a História dos judeus portugueses desde D. João II. Livro didático, não esquece Sanches a necessidade de ensinar aos judeus que se mantiveram no país, o procedimento a observar, no caso de serem presos pelo Santo Ofício. Sabia o médico que as delações aconteciam intra e extra comunidade, que a tortura gerava confissões que os inquisidores queriam ouvir, e que se teciam malhas que punham no fio da navalha a vida de muitas pessoas.

As denúncias acobertadas pelo segredo arrastavam-se, às vezes, durante anos, mas uma prisão numa família desencadeava apresentações à Inquisição (como acontecera com a de Ribeiro Sanches); ali tentam enumerar o que consideram ser culpas contra a fé católica, ensaiando adivinhar o que haviam confessado os que, antes, testemunhavam. Sabiam que deviam falar em todos os que conheciam ou de quem conheciam o nome, por uma questão de sobrevivência; a omissão de alguém antes referenciado por qualquer testemunha significava *ser diminuto* e aumentava as suspeitas. Aconselhava, por isso, Sanches que primeiro deviam expor os que estavam presos, os mortos e os que se encontravam no estrangeiro. Afirmar desconhecer os nomes de alguns, confessar que não comiam carne de porco, que diziam o Padre-nosso sem acrescentar Jesus no fim, falar de testemunhas com quem judaizavam, eram atitudes sábias para salvar a honra e a fazenda. Alerta, porém, que não podem declarar pessoas que já tenham saído penitenciadas, porque *de outro modo virá a ser tratado com quatro cordas ou sairá a morrer negativo*. Em suma, nomeá-las significaria *levá-las a morrer*. Conclui: “*Quem este papel escreve, não soube que jamais Pai ou mãe em Portugal ensinasse puramente o Judaísmo a seus filhos; porque sabem que se tal ensino lhe dessem e se declarasse, que seriam queimados sem remissão: tudo o que ensinam a seus filhos é o horror da Inquisição, e (...) que é necessário confessar que são judeus, ainda que em tal religião não creiam e sobretudo o segredo; quem assim fica instruído é fácil vir a crer na cegueira judaica, ainda que seja cristão verdadeiro*”.

São conselhos, ensinamentos de um saber de experiência feito, também capazes de tecer dúvidas aos cristãos que lessem.

Argumenta ainda Sanches que uma das causas do aumento de cristãos novos tem a ver com a endogamia; outra decorre do modo de proceder da Inquisição, que permite que mais facilmente se salvem os que crêem na lei de Moisés, porque confessam e fogem, logo que saem da prisão, contando com a solidariedade de irmãos de fé de outros países. Aduz que a divulgação dos *relaxados* nas Paróquias eterniza o ódio, pelo que não deveriam tirar-se inquirições, confiscar os bens, imprimir as listas dos autos da fé; acrescenta que era necessário abrir aos cristãos novos os ofícios de justiça, de honra e dignidade; permitir o casamento com cristãos velhos.

Deste procedimento decorreria, como acontecera com Afonso de Albuquerque na Índia; casara portugueses com *gentias* aumentando, deste modo, os fiéis à Igreja. Em três ou quatro gerações, se não houvesse discriminação, se não fossem tratados de maneira desigual, verificar-se-ia a assimilação dos cristãos novos.

2 – Judeu

Será em Londres que, lamenta “(...) por pecados meus e por miséria minha me circuncidei (...); comecei a conhecer alguns defeitos da Lei que professava (...); umas vezes me arrependia, outras me imaginava que seguindo o que dizia a Bíblia e rejeitando o Talmude que me podia salvar, outras enfurecido falava e me imaginava como Deísta, enfim roído dos pensamentos da salvação e da condenação saí de Londres”.²⁶

3 – Deísta

Cristão-novo e Judeu são vias difíceis de diálogo do *homo religiosus* em busca do ser, da pessoa que é. A pesquisa de auto-conhecimento acontece em viagem iniciática, face ao Outro semelhante e diferente; compreende, compara... humaniza-se. Numa multiplicação de Diásporas, Ribeiro Sanches sentir-se-á culpado, por ter traído o judeu, porque o não apaga no mundo não-judeu, quando outros caminhos se abrem e outros eus se desgarram, se soltam.

Os iluministas defendiam a igualdade entre os cidadãos de maneira que cada um pudesse livremente decidir (inclusive, em matéria religiosa). A Declaração dos Direitos do Homem e do cidadão adoptada, em França, pela Assembleia Nacional Constituinte, em 26 de Agosto de 1789, reconhecia no artigo 10º que: “*Ninguém deve ser inquietado pelas suas opiniões, mesmo religiosas, desde que a sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela Lei*”.

Para não ferir a susceptibilidade dos crentes, a Declaração inclui a fórmula: “sob os auspícios do Ser Supremo”; salvaguardava assim a referência oficial comum à maioria dos fiéis das diferentes religiões reveladas, bem como os espíritos ganhos ao deísmo filosófico. Tranquilizava os crentes e desembaraçava a Igreja de marcas aristocráticas e absolutistas; colocava-a ao serviço dos fiéis e da regeneração dos homens; construir uma sociedade civil que preservasse a dignidade e os Direitos de cada um(a) guiava o sonho de revolucionários.

Jean Jacques Rousseau elabora, na época, um projecto complexo de uma religião civil, uma moral social, sem referência à transcendência; a referência ao culto do ser Supremo correspondia à necessidade cívica que as religiões tinham pervertido.

Sanches com vivências riquíssimas deste mundo em mudança, de um momento de tempestade do ser, como a qualificou George Steiner, admitiria a transcendência, e face à inquietude humana, precisava de Deus.

No exílio, em liberdade, e numa viagem de memórias, Sanches revela a transversalidade, a complexidade das fronteiras identitárias, a fluidez das fronteiras da fé.

Ribeiro Sanches, um não-judeu judeu para o mundo cristão, era um judeu não-judeu no universo judaico. Como escreve Edgar Morin, “*A Ética da compreensão pede a argumentação, a refutação, em vez da excomunhão e da*

anatemização”.²⁷ Explica: “Se o Judaísmo se define por afastar de si o judeu Jesus e os seus evangelhos, excomungando Sabbetai e Espinosa então não posso pertencer-lhe. Acrescenta: Todos os judeus que me atraem foram malditos pela Sinagoga: Jesus, Espinosa...” Mas não se tornou cristão porque: “Peço aos cristãos que reconheçam que Jesus é judeu, que abandonem tudo o que neles favorece o processo que faz do judeu um bode expiatório sacrificial”.²⁸

Debate de eus na busca de uma ética de coabitação, de compreensão, a incerteza, a insatisfação da identidade definida pela necessidade/obrigatoriedade de entabular relações com o Outro. É esta incerteza um traço do marranismo, a que acresce *O pensamento complexo o estádio superior do marranismo (a preocupação de integrar pontos de vista diferentes e por vezes antagónicos, incluindo o ponto de vista da racionalidade, do misticismo, da fé.*²⁹

Este é, a nosso ver, o percurso de Ribeiro Sanches, em que teias se entretecem para construir uma identidade, afinal a marrana, que se caracteriza por uma complexidade que augura o discurso da modernidade. Conclui Morin: “Viver no duelo dos contrários, quer dizer, nem na duplicidade sem consciência nem no «justo meio», mas na medida e na desmedida; não na morna resignação, mas na esperança e no desespero, não num vago tédio ou num vago interesse perante a vida, mas no horror e no maravilhamento”.³⁰

Ribeiro Sanches vive, desde que sai de Portugal, num tempo de crença no homem, que deifica a Razão, interroga a divindade ou restringe a sua intervenção, um mundo em que o cepticismo toma conta de muitas cabeças...

E Sanches era intransigentemente secular; afirmava: “Os mais excelentes monarcas que celebra a História sagrada e profana, foram aqueles que tomaram a educação dos seus povos à sua conta; fundando escolas públicas, para adquirirem ali os hábitos da virtude, e as ciências de que necessitavam os seus Estados. Por este tão suave e honroso caminho caminharam os heróis que celebra a Antiguidade”.

Não regressaria a Portugal, apesar de durante toda a vida ter reflectido/colaborado nas reformas para melhorar o país. Reconhece, em carta a Pacheco de Valadares: “Nós outros quando vivemos qualquer sorte de vida em Portugal jamais consideramos na Pátria, mas quando saímos dela não consideramos em outra coisa mais que na Pátria”. Afinal, uma história de muitos portugueses que Camões, Rodrigues Lobo, António Vieira haviam conhecido: a Pátria ingrata, a Lusitânia que não deixa luzir os seus.

Em suma,

António Ribeiro Sanches foi o homem de viagem à descoberta do mundo e do eu. Conviveu com comunidades religiosas diferentes e, voluntariamente, afastou-se; não sofreu o *Herem*, como Uriel da Costa ou Espinosa. Sentiu as intermitências da fé. Abandonou as ortodoxias. Prognostica a complexidade que a modernidade percepcionará: sentiu em si as contradições da humana condição, nas viagens em torno de si, da fé e do seu tempo.

Bibliografia

Berger, Peter e Luckmann, Thomas, *La construcción social de la realidad*, Buenos Aires, Amorrortu ed, 1993.

Castelo Branco, Camilo, *Noites de Insónia*, nº 1- Janeiro, Porto, Livraria Chardron, de Lello & Irmãos, 192.

Coelho, António Borges, *Inquisição de Évora* (Dos primórdios a 1668), vol. I, Lisboa, Caminho, 1987.

Eliade, Mircea, *Origens*, Lisboa, Edições 70, 1989.

Elias, Norbert, *A condição humana*, Lisboa, Difel, 1991.

Garcia, Maria Antonieta, *Denúncias em nome da fé*, Lisboa, ISER, 1996.

Hervieu-Léger, Danièle, "Povo de Deus, entre exclusivismo comunitário e universalismo", in Michel Wieviorka et alii, *Racismo e Modernidade*, Lisboa, Bertrand, 1995.

Lemos Martins, Moisés de, *Para uma inversa navegação, o discurso da identidade*, Porto, Afrontamento, 1996.

Lemos, Maximiano, *Notícia de alguns manuscritos de Ribeiro Sanches existentes na Biblioteca Nacional de Madrid*, Porto, Tip. Enciclopédia Portuguesa, 1913.

Morin, Edgar, *Os meus demónios*, Lisboa, Europa-América, 1995.

Otto, Rudolf, *O sagrado*, Lisboa, Dom Quixote, 1992.

Reboul, Olivier, *Langage et Ideologie*, Paris, P.U.F., 1980.

Saa, Mário de, *A invasão dos judeus*, Lisboa, s/ed., 1926.

Sanches, António Ribeiro, "Carta escrita ao Dr. Manuel Pacheco de Valadares, da vila de Benavente", *Archivos de História da Medicina Portuguesa*, Porto, 1913.

Sanches, Ribeiro, *Cristãos novos e cristãos velhos em Portugal*, Porto, Paisagem, 1973.

Schweisguth, Etienne, "Racismo e sistema de valores", in Michel Wieviorka (org) , *Racismo e modernidade*, Lisboa, Bertrand, 1995.

Smith, Wilfred Cantwell in Mircea Eliade, *Metodologia de la Historia de las religiones*, Barcelona, Paidós, 1996.

Steinsaltz, Rabbin Adin, "Le vide et le noyau", in, Foulek Ringelheim, *Les juifs entre la mémoire et l'oubli*, Bruxelles, Université de Bruxelles, 1962.

Telles, Frei Bernardo, *Sermam do Auto da Fé*, Lisboa, na Officina de Manuel e Joseph Lopes Ferreyra, MDCCIX.

Unamuno, Miguel de, *Do sentimento trágico da vida*, Lisboa, Relógio de Água, 1988.

Yerushalmi, Josef Haym, "L'Anti semitisme est-il apparu au XXe. Siècle?" Paris, *Esprit*, nº. 190, Mars-Avril, 1993.

III

Penamacor no Período Contemporâneo

3.1 – A Maçonaria em Penamacor

António Ventura¹

Creemos que o estudo da Maçonaria em Portugal a nível regional e local se reveste de uma importância cada vez maior. Tal como sucedeu noutros campos dos estudos históricos, também no campo da história da Maçonaria se começou pelas sínteses e só depois se partiu para os estudos monográficos. Veja-se, como exemplo, a prematura mas sempre útil *História da Maçonaria em Portugal*, de Borges Grainha, publicada em 1912. Já entrado o século XX surgiram estudos em profundidade e focalizados numa época, numa região ou numa oficina. Já em 1934 Aníbal de Passos e Sousa publicava «Subsídios para o estudo do movimento maçónico em Elvas», *Arquivo Transtagano*, 2º ano, nº 16, 30 de Agosto de 1934 e «Devassas em Elvas no ano de 1823. A Devassava à Conspiração de Agosto», *Arquivo Transtagano*, 2º ano, nº 19, de 30 de Outubro de 1934, pp. 296 a 299. Década e meia depois, João Cabral Nascimento publicou o estudo *Pedreiros-livres na Inquisição e corografia insulana* (Funchal, Arquivo Histórico da Madeira, 1949), a que se seguiu António Egídio Fernandes Loja, *A Luta do Poder contra a Maçonaria. Quatro Perseguições no Século XVI/I*. Lisboa. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 1986. F. Ribeiro da Silva. «A Respeitável Loja União Portucalense sita ao oriente de Vila Nova de Gaia e os Exportadores de Vinho do Porto». in *Actas do I Congresso Internacional sobre o Rio Douro*, Vila Nova de Gaia, 1987; Fernando Catroga.. *Mações, Liberais e Republicanos em Coimbra (Década de 70 do século XIX)* Separata de *Arquivo Coimbrão*. vol. XXXI-XXXII. Coimbra. 1988-1989, e *Maçons, Católicos e Autarcas. A Loja «União Portucalense» de Vila Nova de Gaia*, Vila Nova de Gaia, edição da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1997; João Pedro Ferro, *Maçonaria e Política no Século XIX. A Loja «Liberdade» (Coimbra, 1863. 1864)*, Lisboa, Presença, 1991, 155 p.; Isabel Henriques, *A Loja Fernandes Tomás nº 212 da Figueira da Foz (1900 – 1935)*, Figueira da Foz,

Divisão de Museu, Biblioteca e Arquivos da CMFF, 2001, e *A Maçonaria na Figueira (1900 – 1935)*. *Arquivos e Coleções em Exposição*, Figueira da Foz, Divisão de Museu, Biblioteca e Arquivos, 2001. António Ventura, *A Maçonaria em Portalegre 1904 – 1935*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007. António Lopes, *A Maçonaria Portuguesa e os Açores 1792 – 1933*, Lisboa, Ensaios, 2008. E também os nossos trabalhos *A Maçonaria em Portalegre* (2007) e *Maçonaria em Mafra* (2009)

Merecem também referência os estudos, pela importância e rigor dos seus estudos, os trabalhos de Fernando Catroga, A. H. de Oliveira Marques e João Alves Dias, onde a dimensão local nunca foi esquecida.

No actual distrito de Castelo Branco, a Maçonaria marcou presença de uma forma desigual. Nada existe no século XVIII e as mais antigas oficinas surgem ao longo do século XIX e todas desaparecem com relativa brevidade. Nos concelhos de Oleiros, Proença-a-Nova, Sertão, Vila de Rei e Vila Velha do Ródão nada existiu. Vejamos os restantes concelhos:

Belmonte

1931

Triângulo nº 298, activo até à clandestinidade.

Castelo Branco

1871

Instalada a Loja *Igualdade* nº 65, do Rito Francês, que laborou até 1877

1911

Triângulo nº 172, do REAA. Desaparece em 1912

1913

Triângulo nº 214, do RF, que se transforma em

1914

Loja *Aurora do Hermínio* nº 374. Acaba em 1923

1930

Triângulo nº 291, do REAA, que existe até à clandestinidade.

Covilhã

1830-40

Loja *Estrela*, integrada no Oriente Saldanha ou Maçonaria do Sul

1865 – 1868

Loja *Atalaia da Liberdade*, da Confederação Maçónica Portuguesa

1871

Loja *Fraternidade* nº 64

1920

Triângulo nº 237 do REAA

1920 – 1929

Loja *Serra da Estrela* nº 293, do REAA

Fundão

1866 - 1869

Loja *Independência*, do Grande Oriente Lusitano

Idanha-a-Nova

1933

Triângulo nº 354, do REAA. Dissolvido na clandestinidade.

Vila de Rei

Aqui, a única referência foi a nomeação de um Delegado maçónico, pelo decreto nº 17, de 22 de Maio de 1934. Trata-se de José Esteves de Matos Preto, pertencente ao Triângulo Nº 291 de Castelo Branco.

Vila Velha de Ródão

Também neste caso a única referência foi a nomeação, pelo decreto Nº 33, de 11 de Outubro de 1934, do Delegado maçónico José Esteves de Matos Preto, já citado

Pela proximidade geográfica com Penamacor, registamos também

Sabugal

1920 – 1925

Triângulo nº 241, do REAA

No rescaldo da proclamação da República, a maçonaria cresceu de um modo repentino e por todo o país. Era natural que assim fosse. Mas aproximavam-se tempos de refluxo. As divergências no seio do Partido Republicano e que levaram à sua divisão acabaram por se reflectir negativamente na Maçonaria e estão na base da profunda crise de 1914. As razões evocadas, no despoletar da crise de 1914, eram aparentemente de natureza jurisdicional e de autonomia dos ritos, mas ocultavam outras de cariz político. Entre o executivo e o legislativo do Grande Oriente (Grão-mestre, Grão-mestre adjunto, Conselho da Ordem e Grande Dieta) por um lado, e o Supremo Conselho do Grau 33 do REAA, por outro, surgiram desinteligências quanto ao novo projecto de Constituição Maçónica, considerado violador dos acordos de 1869, que haviam permitido a unificação dos vários Orientes espalhados pelo país e a representação dos vários ritos. O Supremo Conselho acabou por se separar do Grande Oriente, chamando a si a direcção exclusiva do Rito Escocês, e constituiu, com o apoio de várias potências maçónicas estrangeiras, o Grémio Luso-Escocês². Elegeu como Soberano Grande Comendador, o General Augusto Ferreira de Castro, que já fora Grão-mestre do Grande Oriente Lusitano Unido entre 1900 e 1907. A grande maioria das Lojas e Triângulos do Rito Escocês aderem a esta nova obediência, representando cerca de um terço dos maçons portugueses.

Uma curiosidade: o maior surto maçónico na Beira Interior ocorreu numa época difícil, quando a Ditadura Militar se consolidava e se lançavam as bases

daquilo que será o Estado Novo. Entre 1930 e 1935 fundaram-se Triângulos em Covilhã, Manteigas, Belmonte, Sabugal, Guarda, Pinhel, Trancoso, Meda, Vila Nova de Foz Côa, Seia, Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tondela, Mangualde, Moimenta da Beira, Penedono e Viseu.

Mas vejamos o caso de Penamacor, onde a Maçonaria surge em 1920, fora dos surtos de 1910-11 e de 1930-35.

O Decreto nº 30, de 29 de Maio de 1920, assinado por Magalhães Lima, Grão-mestre e por outros dignitários do Conselho da Ordem, autoriza «o Respeitável Irmão José Estêvão Robalo Cordeiro, grau 14º, Obreiro do Triângulo nº 237 ao Vale da Covilhã, a instalar um Triângulo ao Vale de Penamacor».

José Estêvão Robalo Cordeiro nasceu em Penamacor em 20 de Fevereiro de 1879. Assentou praça a 22 de Agosto de 1896, foi promovido a alferes em 15 de Novembro de 1913, a tenente em 1 de Dezembro de 1915. Capitão, passou à reserva em 26 de Dezembro de 1925. Foi iniciado em 3 de Março de 1913 na Loja *Fiat Lux* nº 257, de Lisboa, com o nome simbólico de «Ferrer». Prestava então serviço na GNR. Com atestado de quite em 30 de Março de 1914, foi regularizado na Loja *Pátria Integral* nº 363, de Luanda, em 28 de Abril de 1915. Com atestado de quite em 26 de Abril de 1917, foi filiado por passagem no triângulo nº 219 de Malange em 3 de Julho de 1917. Com atestado de quite em 22 de Fevereiro de 1920, foi regularizado em 5 de Março de 1910 no triângulo nº 237, da Covilhã, de que foi fundador. Atingiu o grau 6º em 7 de Junho de 1910.

Vejamos quem integrou o quadro deste Triângulo.

Artur Pereira da Silva

Natural de Penamacor, 46 anos, filho de Cândido Augusto Pereira e Silva, notário.

Iniciado em 5 de Julho de 1920 no Triângulo nº 239, de Penamacor, de que foi fundador, com o nome simbólico de «Ribeiro Sanches». Atingiu o grau 4º em 28 de Dezembro de 1920.

Alberto Nunes Mourão

Natural de Idanha-a-Nova, 32 anos, filho de Francisco Nunes Mourão e de Matilde da Conceição Mourão, comerciante.

Iniciado em 5 de Julho de 1920 no Triângulo nº 239, de Penamacor, de que foi fundador, com o nome simbólico de «Zola». Atingiu o grau 4º em 28 de Dezembro de 1920.

Joaquim Gregório de Abreu

Natural de Faia, Guarda, 35 anos, filho de José Gregório de Abreu e de Margarida Delfina, comerciante e proprietário.

Iniciado em 20 de Setembro de 1920 no Triângulo nº 239, de Penamacor, com o nome simbólico de «Zola». Triângulo de Sabugal.

Ismael Augusto da Mota

Natural de Sabugal, 42 anos, filho de Frutuoso António da Mota e de Maria Leonor Mota, Chefe da Secretaria da Câmara do Sabugal.

Iniciado em 20 de Setembro de 1920 no Triângulo nº 239, de Penamacor, com o nome simbólico de «Victor Hugo». Triângulo de Sabugal

Joaquim Martins

Natural de Vila Fernando, Guarda, 49 anos, filho de Joaquim Martins e de Maria Teixeira, Inspector escolar.

Iniciado em 20 de Setembro de 1920 no Triângulo nº 239, de Penamacor, com o nome simbólico de «Ferrer». Triângulo de Sabugal.

Pedro José Amaral

Natural de Penamacor, 23 anos, filho de Manuel José Amaral e de Bárbara Afonso, aspirante de Finanças.

Iniciado em 8 de Novembro de 1920 no Triângulo nº 239, de Penamacor, com o nome simbólico de «Ribeira Brava».

Luís de Sousa

Natural de Pedrógão, 39 anos, filho de António de Sousa e de Maria Cândida, comerciante. Iniciado em 8 de Novembro de 1920 no Triângulo nº 239, de Penamacor, com o nome simbólico de «Camões».

João Paulo do Nascimento Bravo

Natural de Trancoso, 23 anos, filho de José Paulo Nascimento Bravo e de Rita do Carmo Bravo, fiscal de impostos.

Iniciado em 6 de Janeiro de 1921 no Triângulo nº 239, de Penamacor, com o nome simbólico de «Danton».

José dos Santos Marcelo

Natural de Aldeia do Bispo, 25 anos, filho de João dos Santos Marcelo e de Isabel Monteiro dos Santos, professor.

Iniciado em 7 de Janeiro de 1921 no Triângulo nº 239, de Penamacor, com o nome simbólico de «Camões II».

O crescimento regular do Triângulo levou à sua transformação em Loja.

Em 2 de Junho de 1921 era publicado o Decreto nº 24, assinado pelo Grão-mestre Magalhães Lima e por outros dignitários do Conselho da Ordem, autorizando tal passo:

«É autorizado o Triângulo nº 230, ao Vale de Penamacor a transformar-se em Loja com o título distintivo de *Ribeiro Sanches*, do Rito Escocês e que nos livros competentes fica registada com o nº 402».

Para que esta Oficina que é composta de 7 Obreiros, fique justa e perfeita, são elevados ao grau de Mestre os Irmãos Pedro José do Amaral, João Paulo do

Nascimento Braço e José dos Santos Marcelo.

A Loja *Ribeiro Sanches* será instalada pelo seu Venerável provisório José Esteves Robalo Cordeiro e pelos Irmãos Artur Pereira da Silva e Alberto Nunes Mourão, servindo o primeiro de Presidente e os dois restantes de vogais».

Pouco se conhece da actividade regular da Loja *Ribeiro Sanches* a partir de então. Registaram-se apenas mais quatro entradas, três iniciações e uma regularização:

Fernando Monteiro Osório Rebelo da Silva

Natural de Gestaço, Baião, 53 anos, filho de Bernardino Augusto Osório e de Joana Augusta Monteiro, Tesoureiro da Fazenda Pública em Penamacor.

Iniciado em 20 de Agosto de 1921 na *Loja Ribeiro Sanches*, de Penamacor, com o nome simbólico de «Pax».

José da Cruz

Natural de Penamacor, 36 anos, filho de António da Cruz e de Maria da Conceição, capelão militar.

Iniciado em 26 de Agosto de 1921 na *Loja Ribeiro Sanches*, de Penamacor, com o nome simbólico de «Camões III».

Joaquim da Silva Lobo

Natural de? Filho de Joaquim da Silva Lobo e de Ana Vitorino, 30 anos, 2ºsargento da GNR.

Iniciado em 23 de Agosto de 1921 na *Loja Ribeiro Sanches*, de Penamacor, com o nome simbólico de «Gomes Freire».

José Tomás da Silva

Natural de Penamacor, 35 anos, comerciante.

Iniciado em 20 de Outubro de 1910 na Loja *Liberdade* nº 197, de Lisboa, com o nome simbólico de «Elias Garcia». Com atestado de quite em 1 de Novembro de 1911. Regularizado na Loja *Ribeiro Sanches* de Penamacor em 26 de Agosto de 1922.

Oficiais eleitos em 1923?

Venerável: José Esteves Robalo Cordeiro

1º Vigilante: Artur Pereira da Silva

2º Vigilante: José dos Santos Marcelo

Orador: Amândio Monteiro Osório Rebelo da Silva

Tesoureiro: Joaquim da Silva Lobo

Secretário: Alberto Nunes Mourão:

Oficiais eleitos em Janeiro de 1925

Venerável: José Esteves Robalo Cordeiro

1º Vigilante: Artur Pereira da Silva
2º Vigilante: José dos Santos Marcelo
Orador: Alberto Nunes Mourão
Secretário: Joaquim da Silva Lobo
Tesoureiro: José Tomás da Silva
Representante à Grande Dieta era Eduardo Ventura Reimão.

Par a legislatura de 1925-1916, a Loja indicou José Francisco de Abreu Romão como seu representante à Grande Dieta. Mas, por razões que não foi ainda possível apurar, a Loja requereu a suspensão regular dos seus trabalhos. Desse modo, é publicado o Decreto nº 20, de 6 de Maio de 1925, assinado por Magalhães Lina, Grão-mestre, pelo Presidente do Conselho da Ordem, general Ernesto Maria Vieira da Rocha e pelo Grande Secretário-geral da Ordem, José Afonso da Costa Júnior:

«Tendo a Respeitável Loja *Ribeiro Sanches* nº 402, ao oriente de Penamacor, resolvido suspender regularmente os seus trabalhos:

(...) É abatida, a seu pedido, ao quadro geral das Oficinas da Obediência do GOLU SCMP a Respeitável Loja *Ribeiro Sanches* nº 402 ao Vale de Penamacor».

Em 1927 há uma outra referência a Penamacor, com o Decreto nº 20 de 31 de Dezembro, foi nomeado como delegado maçónico em Penamacor o oficial do exército José Maria de Mendonça, Obreiro da Loja *Liberdade* de Lisboa.

Há ainda notícia da constituição de um Triângulo em 1935, pouco antes da proibição da Maçonaria, mas faltam elementos informativos mais pormenorizados.

Pelo que ficou exposto se conclui que Penamacor, embora situada no interior, não escapou ao surto de expansão da Maçonaria durante a I República, sendo ali constituído um Triângulo que depois se transformou em Loja que recebeu naturalmente, o nome de um dos mais ilustres filhos da terra, verdadeiro símbolo da luta contra a intolerância e pelo progresso – Ribeiro Sanches. Embora a vida daquela Oficina fosse curta, os seus membros envolveram-se na vida local, nomeadamente na fundação da Associação de Recreio e Filantropia.

3.2 – Uma “Oposição Construtiva” - os candidatos da lista B pelo distrito de Castelo Branco

Cunha Leal e as eleições de 1949 para Deputados à Assembleia Nacional¹

Luís Farinha²

Em 1949, depois de uma campanha presidencial mal sucedida para as oposições democráticas, Cunha Leal, qual “cavaleiro da triste figura”, aventurou-se a concorrer por Castelo Branco à Assembleia Nacional – um pequeno espaço de rebelião que acendeu, à esquerda e à direita, palavras de rancor e de excomunhão. Foi este um gesto de “colaboracionismo” ou antes uma manifestação de coragem cívica?

Francisco Pinto Cunha Leal – engenheiro militar, jornalista, tribuno – foi um beirão que partiu muito cedo à conquista da cidade, um “fenómeno provinciano” nas palavras dos mestres que lhe guiaram os passos, em primeiro lugar no Liceu do Carmo e depois na Escola Politécnica. O sucesso escolar, além de alento psicológico, abriu-lhe as portas à gente influente de Lisboa – professores, altos funcionários, militares, políticos, jornalistas...

Do Pedrógão (Penamacor) onde nasceu, Cunha Leal carregou no coração a exigência de resgate dos pobres e ignaros camponeses da “beira-serra” e de uma família que se tornou itinerante para lhe facilitar a vida escolar. Foi um “self-made man”, confiante nas suas capacidades intelectuais e oratórias e um solitário também, que decidiu conviver heroicamente com os desaires constantes da vida e a nunca desistir, porque tudo o que obteve lhe resultou do suor do rosto. Foi, pois, um trabalhador incansável, o que lhe permitiu uma produção intelectual rigorosa e abundante – no Congresso da República, no Governo, na carreira administrativa, na imprensa, no ensaio ou como conferencista³

Depois da Segunda Guerra Mundial, Cunha Leal acompanha de forma crítica os movimentos unitários antifascistas que se manifestaram na criação do Movimento de Unidade Democrática (MUD) e na candidatura à Presidência da República do general Norton de Matos. Da sua projectada União Democrática Nacional excluía

os comunistas, agregando os “situacionistas” descontentes e todos aqueles que começavam a ver no pensamento social-democrata dos países do norte da Europa uma “terceira via”, entre o dirigismo dos soviéticos e o “capitalismo monopolista” dos regimes corporativos e fascistas, como ele considerava o de Salazar. É nesta linha de orientação que o encontramos, em 1949, como candidato a Deputado à Assembleia Nacional, pelo círculo de Castelo Branco.

1 – As eleições de 1949 – ponto de chegada e de partida

O 1949 culminava um processo de viragem da situação política em favor do governo⁴. O MUD, sujeito a sucessivos golpes, tinha sido definitivamente ilegalizado em Janeiro de 1948. A desistência da candidatura de Norton de Matos à boca das urnas deixara um amplo e profundo sentimento de desânimo numa oposição cada vez mais dividida pelos ventos da “Guerra-Fria”. Se já não se viviam tempos de unidade antifascista, também ainda não se vislumbravam alternativas viáveis de oposição democrática moderada porque o regime, num contra-ataque vigoroso, tinha podido contar com uma situação económica desafogada (que lhe permitiu o socorro à crise do pós-guerra) e com um declarado e muito importante apoio dos aliados anglo-americanos, consubstanciado, por exemplo, na entrada de Portugal na NATO, como membro fundador, em Abril de 1949.

O processo *mudista* saldara-se por um acentuado malogro, exceptuando talvez a subsistência do MUD Juvenil que havia de trazer para a política uma nova geração de jovens oposicionistas, muito activos nos anos seguintes. No campo republicano, democrático e liberal, os efeitos da “Guerra-Fria” aprofundavam traços de desunião e malquerença, atirando democratas contra outros democratas e levando alguns, como Cunha Leal, a apostarem numa táctica de aproximação aos elementos descontentes ou mais irrequieten da “Situação”⁵. Tal desígnio resultava, na verdade, de três factores: por um lado, estavam pouco disponíveis para a reorganização republicana e democrática muitos daqueles que se haviam colocado ao lado dos comunistas no MUD; por outro, alguns dos antigos *mudistas* tinham enfileirado no Movimento Nacional Democrático, criado sob a iniciativa dos comunistas, em Março de 1949, para recolher a dinâmica unitária do MUD, porém mais orientados numa linha de intransigente denúncia dos “falsos democratas”, onde arrumavam Cunha Leal; por fim, estes dois factos e o encastramento do regime em bases cada vez mais sólidas, não deixavam outro espaço – segundo acreditava Cunha Leal – do que aquele que podia manifestar-se numa “oposição construtiva”, que a pouco e pouco fosse abrindo caminho a uma nova geração de democratas, capazes de resgatar o país e os portugueses da “vil tristeza” em que se haviam acomodado. Desaparecera no exílio ou na clandestinidade a geração republicana democrática de 1910 e a geração de 1930 tinha já sido formada em plena ditadura. Ora, isso impossibilitava qualquer transição democrática, pensava Cunha Leal.

Após o desaire das presidenciais de Fevereiro, os núcleos republicanos do Norte, com a liderança, entre outros de Agatão Lança, lançaram-se numa nova

arremetida organizativa do Partido Republicano Português. A polícia política seguiu com muito cuidado este movimento reorganizativo para o qual indicava, repetidamente, a chefia de Cunha Leal⁶. Este, por seu lado, esteve particularmente activo, com deslocações pelo país e com a publicação de artigos na imprensa, em especial no *Diário de Lisboa*.

No entanto, às antigas divisões entre as várias famílias republicanas democráticas, juntava-se na altura o desânimo provocado pelas desilusões do pós-guerra, cujas razões uns e outros assacavam aos adversários, ao mesmo tempo que começava a adensar-se o antagonismo entre dois campos cada vez mais definidos da oposição: o republicano de esquerda e comunista, que dera origem aos grandes movimentos unitários de 1943-45 e uma nova oposição democrata-social, muito sensível aos novos ventos da Guerra-Fria que excluía os comunistas do campo democrático. A unidade, num ou noutro campo, parecia irremediavelmente comprometida, como se depreende deste testemunho desalentado de Agatão Lança, um dos republicanos que se havia afastado do campo *mudista*: “Que salutar onda de protesto contra o arbítrio e as prepotências e de reivindicação dos direitos do homem poderia correr todo o país, se certos vesgos não tivessem feito baquear o nosso plano de Novembro de 1949 a Junho de 1950?! Teríamos comissões em todos os distritos, concelhos, etc., com um escola de dirigentes em Lisboa a traçar as directrizes... Debalde consumimos em oito meses energias e dinheiro! Os manobreadores e cobardes foram autênticos criminosos” – assim se dirigia Agatão Lança, em carta a Cunha Leal, alguns anos depois, em cima da campanha eleitoral de Outubro de 1953⁷.

No entanto, fora do campo dos ideólogos do regime, na oposição só Cunha Leal estava nesta altura em condições de proclamar, pela sua voz persistente e autónoma, uma doutrina e um caminho alternativo ao unanimismo vigente imposto⁸. Em Julho, assinou no *Diário de Lisboa* um conjunto de três artigos sobre a crise económica do pós-guerra em que procurava demonstrar quão pouco os povos e os governos tinham aprendido com a crise que sobreveio à I Guerra Mundial. Epistemologicamente, distanciava-se das economias políticas com pretensão para transformar as “leis tendenciais” em “leis algébricas”, positivas e “naturais”, logo inquestionáveis. Nada mais pretensioso, avisava – e mais falso! Bastava que se reflectisse um pouco sobre o carácter doutrinário que elas adquiriam quando os homens as dobravam aos seus desejos ou o tateamento que os mesmos homens experimentavam, mesmo quando guiados pelas leis económicas mais inquestionáveis. Sem se lhe referir directamente, percebe-se que é do determinismo económico, inerente à formulação do materialismo histórico marxista, que Cunha Leal fala.

Na sua opinião, o capitalismo dominante era, comprovadamente, um sistema em crise permanente, com equilíbrios frágeis e instantâneos: “crises de sobreprodução alternam com crises deficitárias, separadas por curtos períodos de equilíbrio instável”⁹. Filosoficamente, Cunha Leal interpretava este movimento caótico da história da humanidade como a transposição para a economia – logo para a vida social – do equilíbrio instável que caracteriza toda a natureza: a atmosfera, as águas, a crosta terrestre, todos os elementos do Universo. Todos eles beneficiam

de equilíbrios instantâneos que são o ponto de passagem entre duas ou mais fases de mudança – a condição do progresso. No entanto, esta convicção, ou teoria catastrófica da evolução, não o inibia de pensar que, mesmo com desacertos, os homens tinham obrigação de intervir no curso dos acontecimentos económicos e de os dirigir de acordo com objectivos económicos, sociais e políticos. E esses objectivos só poderiam ser comandados pela justiça social e pelo benefício do maior número.

Da análise do quadro geral do capitalismo, Cunha Leal partiu depois para a análise das políticas concretas desencadeadas sob a égide do bloco anglo-americano e do Plano Marshall, para concluir que muitas das medidas tomadas até ali se mostravam insuficientes - ou até eivadas de graves incorrecções – para superar a crise económica do pós-guerra em Portugal e na Europa. Era sua convicção que a crise daquela época não derivava de uma situação de sobreprodução, mas antes de “uma excitação anormal da oferta, da compressão anormal da procura e de um fenómeno complexo de sub-consumo”¹⁰. Em alguns países como a Inglaterra, a crise derivava também de um dirigismo mal orientado, com tabelamentos de preços desadequados que, a pretexto de combate à inflação, acabavam por determinar um clima deflacionário e de sub-consumo.

Postada entre o liberalismo americano e o rígido dirigismo soviético, a Europa do Ocidente buscava o equilíbrio da “Terceira Força”, pensava Cunha Leal. Tratava-se, portanto, de uma crise de sistema, mais do que de uma crise de sobreprodução: o dirigismo imperante ainda não dera os frutos desejados.

Em Portugal, apesar das perspectivas animadoras do auxílio externo e da inclusão do país nos principais areópagos internacionais do pós-guerra, a crise fazia-se igualmente sentir de forma intensa. Em Junho, Salazar declarava em Conselho de Ministros que era gravíssima a situação do país: dos créditos de 60 a 100 milhões de dólares solicitados ao abrigo do Plano Marshall, o país não poderia esperar mais do que 10 milhões, pelo que proporia o aumento do adicional sobre algumas importações, o aumento dos impostos sobre alguns produtos industriais e a contenção dos gastos na administração pública. Em Setembro, acompanhando o movimento de desvalorização das moedas por quase toda a Europa, o ministro das Finanças fixaria as novas paridades do escudo.

Em face do agravamento do défice das contas externas, desde 1944, e perante a marcha lenta do plano industrialista decidido no final da guerra, Portugal fez, no último semestre de 1948, uma inversão brusca da sua orientação estratégica e aceitou as ajudas do Plano Marshall, que antes rejeitara¹¹. Na Assembleia Nacional, industrialistas e reformistas como Daniel Barbosa e Alberto Araújo clamam pela utilização dos fundos conseguidos na realização dos “seus” planos de fomento e “têm pressa” – como considera Fernando Rosas – em acabar com “os atavismos conservadores, ruralistas e burocráticos que resistiam ao fomento industrial, com os preconceitos financeiros e orçamentais que entravavam o fomento e a reorganização das indústrias...”¹². Pelo país fora, uma plêiade de engenheiros, chegados alguns deles há pouco aos organismos regionais do Estado Novo, como a Junta de Colonização Interna (criada em 1936), mas animados de uma nova

mentalidade progressiva, procuravam casar os interesses locais com os planos mais vastos de desenvolvimento nacional, conjugando o neo-fisiocratismo ainda imperante com o industrialismo, através de ideias tão simples como aquela que resultava do lançamento dos projectos hidroeléctricos para fins múltiplos – agrícolas, industriais e de promoção social. Era como se, passadas mais de duas décadas, comessem a ter possibilidades de realização prática as velhas ideias de Ezequiel de Campos¹³, retomadas por reformistas como Rafael Duque, Daniel Barbosa ou Araújo Correia.

No final da década de 40, o Portugal de Salazar era, pois, um país sujeito à dupla exigência de modernização de uma formação sócio-económica arcaica, num mundo em mudança acelerada. Ao grande movimento de cooperação internacional, Salazar responderá que “...nós somos o homem da rua”, ou seja, Portugal integrará os organismos internacionais do pós-guerra na condição de poder manter o seu regime ditatorial e colonial. Nos domínios da modernização administrativa do Estado e de democratização política, o regime procederá de modo a mudar o suficiente para ficar tudo na mesma. Em termos económicos, a abertura será mitigada e limitada à estrita necessidade de regularização de um Tesouro Público depauperado, embora os efeitos do Plano Marshall se tivessem feito sentir nos primeiros grandes empreendimentos do regime, tanto em Portugal como nas colónias. No domínio colonial, a “necessidade” de uma (re)colonização dos espaços africanos levou o regime a menosprezar os primeiros sinais de aspiração de autonomia e de independência dos povos coloniais asiáticos e africanos sob domínio português.

É neste país solitário e quase imune às mudanças internacionais do pós-guerra, e onde trabalhar significa “empobrecer tristemente”, que Cunha Leal vai protagonizar a candidatura de Deputado à Assembleia Nacional, em Novembro de 1949.

2 – Uma “lista suspeita”

Foi justamente numa linha de desenvolvimento regional que Cunha Leal obteve o apoio do albicastrense José Ribeiro Cardoso¹⁴ para se apresentar ao sufrágio para a Assembleia Nacional, a eleger em 13 de Novembro de 1949. As listas de oposição, apresentadas unicamente em Castelo Branco e Portalegre, associavam integralistas e monárquicos, como José Pequito Rebelo (por Portalegre), com republicanos democratas, como Cunha Leal (por Castelo Branco)¹⁵. Da outra oposição – dividida entre os “atlantistas” de Mário Azevedo Gomes e o MND, de predominância comunista –, apenas se sabia das suas divisões inconciliáveis e das infinitas discussões sobre a oportunidade do abstencionismo ou do intervencionismo.

No campo republicano esboçaram-se as maiores discrepâncias quanto à posição a tomar perante tão inusitado quadro de compreensão entre candidatos de áreas político-ideológicas distintas, aparentemente antagónicas. Alguns dos candidatos, pela sua posição social e filiação política, deverão incluir-se entre os mais tradicionais apoiantes do Estado Novo, como acontecia com Pequito Rebelo. O que torna estas

candidaturas interessantes é justamente o facto de “homens do regime” se terem colocado numa atitude de oposição, embora ordeira, e se terem associado, no caso de Castelo Branco a arqui-oposicionistas como Cunha Leal. Esta é uma questão que só obterá resposta quando, mais à frente, forem analisados os programas eleitorais e apreciadas as declarações políticas dos candidatos.

As primeiras dúvidas surgiam, inesperadamente (ou talvez não) no campo oposicionista republicano. Norton de Matos, eterno rival, havia de reconhecer, em carta a Domingos Pereira, que Cunha Leal tinha, nos seus discursos, “mostrado intransigente oposição à Ditadura Totalitária”. No entanto, não concordava com a sua táctica e com a declaração de que se propunha “fazer a unidade entre dois campos opostos” porque -, afirmava -, “em primeiro lugar, não há apenas dois campos opostos e, depois, não vejo como harmonizar antagonismos tão profundos como os que dividem os republicanos dignos desse nome e os adeptos da Ditadura”¹⁶. Em *Circular* de 13 de Novembro, o PRP declarava que, “por coerência política e, tendo verificado que o Governo não modificou a atitude para com a Oposição, não [podia] também tomar outra atitude que não [fosse] a da mais completa abstenção eleitoral”.

Por estas razões, a candidatura não fora bem recebida localmente, como se pode perceber na troca de correspondência das estruturas nortenhas do PRP com os núcleos locais beirões¹⁷. No entanto, é justamente no Norte (Porto) que esta candidatura recolhia a maior compreensão, não só de republicanos históricos, mas mesmo da nova geração, de tendência socialista, onde ponteavam os advogados Mário Cal Brandão e António Macedo. Para justificar a sua posição, o último afirmava que apoiava Cunha Leal por ele ser “um revoltado como nós (...) inteligente e o único a quem ninguém será capaz de embrulhar pela palavra”¹⁸.

3 – Um “Programa de Governo”

A campanha abriu oficialmente com a publicação, no *Diário de Lisboa* de 29 de Outubro, de um *Manifesto*, documento cuja apresentação pública ficara adiada, por decisão do governo, desde Fevereiro. Depois da análise crítica do processo que conduziu à disputa da Presidência da República por Norton de Matos, o *Manifesto* apresenta um “Programa de Governo”, assente em oito bases, a levar a cabo por uma “União Democrática Nacional” que seria a expressão fiel de uma imensa maioria que se não revia, de todo, no unanimismo totalitário – efectivo e proclamado – do Estado Novo, como ficara claro tanto em 1945, como em 1949.

O recurso à história recente mostrava, à saciedade, como do caos ideológico dos “salvadores” de 1926 só quatro anos mais tarde tinha sido possível extrair as primeiras linhas programáticas, bem como uma verdadeira Constituição, três anos depois. Como podiam os *situacionistas* afirmar que a Oposição não tinha razão de existir por não ter concebido um programa de governo? “É de uma evidência cristalina que a longos eclipses da liberdade sucede sempre um tumulto intelectual”, considerava ali Cunha Leal. Tinha plena consciência de que um programa político era obra de muitas “transacções intelectuais” entre pessoas livres de opinar e

reunir, coisa impossível no Estado Novo. No entanto, naquelas circunstâncias, alguém tinha que começar, arriscando. E quem melhor que um independente e um lutador?

O *Programa* retomava muitas das ideias expressas no “Programa de Regeneração Nacional” apresentado no exílio corunhês, no Verão de 1931¹⁹. Em termos políticos, propunha-se a adopção de um sistema presidencialista, de um parlamento bicameralista, com poderes de proclamação, em períodos de excepção, de delegação de poderes no Executivo, e uma administração pública descentralizada. No domínio económico, um Estado interventor que se propusesse nacionalizar os bancos emissores e “certos serviços públicos, sempre que fosse manifesta a incapacidade financeira das empresas existentes para prestar os ditos serviços”; que incentivasse as concentrações industriais e promovesse a mecanização agrícola. No domínio socio-económico, um Estado capaz de fixar um salário mínimo e impor uma gestão participada pelos trabalhadores, tanto no sector público como no sector privado. Por fim – e esta é a grande novidade em relação a 1931 – a adopção de uma política respeitadora dos direitos políticos e sociais consagrados no “Projecto de Pacto Internacional para os Direitos do Homem” das Nações Unidas. Aí se realçava a necessidade de erradicar o analfabetismo e de “reduzir as propinas como primeiro passo para a implantação do regime de gratuidade do ensino em todos os graus”.

4 – Contra o “rígido unanimismo”: “colaboracionismo” ou coragem cívica?

Apesar das públicas defecções manifestadas por elementos afectos ao Movimento Nacional Democrático -, principalmente estes²⁰, a campanha eleitoral realizou-se com conferências na Covilhã e em Castelo Branco, dentro do espírito de uma harmonização das intolerâncias, como aquele que o *Manifesto* de Fevereiro já proclamava: “O convívio político de partidários e adversários do Estado Novo pode existir sem abdições desonrosas de qualquer destes grupos. Basta, para tanto, que os segundos aceitem exercer a sua actividade política dentro do quadro do regime, embora se proponham lutar por modificações nas suas características constitucionais e na sua orientação funcional”. A crise económica nacional – anunciada pelo próprio regime – a tanto obrigaria. Impunha-se romper a barreira do “rígido unanimismo” e propiciar o enriquecimento das soluções para o país, à luz da discussão livre das opiniões contrárias.

Na Beira, dois sectores impunham soluções patrióticas, segundo Cunha Leal: a agricultura e a indústria. O exercício de actividade da primeira constituía, para os proprietários – pequenos ou grandes – “o meio de empobrecer tristemente”. Ora, foi justamente esta conjuntura dramática de empobrecimento da Beira Interior que justificou a conjunção improvável de forças políticas até aí antagónicas: quem vivesse na Beira daqueles anos 40 podia já perceber, de forma premonitória, a hecatombe demográfica e económica e social das duas décadas seguintes. O país urbanizava-se e mercantilizava-se, mas a Beira Interior não estava em condições

de participar nessa mercantilização.

Tinham avançado planos faraónicos de irrigação nas *campanhas de Idanha*, mas o seu aproveitamento era irrisório. Na Assembleia Nacional encontrava, por vezes, eco “a grande miséria da agricultura portuguesa”. Porém, “quando se chega à altura de extrair dos factos narrados as conclusões neles implícitas, verifica-se um recuo instintivo”²¹. Por outras palavras, quando se passava à consideração da necessidade da correcção do latifúndio e do sistema de distribuição da terra, através do sistema de expropriação feito pelo Estado, tudo paralisava, irremediavelmente, considerava o candidato.

A ninguém escapava o resultado daquela aventura eleitoral por terras do interior, organizada sem o apoio dos comités republicanos constituídos²² e combatida ferozmente pela “Situação”²³. Em Castelo Branco, os resultados foram, apesar de esperados, esmagadores: dos 32 118 votantes, só 959 escolheram a Lista B – a da oposição²⁴.

Talvez possamos medir melhor a dimensão do combate se, mesmo depois de termos em conta a divisão do campo republicano, ainda prestarmos atenção ao que se passava nos arraiais situacionistas: os ministros das Obras Públicas e do Interior caíram em peso nos distritos de Portalegre e Castelo Branco e, para ser mais eficaz, não faltou mesmo o empenho pessoal, em Elvas e na Covilhã, de Jorge Botelho Moniz, um antigo companheiro de armas de Cunha Leal. O candidato não lhe perdoou as referências ao *19 de Outubro* (“Noite Sangrenta” de 1921) e as considerações de que com a sua candidatura “andava trabalhando pelo retorno a novos sucessos sangrentos da mesma categoria!”²⁵. Botelho Moniz aproveitara publicamente o conteúdo de algumas conversas privadas com Cunha Leal em que este teria elogiado a acção de alguns membros da “Situação”, designadamente deputados: “É certo que lendo o *Diário das Sessões*, por exemplo, a interpelação de Nunes Mexia sobre o problema corticeiro, a de Francisco de Melo Machado sobre a situação da agricultura e a de Henrique Galvão sobre desmandos administrativos angolanos, o signatário desta carta as achou modelares, no que se refere ao estabelecimento do diagnóstico de determinados males nacionais...”²⁶. Mas uma coisa era o diagnóstico (mesmo que incompleto), outra a cura. Ora, esta “benevolência sistemática” com que se atacavam os erros funcionais do regime e se lhe perdoavam as deficiências estruturais, com o recurso a um crivo severo de todas as oposições, - mesmo aquelas “flutuantes” que na Assembleia Nacional se formavam – acabavam por eternizá-los e torná-los, quiçá, irremediáveis. As pesadas consequências que sobrevieram sobre Galvão depois da publicação do seu “Relatório” sobre a questão angolana aí estavam para provar o evidente: o regime não estava disposto a aceitar opiniões divergentes da sua e nem mesmo a “oposição construtiva” que muitos democratas, como Cunha Leal, estavam dispostos a prestar. Não tinha sido, pois, leal Botelho Moniz, ao afirmar-lhe que desejava muito a sua vitória em 13 de Novembro.

Para aquilatarmos da “liberdade” apregoada nos comícios da Covilhã e Elvas por Botelho Moniz, talvez possamos contrapor-lhe o facto de só em 13 de Novembro, no próprio dia das eleições, o *Diário de Lisboa* – provavelmente por razões de

censura – ter podido publicar “as razões e os objectivos” da candidatura de Cunha Leal: Salazar tinha-se esquecido de autorizá-lo a “dizer de sua justiça”, erro palmar para quem, de tempos a tempos, no dizer do “seu panegírico António Ferro”, produzia discursos que se podiam arrumar ao lado da pureza da prosa de um Manuel Bernardes.

De resto, no que toca ao processo eleitoral, ele tinha decorrido debaixo de todos os impedimentos e processos antidemocráticos. Em Portalegre, o boletim de voto da lista A era lustroso e diferente do boletim da lista B: a letra A via-se à transparência e a diferença de boletins impedia liberdade de voto, tendo em conta o condicionamento político e policial existente. Os candidatos protestaram de forma continuada as ilegalidades praticadas, mas sem resultado. No início de Janeiro de 1950, Salazar enviou ao Presidente da Assembleia da República um protesto de José Pequito Rebelo “reclamando contra a falta de atendimento ao protesto eleitoral dos candidatos da lista B por Portalegre”, e ao qual Mário de Figueiredo, em nome da Comissão da Verificação de Poderes, não tinha encontrado “qualquer merecimento moral ou jurídico”²⁷.

5 – Pela “unidade nacional”

Os candidatos “regionalistas” de Castelo Branco – que haviam rasgado um pequeno espaço de rebelião contra o “unanimismo rígido” – tinham um objectivo primeiro do qual derivavam todos os outros: contrariar a visão unilateral dos detentores do poder e construir uma verdadeira unidade nacional, forjada na aceitação saudável das divergências aplanáveis, enriquecida pelo contributo de todos os portugueses, sem o que se tornaria impossível reagir contra a crise interna e a “tentativa de extorsão” de “territórios do corpo nacional que [representavam] uma herança inestimável e que [tinham sido] regados com sangue, suor e lágrimas dos nossos antepassados”²⁸.

Até aí, “o dirigismo estatal só tinha servido no distrito para agravar condições naturais já de si pouco favoráveis” e aquele, não era mais do que um microcosmo em que se espelhava o todo nacional. A nível local, - como em outros tantos sítios – exigia-se mais do que diagnósticos cruentos, políticas corajosas, não o reforço do corporativismo do Estado que o Ditador se preparava para obter através de uma nova reforma constitucional que aligeiraria o papel legislativo da Assembleia Nacional e reforçaria a capacidade legislativa do Executivo. O que se visava no novo ordenamento constitucional já não era a manutenção de uma fachada “democrática” que as falsas eleições ajudavam a manter, mas antes “uma ditadura legal dos governos, com o disfarce de uma Assembleia Nacional fantasmática e uma Câmara Corporativa impotente”²⁹.

Também na política externa se exigiria uma verdadeira unidade nacional, tais os perigos que se vinham adensando sobre os territórios portugueses do Oriente: Timor, Macau e Índia. Se pouco havia a esperar de Macau, o mesmo se não poderia considerar para a Índia, onde um modelo multissecular de miscegenação aconselharia uma política prudente para evitar o separatismo de “uma população em parte

mestiçada que, de modo genérico, esqueceu o seu indigenato por ter adquirido uma mentalidade portuguesa”³⁰. A mesma política havia que favorecer em Timor: “A doçura do nosso trato com os indígenas e a carência de uma elite local indígena, susceptível de acelerar em Timor português a aceleração do fenómeno [separatismo], são razões para nos inspirar confiança em que uma política colonial de assimilação, à base da defesa dos interesses materiais e espirituais dos indígenas, possa constituir um método eficaz de retardamento da cissiparidade timorense”³¹. Tratava-se de um plano de colonização que se via confrontado com as reivindicações de liberdade naturais daquela época, muito amplificadas pelas reacções ao aparelho repressivo da Ditadura – as lutas de libertação das colónias portuguesas haviam de nascer embrulhadas na luta mais vasta dos povos contra os regimes ditatoriais para juntar todas as vontades libertadoras e democráticas, tanto em Portugal como nas colónias e no resto do mundo. Não fora esta situação, Cunha Leal acreditava na “bondade” da colonização portuguesa – ou antes da ideia colonizadora, talvez intemporal, quiçá impossível de realizar em qualquer tempo histórico e muito menos neste de aspirações descolonizadoras. Era, contudo, a primeira vez que em Portugal se colocava, publicamente e de forma aberta, o problema da descolonização, perante os ventos de mudança que corriam na Ásia.

As eleições de 1949 inauguraram uma espécie de jogo do gato e do rato que iria repetir-se nas duas décadas seguintes. Democratas como Cunha Leal, empenhados numa “oposição construtiva” procuravam aproximar-se da “Situação” sem hipotecarem a sua independência, como considerava no seu manifesto eleitoral de 1949: “Os candidatos regionalistas cuidam que a chancela da União Nacional e do Governo lhes restringiria a plena liberdade, indispensável para um exame imparcial e rigoroso [das questões regionais]”³².

Oposição moderada e Governo pretendiam caçar no campo do adversário, mas acabaram por incompatibilizar-se, sem remédio: “Os portugueses encontram-se hoje divididos em dois *clans* irreductíveis, que um ao outro se odeiam e ameaçam de extermínio. E, quando dentre eles surgem uns tantos mais clarividentes a querer forçar os dois *clans* à convivência política e ao respeito pelos ideais alheios, para que haja paz na família portuguesa e se restabeleça assim a unidade nacional, logo surgem da extrema-esquerda doestos e injúrias e da extrema-direita palavras de rancor e excomunhão”³³.

Era pois claro que, para além de servir objectivos regionais, Cunha Leal tinha metas nacionais que procurava atingir por esta forma. Em primeiro lugar, demarcar-se do bloco republicano-comunista que tinha sido derrotado em 1945-1949 e contribuir para firmar uma outra alternativa política que pudesse aplanar barreiras e trazer ao convívio democrático alguns dos “descontentes” do regime. Em segundo lugar, contribuir para a reorganização do Partido Republicano, através da constituição de uma União Democrática Nacional, aberta ao diálogo com os sectores mais modernizadores do regime e contrária a qualquer tipo de solução subversiva.

Findo o período eleitoral seguiram-se, como era de esperar, tempos de negras dificuldades e de sombra. O regime capitalizava duplamente pela aparente vitória proclamada e pela redução da Oposição ao estatuto de intrusa e importuna. Cunha

Leal regressava ao seu mundo de “reclusão” política e amealhava nos Seguros um sustento magro para si e para os seus³⁴. Iniciados na vida, os filhos deviam arrastar também, como se queixava em cartas aos amigos, um nome que “afastava a clientela”. Ficava-lhe a vontade indómita de repetir, audaciosamente, o combate quixotesco, de resultados aparentemente previsíveis: “Sou um gordo e teimoso homem que é incapaz de ser escravo e que será sempre um homem livre na interioridade da sua consciência, ainda quando o metam entre as quatro paredes duma cela penitenciária. Disso, sim, pelo orgulho – dessa minha indómita rebeldia espiritual contra as determinações dos pigmeus”³⁵.

Os anos seguintes mostrarão como, através da acção política de Cunha Leal, evolui este campo republicano e democrático. Concorrerá a todas as eleições para deputados em que não esteja presente o campo republicano-comunista, aproximar-se-á dos “descontentes” do regime para levar por diante candidaturas unitárias à Assembleia Nacional e à Presidência da República e, mais significativamente, constituirá as primeiras organizações democratas-sociais – o Directório Democrato-Social (1953) e a Aliança Democrato-Social (1963). A partir de 1957, com as alterações programáticas do PCP, que levam este partido a defender uma “transição pacífica”, Cunha Leal virá a ser a figura que melhor parece congrega uma candidatura única de todas as oposições à Presidência da República, o que virá de facto a acontecer entre finais de 1957 e início de 1958. Mas essa é já outra história, inauguradora de um novo ciclo político do país e das oposições ao regime.

Fontes (sucintas)

Arquivo Histórico Militar

Processo individual de Francisco Pinto Cunha Leal, nº 1580

Arquivo da PIDE

Francisco Pinto Cunha Leal

Proc. 503/SR; Reg. de Presos nº 968; Proc. 34 CI (2); Proc. 1454/SPS; Proc. 4594/SPS

Proc. 95 103/60 – DPI

Obras de Cunha Leal

Eu, os Políticos e a Nação, Portugal - Brasil, Lisboa, 1926

A Obra Intangível do Dr. Oliveira Salazar, Edição do autor, Lisboa, 1930

Subsídios para o estudo do Crédito em Angola, Lisboa, 1930

Ditadura, Democracia ou Comunismo? O Problema Português, Imprensa Moret, La Coruña, 1931

Nova renascença ou Nova Idade Média?, Os Meus Cadernos, nº 1, Imprensa Moret, Corunha, 1932

Vida Contemporânea (Direcção e Propriedade), Nº 1. Maio de 1934 – nº 24, Maio de 1935

A Guerra Dia a Dia, de 1 de Setembro a 1 de Novembro de 1939, Portugália Editora, Lisboa, 1939

A Guerra Dia a Dia, de 1 de Novembro de 1939, a 1 de Janeiro de 1940, Portugália Editora, Lisboa, 1940

A Guerra Dia a Dia, de 1 de Janeiro a 1 de Abril de 1940, Portugália Editora, Lisboa, 1940

Em demanda de soluções para o problema português, Editorial Inquérito, Lisboa, 1953

Verdades Elementares, Editorial Inquérito, Lisboa, 1953

Coisas de Tempos Idos, Coisas do Tempo Presente, Comentários a afirmações do sr. Ministro da Presidência, Editorial Inquérito, Lisboa, 1956

As Minhas Razões e as Razões dos Outros, Ecos duma campanha eleitoral, Edição do autor, Lisboa, 1957

Coisas do Tempo Presente, I, Coisas da Companhia de Diamantes de Angola (Diamang), Edição do autor, Lisboa, 1957

Coisas do Tempo Presente, II, Novas Coisas da Companhia de Diamantes de Angola, Edição do autor, Lisboa, 1959

Peregrinações Através do Poder Económico (Coisas do Tempo Presente), Edição do autor, Lisboa, 1960

A Gadanha da Morte (Coisas do Tempo Presente), Edição do autor, Lisboa, 1961

O Colonialismo dos Anticolonialistas (Coisas do Tempo Presente), Livraria Petrony, Lisboa, 1962 (?)

A Pátria em Perigo (Coisas do Tempo Presente), Edição do Autor, Lisboa, 1962

Cântaro que vai à Fonte..., (Coisas do Tempo Presente), Edição do autor, Lisboa, 1963

Ilusões Macabras (Coisas do Tempo Presente), Edição do autor, Lisboa, 1964

As Minhas Memórias (Coisas dos Tempos Idos), romance duma época, duma família e duma vida, de 1888 a 1917, vol.I, Edição do autor, Lisboa, 1966

As Minhas Memórias (Coisas dos Tempos Idos), Na periferia do Tufão, de 1 de Janeiro de 1917 a 28 de Maio de 1926, Vol.II, Edição do autor, Lisboa, 1967

As Minhas Memórias (Coisas dos Tempos Idos), Arrastado pela Fúria do Tufão, de 28 de Maio de

1926 a 4 de Dezembro de 1930, Vol. III, Edição do autor, Lisboa, 1968

Textos Antológicos de Cunha Leal, (Preâmbulo de David Mourão Ferreira), Edição Cosmos, Lisboa, 1991

Artigos, Cartas, Manifestos e depoimentos publicados em periódicos

Diário de Lisboa

“Reflexões sobre a crise económica”, 20, 21 e 22 de Julho de 1949

“O eng. Cunha Leal dirige um manifesto à Nação e ao Governo”, 29 de Outubro de 1949

“Uma carta de Cunha Leal de comentário a algumas afirmações contidas na carta de Botelho Moniz”, 20 de Novembro de 1949

“O eng. Cunha Leal responde às acusações que têm sido formuladas de a Oposição não ter programa”, 27 de Outubro de 1953

“O eng. Cunha Leal replica à nota do Ministério da Economia sobre os empreendimentos hidroeléctricos”, 3 de Novembro de 1953

“Epístola aos novos e aos governantes”, 5 de Novembro de 1953

“As revoltantes pretensões do Pandita Nerhu”, 23 de Junho de 1954

“Considerações de um abstencionista sobre os problemas nacionais. “Licet”?, 23 de Outubro de 1957

“Tréplica do eng. Cunha Leal à réplica do comodoro Sarmiento Rodrigues”, 27 de Outubro de 1957

“Aprender até morrer (Tréplica aos comentários da União Nacional)”, 29 de Outubro de 1957

“Resposta a muitos”, 25 de Maio de 1958

“Coisas do Tempo Presente, A crise ultramarina e a reclamação dos direitos de cidadania”, 6 de Novembro de 1961

Diário Popular

“Novas afirmações do eng. Cunha Leal em resposta à nota do Ministério da Economia”, 5 de Novembro de 1953

Jornal de Notícias

“A Sessão da Oposição efectuada em Gaia”, 2 de Novembro de 1953

República

“O sr. Eng. Cunha Leal responde ao sr. Ministro da Economia”, 30 de Outubro de 1953

“Reflexões sobre o problema das eleições presidenciais”, 12 de Maio de 1958

“Resposta de Cunha Leal a uma nota oficiosa do Ministro do Ultramar”, 23 de Maio de 1958

“Evocando o 5 de Outubro”, 7 de Outubro de 1958

Vida Mundial

“Perspectivas Futuras da Europa” (Transcrito de *República*, Lisboa, 12 de Agosto de 1939

“Uma Carta de Cunha Leal” (Transcrita de *República*, Lisboa), 16 de Dezembro de 1939

Entrevistas

Entrevista ao *Diário de Lisboa*, 16 de Novembro de 1945

Entrevista ao *Diário de Lisboa*, 22 de Janeiro de 1949

“Abstenção eleitoral ou concurso às urnas? “Eu escolhi a acção!”, *República*, 9 de Outubro de 1953

Conferências, Discursos, Comícios, Panfletos

“O eng. Cunha Leal, na sua conferência na Covilhã, explica as razões e os objectivos da sua

candidatura a deputado”, *Diário de Lisboa*, 5 de Novembro de 1949

“O discurso do eng. Cunha Leal”, *Diário de Lisboa*, 13 de Novembro de 1949

Discurso proferido na Garagem Monumental do Arieiro, na campanha eleitoral de Quintão Meireles, Julho de 1951

“Em demanda de soluções para o problema português”, ao microfone do Rádio Clube Português, 13 de Outubro de 1953 (publicado no *Diário de Lisboa* do dia 14)

“Verdades elementares”, Discurso pronunciado no Liceu Camões pelo eng. Cunha Leal, 27 de Outubro de 1953

Discurso proferido no banquete em sua homenagem, em 11 de Janeiro de 1958, documento manuscrito. Arquivo pessoal de Maria Helena Cunha Leal

“Exposição ao Presidente da República”, 30 de Agosto de 1962, IAN/TT, PIDE, Hélder Ribeiro, Proc. 2929-SR, fº 98-99

Representações do DDS ao Presidente do Conselho, em 27 de Abril, 17 de Maio e 8 de Junho de 1963, IAN/TT, PIDE, Carlos de Jesus Vilhena, Proc.1912/63

“Representação ao Presidente da República”, de Fevereiro de 1965, IAN/TT, PIDE, Cunha Leal, Proc. 34 CI (2), fº 28-29

“Representação ao Presidente da República”, 15 de Junho de 1965, IAN/TT, PIDE, Vasco da Gama Fernandes, Proc. 1076 - SR

“Representação ao Presidente do Conselho”, 17 de Dezembro de 1968, espólio de Cunha Leal, na posse de Maria Helena Cunha Leal

“Representação ao Presidente do Conselho”, 2 de Janeiro de 1969, Espólio de Cunha Leal, na posse de Maria Helena Cunha Leal

“Mensagem ao II Congresso Republicano de Aveiro”, in *A Capital*, 15 de Maio de 1969

Carta à Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra, 30 de Junho de 1969, Espólio de Cunha Leal, na posse de Maria Helena Cunha Leal

Bibliografia

Farinha, Luís, *Estudo sobre a acção política parlamentar de Francisco Pinto Cunha Leal como Deputado ao Congresso da República (1918-1926)*, Colecção Parlamento, Assembleia da República, Edições Afrontamento, Lisboa, 2003.

Farinha, Luís, *Francisco Pinto Cunha Leal Intelectual e Político – Estudo Biográfico (1888-1970)* (policopiado). Dissertação de Doutoramento em História Política e Institucional Contemporânea, apresentada à FCSH – Universidade Nova de Lisboa, 2003.

Farinha, Luís, *Cunha Leal Deputado e Ministro da República Um Notável Rebelde*, Texto Editora, Assembleia da República, Lisboa, 2009.

Farinha, Luís, “Henrique Galvão e o Império, Do Império Português à Descolonização”, in *História*, Ano XXII, (Nova Série), nº 21, Janeiro de 2000.

Farinha, Luís, “Os Reviralhistas e a Frente Popular Portuguesa”, in *História*, Ano XIX (Nova Série), nº 28, Janeiro/Fevereiro de 1997.

Fernandes, Vasco da Gama, *Depoimento Inacabado*, Public Europa-América, Lisboa, 1975.

Rebelo, José Pequito, *As Eleições de Portalegre*, Edição do Autor, Lisboa, 1950.

Reis, António, (Direcção), *Portugal Contemporâneo*, Publicações Alfa, Lisboa, 1990-1991.

Rosas, Fernando, *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), “O Estado Novo (1926-1974)”, Vol. VII, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994.

Telo, A José, *Portugal na Segunda Guerra*, Perspectivas e Realidades, Lisboa, 1987.

3.3 – A polícia política do Estado Novo e Penamacor¹

Irene Flunser Pimentel²

Logo que foi nomeado presidente do Conselho de Ministros, em 1932, e nos anos subsequentes, António de Oliveira Salazar caracterizou o que viria a ser o seu novo regime – o Estado Novo, institucionalizado, em 1933, através de uma nova Constituição -, reconhecendo que ele se assemelhava ao fascismo italiano, entre outros factores, por se basear no reforço da «autoridade». Essa ideia seria retomada por Salazar, ao defender a necessidade de «fortalecer a autoridade, desprestigiada e diminuída, diante das arremetidas de mal compreendida liberdade»³ e a ideia de que só um regime de legalidade forte poderia lutar contra a violência⁴.

Numa das entrevistas dadas, ainda em 1932, a António Ferro, que lhe perguntara sobre possíveis maus-tratos que estariam a ser exercidos pela polícia, Salazar declarou que se chegara «à conclusão que as pessoas maltratadas eram sempre, ou quase sempre temíveis bombistas». Ora, estes recusavam-se «a confessar, apesar de todas as habilidades da Polícia, onde tinham escondido as suas armas criminosas e mortais» e «só depois de empregar esses meios violentos», é que eles se decidiam «a dizer a verdade». Salazar perguntou assim a Ferro «se a vida de algumas crianças e de algumas pessoas indefesas não vale bem, não justifica largamente, meia dúzia de safanões a tempo nessas criaturas sinistras ...»⁵.

Ao definir, no ano seguinte de 1933, os princípios da nova Constituição, Salazar afirmou que, segundo ele, o Estado reconheceria, fora do partido único (*União Nacional*), as liberdades e os direitos políticos. Este princípio ficou, porém, sem aplicação prática, pois admitia, ao mesmo tempo, uma excepção que abria a porta a todas as excepções: não seriam toleradas quaisquer «ofensas à actividade governativa nem aos fins da Constituição»⁶. Da mesma forma o regime e a polícia sempre afirmaram que, em Portugal, só eram detidos aqueles que atentavam contra

a segurança do Estado e que ninguém era preso devido às suas opiniões. Isto revelaria, segundo o regime, que era cumprido o art.º 8.º da Constituição, segundo o qual ficava que assegurada a liberdade de pensamento. Ora, na realidade, bastava colocar, como fez o Estado Novo, no grupo dos que atentavam contra a sua segurança todos os que discordavam dele.

1 – A criação da PVDE. 1933.

Em 29 de Agosto de 1933, ano em que foi edificado o Estado Novo, um diploma fundiu polícias anteriormente existentes na Ditadura Militar, criando a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE)⁷. Esta ficou estruturada em duas secções: a Internacional e a de Defesa Política e Social, ambas submetidas a um comando único, directamente subordinado ao ministro do Interior. A partir de Junho de 1934, foram atribuídas à PVDE competências prisionais, bem como de controlo da actividade dos aliciadores de emigrantes clandestinos e da circulação de passaportes falsos⁸.

Em 1935 e 1936, três novos diplomas reforçaram a actuação repressiva da PVDE, ao introduzirem o saneamento preventivo da função pública; isto é, a selecção política dos seus quadros, que, a partir de então, apenas admitidos, nos serviços públicos, mediante prévia informação da polícia política. Enquanto um dos diplomas proibia as associações secretas⁹, outro mandava aposentar ou demitir os funcionários civis ou militares, que revelassem «espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição Política» ou não dessem «garantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado»¹⁰. Finalmente, em 1936, os funcionários públicos passaram a ficar obrigados, sob juramento, a repudiar «o comunismo e todas as ideias subversivas» e a aceitar «a ordem estabelecida pela Constituição Política de 1933»¹¹.

Assim como a PVDE resultou da fusão de polícias já anteriormente existentes, também os quadros destas foram aproveitados pelo regime salazarista para dirigir a sua polícia política. A maior parte dos dirigentes da PVDE eram oficiais das Forças Armadas e, em particular, do Exército. Estavam neste caso, não só o próprio director, capitão Agostinho Lourenço, como o seu braço direito, o tenente, depois capitão, José Ernesto do Vale Catela, secretário-geral da PVDE, anteriormente director e subdirector da Polícia Internacional Portuguesa (PIP). Foi essa a forma encontrada, num período em que o ditador institucionalizava o Estado Novo, para apaziguar a estrutura militar e manter a sua coesão em torno do seu regime.

2 – A criação da PIDE. 1945.

Quando a PVDE surgiu, em Portugal, a existência de ditaduras em vários países da Europa, no período entre as duas guerras mundiais, entre os quais se contaram a Itália e a Alemanha, tornou aparentemente evidente o facto de os diversos regimes, apesar das diferenças, apresentarem características semelhantes, nomeadamente, no que se relaciona com a polícia política. Essas polícias – fascista

e nacional-socialista – foram extintas, com a derrota desses regimes ditatoriais e totalitários, no final da II Guerra Mundial, em 1945.

Em Portugal, a polícia política ficou então não só com um novo nome, passando a designar-se por Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE)¹², como com novos poderes e um quadro de funcionários. Lembre-se que, se a PVDE apenas tinha cerca de 30 agentes, em 1935, através de uma reorganização dos serviços, em 1947 (DL n.º36 527), a PIDE ficou com um quadro, composto por 541 funcionários de direcção e investigação e 150 de secretaria¹³.

Com funções de prevenção e repressão política dos crimes contra a segurança interna e externa do Estado, a PIDE conservou a instrução preparatória dos processos e ficou com a capacidade de determinar, com quase total independência, o regime de prisão preventiva. Tinha competência, em matéria administrativa relativa à emigração, ao licenciamento das agências de passagem de passaporte, à passagem das fronteiras terrestres e marítimas e ao regime de permanência e trânsito de estrangeiros em Portugal. Em matéria de repressão criminal, estavam no seu âmbito de actuação as infracções praticadas por estrangeiros, relacionadas com a sua entrada ou permanência em território nacional, os crimes de emigração clandestina e aliciamento ilícito de emigrantes, bem como, e sobretudo os crimes contra a segurança exterior e interior do Estado.

A legislação que criou a PIDE visou legalizar o que, na realidade, nunca deixara de ser uma prática constante – e ilegal, dado que nos anos trinta, a preocupação com a legalidade era nenhuma – da PVDE, relativamente à detenção por tempo indeterminado, sem pena, ou para além desta. Pode-se dizer, em suma, que, de uma PVDE, enquanto polícia secreta com actividade instrutória e poderes administrativos e penais quase sem regulação legal, se passou, em 1945, a um órgão de “polícia judiciária” com funções teoricamente equivalentes à PJ. Só que – decisivo pormenor – aos chefes de brigada e inspectores da PIDE, eram cometidas funções e poderes próprios dos magistrados judiciais na PJ. O que a PVDE tinha em arbítrio, a PVDE reconverteu “cientificamente” em lei.

3 – PIDE/DGS, um «Estado dentro do Estado»?

Em Portugal, a PVDE/PIDE/DGS nunca deixou de responder perante Salazar, embora também, mais tarde, perante Caetano. Tal como o director da PVDE/PIDE, Agostinho Lourenço, também o chefe da PIDE/DGS, Fernando da Silva Pais, despachava com o ministro do Interior, mas também, e sobretudo, directamente com o chefe do governo. Desse facto, bem como do de a PIDE nunca ter tido grandes veleidades de autonomia, nem ter participado em acções contra o regime, pode-se concluir que essa polícia não era um «Estado dentro do Estado».

Parece ser, assim, mais correcta a ideia de que foi um instrumento central de um regime político oligárquico, longamente assente numa chefia ultra-centralizada de um ditador. Ou seja, foi uma polícia que sempre defendeu o regime, cujos directores funcionaram enquanto correias de transmissões de Salazar, que, permanentemente informado, pelos directores da PIDE, conhecia a sua actuação

e confiava nela. A PIDE foi tutelada pelo ministério do Interior e nunca teve a veleidade de se sobrepor a este, que, no entanto sempre deu a essa polícia grande latitude de poderes e espaço de actuação.

4 – A PIDE nos anos 50 e 60

Numa divisão cronológica em quatro períodos, a vida da PIDE/DGS foi marcada por uma primeira fase, de criação e institucionalização, **entre 1945 e 1953**. A legislação da PIDE de 1945 foi completada, nos dois anos seguintes, por outros dois diplomas, um dos quais atribuiu competência igual à de todos os funcionários superiores da administração pública, aos sub-inspectores, chefes de brigada e chefes de postos e delegações¹⁴. A PIDE ficou ainda, em 1947, com a possibilidade de aplicar «medidas de segurança», aos condenados por crimes contra a segurança do Estado, aos quais o governo também passava a poder fixar residência ou expulsar do País¹⁵. A medida de segurança não tinha ainda um carácter detentivo, mas passou a tê-lo, em 1949, com a criação do Conselho Superior de Polícia (CSP)¹⁶.

Numa segunda fase, **entre 1954 e 1960**, a história da PIDE, dirigida pelo capitão António Neves Graça, que tinha entretanto substituído Agostinho Lourenço, foi marcada pelo endurecimento repressivo, num período de guerra-fria, a nível internacional, e de «anos de chumbo» para a oposição ao regime, a nível interno. Nesses anos em que a oposição ao regime esteve dividida e o PCP isolado, a PIDE pôde virar-se quase exclusivamente contra este partido, através de uma repressão endurecida e selectiva. Não por acaso, ocorreram, nas prisões da PIDE, as mortes de um dirigente e de diversos funcionários do PCP - Militão Ribeiro e José Moreira (1950), de dois presos na prisão do Porto da PIDE (1957) e de Raul Alves (1958), na Rua António Maria Cardoso.

Em 1954, foi criado um quadro da PIDE nas colónias, foram atribuídas funções de juiz, aos elementos da PIDE - desde o director ao chefe de brigada -, na instrução preparatória dos processos, relativamente à manutenção da prisão dos arguidos e à aplicação provisória das medidas de segurança¹⁷. Através desse diploma de 1954, a PIDE ficou ainda com a possibilidade de propor a aplicação de medidas de segurança – posterior ao cumprimento da pena -, e vigiar os indivíduos a elas sujeitos, cabendo, porém, ao ministro da Justiça, a superintendência da execução das penas e dessas medidas¹⁸. Em 1954, foi ainda criado, ao lado do quadro geral da PIDE, um quadro de funcionários do Ultramar¹⁹.

A PIDE podia, em teoria, prender sem julgamento e controlo judicial, até um ano e seis meses, embora, na prática, ela não precisasse de recorrer a esse «bónus», pois soltava, ao fim de 180 dias, e acto contínuo tornava a prender por mais 180 dias. Depois, em 1956, um diploma agravou o regime das medidas de segurança, posteriores ao julgamento, permitindo-as por períodos indeterminados de 6 meses a 3 anos, prorrogáveis por 3 períodos sucessivos de 3 anos, mesmo nos casos de presos absolvidos²⁰.

Em 1957, a PIDE “internacionalizou-se”, através de contactos com os serviços

secretos dos países da NATO e com a CIA, na luta anticomunista, em plena Guerra-Fria. Quando o coronel Homero de Matos, vindo da GNR, assumiu a direcção da PIDE, em 1960²¹, tentou transformá-la numa organização de polícia secreta militarizada, subordinada ao ministério da Defesa Nacional, que centralizaria toda a Informação interna e externa do país²². Homero de Matos quis ainda recolocar a PIDE, sob controlo do director, retirando poder aos inspectores e afastando Barbieri Cardoso, atraindo, assim, a inimizade do corpo de inspectores, em rivalidade uns com os outros e com o director, para ganhar peso na corporação²³.

O ano de 1961 foi, depois, terrível, para o regime, mas também para o PCP, devido às numerosas prisões de funcionários, em resultado de infiltração de informadores, mas foi também um *annus horribilis* para o regime e para a PIDE. Essa polícia ficou, a partir de então, com um quadro de funcionários mais amplo e passou a ter novas tarefas, de apoio informativo, ao trabalho das Forças Armadas nas frentes de guerra coloniais²⁴.

Com a substituição de Homero de Matos, pelo major Silva Pais, na direcção da PIDE, em 1962, foi reforçada a componente informativa desta polícia²⁵. Agostinho Barbieri Cardoso, que muitos consideraram como o verdadeiro chefe da polícia política, regressou à PIDE, Álvaro Pereira de Carvalho foi nomeado director dos Serviços de Informação, que foram então reorganizados, e José Barreto Sacchetti ficou a dirigir os Serviços de Investigação²⁶. Foi, assim, de certa forma, Silva Pais que acabou por cumprir os desideratos de Homero de Matos, reformando os Serviços Centrais de Informação e tentando transformar a PIDE numa organização de *Intelligence*, à maneira da CIA, dos *Renseignements Généraux* e o SDECE franceses²⁷.

5 – Os alvos da PIDE: detenções maciças ou selectivas?

Politicamente, partir dos anos trinta, com o ocaso dos reviralhistas e anarco-sindicalistas, os comunistas começaram a ser os principais alvos da PVDE e da PIDE foram-no até ao fim dos anos 60, quando se juntaram a eles jovens, trabalhadores e elementos das organizações de extrema-direita e de luta armada. Socialmente, a PIDE ocupou-se dos três núcleos sociais mais baixos e nucleados da sociedade portuguesa. Ou seja, perseguiu o grupo, constituído pelos pequenos proprietários rurais do norte e centro, com mecanismos compensatórios de escapar à miséria, através da emigração e, por outro lado, reprimiu os assalariados rurais dos latifúndios do sul e os operários das grandes concentrações industriais, com maior militância política e que foram os principais alvos da repressão²⁸.

Deve-se dizer que a repressão da PIDE/DGS foi selectiva, verificando-se que, entre 1945 e 1974, num universo de cerca de 15.000 detidos políticos, houve cerca de 400 detenções anuais de carácter político. Houve, no entanto, alguns períodos marcados por “picos” maiores de detenções, nomeadamente entre 1946 e 1954, nos anos de 1958 e 1959 e, entre 1961 e 1964. Em 1973, quando já ia longe a crença na liberalização marcelista, a DGS procedeu, na chamada metrópole, a 561 detenções políticas.

Mais de 60% de todos os presos políticos eram trabalhadores manuais indiferenciados das cidades e do campo, quase 20% pertenciam aos sectores do Comércio e dos Serviços e cerca de 11% eram membros das profissões liberais, estudantes ou profissionais de alto estatuto social, ou seja, da classe média e até alta. Se a estes últimos, se juntarem os negociantes e comerciantes, a percentagem chega aos 20%. Por outro lado, 42,4% dos presos políticos eram naturais e/ou viviam no Algarve, Alentejo, na Margem Sul do Tejo e em Lisboa e arredores.

Os presos naturais do centro do país - distritos de Leiria, Guarda, Castelo Branco, Viseu e Coimbra - representavam 17,2% do total, entre 1945 e 1974; ou seja foi onde se registaram menos prisões. É de realçar, nessa região, o maior número de detidos originários, entre outros locais, de Castelo Branco, Covilhã, Fundão e Coimbra. Nestas localidades, trataram-se certamente sobretudo de presos «políticos», embora também pudesse ter havido entre os detidos alguns por emigração clandestina, “crime” também gerido pela PIDE/DGS. Muitos dos presos naturais de Almeida, Sabugal, Guarda e da vila fronteiriça de Vilar Formoso revelam prisões por engajamento e emigração clandestina: entre 1945 e 1974, o respectivo posto realizou ali 620 prisões.

A nível nacional, a comparação entre a naturalidade dos presos e a dos elementos da PIDE revela uma imagem invertida: enquanto os presos nasceram mais no sul, no litoral e nas grandes cidades, os agentes da polícia eram naturais, sobretudo, no norte e centro rural e interior, bem como nas zonas fronteiriças. O facto de as regiões com muita militância política oposicionista, nomeadamente do PCP, serem também aquelas de onde menos provêm elementos da polícia é comprovado na Covilhã.

No entanto, Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor, Oleiros, Proença-a-Nova, Vila do Rei, Sertã e Vila Velha do Ródão são locais de nascimento de muitos elementos da PIDE/DGS. Das zonas fronteiriças, com muitas detenções por emigração e engajamento, provêm também um número considerável de elementos da PIDE/DGS, provavelmente a trabalhar em postos de fronteira: são os casos, entre outros, de Sabugal e Guarda (Guarda). Em Meda, os elementos da polícia lá nascidos ultrapassam mesmo a quantidade de presos naturais dali.

6 – Os funcionários da PIDE

De uma PVDE, sofrendo de amadorismo e indisciplinada, onde grassava a corrupção e a violência, o primeiro director da PIDE, Agostinho Lourenço, tentou fazer uma polícia mais profissionalizada, nomeadamente ao criar em 1948 a Escola Técnica de Polícia Não parece ter sido a ideologia que determinou a entrada na PIDE nem houve recrutamento, entre fascistas ou elementos envolvidos politicamente. Mas, se é certo que a PIDE não foi uma vanguarda miliciana, à semelhança das SS, na Alemanha, não deixou de ser uma polícia com muita gente, cuja via de ascensão profissional se fez graças ao Estado Novo, e perfeitamente adaptada ao aspecto ideológico central do regime - o anti-comunismo.

A maioria dos elementos da PIDE/DGS tinha pouca instrução e proveio das

classes sociais mais baixas da sociedade: a nível profissional, perto 70% tinha tido anteriormente profissões subalternas (operários, assalariados, mas sobretudo camponeses, 31,86%) ou no comércio e nos serviços (cerca de 30%). Entre os elementos da PIDE, pouco mais de 1% tinha uma licenciatura, frequência de um curso superior civil ou militar, e estes eram os que estavam nos postos mais altos da corporação. Os principais anos de recrutamento para a PIDE, foram: depois de os de 1947/48, 1954, 1958/1959, devido à guerra colonial, a partir de 1961 e sobretudo entre 1964 e 1967. Lembre-se que, entre 1954, quando tinha sido formado um quadro do Ultramar, e 1968, a PIDE passara de 755 para 3.202 (1187 no continente) funcionários.

7 – Para que serviam as prisões políticas, em Portugal?

A detenção política, em Portugal, combinou três lógicas: de afirmação da autoridade; de carácter correctivo e de neutralização pura e simples. Uma primeira lógica, que se prendia com a afirmação da autoridade, tinha carácter dissuasivo, preventivo e de intimidação. Era utilizada para a população em geral, sobre a qual pairava a ameaça do que poderia acontecer, caso se metesse em «política» e, por isso, as detenções e julgamentos eram noticiados oficiosamente na imprensa.

A segunda lógica, de carácter correctivo, era reservada aos que tinham sido “momentaneamente transviados” e, através do “susto” da prisão preventiva e correcional, ficariam vacinados para nunca mais terem a ousadia de actuar contra o regime. A larga maioria dos presos só permaneceram detidos durante os seis meses da prisão preventiva, apenas 15% foram levados a julgamento e cerca de 23% dos indivíduos julgados foram absolvidos, amnistiados, soltos ou apenas condenados a multas. Por outro lado, cerca de 20% foram condenados a penas de prisão correcional até 1 ano de prisão e seis meses.

Finalmente, a terceira lógica, de neutralização dos principais adversários políticos do Estado Novo, tinha como objectivo retirar do espaço público os dirigentes e funcionários dos partidos “subversivos”, nomeadamente os comunistas e, a partir do final da década de sessenta, os militantes das organizações de extrema-esquerda e de luta armada, através da prisão maior e das medidas de segurança. Cerca de 5,5% dos presos políticos às mãos da PIDE/DGS foram condenados a penas de dois anos de prisão maior e, nesse caso, apenas era contada metade do tempo de detenção preventiva cumprida, além de lhes ser habitualmente acrescida uma medida de segurança. Num universo de 12.385 presos, pouco mais de 4% dos detidos foram condenados a medidas de segurança, mas, entre estes, mais de 90% cumpriram entre um ano e três anos de cadeia a mais do que o tempo a que haviam sido condenados por sentença judicial.

A PIDE/DGS também usou e abusou da prisão preventiva, excedendo o seu prazo legal de seis meses. Num universo estudado de cerca de 1.800 presos, apenas cerca de 15% foram julgados dentro desse prazo e houve mesmo alguns, que esperaram, na cadeia, mais de quatro anos, até serem levados a julgamento. O facto de, em Portugal, as penas não serem de longa duração, como foi sempre

apregoado pelo regime, não deve fazer esquecer que muitos detidos políticos acabaram por ficar muito tempo atrás das grades, devido às medidas de segurança.

8 – Uma polícia eficaz?

A eficácia da PIDE resultou sobretudo da luta desigual, a seu favor, que travou contra os seus alvos, possibilitada pelos seus poderes – de prisão preventiva e medida de segurança – e pelos seus métodos de informação e investigação. À semelhança de todas as polícias políticas das ditaduras, a PIDE não necessitava de ser muito aperfeiçoada, pois tinha desde logo a sua vida amplamente facilitada pela utilização de uma ampla rede de informadores, dependentes dos Serviços de Informação dessa polícia. No entanto, a quantidade destes era exagerada pela própria polícia, para espalhar o medo nos portugueses, convencendo-os que os olhos da PIDE os vigiavam por todo o lado e que meio país denunciava outro meio país. Se evidentemente isso não correspondeu à verdade, não deixou de multiplicar a eficácia do número mais reduzido de denunciantes. Além de utilizar os informadores, a PIDE/DGS também pôde recorrer a outros meios, sem qualquer fiscalização, como a interceptação postal e a escuta telefónica.

Informadores da Covilhã

Através do Arquivo da PIDE/DGS, verifica-se que havia postos da PIDE/DGS em Vilar Formoso e na Guarda, que, em 1969, cobria os concelhos de Belmonte, Castelo Branco, Covilhã, Fundão, Idanha a Nova, Oleiros, Penamacor, Proença a Nova e Sertão. O mais certo porém é que era a delegação de Coimbra - dirigida entre os anos 50 e 1962 por José Barreto Sachhetti e depois pelo inspector Jorge Alegria Leite de Faria e pelo subinspector Sérgio Avelino Pereira - controlava Castelo Branco, Penamacor e a Covilhã. Esta cidade, devido à sua indústria de lanifícios bem como à sua actividade sindical e à implantação do PCP era mais importante, do ponto de vista policial e informativo que a Guarda, embora o posto desta cidade também vigiasse aquela cidade industrial.

Por exemplo, em Abril de 1970, o chefe de posto da DGS da Guarda transmitiu à sede uma denúncia de um padre, que tinha gravado o espectáculo de Francisco Fanhais, realizado na Covilhã²⁹, cidade onde havia diversos informadores, nomeadamente no seio dos meios católicos. O informador «Esteves», da JOC, denunciou, em Maio de 1972, a venda, numa livraria dessa cidade, de cartões dessa organização operária, de solidariedade com o Padre Mário de Oliveira, e, em Setembro, deu conta da realização, ainda na Covilhã, de um conselho nacional da JOC. Para só dar mais um exemplo, após 1974, foi detectado como informador da DGS um sacristão e outro indivíduo da Covilhã, acusado de ter recebido 250\$00 mensais, para prestar informações sobre sacerdotes e frequentadores do Centro Católico da Covilhã³⁰.

Outro informador da PIDE/DGS tinha nessa polícia o pseudónimo de «José de Matos», que recebia 3.000\$00 mensais, estava ligado ao sector de imprensa

do PCP e transportava, na sua viatura vermelha Toyota, comprada pela PIDE, funcionários clandestinos desse partido, aos quais também dava apoio logístico. Denunciou participantes em reuniões do Movimento Democrático e dos trabalhadores em Coimbra, Castelo Branco, Porto, Caldas e Leiria. Em 1966, o mesmo ou outro informador da Covilhã e de Castelo Branco denunciou reuniões de oposicionistas ligados ao PCP e de 33 sindicalistas do Sindicato dos Lanifícios³¹.

Os corpos gerentes da Agremiação Recreativa e Cultural Campos Melo, na Covilhã, também foram atentamente vigiados, nos anos setenta, pelo chefe de posto da DGS da Guarda, entre 1967 e 1974, chefe de brigada Chefe de Brigada Osvaldo da Silva Oliveira³². Este último substituiu o chefe de brigada Mário Duarte Andrez, no posto da Guarda, que tinha sido montado, no início dos anos 60 pelo sub-inspector, que chegou em 1973 a inspector-adjunto, Joaquim Malta de Oliveira Monteiro³³.

Em 1969, um arguido envolvido num processo de engajamento instruído pela PIDE/DGS, declarou, no tribunal da Guarda, que apenas tinha confessado devido a coacção física, da parte de elementos daquela polícia, que o tinham, segundo ele, deixado três ou quatro dias sem comer, sovado a soco e obrigado a permanecer ajoelhado sobre um pau redondo com as mãos debaixo do mesmo. Os factos foram, desmentidos pelo chefe do posto, Duarte Andrez, e o processo instaurado pela PIDE acabou por ser arquivado, por ser «destituída de fundamento a acusação do queixoso», cujo «génio irascível, comportamento de megalómano e antecedentes criminais» revelavam uma personalidade deformada, atreita à mentira³⁴.

Em Maio do ano seguinte, um agente da DGS de Vilar Formoso foi acusado de ter ferido a tiro um detido, por «interferência política em assuntos de emigração», mas, alegou ter disparado para o ar e que apenas tinha atingido o preso, ao desequilibrar-se. Essa versão foi aceite pelo instrutor do inquérito disciplinar, Barbieri Cardoso, que ordenou o arquivamento dos autos, em virtude de o agente ter cumprido o seu dever, ao evitar a fuga do preso³⁵.

9 – A tortura

Quanto aos métodos de “investigação”, a PIDE/DGS utilizou processos violentos e os chamados interrogatórios “contínuos” – eufemismo para o “sono” e a “estátua”. Nos anos trinta e quarenta, a PVDE utilizou sobretudo as torturas físicas e os espancamentos, acompanhados da tortura da “estátua”, em que o detido era obrigado a estar de pé ou voltado para a parede, sem a tocar e de braços estendidos – a posição de “Cristo” – durante longas horas. Os espancamentos nunca cessaram, posteriormente, sendo aplicados, pela PIDE, em elementos das classes sociais mais baixas, nos funcionários do PCP e não só.

Mas o meio de interrogatório eleição da PIDE passou a ser progressivamente a chamada tortura do “sono” – ou seja, a privação de dormir durante dias e noites. A polícia política portuguesa começou efectivamente a aperfeiçoar “cientificamente” os seus métodos de tortura, a partir do final dos anos cinquenta, em contacto com

serviços secretos e polícias de outros países, nomeadamente os norte-americanos. Lembre-se que, entre outra matéria ministrada no curso da CIA, que se realizou em 1957, em Camp Peary (Williamsburg/Virgínia), sob o nome codificado de *Isolation*³⁶, os elementos da PIDE foram instruídos no sentido de conduzir um interrogatório de um suspeito³⁷.

Também não terá sido certamente uma coincidência o facto de a PIDE ter utilizado métodos idênticos aos apresentados num Manual da CIA de 1963, intitulado KUBARK, que incluía uma secção detalhada sobre "*The Coercive Counterintelligence Interrogation of Resistant Sources*," (interrogatório de contra-inteligência coercivo a fontes resistentes). Entre as várias «técnicas coercivas», utilizadas de forma combinada, em correspondência com a personalidade do preso, contavam-se a «Debilitação», a «Dor» e, sobretudo, a «Privação de estímulos sensoriais» - de movimento, de dormir e de «isolamento prolongado»³⁸. A incomunicabilidade nas cadeias da PIDE/DGS durava à volta de dois meses, embora pudesse ir até aos seis meses, com proibição de livros, revistas e correspondência.

O ano de 1965 foi especialmente duro, não só porque foi aquele em que ocorreu o assassinato em Espanha, pela PIDE, do general Humberto Delgado e da sua secretária, Arajaryr Campos, como porque se assistiu então a um aumento da violência nos interrogatórios. Os presos da Frente de Acção Popular/Comité Marxista-Leninista Português (FAP/CMLP), uma cisão maoísta de elemento do PCP foram todos sujeitos a violentas torturas. Quanto aos militantes e funcionários do PCP, foram impedidos de dormir por períodos cada vez maiores: por exemplo, Álvaro Veiga de Oliveira esteve na tortura do sono durante duas semanas. Nesse ano, uma funcionária desse partido, Maria da Conceição Matos, foi, por seu turno, espancada, despida e humilhada enquanto mulher pelos torturadores da PIDE³⁹.

Ao «fazer falar» o preso, a PIDE/DGS pretendia não só obter informações, destruir as suas convicções, isolá-lo do seu grupo de pertença, bem como obrigá-lo a agir contra si próprio e contra os seus valores, mostrar que era o poder e que o detido estava nas suas mãos. Mas a tortura também serve para «fazer calar», ao constituir um aviso para silenciar toda a oposição, e uma ameaça para aterrorizar e desmobilizar a população, com o simples rumor da existência da violência. O que interessava à PIDE/DGS era a destruição da personalidade do preso e a criação de um clima de terror em todo o país. Ou seja, o aparelho torcionário pretende «não só fazer falar a vítima, mas fazer calar toda a oposição», instalando a submissão total e a paralisia em todos os que são governados, bem como desactivando todos os que ele acusa de colocar em perigo a ordem estabelecida.

Por outro lado, o argumento, utilizado por Salazar, em 1932, para justificar a utilização de «meia dúzia de safanões a tempo» é recorrentemente usado nos regimes ditatoriais, mas não só, que justificam habitualmente o recurso à tortura policial como possibilitando o salvamento de vítimas inocentes. Ora, ao ser detido, em 30 de Junho de 1971, sob suspeita de fazer parte da organização de luta armada, Acção Revolucionária Armada (ARA, organização de luta armada do PCP), o jovem Júlio Lopes Freire só foi interrogado – i.é., torturado - dezanove dias após

a sua detenção⁴⁰. Este pormenor é muito importante, pois deita por terra a justificação de governantes e da própria polícia segundo a qual ela seria obrigada a torturar, para obter informações sobre atentados, que possibilitariam os “inocentes” de serem atingidos.

10 – “Primavera caetanista” na repressão?

No quarto período da vida da polícia política, correspondente ao período em que Marcelo Caetano foi presidente do Conselho, a PIDE foi substituída, em 1969, pela Direcção Geral de Segurança (DGS), depois reorganizada, em 1972⁴¹. Continuou, porém, com os mesmos poderes da sua antecessora, embora o prazo da prisão preventiva passasse a ser mais curto, ficando esta polícia com três meses para instruir os processos. Na chamada metrópole, a prisão preventiva começou a contar por inteiro nas penas de prisão e a grande novidade, nesse ano de 1972, foi a abolição das medidas de segurança de internamento para os «delinquentes políticos»⁴².

No entanto, algo que nunca foi conseguido, mesmo durante a chamada “primavera marcelista”, foi a reivindicação, amplamente apresentada, por uma parte da opinião pública, de uma norma que, a ser aplicada, teria modificado completamente os poderes da DGS: a assistência dos advogados aos interrogatórios, que, no final do regime, passou a acontecer nos casos instruídos pela PJ. Como muito bem percebeu a DGS, se isso acontecesse, ficava sem a sua principal arma - a utilização da tortura na “investigação” - e, por isso, pressionou, com eficácia, Marcelo Caetano, no sentido de não atender a esses apelos. No final do período marcelista, à medida que este enfrentava uma oposição redobrada, por parte dos trabalhadores e estudantes, de organizações de extrema-esquerda e de luta armada, a DGS redobrou a sua violência. Voltaram os espancamentos violentos e a estátua e o impedimento de dormir ultrapassou as duas semanas.

Após 25 de Abril de 1974, o psiquiatra Afonso de Albuquerque analisou as consequências clínicas dos interrogatórios realizados pela PIDE/DGS, através de uma amostra de cinquenta pessoas, presas entre 1966 e 1973. Mencionou as seguintes causas das perturbações detectadas nesses ex-detidos: o isolamento e a despersonalização (50%); a privação de sono (96%); os espancamentos (46%); a “estátua” (38%), os insultos e as chantagens (30%), as variações de temperatura (8%); os altifalantes com gravações (8%) e os choques eléctricos (4%). Quanto às consequências imediatas da tortura, o psiquiatra observou as seguintes: as alucinações e o delírio (76%); as perdas do conhecimento (15%); os edemas dos membros inferiores (10%) e as tentativas de suicídio (6%). Foram ainda observadas sequelas a médio e longo prazo: falhas de memória (16%); depressão (16%); insónias (8%); psicoses esquizofrénicas (8%) e ansiedade, cefaleias, gaguez e dificuldades sexuais, entre outras (30%)⁴³.

11 – A PIDE/DGS e a administração pública local

Recebendo a colaboração de todos os ministérios e de toda a administração pública, bem como das outras polícias, a PIDE retribuía aliás os serviços prestados, através do papel crucial que teve no saneamento dessa mesma administração. Lembre-se que dependia de uma boa informação da polícia política, o emprego de um professor, de um médico ou de qualquer outro funcionário público. Com o aparelho local, municipal e distrital, tutelado pelo Ministério do Interior, também tutela da PIDE/DGS, esta não só colaborava, como também abria processos de inquérito sobre os seus funcionários⁴⁴.

O ministério do Interior requeria às câmaras municipais e aos governos civis, informações, que depois eram transmitidas aos diversos ministérios e à PIDE⁴⁵ com o objectivo de, «travar a infiltração (subversiva) no aparelho de Estado»⁴⁶. Por vezes havia confusões relativamente ao destino das informações. Instados pela tutela a prestar informações sobre a idoneidade «política e moral» dos elementos locais, os governos civis pediam-nas, por seu turno, à PIDE. O inspector Ayres Trigo de Sousa, dos serviços de Informação dessa polícia, sugeriu mesmo à tutela, em Setembro de 1948 que, em particular nos distritos de Lisboa e do Porto, onde não estavam montados quaisquer serviços de pesquisa de dados políticos, os respectivos governadores civis consultassem directamente a PIDE.

No entanto, o ministro do Interior, engenheiro Augusto Cancellia de Abreu, não só não permitiu essa consulta por parte dos governos civis, como impediu-os de transmitirem informações directamente à PIDE, sem passarem pelo seu gabinete ministerial⁴⁷. Por seu turno, alguns governadores civis manifestaram-se eles próprios contra o facto de a PIDE lhes pedir directamente informações sobre oposicionistas. Foi o caso do governador civil de Bragança, que, em Novembro desse ano de 1948, esclareceu não ser essa a sua atribuição⁴⁸.

Durante a campanha presidencial de Norton de Matos, em 1949, o ministro do Interior enviou aos governadores civis, várias circulares acerca de como deviam decorrer a propaganda e o acto eleitoral. Por exemplo, numa delas, o ministério proibiu a expressão «partido» na propaganda da oposição⁴⁹ enquanto noutra circular, solicitava aos governadores civis uma relação de todos os funcionários do Estado se tivessem evidenciado contra a candidatura do candidato situacionista, Óscar Fragoso Carmona⁵⁰. E o certo é que os governadores civis eram obedientes, revelando o seu zelo⁵¹, mesmo que este passasse pela prestação de falsas informações.

Cancellia de Abreu foi substituído por Joaquim Trigo de Negreiros, em 2 de Maio de 1950, que enviou desde logo aos organismos dependentes do ministério do Interior uma circular confidencial a recomendar cautela nas nomeações para cargos do Estado, «de forma a evitar o indesejável alastramento de infiltrações»⁵². O facto de receber inúmeras denúncias e calúnias anónimas que atingiam até os próximos do Estado Novo levou mesmo Trigo de Negreiros a preocupar-se, em 1951 com o alastramento desse mau hábito, que considerou, além do mais, contrário ao chamado corporativismo e à ideia orgânica de nação. Enviou então ao director da PIDE, uma carta onde se manifestava contra «a utilização da calúnia como

arma política», com prejuízo do respeito devido aos que exerciam determinadas funções públicas bem como da ordem e tranquilidade públicas⁵³.

Durante as eleições de 1958, notou-se por parte de alguns governadores civis menos zelo do fornecimento de informações à tutela sobre a oposição moderada dos seus distritos⁵⁴. É que eram eles que lidavam localmente com a crescente oposição ao regime, embora isso se tinha notado mais, a nível de algumas câmaras, cujos presidentes dependiam dos votos das «forças vivas» das suas autarquias. Alguns destes autarcas queixaram-se de que a excessiva repressão da PIDE lhes dificultava a vida, gerando, entre as populações, o ódio às autoridades administrativas locais. Por seu lado, a partir da década de sessenta, a PIDE queixou-se crescentemente de não ser devidamente informada acerca das suas populações pelos presidentes de câmara, alguns dos quais se mostraram menos dóceis relativamente a essa polícia.

Em Agosto e Setembro de 1968, o ministro do Interior Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior, um ultra-conservador que estava nesse cargo desde 1961⁵⁵, pediu aos governadores civis a apresentação de relatórios sobre a situação política, bem como a indicação das pessoas de realce, afectas ao regime. Preocupado com o evidente marasmo em que tinham caído os situacionistas e a dificuldade de recrutamento de novos administradores locais, o ministro pretendia constituir uma «primeira linha» e uma nova geração de “elite”, com o fim de proclamar as «virtudes e vantagens evidentes do sistema de Salazar»⁵⁶.

Uma atribuição da PIDE/DGS foi precisamente a de vigiar os autarcas e governadores civis, inquirindo sobre a veracidade das suspeitas e denúncias de corrupção formuladas contra estes, de modo a não manchar a imagem já deteriorada do regime. Nesse sentido, a polícia política funcionou como uma espécie de instrumento de «relações públicas» do Estado Novo. Perante a corrupção crescente de muitos autarcas, chegou mesmo a propor à tutela, em 1968, que os cargos da administração local fossem ocupados por oficiais do Exército, menos passíveis de se corromperem, pois mantinham os seus empregos nas Forças Armadas, depois de saírem das câmaras⁵⁷.

Já no período de Marcello Caetano, cada acto eleitoral, como os de 1969 e de 1973, continuou a fazer-se acompanhar de inúmeros despachos do ministério do Interior, dirigidos aos governadores civis e aos presidentes de Câmaras, a solicitar que controlassem as actividades da oposição legal no acto eleitoral desse ano⁵⁸. À Direcção-Geral de Segurança (DGS), nome com que foi baptizada a polícia política⁵⁹, coube, como sempre, colher informações sobre os candidatos oposicionistas, como aconteceu nas eleições para a Assembleia Nacional de 1969, nomeadamente em Castelo Branco e na Guarda. Os elementos da oposição “legal” mais vigiados eram então António Alçada Baptista, escritor natural da Covilhã, José Rabaça, industrial de lanifícios de Manteigas, Domingos Megre, advogado e industrial de águas de Penamacor, João Manuel Vieira, advogado de Castelo Branco e António Taborda, industrial de lanifícios da Covilhã⁶⁰.

O facto de o regime se estar crescentemente a debater com dificuldades no recrutamento para a administração local e regional foi revelado por uma informação

do mesmo chefe da delegação de Coimbra da DGS. Este deu conta, em Junho de 1973, da sua apreensão relativamente às ligações entre o presidente da Câmara Municipal de Lousã e o advogado oposicionista António Duarte Arnaut, bem como da surpresa causada pela nomeação, para vice-presidente da Câmara de Tondela, de Gilberto Marques Ramos, um ex-apoiante de Humberto Delgado⁶¹.

12 – Penamacor

Em 4 de Outubro de 1973, o ficheiro da DGS relativo a informações sobre a situação política e social do distrito de Castelo Branco, enviada à chefia dessa polícia pelo inspector adjunto Armindo Ferreira da Silva, da delegação de Coimbra, que também geria as questões relativas a Penamacor, referia o respectivo presidente da Câmara. Tratava-se de António Rodrigues Moutinho, médico a exercer funções em vários departamentos de saúde e assistência locais, que estava a ser alvo de severas críticas por parte dos munícipes.

Segundo acrescentava o chefe da delegação de Coimbra, a “origem” dessa informação, aquele era acusado de não zelar pelos interesses do concelho e, portanto, dos seus habitantes, descurando os assuntos camarários e outros ligados as organizações que representa, bem como a assistência médica solicitada pelos doentes. Constava mesmo que o descontentamento manifestado pelas gentes do concelho, com a deficiente actuação da referida individualidade, poderia ter reflexos negativos no próximo acto eleitoral pelo que, segundo a DGS, se tornava indesejável a sua permanência na chefia da edilidade e de outros serviços⁶².

Penamacor era desde sempre alvo da vigilância da PIDE/DGS, devido ao facto de ali estar instalada a 1.^a Companhia Militar Disciplinar. Ora, assim como obtinha informações das chefias militares, a PIDE/DGS não deixou também de informar as Forças Armadas, a pedido destas, sobre elementos politicamente adversos ou desertores, bem como de enviar informações políticas sobre indivíduos, nomeadamente milicianos, ao Estado-Maior do Exército. Lembre-se que Salazar conseguira, a partir de 1937, domesticar as forças armadas e colocá-las ao seu serviço.

Com efeito, foram raras, a partir de então e até 1949, as movimentações para derrubar militarmente Salazar. Depois, a posição anti-comunista deste foi favorecida internacionalmente graças à Guerra-Fria. Em 4 de Abril do mesmo ano de 1949, Portugal assinou o Pacto do Atlântico, que iria ter, na década de cinquenta, grandes consequências na reforma da instituição militar, que até 1958, viveu, segundo Medeiros Ferreira, um período de perfeita subordinação ao poder político⁶³.

Ainda em 1949, o Estado-Maior do Exército (EME) ficou, assim, de enviar à PIDE os boletins militares com indicações acerca de 250 indivíduos respeitantes a ideias políticas contrárias à ordem social e política, sobre os quais esta polícia procederia à colheita de informações respeitantes a ideias políticas contrárias à ordem social e política. Estas eram depois enviadas à apreciação do ministro da Guerra, que decidiria sobre os que deveriam ser excluídos da frequência dos referidos cursos de milicianos, para posterior incorporação na companhia disciplinar

de Penamacor⁶⁴.

Com o início da guerra colonial, tal como a colaboração da DGS com as Forças Armadas foi preciosa, nas colónias africanas⁶⁵, da mesma forma aquela polícia colaborou com a hierarquia militar, na retaguarda metropolitana. As Forças Armadas e a PIDE/DGS passaram a dividir os jovens suspeitos em cumprimento do serviço militar obrigatório entre «politicamente suspeitos» (PS) ou «politicamente activos» (PA). No caso de serem capturados, como refractários ou desertores, ou por desenvolverem acção política contra a guerra colonial, eram punidos com a incorporação na companhia disciplinar de Penamacor ou com a mobilização para os diversos campos de batalha.

Os casos eram julgados pela instituição militar, embora a PIDE/DGS tivesse retido alguns dos «prevaricadores» nas suas prisões, sem os entregar às Forças Armadas. Foi o que aconteceu com o angolano Alberto Rui Pereira, antigo vice-presidente da direcção da Casa dos Estudantes do Império que, após estar detido durante 23 dias no Aljube, foi enviado para a colónia disciplinar de Penamacor, de onde conseguiu fugir, exilando-se em Paris⁶⁶.

Com mais três colegas, estudantes universitários, no dia 13 de Maio de 1962, o encenador Hélder Costa foi também um dos que passou pelo quartel disciplinar de Penamacor. Tinha assinado, enquanto universitário em Coimbra, um documento a reclamar liberdade feminina e como dirigente de um conselho de repúblicas conseguira impor uma moção que exigia a Salazar a libertação dos colegas presos pela PIDE, durante as lutas estudantis desse ano, em Lisboa e na cidade do Mondego. Durante a discussão alguns estudantes que apoiavam o regime opuseram-se ao texto aprovado pelo conselho e denunciaram Hélder Costa à polícia política, que o interrogou.

Quando pensava que iria ser levado para Peniche, como outros presos políticos, soube que o destino era Penamacor. Foi ali que esse filho da burguesia entrou em contacto com outros soldados, castigados por roubo ou outros crimes comuns. Os presos políticos conviviam com presos de delito comum e o encenador contou que aprendeu a roubar carteiras e a fazer chaves falsas e que, em troca dava aulas de política aos ladrões. Concluiu que a sua passagem por Penamacor lhe serviu para aprender muita coisa sobre o comportamento humano⁶⁷.

O mesmo já tinha sido expresso por Álvaro Cunhal, que, anos antes, em Outubro de 1939, tinha sido colocado a cumprir serviço militar na Companhia Disciplinar de Penamacor, onde travou conhecimento com jovens de outros meios sociais, alguns dos quais delinquentes, o que muito contribuiu para a sua formação social e política. Por essa razão, em Abril de 1970, o ministro do Exército deu conta à DGS dos seus receios relativamente à incorporação, na companhia disciplinar de Penamacor de um grupo de 31 estudantes e licenciados em idade militar, considerados «activistas» políticos⁶⁸.

A preocupação desse ministro devia-se ao facto de jovens da “elite” estarem a ser enviados para essa companhia, onde se misturavam com outros, de classes sociais mais baixas, punidos por crimes comuns. O certo é que o próprio director da DGS entendeu que daria nas vistas «a incorporação de tantos indivíduos, ou

já licenciados ou com habilitações universitárias (médicos, advogados, etc...)). Aconselhou, por isso, o ministro do Exército, a substituir o teor da informação prestada («activista»), a seu respeito, pela de «elemento suspeito». Ou seja, o facto de terem sido considerados «suspeitos» e, não, «activistas» evitou a estes jovens, filhos de famílias mais ou menos abastadas, a ida para Penamacor.

13 – Terá o regime ditatorial perdurado, graças à sua polícia política?

Sim e não. A PIDE/DGS ajudou o regime a manter-se, assim como outros dos seus grandes pilares – a Igreja e sobretudo as Forças Armadas, que asseguraram a continuidade do regime, em 1958, durante o «terramoto delgadista» e, depois, em todo o período da guerra colonial. Mas o regime ditatorial também perdurou, porque conseguiu uma “organização do consenso”, através de aparelhos de desmobilização cívica e de inculcação ideológica, bem como instrumentos como o aparelho corporativo e as organizações de enquadramento de estratos da população.

Por outro lado, a ditadura salazarista e caetanista contou com outras polícias e com o aparelho administrativo central e local, mas também com o eficaz aparelho de Censura e com o sistemático “saneamento” da função pública. Censura e sistema de “saneamento” política, com a qual a PIDE/DGS sempre colaborou e foi um importante instrumento. A PIDE/DGS foi o último factor desses meios de intimidação, desmobilização e repressão. Reprimia e neutralizava selectivamente os poucos que lutavam contra o Estado Novo e espalhava o medo, com a ameaça do que podia acontecer aos que entravam em dissidência. Difundiu também, com alguma eficácia, a ideia de que era onnipotente e onnipresente, que via e ouvia tudo, através de uma enorme rede de informadores e uma cultura de denúncia.

Em suma, pode-se dizer que a durabilidade do regime se deveu a uma combinação de dois factores decisivos: por um lado, o sucesso da prevenção/desmobilização/intimidação cívica/repressão, através de vários instrumentos, entre os quais a importante PIDE/DGS e, por outro lado, o facto de o regime ditatorial, nos momentos de crise – 1945 e 1958-1961 – ter conseguido manter a coesão das Forças Armadas em seu redor. Quando uma parte destas das Forças Armadas, com as quais a DGS colaborava nos teatros de guerra, se rebelou contra o regime ditatorial, este foi derrubada.

3.4 – Realidades demográficas de fronteira: Penamacor nos últimos duzentos anos

Maria João Guardado Moreira¹

Se a dimensão, a sua localização geográfica ou a diversidade de funções desempenhadas (económicas, militares, religiosas...) são aspectos que não podem deixar de ser considerados quando se pretende analisar a evolução demográfica de determinada comunidade, também não podemos separar o espaço das populações que o habitam, ou das estruturas produtivas, dos centros de decisão política. Por outro lado, não podemos esquecer que a organização e estruturação dos espaços tem sido moldada pelo processo de individualização de Portugal no contexto peninsular, o que pode explicar a relevância da faixa litoral face ao interior que, deste modo, acaba por ir acumulando atrasos estruturais marcados pela estagnação económica e debilidade social, pelo êxodo, o isolamento e a periféricidade. A fronteira, que limita geograficamente os dois países peninsulares, identifica-se principalmente com *interior*, já que as regiões fronteiriças costeiras são relativa e comparativamente pouco extensas. E *interior* tem uma conotação valorativa que não advém exclusivamente da sua mera localização geográfica. A carga negativa que lhe é atribuída, associa rapidamente estas regiões a subdesenvolvimento, imobilismo e abandono, associação que já remonta aos anos 70².

Por isso, esta vasta área aparece como a região fronteiriça menos desenvolvida, entre dois estados comunitários, interior do interior, que contrasta, a nível socioeconómico, com a maior parte das outras regiões de fronteira da Comunidade que apresentam níveis superiores de desenvolvimento.

Economicamente os dois países ibéricos estiveram durante muito tempo de costas voltadas e o território espanhol representava um obstáculo que dificultava as ligações terrestres de Portugal com o resto da Europa. Na realidade, esta fronteira terrestre tem sido mais importante para Portugal do que para o seu vizinho, pois é a única estrada para a Europa, entrada e saída de mercadorias, turistas e emigrantes

Embora Portugal e Espanha sejam dois países com evoluções diferentes, não é menos verdade que as regiões próximas do limite que separa os dois países pertencem aos mesmos conjuntos geográficos, partilham do mesmo fenómeno: o despovoamento e enfraquecimento das actividades produtivas do centro da

Península. Espaços que partilham realidades demográficas semelhantes, mas separados por uma linha fronteiriça que os individualiza e condiciona. As regiões de fronteira reconhecem-se por um conjunto de características dependentes da sua posição periférica, que influencia o ordenamento do território em ambos os lados e condiciona a circulação de pessoas e bens à maior ou menor permeabilidade dos controles físicos e institucionais. É certo que existem recursos e potencialidades de desenvolvimento, mas as alternativas de emprego e de ocupação não agrícola são, nestas regiões, mais limitadas, pelo que continua o êxodo dos mais jovens, embora menos intenso, pois o potencial migrante também se vai esgotando.

Em tempo de paz, a fronteira pode ser entendida como um espaço aberto sem que nenhuma formalidade impeça o seu cruzamento, mas que em tempo de conflito podia ser, ou violentamente disputada, ou diplomaticamente repartida.

A demarcação da fronteira é, em todos os momentos históricos, uma artificialidade, embora a sua delimitação acabe, de uma forma ou de outra, por condicionar os países. Se considerarmos o contexto político, aparece frequentemente como geradora de riqueza e poder. Mas pode também ser corporalizada por fortalezas estrategicamente colocadas, surgindo então a fronteira defensiva. Também os acidentes geográficos ajudam a definir e a fixar o limite, contribuindo para que o imaginário colectivo comece a distinguir onde começa e acaba um reino e onde começa e acaba outro, ou quando e onde a população devia sentir-se diferente do outro.

Na maioria das vezes as comunicações entre as gentes eram fluidas, conheciam-se bem, tinham modos de vida e até interesses semelhantes, veja-se o caso do Minho e da Galiza, ou da Beira Interior (no Rosmaninhal houve terras trabalhadas por espanhóis, no século XVIII³), ou ainda mais a sul, o caso paradigmático de Olivença cuja soberania mudou várias vezes de mãos⁴.

A fronteira que separa os dois países ibéricos é uma fronteira problemática desde a Idade Média. Linha defensiva que favoreceu a construção de praças-fortes, algumas épocas de estabelecimento de relações de comércio entre os dois países, centralização política e económica que acabou por fomentar uma organização territorial que privilegiava o litoral em detrimento dos espaços interiores, são alguns dos factores que maioritariamente marginalizaram a faixa que tem como limite a fronteira política. E o desenvolvimento urbano e industrial não afectou especialmente estas regiões, antes pelo contrário. Por isso se tornaram áreas repulsivas, marcadas pelos movimentos de saída que, sobretudo a partir dos anos cinquenta do século XX, afastaram milhares de jovens activos, alterando as estruturas e a dinâmica demográfica das suas populações. Também é certo que esta situação de subdesenvolvimento é o resultado quer das opções políticas, quer da respectiva localização nos contextos nacionais⁵.

A fronteira luso-espanhola é a fronteira mais antiga e estável da Europa, já que se encontra fixada nas suas linhas gerais há sete séculos. Obra da Reconquista Cristã da Península Ibérica, a fronteira ficou definitivamente consolidada no final do século XIII, por acordo entre Portugal e o Reino de Castela (Tratado de Alcañices em 1297). Nem as guerras entre os dois estados peninsulares, nem a união entre

as duas coroas (1580-1640) puseram em causa este limite político. Os territórios raianos foram sendo colonizados, em função de uma estratégia de defesa, de que as referidas muralhas medievais e as fortificações que as remodelaram são testemunho. Parece que a fronteira, ao manter-se como linha separadora e defensiva, contribuiu para o seu isolamento, carácter que se acentua nos momentos de maior rivalidade entre ambos os estados. A centralização política e económica que caracteriza os estados modernos a partir do século XVIII, vai criar um tipo de relações que em nada beneficiaram os mercados regionais fronteiriços. A marginalização destas regiões face a um litoral que, cada vez mais concentra o crescimento e as iniciativas económicas, é bem o reflexo do processo político centralizador dos dois países peninsulares.

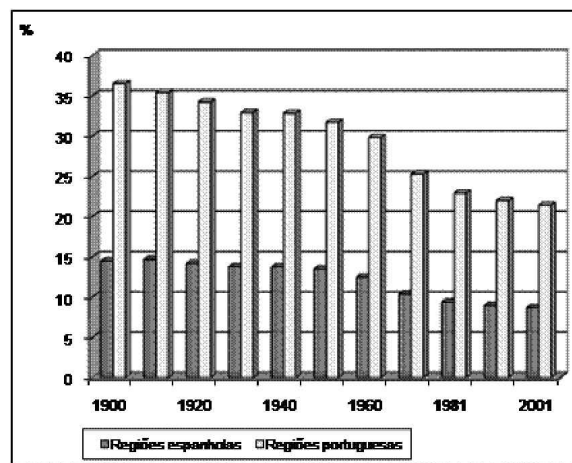
O posterior desenvolvimento urbano e industrial, como já se disse, só vem acentuar o seu carácter periférico e evidenciar as consequências do *efeito fronteira*. Por outro lado esta fronteira apresenta características diferenciadas, pelo que dificilmente se pode falar em “fronteira natural”, isto é, não foram os acidentes naturais que prefiguraram a fronteira política⁶.

Sendo assim, a referida concepção de fronteira, como espaço de divisão, tem raízes históricas, fruto de hostilidades e tensões que se geraram entre Portugal e Espanha e que não deixaram criar potencialidades produtivas para o desenvolvimento do mercado, com excepção de alguns (poucos) núcleos.

Estes condicionamentos marcaram de forma indelével a dinâmica das populações das regiões do interior raiano, principalmente os movimentos de saída da década de 60 do século XX, que supuseram um êxodo que se generalizou tanto aos aglomerados rurais como aos urbanos. O resultado foi a sua marginalização no contexto nacional e a incapacidade em ultrapassarem a recessão demográfica e económica. Como mostra o Gráfico 1, as regiões da fronteira luso-espanhola⁷ foram gradualmente perdendo importância demográfica face aos respectivos países. Esta área fronteiriça ocupa, respectivamente, 57% e 18% dos territórios nacionais peninsulares português e espanhol, mas a população que a ocupa tem vindo a decrescer de forma contínua desde o princípio do século⁸. Comparativamente, a raia portuguesa perdeu mais população do que a raia espanhola entre 1900 e 2001, visto que há um decréscimo de 15% relativamente ao peso que tinha no princípio do século, contra os quase seis pontos da raia espanhola. Pelo contrário as faixas litorais viram, quase todas, a sua população aumentar. A *litoralização* é, pois, um fenómeno ibérico cujo reverso é um interior que perde vitalidade demográfica.

Gráfico 1 - Evolução do peso relativo da população das regiões de fronteira

Recenseamentos Gerais da População, 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981, 1991 e 2001, Lisboa, INE. *Censo de Población*, 1900, 1910, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001, Madrid, INE.



Ora, todas estas questões – continuidade de espaços e realidades, assimetrias geodemográficas, limite - devem estar presentes quando analisamos as regiões próximas da linha política que separa os dois países ibéricos. E isto tanto é válido no caso de analisarmos espaços alargados, como regiões mais circunscritas, como

é o caso de Penamacor, que partilha com outras localidades a sua condição fronteiriça de interior, o que tem vindo a condicionar a dinâmica da sua população.

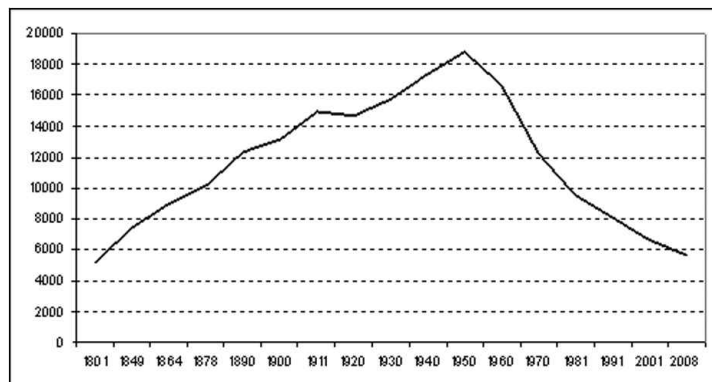


Gráfico 2 - Evolução da população do concelho de Penamacor (1801-2008)

Fonte: *Censo de 1801; Recenseamentos Gerais da População, 1864, 1878, 1890, 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981 e 1991, 2001, Lisboa, INE. Estimativas da População, INE, 2007 e 2008.*

A análise da evolução da população do concelho de Penamacor ao longo dos dois últimos séculos (Gráfico 2 e Quadro 1), evidencia as diferentes fases por que passou este concelho e que seguem de muito perto as tendências distritais e menos as nacionais, variando embora a intensidades dos fenómenos. A população portuguesa inicia uma fase de crescimento em meados do século XIX, depois de ultrapassada a instabilidade política e de o desenvolvimento económico, muito dependente dos avanços da industrialização, se ir consolidando. Este crescimento, que só é interrompido pela crise de 1914-18, influencia o acentuar das diferenças regionais na distribuição da população, principalmente da jovem activa. Os fenómenos da emigração e das migrações internas generalizaram-se e marcaram vincadamente a dinâmica da população. Entre 1920 e 1950 registaram-se os valores máximos do crescimento populacional português, embora limitados a partir de meados da década de 40 pelo retomar da emigração, agora acompanhada pela diminuição dos saldos fisiológicos. O concelho de Penamacor atingiu precisamente o valor máximo da sua população em 1950 quando se recensearam 18 860 indivíduos. As décadas de 60 e de 70 foram as mais penalizadoras, embora já desde os anos 50 que o crescimento anual médio fosse de sinal negativo, como aliás vai continuar até à actualidade, de tal modo que em 2007 os habitantes deste concelho, segundo as estimativas do Instituto Nacional de Estatística (INE), eram apenas 5 783. É o resultado dos maiores fluxos migratórios (emigração e migrações internas) que Portugal conheceu e que, aliados à descida contínua da mortalidade e da fecundidade, vão provocar profundas assimetrias na distribuição da população pelo território, nomeadamente o despovoamento progressivo do interior, bem como a progressiva alteração da estrutura etária.

Quadro 1 - Taxas de crescimento anual médio (%)

Fonte: Censo de 1801; Recenseamentos Gerais da População, 1864, 1878, 1890, 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981 e 1991, 2001, Lisboa, INE. Estimativas da População, INE, 2007 e 2008.

Quando contextualizamos e comparamos Penamacor com os outros concelhos do distrito vemos que a realidade penamacorense não se diferencia muito da região envolvente, principalmente daqueles concelhos que têm um cariz mais rural (Quadros 3, 4 e 5). Apesar da tendência regressiva generalizada que caracteriza a região desde meados do século XX, os concelhos que albergam centros com características urbanas⁹ (caso de Castelo Branco e da Covilhã), ou que são economicamente mais activos, conseguem manter alguma vitalidade demográfica, muito por causa do efeito da cidade como pólo de atracção para a população dos meios rurais que, em contrapartida, se vão esvaziando, como é o caso de Penamacor (Quadros 3 e 5). Por outro lado, não podemos esquecer que a partir da década de 20 do século passado a região de Castelo Branco inicia o processo de declínio da natalidade, que decorre com um ritmo praticamente linear, ainda que, em meados da década de 60, acuse um declínio mais forte, processo que foi influenciado pelos movimentos migratórios (nomeadamente a emigração)¹⁰. Repare-se que a partir dos anos 70, o crescimento natural passa a ser negativo em todo o distrito. Penamacor é o concelho que regista a taxa de crescimento natural negativa mais elevada, embora seguido de muito perto por Belmonte, Fundão e Vila de Rei (Quadro 4).

Períodos	Portugal	Castelo Branco (Distrito)	Penamacor (Concelho)
1864-78	0.59	0,75	0,89
1878-90	0.95	1,26	1,60
1890-1900	0.65	0,52	0,65
1900-11	0.88	1,05	1,18
1911-20	0.15	-0,09	-0,21
1920-30	1.13	0,83	0,67
1930-40	1.32	1,51	1,03
1940-50	0.93	0,64	0,80
1950-60	0.46	-0,25	-1,23
1960-70	-0.27	-2,16	-3,00
1970-81	1.43	-0,75	-2,46
1981-91	0.04	-0,85	-1,58
1991-01	0.49	-0,32	-1,94
2001-07	0,32	-0,65	-2,07

Quadro 2 – Taxas de crescimento anual médio (%)

	1950-60	1960-1970	1970-1981	1981-1991	1991-2001
Belmonte	-0,78	-3,39	0,47	0,91	0,24
Castelo Branco	-0,03	-1,46	0,08	-0,11	0,25
Covilhã	0,63	-1,52	-0,26	-1,19	0,09
Fundão	-0,48	-2,98	-0,89	-0,12	-0,06
Idanha-a-Nova	-0,94	-3,83	-2,37	-1,64	-1,54
Oleiros	0,27	-1,68	-2,45	-2,65	-1,49
Penamacor	-1,23	-3,00	-2,46	-1,58	-1,94
Proença-a-Nova	-0,75	-2,36	-1,41	-0,74	-1,41
Sertã	-0,22	-1,93	-0,68	-1,64	-0,84
Vila de Rei	-1,05	-2,05	-2,68	-2,28	-0,93
Vila Velha de Ródão	-1,73	-1,81	-1,72	-1,21	-1,88
<i>Distrito</i>	-0,25	-2,16	-0,80	-0,85	-0,32

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, 1950, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981, 1991 e 2001 Lisboa, INE.

Quadro 3 - Taxas de crescimento natural anual médio nos concelhos do distrito de Castelo Branco (%)

	1960-1970	1970-1981	1981-1991	1991-2001
Belmonte	0,57	-1,11	-0,23	-0,57
Castelo Branco	0,70	-0,26	-0,12	-0,41
Covilhã	1,01	-0,58	0,12	-0,27
Fundão	0,71	-1,02	-0,20	-0,60
Idanha-a-Nova	0,30	-0,96	-0,99	-1,53
Oleiros	0,71	-0,95	-0,55	-1,24
Penamacor	0,50	-1,28	-0,84	-1,42
Proença-a-Nova	0,45	-0,86	-0,40	-0,91
Sertã	0,72	-0,98	-0,37	-0,66
Vila de Rei	0,36	-1,18	-0,72	-1,42
Vª Velha de Ródão	0,00	-0,72	-0,98	-1,58
Distrito	0,69	-0,73	-0,25	-0,63

Fonte: Censo de 1801; Recenseamentos Gerais da População, 1864, 1878, 1890, 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981 e 1991, 2001, Lisboa, INE.

Quadro 4 – Taxas de crescimento migratório anual médio (%).

	1960-1970	1970-1981	1981-1991	1991-2001
Belmonte	-3,95	1,57	1,13	0,84
Castelo Branco	-2,16	0,34	0,02	0,66
Covilhã	-2,53	0,31	-1,29	0,33
Fundão	-3,67	0,11	0,06	0,53
Idanha-a-Nova	-4,12	-1,44	-0,67	-0,04
Oleiros	-2,38	-1,51	-2,10	-0,30
Penamacor	-3,48	-1,20	-0,75	-0,55
Proença-a-Nova	-2,79	-0,56	-0,35	-0,51
Sertã	-2,64	0,30	-1,26	-0,21
Vila de Rei	-2,40	-1,52	-1,57	0,43
Vila Velha de Ródão	-1,80	-1,01	-0,24	-0,31
Distrito	-2,84	-0,08	-0,61	0,29

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981, 1991 e 2001, Lisboa, INE. Anuários Demográficos (1960 a 1966), Estatísticas Demográficas (1967 a 2001), INE., Lisboa

Podemos, portanto, dizer que o concelho de Penamacor desde muito cedo foi sobretudo uma região de saída, como aliás toda a região beirã, como é visível quando observamos as taxas de crescimento migratório médio (Quadro 5). Outro indicador que nos dá conta desta realidade é o das relações de masculinidade¹¹.

(Quadro 6), nomeadamente no grupo etário dos 25-29 anos, que é por norma inferior à igualdade, testemunhando, assim, a saída privilegiada de indivíduos jovens do sexo masculino, uma vez que existem mais mulheres que homens nessas idades. Assim, entre 1920 e 1970 os valores deste indicador reflectem claramente a saída de homens jovens.

Quadro 5 – Relações de masculinidade no concelho de Penamacor

Fonte: *Recenseamentos Gerais da População*, 1864, 1878, 1890, 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981 e 1991,2001, Lisboa, INE

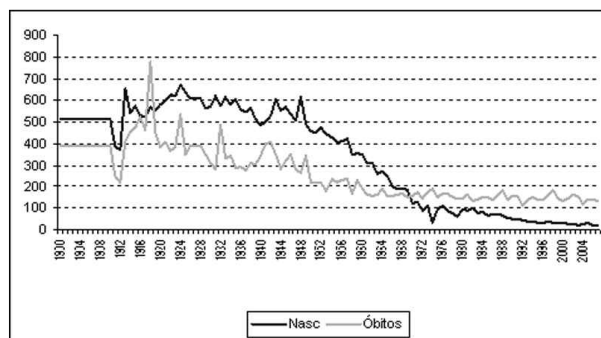
	20-24	25-29	30-34
1801	86	77	79
1864	100	50	174
1878	89	87	105
1890	141	120	94
1900	121	96	108
1911	192	192	218
1920	79	57	80
1930	87	86	82
1940	101	93	106
1950	124	93	107
1960	87	81	100
1970	103	93	79
1981	126	108	88
1991	115	123	122
2001	109	146	109

Uma das consequências deste perfil de região de saída é o progressivo envelhecimento da sua estrutura etária. Assim, Penamacor sofre as transformações sentidas nas formas de vivência e características estruturais da população portuguesa ao longo de todo este período, embora mais precocemente do que o contexto nacional. Como podemos observar através do Gráfico 3, o concelho manteve um saldo natural relativamente elevado até 1970, apenas interrompido pelos efeitos da gripe pneumónica em 1918. Mas, a partir daquele ano, o saldo natural torna-se negativo quando o número de óbitos (155) ultrapassa o dos que nascimentos (125)¹². Se até aos anos 50 o nível de nascimentos se manteve relativamente estável, depois torna-se evidente uma descida contínua até aos nossos dias (em 2007 não ultrapassou os 20).

Gráfico 3 - Evolução dos nascimentos e óbitos (1900-2005)

Fonte: *Estatísticas Demográficas*, INE, 1900-2007

Penamacor manteve, portanto, uma dinâmica natural relativamente estável como pode ser comprovado através das taxas de crescimento natural (Quadro 6), e que foi sempre positiva até aos anos 70. Se nos anos 80 o número de filhos por mulher, no concelho de Penamacor, ainda era de 2,20, nos anos 90 já é 1,49¹³ e em 2007 situa-se em cerca de um filho¹⁴, ou seja, deixa de haver renovação de gerações¹⁵.



Quadro 6 – Taxas médias anuais de crescimento natural (TCN), total (TCT) e migratório (TCM)

Fonte: *Recenseamentos Gerais da População*, 1864, 1878, 1890, 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981 e 1991,2001, Lisboa, INE; *Estatísticas Demográficas*, INE, 1900-2007

Períodos Intercensitários	TCAM	TCN	TCM
1864 - 1878	0,89		
1878 - 1890	1,60		
1890 - 1900	0,65		
1900 - 1911	1,18	0,89	0,29
1911 - 1920	-0,21	0,57	-0,79
1920 - 1930	0,67	1,43	-0,77
1930 - 1940	1,03	1,43	-0,40
1940 - 1950	0,80	1,16	-0,36
1950 - 1960	-1,23	0,92	-2,16
1960 - 1970	-3,00	0,50	-3,48
1970 - 1981	-2,46	-1,28	-1,20
1981 - 1991	-1,58	-0,84	-0,75
1991 - 2001	-1,94	-1,42	-0,55

Há ainda que destacar a dependência do concelho face às diferentes conjunturas por que foi passando a emigração portuguesa, realidade que pode ser constatada pelos valores da taxa de crescimento anual migratório (Quadro 6). Todavia, aqui o impacto dos movimentos migratórios é ainda mais marcado do que no contexto do todo nacional. Mesmo nas décadas de 1920 e 30,

quando os fluxos emigratórios abrandaram devido à II Guerra Mundial, e na década de 80, devido ao regresso de portugueses que chegam das ex-colónias, Penamacor continuou a ser local de saída. É certo que a intensidade foi menor, sobretudo quando comparada com as décadas de 50, 60 e 70 que marcaram o auge dos movimentos migratórios. Por outro lado, repare-se que até meados do século XX o saldo natural foi compensando o volume das saídas o que permitiu que o concelho fosse crescendo (Quadro 6). Depois a intensidade dos movimentos de saída, conjugada com a progressiva descida da fecundidade, não permitiu que esta região deixasse de se caracterizar por uma contínua tendência regressiva.

Ao perderem a capacidade de reproduzirem a sua população, as regiões comprometem o seu crescimento pelo que vão ter maiores dificuldades em criarem condições para regenerar as suas pirâmides etárias, já que os migrantes são normalmente jovens activos e os que permanecem são fundamentalmente os mais velhos. Portanto, podemos desde já constatar que o fenómeno de repulsão populacional que tem caracterizado a generalidade das regiões do interior português, e de que Penamacor não é excepção, originou um envelhecimento no topo da pirâmide etária, ou seja, um aumento significativo da percentagem de idosos face ao total da população. É o inverso do que se passa na faixa litoral que continua a crescer em larga medida à custa do interior, embora a descida geral dos níveis de fecundidade acentue o envelhecimento da população portuguesa.

Quadro 7 – Indicadores da Estrutura Populacional (%) - Evolução

	Jovens	Activos	Idosos	IE	RDJ	RDI	RDT
1801	37,5	59,6	3,4	1096,9	9,1	62,8	5,7
1864	38,4	58,9	2,7	1398,9	7,1	65,2	4,7
1878	35,0	61,9	3,1	1136,8	8,8	56,5	5,0
1890	34,0	61,5	4,4	769,1	13,0	55,3	7,2
1900	35,8	59,4	4,8	751,5	13,3	60,3	8,0
1911	35,3	58,0	6,7	526,0	19,0	60,8	11,6
1920	33,4	61,1	5,5	608,0	16,4	54,8	9,0
1930	33,4	60,4	6,2	537,7	18,6	55,2	10,3
1940	34,0	59,8	6,3	542,0	18,5	56,8	10,5
1950	30,3	61,9	7,8	387,2	25,8	48,9	12,6
1960	28,4	61,6	10,0	284,1	35,2	46,0	16,2
1970	22,8	60,8	17,3	131,8	75,9	37,4	28,4
1981	17,6	57,5	24,9	70,6	141,6	30,6	43,3
1991	12,7	55,7	31,6	40,1	249,6	22,7	56,8
2001	9,6	49,9	40,5	23,8	419,6	19,3	81,1
2008	7,5	51,7	43,1	17,4	575,8	14,5	83,4

IE - Índice Envelhecimento; **RDJ** - Rácio Dependência dos Jovens; **RDI** -Rácio de Dependência de Idosos; **RDT** - Rácio de Dependência Total

Fonte: *Recenseamentos Gerais da População*, 1864, 1878, 1890, 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981 e 1991,2001, Lisboa, INE. *Estimativas da População*, INE, 2008

A análise da evolução da estrutura etária¹⁶ da população do concelho de Penamacor entre 1801 e 2008¹⁷ reflecte as vicissitudes da evolução da população desta região e das suas formas de vivência e comportamentos colectivos (Quadro 7). Veja-se, por exemplo, a diminuição da população adulta em idade activa, reflexo da emigração, mas também do progressivo envelhecimento da sua estrutura etária. Como resultado da dinâmica natural que se vai reduzindo, até se tornar negativa, o grupo dos jovens vai diminuindo logo a partir dos anos setenta. Inversamente, os idosos, por causa dos fluxos migratórios, mas também por que a esperança média de vida vai aumentando (73,6 anos em 1980-81, 74,7 em 1990-91¹⁸, à volta de 78, em 2006-07¹⁹) vêem o seu peso aumentado. Por isso, o concelho vai envelhecendo, quer na base quer no topo, ou seja, o número de idosos ultrapassa o de jovens, situação visível desde os anos de 1980 e que se vai reflectir no índice de envelhecimento²⁰ e nos rácios de dependência²¹ (Quadro 7).

Até 1950 o concelho mantém-se relativamente jovem já que a proporção de menores de 15 anos supera os 30%. Depois, o declínio dos jovens torna-se, como já notámos, progressivamente mais acentuado até chegar a 2008, ano em que este grupo etário representa apenas 7,5% da população (Quadro 7). Penamacor encontra-se entre os concelhos do distrito de Castelo Branco com maior peso de população idosa (mais de 40%). Nos últimos anos tem-se vindo a agravar o processo de envelhecimento: em 1991 havia quase três idosos por cada menor de 15 anos, número que sobe para quatro em 2001 e para quase seis em 2008.

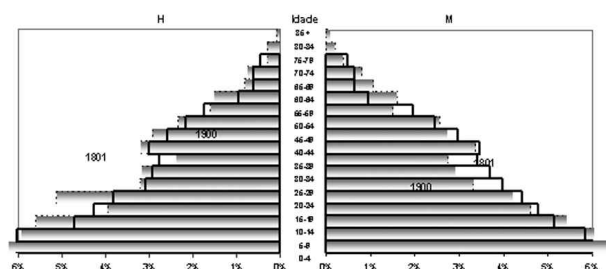
Este progressivo envelhecimento torna-se visualmente mais claro quando comparamos a sobreposição da estrutura etária em 1801-1900 e em 1900-2001 (Gráficos 4 e 5). Como vemos entre 1801 e 1900 (Gráfico 4) não há grandes diferenças a assinalar. Mantém-se uma forma piramidal típica de sociedades pré-transição demográfica, resultante dos elevados níveis de natalidade e mortalidade e baixas esperanças de vida. Todavia a comparação entre a pirâmide de 1900 e a de 2001 (Gráfico 5) revela as alterações por que passou a estrutura da população penamacorense, ou seja, durante o século XX esta região, à semelhança do que aconteceu no resto do país, sofreu o processo de transição demográfica.

Tal processo supôs passar de elevados níveis de natalidade e de mortalidade para níveis baixos destas duas variáveis, decorrente da alteração dos comportamentos globais face à fecundidade e à mortalidade, possibilitado pelas alterações que ocorreram na sociedade e nos estilos de vida²².

Estes novos padrões de comportamento e o forte impacto, como já notámos, dos fluxos migratórios (tanto na sua vertente emigratória como de transferência de indivíduos para o litoral e também para os centros urbanos) explicam que a dinâmica global da população deste concelho se tenha alterado profundamente ao longo século XX como reflectem as pirâmides etárias de 1900 e de 2001 (Gráfico 5). O concelho envelheceu. No início do século XX, em cada cem penamacorenses, 36 tinham menos de 15 anos e 5 poderiam considerar-se idosos (com 65 ou mais anos). Desde 1981 que essa relação se inverteu e em 2001, os menores de 15 anos não ultrapassam os 10 % da população, enquanto 41% tem mais de 65 anos (Quadro 7) pelo que a base da pirâmide é muito mais reduzida, resultado do

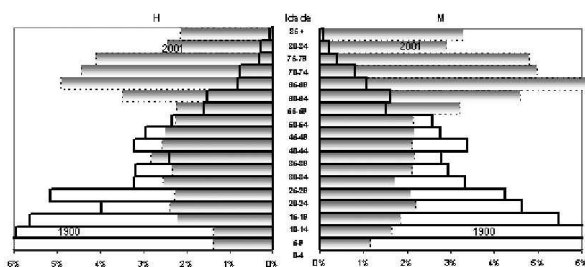
declínio da natalidade, e o topo está mais cheio, reflexo do aumento da longevidade e do peso dos mais idosos. Repare-se que há uma distorção causada pela desigualdade entre os dois lados da pirâmide, que nunca é simétrica, resultado da sobremortalidade masculina e de maior esperança de vida feminina, diferença que se vai acentuando ao longo do século XX, à medida que aumentam os valores deste indicador.

Gráfico 4 - Penamacor - Pirâmide de Idades de 1801 e 1900



Fonte: *Recenseamentos Gerais da População*, 1801,1900, Lisboa, INE.

Gráfico 5 - Penamacor - Pirâmide de Idades de 1900 e 2001



Fonte: *Recenseamentos Gerais da População*, 1900,2001, Lisboa, INE.

Esta população envelhecida é, como já notámos, uma das consequências dos intensos movimentos migratórios dos anos sessenta. A saída de indivíduos jovens supôs uma perda da capacidade reprodutora e uma diminuição da natalidade. Podemos, pois, afirmar que as relações entre os grupos de idades e, mais concretamente, o problema do envelhecimento, é um dos aspectos marcantes da evolução demográfica das regiões do interior nas últimas décadas, como seja o distrito de Castelo Branco, adquirindo em alguns concelhos contornos carregados, caso de Penamacor.

A redução das camadas mais jovens vai, por outro lado, reflectir-se nos ingressos no sistema escolar que têm vindo a diminuir de forma acentuada, sobretudo nestas regiões que sofrem as consequências do despovoamento e do envelhecimento. Na verdade, outra forma de olhar o envelhecimento e as suas consequências pode ser através da evolução da população escolar²³. Entre 1960 e 2001, o distrito de Castelo Branco perdeu cerca de 15 100 indivíduos em idade de frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico²⁴.

Entre 1960 e 2001, Penamacor, mas também Idanha-a-Nova, Oleiros, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão viram reduzir em mais de 80% os indivíduos em idade *normal* de frequência do 1º ciclo do Ensino Básico, antigo ensino primário, ou seja, crianças entre os seis e os nove anos.

Quadro 8 – Evolução da população entre os 6 e os 9 anos.

	1960	1970	1981	1991	2001
Belmonte	685	481	347	358	301
Castelo Branco	2481	3315	2927	2362	1947
Covilhã	5744	4485	3853	2741	1901
Fundão	3705	2415	1682	1523	1124
Idanha-a-Nova	2071	1080	621	433	260
Oleiros	1285	940	505	316	164
Penamacor	1278	740	453	282	171
Proença-a-Nova	1336	905	608	508	301
Sertã	2339	1620	1255	855	637
Vila de Rei	649	420	187	150	81
Vila Velha de Ródão	490	330	273	147	75
Distrito	22062	16731	12710	9673	6962

Fonte: MOREIRA, 2007: 127.

Concretamente Penamacor teve uma redução de 87% do número de jovens em idade de frequentar o 1º ciclo do Ensino Básico. Também o número de matriculados no 1º ano do Ensino Básico tem vindo a diminuir de forma acentuada: se em 1968/69 de matricularam pela primeira vez 372 alunos (num total de 1383 alunos matriculados em todo os anos), em 2003/04 esse número não ultrapassava os 32 (num total de 158)²⁵.

Esta evolução da população escolar faz aumentar um pouco por todo o distrito o número de escolas que têm um reduzido número de alunos, situação que, no entanto, não é exclusiva de Castelo Branco. Em todo o país é possível encontrar situações semelhantes, embora mais acentuadamente nas regiões mais envelhecidas do interior.

Quadro 9 – Evolução do número de estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo.

	1968/69	1976/77	1980/81	1983/84	1986/87	1993/94	2003/04
Belmonte	20	11	11	13	13	13	11
Castelo Branco	99	71	79	64	69	50	34
Covilhã	117	58	57	58	56	49	44
Fundão	108	60	58	64	62	55	43
Idanha-a-Nova	51	27	26	24	24	18	14
Oleiros	47	41	43	42	42	30	11
Penamacor	34	16	15	16	15	12	10
Proença-a-Nova	41	38	33	27	29	23	12
Sertã	82	70	62	58	54	47	33
Vila de Rei	21	22	19	18	14	10	1
Vª Velha Ródão	18	16	16	14	13	11	6
Distrito	638	430	419	398	391	318	219

Fonte: MOREIRA, 2007: 129.

Como se vê pelo Quadro 9 a diminuição dos estabelecimentos de ensino no distrito de Castelo Branco começa logo em meados dos anos 70, época marcada pela redução da população em idade escolar, estabilizando até meados de 80, quando volta a aumentar o número de escolas que fecham²⁶. Este fenómeno acompanha, portanto, o movimento de abandono dos núcleos rurais e a transferência para os centros urbanos, tanto do litoral, como os centros urbanos de média dimensão das regiões próximas que têm actuado como polarizadores das áreas rurais envolventes.

São precisamente estes concelhos do interior mais envelhecido, sem vitalidade demográfica e com menor capacidade de desenvolvimento, que acabam por ter mais dificuldade em manter níveis de qualidade de vida próximos da média nacional, tal como foi constatado num estudo realizado no âmbito de um projecto de investigação de que a autora deste estudo fez parte²⁷. Um dos objectivos desse projecto foi criar um indicador estatístico, que se designou “*índice global de bem-estar demográfico, económico e social*”, o qual permitiu a elaboração de uma proposta de estratificação de todos os concelhos de Portugal continental em 1993 e em 2004²⁸. A selecção das variáveis incluiu um conjunto com várias dezenas de variáveis de índole social, económica e demográfica²⁹, disponíveis no *Sales Index 2006*.

Nos dois períodos, Penamacor fez parte do grupo que o ocupa o fim do *ranking* dos concelhos, isto é, da extensa área do país que tem problemas em termos de potencialidades de desenvolvimento, o que se vai traduzindo na deterioração do seu “*índice global de bem-estar demográfico, económico e social*” (em 1993 o índice de bem-estar médio de Penamacor era de 40 e em 2004 desceu para 37)³⁰.

A evolução da população de Penamacor tem, portanto, sido marcada pelas formas de organização do território nacional que se caracterizou pelo redireccionamento da ocupação humana do espaço, que privilegiou o litoral em relação ao interior. A ruralidade abriu caminho aos fluxos migratórios de saída, tanto para o litoral como para o estrangeiro, ou para os centros urbanos mais próximos, tornando-se uma constante estruturante da história contemporânea de Penamacor e condicionando a sua dinâmica de desenvolvimento.

Bibliografia

BANDEIRA, Mário Leston, 1996 - *Demografia e modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2004 - *Atlas das Cidades de Portugal*, Lisboa: INE

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2008 - *Anuário Estatístico da Região Centro 2007*, Lisboa: INE

López, Francisco Sánchez, Dièguez, Valentín Cabero, 1994 - *La frontera hispano-portuguesa en el marco de la nueva Europa: la región fronteriza de Salamanca*, Salamanca, Instituto de Recursos Naturales y Agrobiología, CSIC/Departamento de Geografía de la Facultad de Geografía e Historia de la Universidad de Salamanca

MOREIRA M.J. Guardado, ROMÁN J., COLANTONIO S., ZULUAGA P., BLANCO M.J., FUSTER V., 2009- “Influência das alterações da fronteira luso-espanhola nos factores exógenos de reprodução de uma comunidade – o caso de Olivença (1760-1850)”, *População e Sociedade*, Porto: CEPESE/ Edições Afrontamento (no prelo)

MOREIRA, Maria João Guardado, 1994 - *Vida e Morte no concelho de Idanha-a-Nova. Estudos de Demografia Histórica – século XVIII*, Lisboa: Livros Horizonte.

MOREIRA, Maria João Guardado, 1998 - “A Beira Interior no contexto da fronteira luso-espanhola. Alguns aspectos que marcaram a sua evolução na 2ª metade do século XX”, *População e Sociedade*, Porto: Centro de Estudos de População e Família, nº4, p. 107-122.

MOREIRA, Maria João Guardado, 2001- *A Dinâmica demográfica na região do INTERREG Ibérico no Final do Século XX*, dissertação de Doutoramento em Sociologia, Lisboa: FCSH-UNL

MOREIRA, Maria João Guardado, 2007- “O encerramento de escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico: um indicador da evolução demográfica de uma região do interior português. O caso do distrito de Castelo Branco”, *Revista de Demografia, Histórica*, XXV, I, segunda época, p. 115-136.

MOREIRA, Maria João Guardado, RODRIGUES, Teresa, 2008 - “As Regionalidades Demográficas do Portugal Contemporâneo”, *Working Papers CEPESE* (WP%20Rodrigues.pdf)

NAZARETH, J. Manuel, 1979 - O envelhecimento da população portuguesa, *Lisboa*.

PEREIRA Luís N., CHORÃO Luís R., 2009 - “Avaliação de qualidade de vida e bem-estar” in T. Rodrigues (ed.), *Regionalidade Demográfica e Diversidade Social*, Porto: Ed. Afrontamento, 129-151 (no prelo)

PINTADO, Antonio, BARRENECHEA, 1974 - *Eduardo A raia de Portugal, a fronteira do subdesenvolvimento*, Porto: Afrontamento.

TRIGAL, Lorenzo López, 1984 - “La frontera como factor geografico”, *III Coloquio Ibérico de Geografía*, Barcelona.

IV

Penamacor e as suas Gentes

4.1 – Lopo de Albuquerque, primeiro conde de Penamacor

Silvina Silvério¹

A nomeação de Lopo de Albuquerque a conde de Penamacor data de 1476. Descendente de famílias da nobreza de Ribacoa, linhagens que durante a Idade Média vêm progressivamente a instalar-se na Beira Interior, nas principais fortificações da linha fronteiriça; o seu percurso merece especial atenção integrando-se nos contextos históricos que compreendem os reinados de D. Afonso V e D. João II.

1 – A linhagem de Lopo de Albuquerque

Compete-nos iniciar este capítulo da história penamacorense por um enquadramento da figura de Lopo de Albuquerque, no âmbito das linhagens materna e paterna, elementos que nos permitem definir o perfil pessoal do conde de Penamacor, necessário para a compreensão do seu percurso de vida.

A família dos Albuquerque a que pertenceu a linhagem do conde de Penamacor tem a sua origem na prole bastarda que o rei D. Dinis gerou com D. Aldonça Telo ou de Sousa, constituindo portanto um ramo nobre com sangue real, o que justificaria parcialmente os motivos que levaram Lopo de Albuquerque a envolver-se com D. Diogo, duque de Viseu, e outros na tentativa de assassinio D. João II, em 1484, conforme veremos.

Primeiramente analisemos em pormenor as diferentes linhagens de antepassados de Lopo de Albuquerque. Seu trisavô foi D. Afonso Sanches, filho bastardo de D. Dinis, que o fez conde de Albuquerque e senhor de Vila do Conde. Contraiu matrimónio em 1304 com D. Teresa Martins de Meneses, filha primogénita de D. João Afonso Telo de Meneses, conde de Barcelos e senhor de Albuquerque, fidalgo castelhano, primo de D. Dinis, que desempenhava desde 1297, o ofício de mordomo-mor do rei, conforme demonstram as suas assinaturas nos diplomas régios², e de sua esposa D. Teresa Sanches, bastarda do rei D. Sancho IV de Castela.

No mesmo ano do seu casamento (1304) D. Afonso Sanches herdou, com o

consentimento e apoio régios, os senhorios e o cargo de mordomo-mor por morte do sogro, ocupando estas funções até 1323; o favor de D. Dinis, retribuído por uma lealdade inabalável por parte de Afonso Sanches, causou a saída para Castela de alguns dos nobres mais influentes do reino, desagradados com o rei³. A relação de extrema confiança entre pai e filho acabaram por suscitar a inveja e a desconfiança do herdeiro legítimo do trono, D. Afonso, que chegou a acusar Afonso Sanches de o tentar envenenar⁴.

Em 1318 acentuaram-se os conflitos entre D. Dinis e os bispos de Lisboa e do Porto, a quem o rei acusa de instigarem o príncipe à revolta, e quando D. Afonso lhe exige a entrega da supervisão da justiça do reino, em 1319, com o apoio da rainha D. Maria de Molina, sua sogra, estala o confronto aberto entre o rei e o seu primogénito, ao lado de quem se colocou uma importante facção da nobreza portuguesa, hostil às tentativas de controlo que D. Dinis tentava impor⁵.

Refere José Mattoso que o conflito entre D. Dinis e a nobreza se agravou, em 1321, passando da «resistência no plano judicial e por meio da desobediência aos delegados régios ... à revolta aberta»⁶, apoiando muitos as reivindicações do infante D. Afonso contra seu pai. Neste contexto de guerra civil, encontramos Afonso Sanches a apoiar constantemente o progenitor, protagonismo que lhe valeu ter de exilar-se posteriormente em Castela, quando D. Dinis se viu forçado a recuar nas suas pretensões.

O primogénito do casal formado por Afonso Sanches e D. Teresa Martins de Meneses, D. João Afonso de Albuquerque, herdou o senhorio paterno, e foi fidalgo da corte de D. Pedro I que, constam as crónicas, o mandou envenenar. Casou com D. Isabel de Meneses, filha de D. Telo de Meneses, gerando um único filho varão que também morreu, tendo os bens da família retornado à posse da coroa por falta de herdeiro legítimo.

No entanto, D. João Afonso de Albuquerque teve com Maria Rodrigues Barba descendência bastarda, destacando-se D. Fernando Afonso de Albuquerque que em Portugal, sob os auspícios da rainha D. Leonor⁷, esposa de D. Fernando, recebeu bom acolhimento e o mestrado da Ordem de Santiago, em 1379⁸, tendo sendo substituído por Mem Rodrigues de Vasconcelos, em 1387.

Com a morte do rei, D. Fernando Afonso de Albuquerque tomou partido pelo Mestre de Avis e, conforme veremos, veio a ser enviado como embaixador na corte inglesa, em finais de Março de 1384⁹, com o objectivo de renovar a aliança estratégica e comercial entre os dois reinos, política previamente iniciada por D. Fernando.

Após a derrota infligida aos castelhanos pelas forças portuguesas e inglesas na batalha de Aljubarrota a linhagem de Transtamara ficara enfraquecida, argumento favorável às pretensões sobre a coroa castelhana de John de Gant, duque de Lencastre, tendo a redacção do documento que firmava a nova aliança entre Portugal e a Inglaterra, de carácter militar, político e comercial, sido iniciada a 12 de Abril de 1386 com apresentação formal em Westminster, a 17 de Maio desse ano¹⁰.

Da estadia de D. Fernando Afonso de Albuquerque em Inglaterra resultaram duas filhas, D. Joana de Albuquerque, segunda esposa de Gonçalo Vaz Coutinho¹¹, filho de Vasco Fernandes Coutinho¹², marechal do reino, e D. Teresa de Albuquerque, casada em segundas núpcias com Vasco Martins da Cunha, “o velho”, sétimo senhor de Tábua¹³; desta última união nasceu Pedro Vaz da Cunha¹⁴, avô de Lopo de Albuquerque, que contraiu casamento, em segundas núpcias com D. Helena de Ataíde, neta de Vasco Fernandes Coutinho.

Refira-se que Vasco Fernandes Coutinho fora meirinho mor da comarca da Beira entre 1375 e 1383. Este fidalgo, cujo percurso convém destacar foi alcaide-mor de Trancoso, marechal do reino e copeiro-mor da rainha D. Filipa, esposa de D. João I, tendo vencido as forças castelhanas na batalha de Trancoso, em 1385, a quem tomou os castelos os castelos de Marialva, Moreira e Sabugal.

O primogénito de Pedro Vaz da Cunha e D. Helena de Ataíde, chamado João de Albuquerque, herdou o senhorio paterno e casou com D. Catarina Pereira, filha de João Álvares Pereira, senhor de terra de Santa Maria, tendo este casal gerado três filhos Pêro, Lopo e Henrique de Albuquerque, único continuador da linhagem após a morte dos irmãos¹⁵.

2 – Penamacor e a Nobreza – nomeações e relações de parentesco com a linhagem Castro

Desde 1 de Janeiro de 1441 o cargo de alcaide-mor de Penamacor era ocupado por D. Diogo de Castro, do concelho do rei, neto do primeiro conde de Monsanto, que recebera ainda todas as rendas e direitos da vila, substituindo Pêro Lourenço Ferreira, cavaleiro da casa real, provavelmente falecido¹⁶.

Por morte de D. Diogo a alcaidaria mor de Penamacor deverá ter passado para D. Álvaro de Castro, que se encontrava na corte desempenhando as suas funções de camareiro mor e envolvendo-se numa intriga que o levou temporariamente à prisão¹⁷, e a documentação regista alguma cristação no relacionamento entre D. Afonso V e o futuro conde de Monsanto: *“que ora por duas vezes caiu Álvaro de Castro, alcaide que era da fortaleza de Penamacor, em não querer obedecer a meus mandados nem entregar a dita fortaleza a dois porteiros da maça que a ele enviei com cartas patentes minhas pela qual mandava que entregasse a dita fortaleza a cada hun por sua vez sob pena de traição”*¹⁸.

Assim, a 3 de Julho de 1450, D. Afonso V atribuiu a D. Álvaro de Castro uma tença anual de 6000 reais, em compensação pela entrega da alcaidaria mor do castelo de Penamacor¹⁹, entregue vitaliciamente em Agosto desse ano a João Rodrigues Pereira, fidalgo da casa real, com todas as rendas e direitos, tanto do castelo como da vila e seu termo²⁰; esta mercê veio a ser confirmada em Junho de 1470 pelo seu casamento com D. Leonor de Castro²¹.

Entretanto, D. Pedro de Castro, filho de D. Joana de Castro de D. João de Noronha, sendo portanto primo em segundo grau do conde de Penamacor, veio a ser o terceiro conde de Monsanto, herdando o título de seu tio, D. João de Castro, falecido em 1496, sem filhos²².

3 – Lopo de Albuquerque - de D. Afonso V a D. João II

Desconhecemos a data de nascimento de Lopo de Albuquerque, embora deva ter ocorrido no segundo quartel do século XV.

Ocupou o ofício de regedor da Casa do Cível, em Lisboa, conforme consta de um documento de 16 de Junho de 1450, data em que lhe foi confirmado o padroado de Bucelas²³, embora tenha exercido durante pouco tempo por influência do príncipe D. João.

Sabemos que Lopo de Albuquerque foi nomeado camareiro e guarda-roupa de D. Afonso V, em 18 de Outubro de 1463²⁴, por sugestão do seu tio D. Álvaro de Castro, conde de Monsanto, que então ocupava o cargo de camareiro mor²⁵. Entre as benesses régias destacamos em 1464 a doação da vila de Abiul e de todos

os bens de quaisquer pessoas na vila de Penamacor que lhe não obedecessem²⁶, datando a confirmação do cargo de alcaide-mor do castelo de Penamacor de 13 de Março de 1471²⁷; por morte de D. Álvaro de Castro, na tomada de Arzila, a 24 de Agosto desse mesmo ano (1471), Lopo de Albuquerque ocupou as funções de camareiro mor, cargo registado em carta datada de 22 de Setembro²⁸ e, finalmente, registamos a doação das rendas da aldeia da Meimoa, termo da referida vila, por morte de Vasco Fernandes Gouveia, em Agosto de 1476²⁹.

Entretanto, casara a 7 de Março de 1467³⁰ com D. Leonor de Noronha, filha do arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha. Refere o cronista Rui de Pina que D. Pedro de Noronha era parente de D. Leonor de Aragão, viúva de D. Duarte e que ele foi uma das principais testemunhas quando a rainha viúva abriu o testamento régio que lhe atribuía a regência do reino por menoridade do filho. Juntamente com o marechal D. Vasco Fernandes Coutinho, D. Pedro de Noronha era um dos seus principais apoiantes nas cortes de Torres Novas, em Novembro de 1438³¹, tendo-se exilado para Castela ainda antes rainha, em 1441³².

A partir de 1474 Lopo de Albuquerque passou a constar da lista dos conselheiros régios, e quando em Dezembro desse ano, após a morte do Rei Henrique de Castela, D. Afonso V considerou, dando cumprimento ao previsto no testamento de D. Henrique e segundo referem as crónicas³³, casar com a D. Joana, filha do falecido e sua sobrinha, enviou-o a Castela, com o intuito de identificar e contactar os apoiantes nobres de D. Joana e «*concertar-se com elles e tomar d’elles certidão de obediência para em sua segurança, se parecesse razão, El-Rey entrar em Castela*»³⁴, enquanto João Fernandes da Silveira tratava das negociações para efectivar o casamento³⁵.

Em Janeiro de 1475, Lopo de Albuquerque regressou a Portugal (Évora) com o rol dos apoiantes castelhanos, entre os quais se encontravam D. Afonso, arcebispo de Toledo, os marqueses de Vilhena e Santilhana e o duque de Arévalo, tendo D. Afonso V decidido enviar Rui de Sousa aos reis católicos Isabel e Fernando, numa tentativa de conciliar interesses e evitar o confronto, enquanto reunia forças em Arronches, entre as quais de contavam as gentes do Duque de Guimarães, do Conde de Marialva, de Rui Pereira e de outros fidalgos, que atravessaram a Beira Baixa para se juntarem às hostes régias já em território castelhano³⁶.

Refere a crónica de Rui de Pina que Lopo de Albuquerque ocupava o posto de capitão da vanguarda do rei, pertencendo ao marechal D. Fernando Coutinho, (tio da mãe) as tarefas de «aposentador e assentador do arraial», constando-se entre outros fidalgos de maior importância, seu tio D. Álvaro de Castro, conde de Monsanto, e D. Afonso de Vasconcelos, conde de Penela³⁷.

Até à entrada na cidade de Placencia, a 30 de Maio de 1475, não terá havido nenhum recontro entre as forças portuguesas e o exército leal a D. Fernando, relatando as crónicas que ali se realizaram os esposais entre D. Afonso V, de 43 anos e a “*Excelente Senhora*”, com apenas 13, casamento político nunca consumado³⁸. Segundo as crónicas foi nessa cidade que o rei, em reconhecimento “*por gallardam do trabalho que tomara [...] no concerto deste entrada e casamento*”, fez Lopo de Albuquerque, conde de Penamacor, ou seja, ainda em 1475, embora a rectificação documental date de 8 de Agosto de 1476³⁹, seguindo-se duas cartas, datada de 24 de Agosto de 1476 em que o rei lhe atribui a alcaidaria mor da vila e mais uma vida em título para seu filho primogénito⁴⁰ IAN/TT, *Místicos*, liv. 4, fl. 20 v e liv. 3, fl. 219 v.. A tença atribuída ascendeu a 564 000 reais⁴¹.

Segundo Rui de Pina, ainda em Placencia D. Afonso V nomeou também seu irmão, Pêro de Albuquerque, capitão do Sabugal e Alfaiates e D. João Galvão, Bispo de Coimbra, fronteiro da comarca da Beira⁴².

Entretanto Isabel e Fernando retaliam militarmente, iniciando-se os combates em Arévalo e Toro. O rei decidiu-se finalmente por marchar sobre Burgos, tendo Lopo de Albuquerque, liderando um destacamento onde participavam Rui Pereira, conde da Feira, e D. Diogo de Castro, sido desbaratado pelas forças do conde de Benavente. Com a chegada do contingente sob o comando de D. Afonso V, concretizou-se, ainda que com avultadas baixas, a tomada da vila de Baltanás, seguidamente saqueada⁴³.

Em finais de Setembro o rei enviou Lopo de Albuquerque para tomar a localidade de Cantalapiedra, concretizada sem dificuldade, seguindo-se uma retirada para Zamora, para passar o Inverno.

Enquanto decorriam estas investidas portuguesa em território castelhano, as forças castelhanas retaliavam com um conjunto de incursões rápidas perpetradas no Alentejo e na Beira Baixa entre 1475 e 1478⁴⁴.

Em Fevereiro de 1476 o conde de Penamacor foi feito prisioneiro das forças castelhanas lideradas por D. Fernando de Aragão numa das refregas ocorridas durante o cerco montado a Zamora, que D. Afonso V não conseguiu romper, impedindo-o de auxiliar os portugueses sitiados no castelo; a 2 de Março desse ano, ambos os exércitos acabaram por se envolver na batalha de Toro, adversa aos propósitos portugueses, sucedendo-se os cercos a essa cidade e ao castelo de Cantalapiedra⁴⁵.

Entretanto, Lopo de Albuquerque terá sido resgatado, uma vez que acompanhou D. Afonso V a França, em Agosto de 1476 participando no encontro entre o rei português e Luís XI a 29 de Dezembro; destas negociações resultou, entre outras, a decisão de enviar uma embaixada mista a Roma destinada a confirmar a dispensa e os esponsais entre D. Afonso V e a sobrinha, D. Joana.

O conde de Penamacor integrou a delegação que partiu por Portugal, acompanhado pelo doutor João Teixeira e por Diogo de Saldanha, regressando posteriormente ao reino. Lopo de Albuquerque voltaria a França em Setembro de 1477, decidido a convencer o rei a regressar a Portugal face ao reconhecimento da impossibilidade de atingir os seus propósitos; terá integrado a comitiva de D. Afonso V quando este embarcou, em finais desse mês, em Saint-Vaast-la-Hougue, tendo chegado a Cascais a 13 de Novembro⁴⁶.

De facto, em 1477 o príncipe D. João parece reconhecer a necessidade de assumir maiores responsabilidades no governo do reino; em 10 de Setembro desse ano, como regente, convoca cortes que decorrem em Santarém e Lisboa, sendo reconhecido como rei de Portugal a 10 de Novembro, três dias apenas antes do regresso de D. Afonso V ao reino que imediatamente recupera a coroa e o trono. Teria ainda de decorrer mais de um ano (15 de Abril de 1479) para que o rei entregasse ao príncipe todos os cargos que exercia, exceptuando o protectorado a universidade.

Podemos presumir que Lopo de Albuquerque, face ao resultado previsível das cortes de Santarém – Lisboa, tenha viajado apressadamente para França com o objectivo de convencer D. Afonso V a regressar a Portugal a tempo de evitar a subida ao trono de D. João, medida que poderá ter-lhe criado algum antagonismo com o príncipe, que justificaria o posterior envolvimento de Lopo de Albuquerque na conjura do duque de Viseu destinada a eliminar D. João II.

O conde de Penamacor teria algumas razões que recuavam ao reinado de D. Afonso V, particularmente quando este doou Penamacor ao príncipe, a 3 de Junho de 1478: *«E por esta dou poder e autoridade ao dito meu filho que elle per ssy e per quem lhe aprouuer possa tomar a mamdar tomar a posse da dita villa e fortaleza sem mais outra autoridade de justiça»*⁴⁷.

A importante quantia que recebera de D. Afonso V, de assentamento e tenças, então no valor total de 674.800 reais, foi-lhe também questionada por D. João II que só a confirmou a 8 de Janeiro de 1482⁴⁸.

Terão sido estes os motivos para que o conde de Penamacor se tenha envolvido na conjura destinada a assassinar o rei e aniquilar a sua política centralizadora, tão incómoda aos interesses da grande nobreza, sensível à influência castelhana sempre interessada em desestabilizar os objectivos da coroa portuguesa?

Analisemos o contexto político que antecedeu a morte de D. Diogo, duque de Viseu, às mãos do rei, quem são os conjurados e qual o seu grau de parentesco. A problemática subjacente às questões entre D. João II e algumas das principais casas da nobreza portuguesa recuam à pretensão de D. Afonso V à coroa de Castela através do seu casamento com D. Joana, a “*Excelente Senhora*”; depois do seu encarceramento em clausura, as longas negociações diplomáticas estabelecidas entre o D. João II e os reis católicos, Fernando e Isabel, reflectiam a necessidade destes últimos de assegurar que os interesses da filha do rei Henrique IV não receberiam novamente apoio por parte da coroa portuguesa.

Por outro lado, convinha à coroa castelhana enfraquecer o poder régio, razão pela qual apoiavam sub-repticiamente a posição da grande nobreza contra D. João II, particularmente entre 1483 e 1484, tentando garantir que com a ascensão da casa de Bragança ao trono D. Joana não mais sairia do convento, nem constituiria qualquer tipo de ameaça para a coroa castelhano leonesa.

Entretanto, D. João II tentava apaziguar as inseguranças dos reis católicos enquanto negociava o casamento de seu filho, D. Afonso, com uma infanta castelhana, primeiro com D. Isabel, depois com D. Joana, no longo processo que ficou conhecido por terçarias de Moura⁴⁹, finalmente encerrado com a assinatura de um acordo, em Avis, a 15 de Maio de 1483.

Subjacente à conclusão desta longa jornada diplomática estava o acordo tácito do rei em manter permanentemente afastada D. Joana, embora os reis católicos tenham ainda pedido ao papa, a 15 de Junho desse ano (1483), a emissão de uma bula proibindo-a de sair do convento⁵⁰, alguns dias antes da execução do duque de Bragança⁵¹, preso em Évora a 29 de Maio.

Apesar de ter perdoado ao seu outro cunhado, D. Diogo, duque de Viseu, que mandou chamar à sua presença dois dias após a prisão de D. Fernando, este encontrava-se implicado, tendo sido descobertos no seu paço de Vila Viçosa documentos e correspondência que denunciavam a participação dos reis católicos.

Os pormenores do plano para assassinar o rei são conhecidos, bem como de que forma deles toma conhecimento⁵², em grande medida devido à denúncia feita por D. Vasco Coutinho; a crónica de Rui de Pina situa o rei a 27 de Agosto em Setúbal, na casa de Nuno da Cunha, altura em que manda chamar à sua presença D. Diogo que está no castelo de Palmela. Vindo este no dia seguinte, D. João II apunhala-o e manda prender D. Garcia de Meneses, bispo de Évora, e seu irmão, D. Fernando de Meneses, D. Guterres Coutinho, comendador de Sesimbra (Ordem de Santiago), filho do marechal D. Fernando Coutinho, D. Pedro de Ataíde, filho de Álvaro de Ataíde, também implicado e irmão do conde de Atouguia, D. Martinho de Ataíde, D. João de Meneses, Fernão da Silveira, escrivão da puridade e filho do barão do Alvito, Pêro de Albuquerque, alcaide-mor do Sabugal e seu irmão, Lopo de Albuquerque.

Destes, conseguem fugir D. Álvaro de Ataíde e Fernão da Silveira, para Castela⁵³, e o conde de Penamacor refugiou-se no seu castelo, enquanto o seu irmão foi degolado publicamente em Montemor-o-Novo.

Quanto a relações de parentesco entre os conjurados, comecemos pela linhagem

dos Coutinhos. D. Fernando Coutinho, marechal do reino e alcaide-mor de Pinhel, era esposo de D. Joana de Castro, filha de Álvaro Gonçalves de Ataíde, primeiro conde de Atouguia e de D. Guiomar de Castro, e foi seu filho, D. Vasco Coutinho, quem descobriu e denunciou a conjura a D. João II, tendo por isso sido amplamente recompensado⁵⁴; sua irmã D. Maria Coutinho era casada com D. Rodrigo de Castro, de alcunha “de Monsanto”, filho bastardo de D. Álvaro de Castro, primeiro conde de Monsanto, tio de Lopo de Albuquerque.

D. Garcia e D. Fernando de Meneses eram filhos D. Duarte de Meneses, descendente bastardo do primeiro conde de Viana, D. Pedro de Meneses e de Isabel Domingues⁵⁵. Nascido em 1414, D. Duarte de Meneses, herdou o condado paterno, tendo contraído matrimónio com D. Isabel de Melo, filha de Martim Afonso de Melo, guarda-mor de D. João I; deste casamento nasceu apenas uma filha, D. Maria de Meneses, que desposou D. João de Castro, que, como vimos, foi o segundo conde de Monsanto, sendo primo de Lopo e Pêro de Albuquerque.

Do segundo casamento de D. Duarte de Meneses, segundo conde de Viana e primeiro capitão de Alcácer Seguer, com D. Isabel de Castro, filha de D. Fernando de Castro, governador da casa do Infante D. Henrique, e de D. Isabel de Ataíde⁵⁶, nasceram, entre outros, D. Garcia de Meneses, bispo de Évora, e D. Fernando de Meneses, de alcunha “o narizes”, ambos envolvidos na conjura destinada a assassinar D. João II e por ele supliciados.

D. Fernando de Meneses foi casado com D. Isabel de Castro, filha de D. Diogo de Castro, alcaide-mor de Évora, sendo notória a relação de parentesco com o conde de Penamacor.

Refira-se também que Pedro Vaz da Cunha, avô do conde de Penamacor casara com D. Helena de Ataíde, filha de Martim Gonçalves de Ataíde e de Mécia Vasques Coutinho, completando-se um conjunto de matrimónios dentro de um grupo restrito de famílias no seio das quais identificamos os principais implicados neste episódio na nossa História.

Relata a crónica de Garcia de Resende que após a prisão de Pêro de Albuquerque, em Lisboa, e da fuga do irmão para Penamacor D. João II iniciou diligências no sentido de assegurar a lealdade das fortificações que estavam na posse dos conjurados; menciona o cronista que a do Sabugal, onde se encontrava D. Catarina, a esposa do alcaide-mor, foi a única a oferecer resistência, obrigando o rei a enviar para lá primeiramente D. Pedro de Noronha, seu mordomo-mor, tendo o rei partido em seguida para Castelo Branco «onde com ele se juntou muito boa gente do Reino aparelhada de armas e bons cavalos»; D. Catarina não ofereceu mais resistência e entregou o castelo, pelo que D. João II lhe fez «mercê da fazenda do marido, que por sua deslealdade tinha perdida.»⁵⁷.

Lopo de Albuquerque ainda tentou justificar-se perante o rei, quando este empreendia a viagem de regresso, tendo-se encontrado com ele, sob seguro real⁵⁸, no lugar das Cortiçadas, entre Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão, mas D. João II não o perdoou forçando-o a exilar-se com a família em Castela.

Foge à justiça régia em 1484, mas nem por isso deixa de ser perseguido; refere Garcia de Resende que o conde de Penamacor passou por Roma e esteve na Flandres⁵⁹. Em 1488, D. João II toma conhecimento que Lopo de Albuquerque se encontra em Inglaterra contando provavelmente com o apoio de parentes, onde, sob o nome Pedro Nunes, se dedicava à montagem de expedições destinadas ao comércio nas costas guineenses⁶⁰, interferindo com um monopólio que pertencia a D. João desde que o pai lho doara, em 31 de Agosto de 1474.

Despeitado, o rei envia Álvaro de Caminha a Inglaterra com instruções para o raptar ou matar⁶¹, mas nenhum dos propósitos é concretizado, tendo D. João II

solicitado seguidamente ao rei inglês, por intermédio do cavaleiro João Álvares Rangel, a sua prisão e extradição⁶².

Desta vez D. João II obtém algum sucesso junto da coroa inglesa, resultando na prisão temporária de Lopo de Albuquerque na Torre de Londres, mas ainda não satisfeito o rei envia nova embaixada, liderada por Aires da Almada, seu corregedor, pedindo ao monarca inglês Henrique VII a sua condenação ou a entrega do prisioneiro.

Resende diz-nos que o rei de Inglaterra «depois de sobre o caso haver concelho, se escusou»⁶³; entretanto libertado, o antigo conde de Penamacor, regressou à Península Ibérica, tendo-se desencontrado em Barcelona com os reis castelhanos, a quem contava pedir apoio, partiu para Sevilha⁶⁴, para juntar-se à condessa e aos filhos, vindo a falecer pouco tempo depois, entre 1493 e 1495⁶⁵.

Conclusão

Nos primeiros anos de reinado de D. Manuel I regressaram a Portugal de vários membros da nobreza exilada em Castela durante o reinado de D. João II, entre os quais se encontra a condessa de Penamacor, D. Leonor de Noronha e os filhos, que apesar de não voltarem a Penamacor, vem a ocupar outros cargos na corte, conforme veremos.

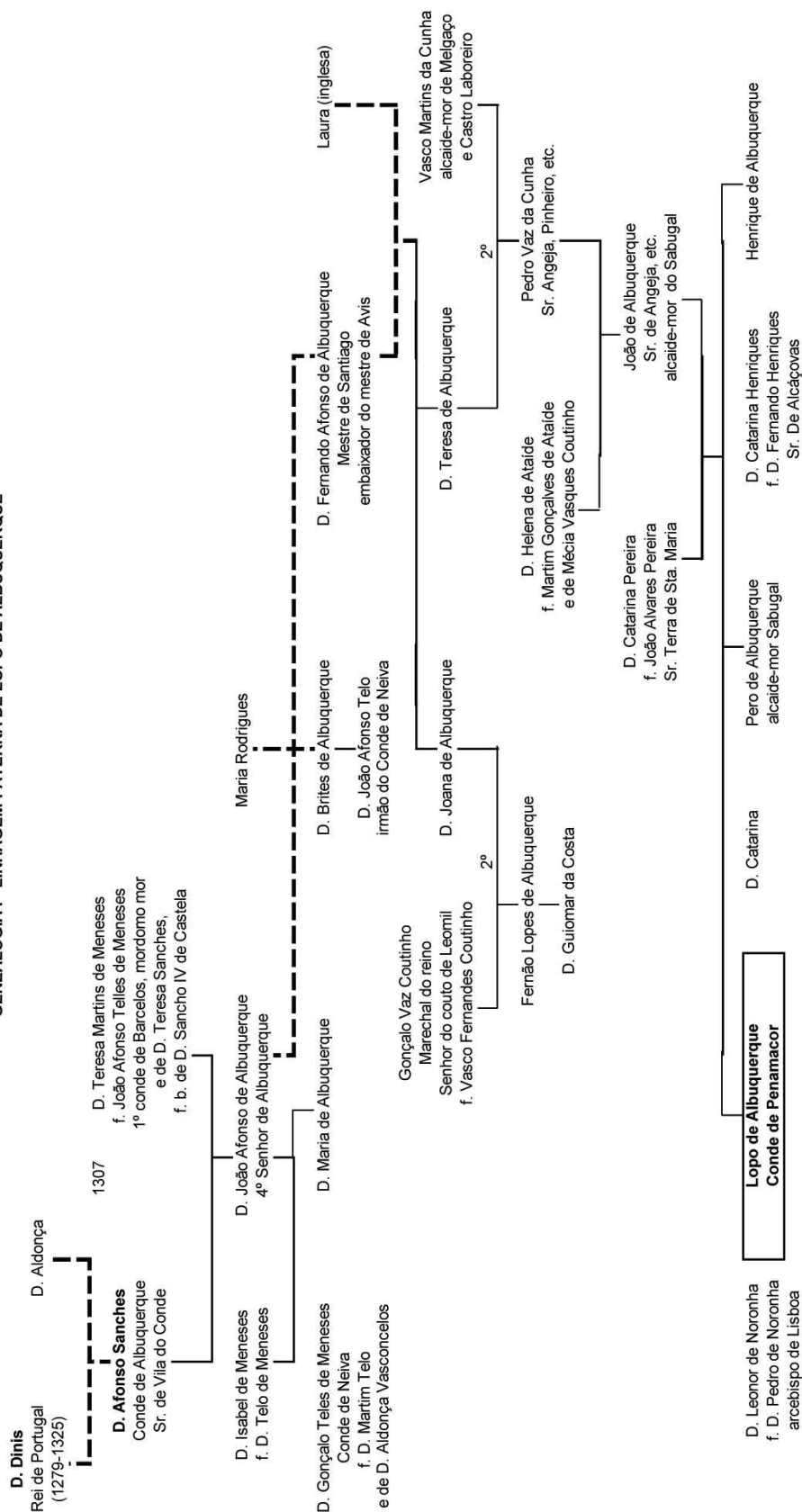
Sabemos que a condessa já está no reino em 1504, datando de 18 de Julho uma carta de confirmação do casamento de sua filha D. Guiomar de Noronha com Rui de Melo, alcaide-mor de Évora, onde, para além da sua presença, expressamente referida, se encontram irmãos seus.

Em Setembro de 1517 D. Leonor de Noronha ainda vive, conforme sugere a atribuição de uma tença anual de cinco moios de trigo, do reguengo de Algés, a serem pagos a partir de Janeiro do ano seguinte⁶⁶; terá morrido provavelmente em 1518, uma vez que seu filho, D. Garcia de Albuquerque, copeiro-mor do príncipe D. João, passou a receber, a partir de Janeiro de 1519, 20.000 reais de tença «dos 40.000 que vagaram pelo falecimento de D. Leonor, condessa de Penamacor, sua mãe»⁶⁷.

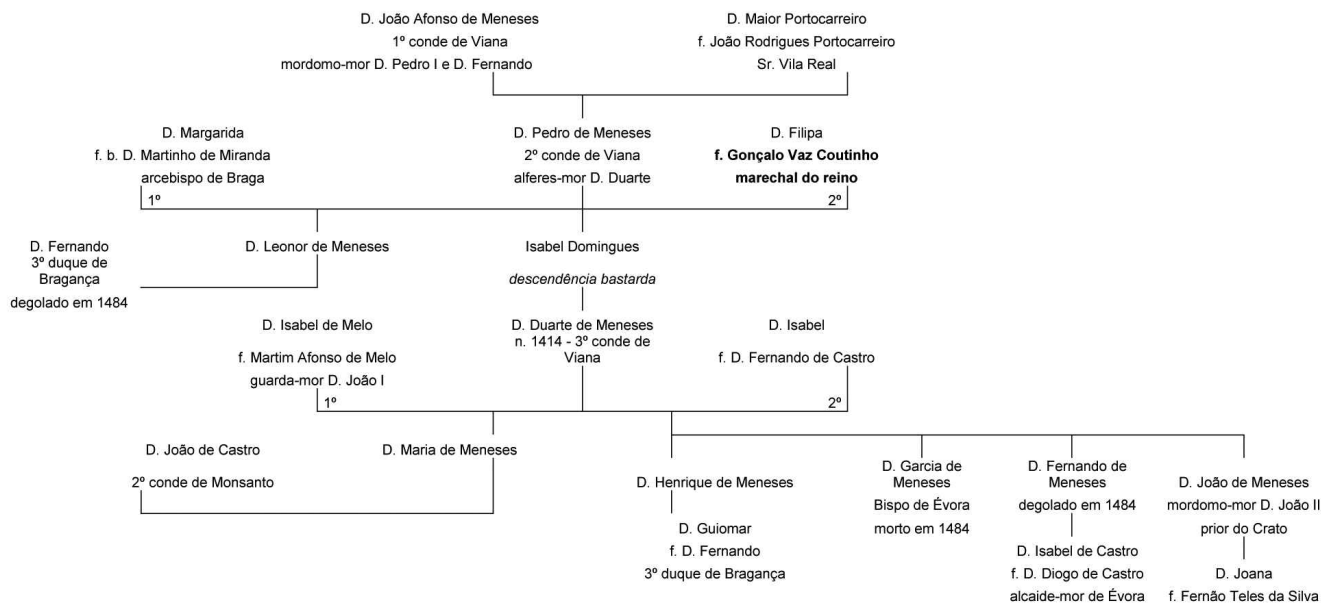
O percurso de vida do Conde de Penamacor integra-se portanto nas mudanças políticas e conjecturais que se verificaram na transição do século XV para o século XVI, primeiramente devido a permissividade de D. Afonso V face à necessidade de retribuir o apoio de uma parte da nobreza nos conflitos que teve com seu tio, o regente D. Pedro, posteriormente devido à regularização do poder régio sobre essa mesma nobreza imposta por D. João II. Finalmente, com a subida ao trono de D. Manuel I parte substancial das rupturas entre a coroa e a nobreza antiga foi colmatada, mas o papel de Portugal no mundo alterara-se substancialmente com a abertura das rotas atlânticas e asiáticas, tal como as relações entre os reinos ibéricos.

A figura de Lopo de Albuquerque inscreve-se assim num período histórico que marcou a passagem da estrutura social medieval para a modernidade, para a abertura de outros horizontes.

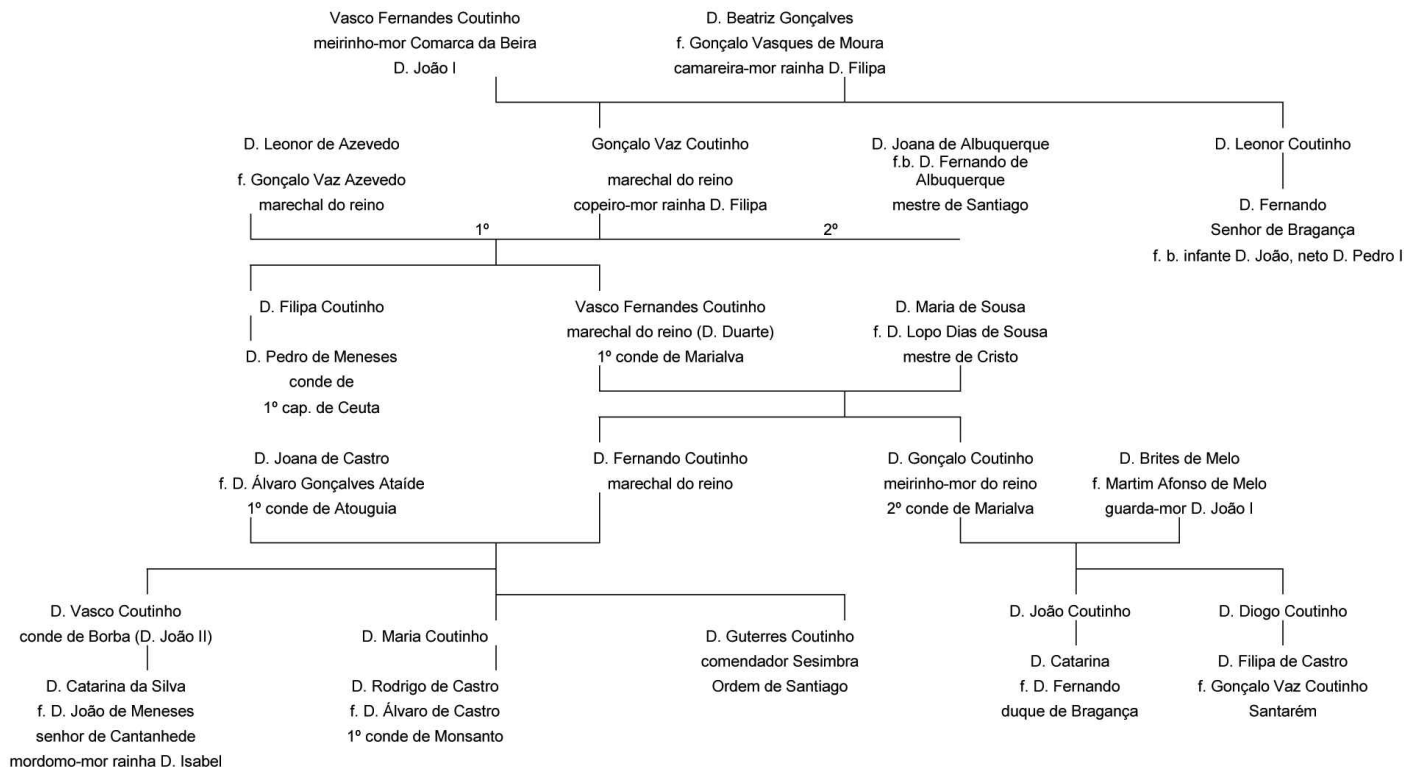
GENEALOGIA I - LINHAGEM PATERNA DE LOPO DE ALBUQUERQUE



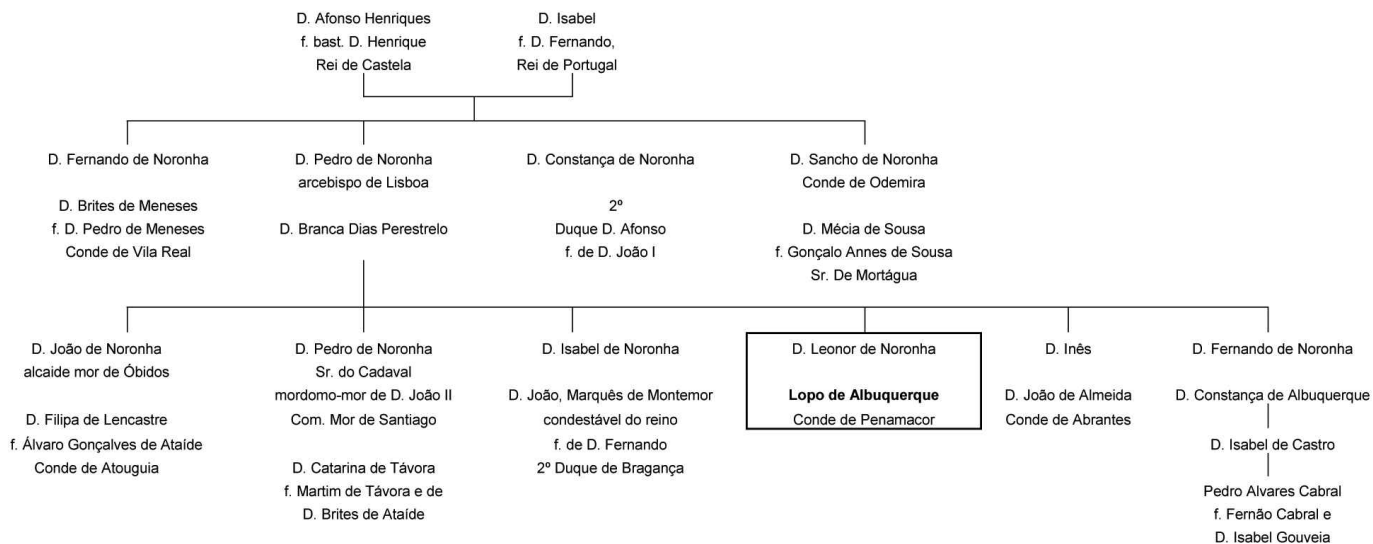
GENEALOGIA 2 - LINHAGEM MENESES / CASA DE VILA REAL E DE VIANA



GENEALOGIA 3 - LINHAGEM DOS COUTINHOS



GENEALOGIA 4 - LINHAGEM DOS NORONHAS - ESPOSA DE LOPO DE ALBUQUERQUE



Bibliografia

Fontes Impressas

IAN/TT – Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

Cortes Portuguesas, Reinado de D. Fernando (1367 – 1383), INIC, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1990, vol. I (1367 – 1380)

LOPES, Fernão, 1990, *Crónica de D. João I*, ed. Livraria Civilização, série régia, 2 vols., Barcelos.

LOPES, Fernão, 2004, *Crónica de D. Fernando*, (ed. critica, introd. e índices de Giuliano Macchi), Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa.

PINA, Rui de, 1904, *Crónica do Senhor Rey D. Afonso V*, (introd. G. Pereira), Lisboa.

PINA, Rui de, 1950, *Crónica de el-rei D. João II*, (ed. Alberto Martins de Carvalho), Atlântida, Coimbra.

RESENDE, Garcia de, 2004, *Crónica de D. João II e miscelânea*, colecção História de Portugal, vol. XXIX, cord. José Hermano Saraiva, Matosinhos.

Obras e artigos

COELHO, Maria Helena da Cruz, 2008, *D. João I. O que re-colheu Boa Memória*, ed. Círculo dos Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, col. Temas e Debates, Lisboa.

COSTA, João Paulo Oliveira e, 2007, *D. Manuel I, 1469 – 1521 – Um príncipe do Renascimento*, ed. Círculo dos Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, col. Temas e Debates, Lisboa.

CUNHA, Mafalda Soares da, 1990, *Linhagem, parentesco e poder. A Casa de Bragança (1384 – 1483)*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa.

DOMINGUES, José, 2008, *As Ordenações Afonsinas. Três Séculos de Direito Medieval [1211 – 1512]*, ed. Zéfiro, Sintra.

DUARTE, Luís Miguel, 2007, *D. Duarte. Requiem por um rei triste*, ed. Círculo dos Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, col. Temas e Debates, Lisboa.

FONSECA, Luís Adão da, 2007, *D. João II*, ed. Círculo dos Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, col. Temas e Debates, Lisboa.

FREIRE, Anselmo Braamcamp, 1996, *Brasões da Sala de Sintra*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 3 vols. Lisboa.

GAIO, Manuel José da Costa Felgueiras, 1992, *Nobiliário das famílias de Portugal*, 12 vols. Braga.

GOMES, J. Pinharanda, 2000, “Guarda, Diocese da”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. C-1, ed. Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 309 – 317.

GOMES, Rita Costa, 2009, *D. Fernando*, ed. Círculo dos Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, col. Temas e Debates, Lisboa.

GOMES, Saul António, 2009, *D. Afonso V*, ed. Círculo dos Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, col. Temas e Debates, Lisboa.

MATTOSO, José (dir.), 1993, *História de Portugal – A monarquia feudal*, vol. II, ed. Estampa, Lisboa.

MATTOSO, José (dir.), 1993a, *História de Portugal – No alvorecer da modernidade*, (coord. Joaquim Romero Magalhães), Vol. III, ed. Estampa, Lisboa.

MATTOSO, José, 1998, *Ricos-homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, ed. Guimarães, col. História & Ensaios, Lisboa.

MATTOSO, José, 2007, *D. Afonso Henriques, 1109 – 1185*, ed. Círculo dos Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, col. Temas e Debates, Lisboa.

MENDONÇA, Manuela, 1994, *Chancelaria de D. João II: Índices*, 2 vols., IAN/TT, Lisboa.

MENDONÇA, Manuela, 1995, *D. João II. Um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*, ed. Estampa, col. Histórias de Portugal, 13, Lisboa.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, 2008, *D. Dinis*, ed. Círculo dos Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, col. Temas e Debates, Lisboa.

REIS, António Matos, 2007, *História dos Municípios [1050 – 1383]*, Livros Horizonte, Lisboa.

SILVÉRIO, Silvina e MARQUES, Marisa Pires, 2004, *Diogo da Silva de Meneses e a política régia ultramarina*, Actas do Colóquio Internacional *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*, C.H.A.M., Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, p. 239 – 257.

4.2 – Ribeiro Sanches, Um Português Inesquecível

Faustino Cordeiro¹

Recentemente, o Prof. Joaquim Fernandes da Universidade Fernando Pessoa do Porto, escreveu uma obra de que valeria a pena que todos os portugueses cultos tomassem conhecimento. Refiro-me à obra *O Grande Livro dos Portugueses Esquecidos*, editada e publicada recentemente por uma empresa que, sendo estrangeira, tem prestado um excelente serviço à cultura portuguesa. Lê-la atentamente permite-nos descobrir uma surpreendente lista de admiráveis vultos portugueses que se afirmaram nas Letras, na Filosofia, na Medicina, na Física, na Química, na Botânica e noutros diferentes sectores do saber universal. Permite-nos também verificar quanto na história deste país se têm desprezado e até, em muitos casos, perseguido e vilipendiado, ao longo da sua história, homens e mulheres que honraram, pelas mais variadas formas, a sua Pátria. E talvez pior do que isso, o esquecimento a que os votaram todos aqueles que em Portugal têm sido responsáveis por transmitir às novas gerações os valores culturais do passado. O autor aponta-nos mais de duas centenas de personalidades de que justamente nos devíamos orgulhar e cuja obra, na sua opinião, somente alguns (poucos!) portugueses conhecem.

Embora se possa divergir quanto à questão do efectivo olvido de alguns das figuras destacadas que nos são apresentadas, a obra tem o mérito de nos fazer recordar que inúmeras vezes nos menosprezamos como uma Nação que deu grande contribuição para o avanço científico da Humanidade. Basta recordar, um dos portugueses citados na obra, o espantoso P.e **Manuel António Gomes** que na Exposição Universal de Saint Louis nos EUA, realizada em 1904, ao apresentar um heliostato, aparelho para captar as radiações solares e capaz de produzir uma temperatura de 3500° C, consegue obter o Grande Prémio e receber das mãos do presidente Wilson o respectivo diploma. Ao ler-se hoje as notícias que nos falam

do desenvolvimento das diversas unidades de captação de energia solar, fica-se a pensar quanto avançados eram os projectos deste grande português. E se soubermos ainda que ele recusou uma proposta de ceder a patente do aparelho pela incrível quantia de 350 contos, porque esperava poder aplicar o seu invento em Portugal, o espanto ainda é maior.

1 – Um século de luta por Ribeiro Sanches

Mas da lista apresentada por Joaquim Fernandes, destaca-se igualmente o grande português de que Penamacor se orgulha: Ribeiro Sanches. E aqui divergimos hoje da opinião do Prof. Joaquim Fernandes, por a considerarmos talvez desactualizada. Na verdade, pode dizer-se que Sanches foi um grande cientista do Século XVIII cuja obra foi praticamente esquecida em Portugal depois da sua morte até ao início do Século XX, quando, meritoriamente, o governo monárquico de então, em 31 de Agosto de 1909, encarregou **Maximiano Lemos** de escrever a História da Medicina em Portugal no seu período moderno, que segundo ele próprio considerava, se iniciara com o grande médico de Penamacor. Mérito também para o novo governo republicano que, ao contrário do que se poderia supor, manteve a confiança em Maximiano de Lemos permitindo-lhe passar à posteridade um pormenorizado estudo sobre a sua vida e obra, que foi publicado em 1911². Mesmo assim, à aprofundada investigação realizada pelo grande médico portuense, escapou nessa altura, a existência de cinco volumes de manuscritos de Ribeiro Sanches que tinham pertencido a D. Pascual de Gayangus e tinham dado entrada, cinco anos antes do seu trabalho, isto é, em 1904, na Biblioteca Nacional de Madrid. Maximiano Lemos, todavia, dá-nos conta da existência desses manuscritos, dois anos depois³. Recordemos que todos os manuscritos de Sanches, após a morte do seu grande amigo, o Dr. Charles Andry, que os herdara, tinham sido espalhados por diversos pontos da Europa.

De assinalar, ainda, que só em 1922 aparece publicada uma das suas mais importantes obras, **Cartas sobre a Educação da Mocidade**, numa edição que depressa se esgotou, e que, mais de trinta anos depois, em 1956 - graças a **Raul Rego** - é possível ler a obra **Origem da Denominação Cristão-Velho e Cristão-Novo em Portugal**⁴. Ainda assim, o conhecimento directo dos muitos dos textos escritos por R. S., ficou praticamente reduzido a um pequeno número de especialistas, até que, nos anos 50, um grande professor da Universidade de Coimbra, **Joaquim de Carvalho**, deu início àquilo que parece ter sido um dos seus mais importantes projectos pessoais: a publicação de todas as obras de Sanches. Infelizmente o grande investigador, morreu em 1958 e já não pôde assistir sequer ao lançamento do 1.º volume⁵. Este continha duas das mais importantes obras escritas por Ribeiro Sanches: *Método para Aprender e Estudar a Medicina* e *Cartas sobre a Educação da Mocidade*. No prefácio, o Prof. Maximino Correia, afirmava o empenhamento da Universidade de Coimbra “em levar a bom termo tão difícil como grata tarefa”, para citar as suas palavras. Mas foi preciso esperar mais sete anos para aparecer o 2.º Volume⁶, no qual se tornou acessível a qualquer pessoa uma obra, o *Tratado*

da *Conservação da Saúde dos Povos*, que outro grande médico, **Ricardo Jorge**, no XV Congresso Internacional da Medicina realizado em Lisboa em 1906, já considerara “o primeiro livro em que a Medicina Pública e preventiva se constituiu em arte social e em princípio de governo popular” e apontara a primazia de Sanches como pioneiro da higiene pública moderna, ao publicá-la. Recordemos que o livro, editado em 1756 e 1757, merecera uma tradução para espanhol, em 1781, com um prólogo extraordinariamente elogioso do tradutor **Benito Bails**⁷, um grande matemático espanhol e grande conhecedor de arquitectura.

Valerá a pena uma nota pessoal para recordar o que já nesta grande terra, cujos 800 anos estamos a celebrar, uma vez afirmámos: que foi em 1962, quando estudávamos História da Cultura em Portugal, com o Prof. Veríssimo Serrão, que este Mestre nos incitou à descoberta de Sanches. A leitura da obra de Maximiano Lemos deixou-nos perplexos: como era possível ter sido quase ignorado em Portugal, durante mais de 120 anos, (recordemos que R. S. morreu em 1783), um homem de ciência português que era uma referência europeia no Século XVIII. A curiosidade de conhecer a sua obra levou-nos em 1963 a Paris e à Biblioteca da Faculdade de Medicina onde nos deparámos com os nove volumes de manuscritos de Sanches. Com os fracos recursos que tínhamos, adquirimos as cópias microfilmadas de vários manuscritos que nos tinham surpreendido. Só três exemplos: *Mon Journal* (o diário escrito por R. S. nos seus últimos 20 anos), a *Dissertação sobre as Paixões da Alma*, que o Dr. Charles Andry tinha traduzido para ser incluída na Encyclopédie Méthodique, logo após a morte Sanches, mas nunca merecera publicação em português; e a *Introdução ao Método de Aprender e Estudar Medicina*. Depois foi a descoberta da existência dos manuscritos de Madrid, e dos existentes em Braga (coleção que pertencera ao Conde da Barca e depois ao seu médico Manuel Oliveira). Isto fez-nos prometer a nós próprios que havíamos de tentar fazer o que nos fosse possível para tornar públicos alguns desses textos. Esta promessa só a pudemos cumprir muitos mais tarde, como é sabido.

Mas voltando à divulgação dos trabalhos de Sanches, é significativo que seja um holandês, **David Willemse**⁸ a mostrar, em 1966, a toda a Europa, a importância que teve a relação do nosso cientista com a Rússia da grande Catarina, ao publicar o seu trabalho - financiado, em parte, pela Fundação Gulbenkian - *António Nunes Ribeiro Sanches, Élève de Boerhaave et son Importance pour la Russie*. De qualquer modo, parecia, em 1966, com a publicação do 2.º vol. das suas obras pela Universidade de Coimbra e com a publicação da obra de Willemse, que os trabalhos de Sanches iriam continuar a ser divulgados. Todavia, só em 1972, foi possível estarem acessíveis ao grande público vários textos da coleção Barca/Oliveira. **Víctor de Sá**, que promoveu a sua publicação, deu um significativo título ao volume publicado, retirado de um pequeno texto de Sanches nele incluído: *Dificuldades que tem um Reino Velho para Emendar-se*⁹. É significativo também o interesse que despertou pois em 1980, uma editora de Lisboa, publicou uma 2.ª edição¹⁰.

E embora o sonho de Joaquim de Carvalho, afinal não tenha sido concretizado,

muitos intelectuais admiradores de Sanches não desistiram de tornar conhecidas outras obras suas. Quero salientar entre várias, duas meritórias acções: o trabalho desenvolvido pela **Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII**, dirigida por alguém que é uma profunda conhecedora da cultura e da história desse século, a **Dr.^a Maria Helena Carvalho Santos**, que promove a comemoração do tricentenário do Marquês e de Ribeiro Sanches; e também o trabalho desenvolvido por uma equipa de investigadores de Castelo Branco com a publicação dos **Cadernos da Cultura sobre Medicina na Beira Interior – da Pré-História ao Século XX**, dirigidos por **António Lourenço Marques**. E é exactamente um dos mais insignes membros da SPES XVIII e colaboradora desses cadernos, **Fanny Andrée Xavier da Cunha**, que publica, no n.º 4, em Outubro de 1991, a tradução de uma das mais importantes obras médicas de Ribeiro Sanches: a *Memória sobre os Banhos de Vapor da Rússia*.

Tudo o que dissemos até aqui mostra que, a um certo nível da sociedade portuguesa, Ribeiro Sanches deixou de figurar na lista dos grandes portugueses esquecidos. Pode dizer-se mais: que a situação melhorou significativamente quando em 1999, ano do tricentenário do nascimento de Sanches, a Câmara Municipal de Penamacor, decidiu celebrá-lo condignamente e publicar duas obras:

- a reimpressão da obra do Prof. António Rosa Mendes *Ribeiro Sanches e o Marquês de Pombal*¹¹, onde o autor demonstra que as importantes *Cartas sobre a Educação da Mocidade* “professavam doutrina e inculcavam reformas que iam ao arrepio do projecto pombalino” e por isso tinha sido praticamente impedida, ao tempo, a sua divulgação;
- a *Dissertação sobre as Paixões da Alma*,¹² a versão original em português da obra de Sanches que merecera a tradução de Andry sob o título *Affections de l'Âme* na *Encyclopédie Méthodique* em 1787, e, na qual podemos ler muitas afirmações que os estudos posteriores da psicologia e da patologia dos comportamentos confirmaram.

Mas esse trabalho da Câmara Municipal para a divulgação da obra manuscrita de Sanches não parou:

- Em 2000, com prefácio do Prof. **António Borges Coelho**, um grande estudioso da vida de personalidades que tiveram de deixar a pátria, pelas mesmas razões que Sanches (a intolerância religiosa), foi possível tornar acessível à leitura pública, importantes textos do grande português sobre a Economia no Portugal do Século XVIII e igualmente um texto praticamente desconhecido, mesmo dos estudiosos, em que Sanches fazia uma crítica severa ao “Émile” de Rousseau numa leitura comentada. Tudo isto foi inserido no livro *Sobre Agricultura, Alfândegas, Colónias e Outros Textos*¹³;
- Em 2006, para todos os que quiseram conhecer outra faceta da vida e da obra do grande mestre ficaram disponíveis mais trabalhos seus com

a publicação do *Diário de Campanha na Guerra Russo-Turca (1735-1739) e Outros Textos*¹⁴. Nesse volume, além de uma imagem do quotidiano do médico português, ao serviço do Exército russo, foi possível tornar conhecido um texto com a sua incisiva explicação da razão porque era difícil ensinar Artes Liberais em Portugal e igualmente dois textos críticos ao sistema de ensino da Medicina em Portugal: o texto de apresentação à *Introdução ao Método de Aprender e Estudar a Medicina* e a *Carta a Joaquim Pedro de Abreu*, médico do Rei, já conhecida e publicada, em 1966, mas que continha erros de transcrição.

E, deixem-nos dizer, que com estas sucessivas publicações, nós somos testemunhas de que nada mudou, ao longo desses 11 anos, mesmo quando as andanças políticas fizeram mudar os responsáveis do Município. A boa vontade e abertura para a publicação pela Câmara dos textos que, dentro do velho projecto pessoal, fomos disponibilizando, manteve-se sempre. Por isso, a nossa homenagem vai para todos, os de ontem e os de hoje.

Contudo, o conhecimento da obra de Sanches não ficou limitado a estas acções. Vale a pena aqui referir outras, bem significativas:

– Em 2001, **Fernando Augusto Machado**, Professor da Universidade do Minho, na sua obra *Educação e Cidadania na Ilustração Portuguesa*¹⁵, deu à estampa, em anexo, o texto de R. S. existente na colecção de manuscritos da Biblioteca de Braga, *Plain pour l'Éducation d'un Jeune Seigneur*, acompanhado com a sua tradução em português, que ele intitulou justificadamente *Plano para a Educação da Fidalguia*. O curioso é o facto de no Cap. VI do seu excelente trabalho, ter transcrito o mesmo texto crítico ao “Émile” de Rousseau, já atrás referido, pois ignorava que, um ano antes, já o nosso livro *Sobre a Agricultura, Alfândegas, Colónias e Outros Textos* o continha, como pessoalmente, mais tarde, nos referiu.

– Um grande estudioso francês da obra de Sanches, **Georges Dulac**¹⁶, em colaboração com o português **João Miranda**, escreve em 2004 um importante texto: “*CIVILISER*” *LA RUSSIE - Sept ans de travaux de Ribeiro Sanches* no qual salienta a importância de vários escritos deste sobre as reformas a fazer na Rússia e que ele tinha transmitido em vários escritos ao seu amigo e grande admirador, general Ivan Betzkoi, um dos conselheiros de Catarina II. Posteriormente, Dulac, em 2007, promove a publicação de dois desses textos na obra *Les Archives de l'Est et la France des Lumières*¹⁷ publicada pelo Centre International d'Étude du XVIII Siècle Ferney-Voltaire.

Vale a pena referir também aqui a excelente iniciativa do **Centro de Estudos Judaicos da Universidade da Beira Interior**, ao tornar acessíveis várias das obras de Ribeiro Sanches já publicadas, através do seu portal na Internet.

Conclusões

Estas, portanto, são algumas das provas de que o grande português de Penamacor não está esquecido. Haverá mesmo lugar, agora, para um pedido de desculpa por não termos citado outros autores que nos últimos anos se têm debruçado sobre a sua obra. Todavia, isso não significa que se terá feito em Portugal aquilo que Sanches merecia e que constituiu o sonho de muitos estudiosos: tornar acessível aos portugueses, todos os seus trabalhos. Isso exige dos responsáveis pela cultura em Portugal que dêem apoio a um tal projecto, facto que, infelizmente, nestes 100 anos passados depois do trabalho de Maximiano de Lemos, nunca aconteceu. Recordaremos, a propósito, uma tentativa recente da Sociedade Portuguesa dos Estudos de Séc. XVIII com esse fim que não mereceu aprovação superior. Para nós, pessoalmente, é com grande mágoa que constatamos o facto de ainda não ter sido possível ser dada à estampa o célebre *Mon Journal*, nomeadamente a parte mais conhecida dos estudiosos relativa aos últimos vinte anos da sua vida. Mas diríamos mais: por tudo o que se sabe sobre o valor de Ribeiro Sanches, como médico, como pensador e como conselheiro de inúmeras personalidades preponderantes do seu tempo, faz pena que, ao longo destes anos, não tenha sido possível constituir e financiar uma equipa de investigação que juntasse e divulgasse todos os textos dispersos pelas bibliotecas europeias.

Para terminar:

Ao ler a obra do Prof. Joaquim Fernandes, e ao ler as referências à vida e obra de largas dezenas de portugueses que produziram trabalhos que tanto contribuíram para o progresso científico, fica-nos, apesar de tudo, uma consolação relativamente a Ribeiro Sanches: já se fez tanto valioso trabalho para podermos afirmar que ele é um inesquecível grande português e podermos orgulhar-nos disso. Mas, ao mesmo tempo, não podemos deixar de:

- lutar para que o projecto que tem sido o sonho de muitos estudiosos da vida e obra de Sanches se concretize e
- exigir a quem detiver o Poder Político, de nunca esquecer os valores fundamentais da Cultura Portuguesa e que tudo faça para que os grandes portugueses que lutaram pela Liberdade, pelo avanço da Ciência e pelos Direitos Humanos, ao longo dos séculos, não possam ser esquecidos.

4.3 – O Dr. Adelino Robalo Cordeiro e Penamacor dos anos 30 (séc. XX) no seu olhar apaixonado

Adelaide Salvado¹

Nasceu o Dr. Adelino Esteves Robalo Cordeiro em Penamacor, a 11 de Fevereiro de 1889. Filho de José Esteves Roballo Júnior, proprietário, e de Barbara Cordeiro, ali foi baptizado a 15 de Abril desse ano, na Igreja de Santa Maria, tendo como padrinhos o avô materno, José Pereira Duarte, e Maria Cordeiro, «filha-família».

Seria em Coimbra, a 2 de Março de 1959, que a morte veio ao seu encontro.

Depois dos estudos secundários feitos no Colégio de S. Fiel e no Liceu Nacional de Castelo Branco, ingressou na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa onde se licenciou em Filologia Românica, adquirindo assim a formação de base necessária à carreira de Professor do Ensino Liceal.

Profissão de grande prestígio, formadora das elites locais e propiciando a criação de relações de poder com a comunidade, era no entanto, neste princípio do século XX, uma profissão marcada pela itinerância.

A carreira profissional do Dr. Robalo Cordeiro espelha bem esta última realidade. Diplomado pela Escola Normal Superior, foi no Alto Minho, no Liceu Gonçalo Velho, em Viana do Castelo, que iniciou o seu percurso como professor. Aí chegou no ano lectivo de 1919.

Em 1920 e já como professor agregado leccionou no Liceu Passos Manuel, em Lisboa, e em Maio de 1920 regressaria às terras do norte como professor efectivo, sendo colocado em Chaves no Liceu Fernão de Magalhães. No ano seguinte regressou ao Liceu de Viana do Castelo onde se manteria até 1924. E seria em Viana do Castelo, a 19 de Agosto de 1925, aos 38 anos, que casaria com Maria da Soledade Pinto Amorim, de 20 anos.

No ano lectivo de 1924/1925 foi transferido para o Liceu Afonso de Albuquerque

na Guarda Aqui permaneceu até 1927, ano em que mais uma vez retornaria ao Liceu Gonçalo Velho, de Viana do Castelo. Mas a sua permanência em Viana seria fugaz, pois, no ano lectivo de 1928/1929, foi colocado por concurso em Bragança, no Liceu Emídio Garcia.

Só em 1929, por permuta com um colega do mesmo grupo, António Augusto Pires, autorizada por despacho datado de 25 de Julho de 1929, regressaria às terras da Beira Baixa como professor do Liceu de Nuno Álvares, de Castelo Branco, que, por estes anos, estava ainda instalado no antigo Paço Episcopal.

Em Castelo Branco se manteve até à sua aposentação em 1954, leccionando no Liceu e na Escola Técnica Particular que o Dr. João Frade Correia havia fundado na cidade.

No Liceu de Nuno Álvares desempenhou também as funções de Secretário e de Director de classe.

Durante os nove primeiros anos da sua permanência em Castelo Branco, o Dr. Robalo Cordeiro repartiu a sua actividade pelo ensino e pela investigação etnográfica, recolhendo, anotando e ordenando dados sobre a vida, os costumes, a linguagem e os sentires das gentes de Penamacor. Assim explica Robalo Cordeiro esta dupla actividade:

«(...) enquanto repouso o espírito do pesado trabalho de ensinar, impelido apenas pelo muito amor que sinto à minha terra e pelo incitamento de técnicos da Etnografia, cá estou a coligir apontamentos e a ordená-los, para serem aproveitados na concecção da história etnográfica portuguesa»².

Na verdade, o Dr. Robalo Cordeiro colaborou com o seu antigo mestre da Faculdade de Letras de Lisboa, Dr. José Leite de Vasconcelos, fornecendo-lhes pormenorizadas informações sobre a região de Penamacor destinadas à elaboração da Etnografia Portuguesa.

Ecos dessa colaboração surgem, por exemplo, no IV volume da *Etnografia Portuguesa*, onde, a propósito das profissões dos membros da comunidade judaica de Penamacor, se lê, em nota, o seguinte:

«O sr. Adelino Cordeiro, em carta que envia ao autor em 1937 dá a seguinte informação acerca dos seus ofícios': «Os pais das famílias judaicas penamacorenses eram quase todos ferradores, poucos sapateiros e alguns comerciantes.

Os filhos dos ferradores e sapateiros derivaram para a Guarda Fiscal e Republicana e para os empregos públicos. E os filhos de comerciantes continuaram geralmente neste negócio»³.

Se a colaboração com o seu antigo mestre lhe orientou os passos, a grande mola impulsionadora da sua investigação etnográfica foi, sem dúvida, o muito amor que dedicava à terra que o viu nascer.

Esse amor a Penamacor perpassa de forma palpável e recorrente em várias passagens da sua obras. Escreveu ele em 1937, em *Religião e Crendices Lendas e Costumes de Penamacor*:

«Não basta que amemos a nossa terra. Precisamos, sobretudo, demonstrá-lo por actos e factos. É necessário desenterrar seus tesouros para os conhecermos e valorizarmos convenientemente»⁴.

E nesse trabalho se empenhou com todo o coração, publicando de 1935 a 1939, ano após ano, um conjunto de obras que permitem a estes anos de distância apreender a realidade social, económica e cultural de Penamacor dos anos 30 do séc. XX: *Um casamento em Penamacor* (1935); *Costumes de Penamacor* (1936); *Religião e Crendices Lendas e Costumes de Penamacor* (1937); *Economia, Cantos Populares e Costumes de Penamacor* (1938), e *A Língua a Literatura Popular de Penamacor* (1939).

Ora, as informações contidas nos livros do Dr. Robalo Cordeiro transcendem as vulgares e simples recolhas etnográficas. Elas constituem antes preciosos fragmentos de um mundo que há muito passou, porque observados, participados e sentidos profundamente, chegam até nós com a força e a vibração do instante vivido.

É o sentimento doloroso do ritual da morte; é a chama alegre e esperançosa das festas de romaria à Senhora do Incenso, à Senhora da Póvoa, à Senhora do Bom Sucesso; é a magia encantatória das noites de S. João; são as histórias de bruxas e lobisomens e de almas do outro mundo; é a violência dos exorcismos para expulsar os males do corpo e da alma; é a beleza, triste e sentida, dos cânticos do *Martírios do Senhor*, em dias da Semana Santa; são os cantos de amor e de saudade que ecoavam pelos campos na apanha da azeitona, nas ceifas, nas mondas e nas vindimas, são fragmentos de um mundo de trabalhos árduos, de sol a sol, quase desumanos, um mundo de vidas tecidas de privações e de dores – leque diversificado de temas que o Dr. Robalo Cordeiro atentamente desenvolve.

O último capítulo do livro *Costumes de Penamacor*, publicado em 1936, intitulado «Canção do Cavador Penemacorense», transporta-nos até esse doloroso mundo.

O quotidiano do cavador desta terra da Beira, «a vida mais desgraçada e miserável que eu conheço», para usar as palavras do Dr. Robalo Cordeiro, torna-se pela sua escrita, clara e fluente, próximo e dolorosamente vivo. Penetramos na sua casa, observamos as paredes negríssimas do seu quarto «escuro e sem luz», os forros que serviam de quarto para os filhos e arrumo de coisas velhas. De tecto negro com teias de aranha cobertas de fuligem.

Vemo-lo pela manhã, antes do sol nascer, beber a «miga» (sopa de pão de centeio amolecido em água temperada com um fio de azeite) e partir para o campo com um pedaço de pão de centeio e três ou quatro azeitonas, como farnel. Vemo-lo, ao nascer do sol, iniciar o trabalho, ritmado e contínuo, enrolar a mortalha e

acender o cigarro nas breves pausas de descanso. Vemo-lo medir com os olhos a sombra do sol projectada na torre do castelo em busca do meio dia. E, depois do breve descanso da hora do jantar, mergulhamos com ele no brasido da tarde.

Ouçamos o Dr. Robalo Cordeiro : «A tarde é longa e parece não interminável (...). O sol abrasador vai baixando lentamente no horizonte em fogo»⁵, e pela sua escrita sentida quase se torna visível o cansaço do cavador e o peso dorido dos seus braços ...

E o capítulo termina deste modo:

«É esta a vida do cavador da minha terra, este seu sacrificio diário, este seu penar constante, desde que se casou até aos 60 anos (...). Depois aí durante 20 anos, quando já de todo não consegue trabalhar, podeis vê-lo de rua em rua, de porta em porta. (...), Aí anda ele agora, no chamado «negócio da fatia»⁷.

E explica em que consiste esse «negócio»:

«Em Penamacor, toda a gente tem sempre pronta e a jeito uma fatia de pão para o ceguinho, para o aleijadinho, e para o velhinho que já não pode trabalhar»⁷.

E como num desabafo considera ter sido impreciso o título que havia dado a este capítulo: «Tragédia em vez de canção mais propriamente eu deveria ter chamado a um destino tão duro e tão amargo».

Esta atenção ao social, este olhar reprovador sobre as clivagens sociais do seu tempo, voltam a surgir no final do capítulo que inicia o seu livro *Economia, Cantos Populares e Costumes de Penamacor*, publicado em 1938, livro que dedica ao médico penamacorense seu amigo, Dr. António Vaz de Macedo.

No ponto intitulado «Os que não têm nada», Adelino Cordeiro volta a referir-se àqueles que, no fim de uma vida de trabalho, já velhos, mendigam de porta em porta um pedaço de pão que lhes mate a fome. «Vergonha da actual sociedade», assim caracteriza esta situação e termina com este anseio e este reprovador olhar sobre as injustiças sociais do seu tempo:

«Há que remediar estas iniquidades sociais, porque Deus assim o quer e a moral e as leis naturais já aboliram a escravatura, nas sociedades organizadas»⁸.

Tal como acontece em a «Canção do Cavador Penamacorense» no capítulo «A morte e os seus espectáculos», outro capítulo do livro *Costumes de Penamacor*, o pormenorizado realismo usado na descrição do ritual da morte em Penamacor dos anos 30 possui os contornos de um registo quase fotográfico.

As lamentações reprimidas junto ao leito do moribundo, os gritos de desespero

depois de acontecer a morte, tornam-se pela escrita do Dr. Adelino Robalo Cordeiro estranhamente presentes. E todo o ambiente repassado de tristeza se desdobra ante os nossos olhos: os quadros virados contra a parede, os panos pretos cobrindo as mesas, o fecho de portas e janelas, o crucifixo ladeado por duas velas sobre uma mesa, a luz trémula e mortiça dos candeeiros de metal amarelo, a bacia de água benta com um ramo de oliveira, sobre um banco, aos pés do caixão, o murmúrio sussurrado das rezas ... Mas Robalo Cordeiro não se limita à descrição do ambiente fúnebre, conduz-nos ao âmago das crenças e dos costumes: o direito às roupas do defunto por parte de quem o lavasse e vestisse; o fato limpo e bem apertado para que não caísse diante de Deus, como nessa época em Penamacor se acreditava poder acontecer, os punhados de terra lançados à cova depois de beijados; as esmolas distribuídas aos pobres (fatias de pão e moedas miúdas), são imagens que pela sua escrita se vão desdobrando ante os nossos olhos como num filme.

Esclarece Robalo Cordeiro:

«O povo de Penamacor não vai muitas vezes ao cemitério visitar seus mortos, mas chora-os, sentidamente, em casa (...), veste os nus e mata a fome aos necessitados com o pensamento posto em Deus, para que tenha em bom lugar e bem junto de Si seus mortos inesquecíveis »⁹.

Nas palavras prévias que abrem o livro *Economia Cantos Populares e Costumes de Penamacor*, publicado em 1938, o Dr. Robalo Cordeiro justifica a utilização nesta obra de dados que permitiriam, segundo ele, uma abordagem fácil à sua investigação. Trata-se da inclusão de pautas com a escrita da música dos cantos de maior preferência dos penamacorenses dos anos 30, de quadros com dados demográficos de Penamacor e das povoações do seu concelho e estatísticas relativas aos produtos cultivados e às espécies de gado que alicerçavam a economia de Penamacor no início da década de 30, do século XX. Considera Robalo Cordeiro que esta inclusão facilitaria aos estudiosos a apreensão do «velho burgo de Penamacor», como lhe chama, nos aspectos mais significativos que o individualizavam. Na verdade, se estes indicadores numéricos permitem apreender com maior rapidez as características demográficas e sociais da vila de Penamacor dos anos 30, e tornar claras as especificidades da vida económica de cada povoação do concelho, a investigação e a recolha que paralelamente o Dr. Adelino Cordeiro realiza transcende a frieza seca dos dados estatísticos e permite-nos mergulhar nas realidades que estruturavam os sentimentos e as crenças das gentes que se moviam no mundo rural penamacorense de há 80 anos.

Assim, no capítulo intitulado «Afectivismos dos penamacorenses para com os seus animais», Robalo Cordeiro debruça-se sobre os laços afectivos que ligavam o homem aos animais que partilhavam o seu quotidiano. Os vocábulos usados para os chamar, dar-lhes alimento, ou os incentivar ao trabalho são analisados e explicados.

Mas este olhar sobre os animais é completado com a recolha de crenças e superstições ligadas a cada um deles, bem como de sentenças inspiradas quer pelas

qualidades ou defeitos de cada um deles, quer pelas suas particularidades anatómicas, usadas, não raras vezes, para expressar ressentimentos e injúrias.

Relativamente às crenças, sirva de exemplo o número de pêlos que os cães apresentavam debaixo do queixo e que segundo o que se acreditava em Penamacor, indicava o valor do animal. Refere o Dr. Robalo Cordeiro:

«Se os pêlos são em número de dois, não o dê por uma junta de bois. Se são três, não o vendas nem o dê». Se são quatro: «Podes dá-lo por um pó de tabaco»¹⁰.

Mas é sobre as cabras, os animais criados em maior número e sobre os quais assentava a economia penamacorense dos anos 30 (só em Penamacor em 1935 existiam 3.498 cabeças de gado caprino, em Aranhas, 2.618 e em Aldeia do Bispo 1.666) – que os olhares mais depreciativos eram lançados.

Assim, para se injuriar alguém, era frequente dizer-se em Penamacor nos anos 30:

«Deus te dê o que deu às cabras: cornos e barbas»¹¹.

O seu último livro, intitulado *A Língua e a Literatura Popular de Penamacor*, publicado em 1939, é dedicado aos seus velhos mestres da Faculdade de Letras de Lisboa, professores José Maria Rodrigues e José Leite de Vasconcelos.

Dividido em seis capítulos, abrange esta obra um diversificado leque de assuntos que tocam as formas de comunicação das gentes de Penamacor, as especificidades dos seus falares, das suas expressões e das suas sentenças.

Salienta o Dr. Robalo Cordeiro a tendência do povo para as *rimas à toa*, tendência que amplamente comprova com a transcrição de 159 dessas curiosas formas de expressão, que se repartem por situações concretas do quotidiano, que vão das brincadeiras de crianças às actividades agrícolas, dos estados do tempo meteorológico à censura de posturas e comportamentos e até à simplicidade das práticas religiosas e à frugalidade da alimentação usadas para que sirva de exemplo a seguinte:

«Com uma missa e um marrano, Tenho para todo o ano»¹² (p.42)

Rima que se refere à simplicidade da prática religiosa e ao papel do porco na economia das gentes dos anos 30. Um porco era suficiente para saciar a fome do corpo e uma missa bastava para apaziguar a fome do espírito.

O significado de certas expressões, correntemente usadas nos falares de Penamacor mereceu-lhe particular atenção. Cinquenta e quatro dessas expressões foram por ele pormenorizadamente explicadas, quer no seu sentido, quer no fenómeno linguístico que lhe está subjacente.

Sirva de exemplo a expressão: «Andar incôro - «andar incórinho» - muito

vulgar em Penamacor. Diz Robalo Cordeiro:

«Quando se está nú ou alguém anda muito roto, toda a gente diz logo que anda incôro», anda mesmo «incórinho».

E assim a explica:

«O vocábulo «*incôro*» é formado por *em* e *couro*. O povo juntou estes elementos, primeiro no seu espírito, e depois no falar e até na escrita, dando-se, assim, o fenómeno chamado «próclise». Em «*incórinho*» há mais o diminutivo que, neste caso, tem claramente, o sentido aumentativo»¹³.

A fina ironia de algumas sentenças, outrora vulgarmente usadas em Penamacor, chegaram até nós graças aos seus registos. Sirva de exemplo a seguinte:

«Olha a discreção do nosso Martinho, vem da rua a mijar em casa»¹⁴.

Sentença que se aplicava quando alguém pretendia evidenciar mais esperteza do que aquela que na realidade possuía. Mas acerca dela, talvez com a preocupação, creio, de não por em causa os hábitos e higiene dos seus conterrâneos, esclarece o Dr. Robalo Cordeiro: «Esta velhíssima sentença penamacorense ainda hoje se usa, apesar de Penamacor ter já seus esgotos em ordem e toda a gente ali praticar a higiene, como na cidade».

O registo de 252 vocábulos na época correntemente usados permite-lhe organizar um curioso dicionário dos falares de Penamacor. Dele evidenciamos apenas três desses vocábulos:

«*Alcorão*¹⁵ – mexeriqueiro, o que ouve aqui e conta acolá».

O vocábulo *Corão*, que designa o livro sagrado dos muçulmanos, tinha pois em Penamacor um sentido completamente diferente.

«*Falcato*¹⁶ – o que tem fome; o que passa privações de toda a espécie».

Também se chamavam *Falcatos* aos rapazes sujos e andrajosos que acompanhavam os regimentos sediados em Penamacor. Comiam dos restos do rancho e vestiam as roupas velhas dos soldados.

Mas o Dr. Robalo Cordeiro, mais uma vez guiado pela preocupação de não denegrir as gentes da sua terra, dá acerca deste vocábulo o seguinte esclarecimento:

«O vocábulo foi criado em Penamacor, mas os *Falcatos* são originários da Covilhã».

E finalmente, o vocábulo *Asio*¹⁷ – Apoio. «*Dar o asio* a alguém» é apoiá-lo no que ele diz ou afirma.

A toponímia foi outro dos seus campos de investigação.

Nomes de povoações e de sítios mereceram-lhe cuidadosa reflexão e análise na qual transparece a sua formação de filólogo.

Defendia o Dr. Robalo Cordeiro que a maioria dos topónimos traduz a influência da romanização na região de Penamacor.

Assim, relativamente ao sítio conhecido por *Vale d'Edra*, localizado a norte de Penamacor, coberto na época e todo o ano por fresca vegetação, explica-o deste modo:

« *Edra*, vem do latim *hederam*, que também deu, em parte *hera*. De *hederam* passou-se para *edra*, por meio da queda do *h* inicial, do *e*, do *de* e do *m* final, fenómeno vulgar na passagem do latim para português». E conclui: «Verdejante como a hera, não admira que o povo chamasse a tal sítio «Vale d'Edra». A metáfora, não é forçada, pois o vale, em referência é fresco e sempre verde como a hera»¹⁸.

Lugar de destaque ocupam na obra do Dr. Robalo Cordeiro as recolhas de poesia popular nas suas variadas formas de expressão. «Estudar a poesia o mesmo é, que penetrar no coração do homem para lhe sentir a alegria e a dor», escreveu Robalo Cordeiro. A função da poesia como catarse e agente minimizador dos árduos trabalhos do campo foi por ele bem relevada. Particular atenção dedicou a estes registos que percorrem todo o ciclo dos trabalhos agrícolas no extravasamento de quereres e sentires, de crenças religiosas, de amores e desamores.

Escreveu: «A poesia de um povo é assim, o reflexo do que ele pensa, quer faz.

É este o sentido das manifestações dos penamacorenses. Nelas poderá ver-se como o sentimento do amor é cultivado no coração de meus patrícios»¹⁹.

As três quadras que escolhi entre as 64 «*trovas sôltas*»²⁰ cantadas durante os trabalhos agrícolas parecem-me amplamente justificar a afirmação:

Os teus olhos não são olhos
Sem estarem os meus de frente;
São como o rio Mondego
Quando vai de mar a monte.

Penteai-vos «*anafaiai-vos*»,
À *sombra do carrapeto*,
Os cabelos que tirais,
São laços d'amor-perfêto.

Entre as estrelas fui nascida,
Ao pé do céu fui criada,
Perdi-me na noite escura,
Nos teus braços fui achada.

Em relação à poesia religiosa chama o Dr. Robalo Cordeiro aos *Martírios do Senhor*, cantados durante a Semana Santa, «documentos bem elucidativos das

qualidades que muito caracterizam a alma penamacorense». Na verdade, a letra desta versão possui em relação às versões cantadas em outras terras da Beira uma certa originalidade ressaltada na primeira e última quadras. Assim diz a primeira:

«Os martírios do Senhor
Eu vos vou a começar
Eu os começo à cabeça
Aos pés os vou acabar».

Depois, em relato sentido, são enumeradas uma a uma as marcas de violência física infligidas no corpo de Jesus pelos soldados romanos durante o caminho para o Calvário.

E diz a última quadra:

«Os Martírios do Senhor
Já vos vou a acabar
Rezemos um Padre Nosso
Pelas almas qu'andam no mar».

Ora, acerca da música deste cântico, o Dr. Robalo Cordeiro admite que, muito possivelmente, enraizaria ela no canto gregoriano, hipótese fundamentada na acção de catequização dos Franciscanos que, desde 1571, se haviam estabelecido em Penamacor no Convento de Santo António.

Embora ciente das analogias e semelhanças das várias quadras que recolheu em Penamacor com as de outras povoações, pois, como afirma, «a alma beiroa sente quase os mesmos afectos, os mesmos sentimentos e a mesma fé em Deus», acerca dos cânticos à Virgem considerou que «eles tem a defini-los o amor que todos os meus patrícios sentem pela doce mãe de Jesus»:

«Ó Senhora do Incenso
Vosso nome é Maria
Vosso mantinho é de seda
Forradinho d'alegria.

Virgem Mãe do Bom Sucesso
Para lá vamos andando
A ribeira da Bazágueda
«Hemos» de passar cantando.».

Mas o Dr. Robalo Cordeiro, para além de um homem atento às realidades sociais, era igualmente um cidadão interveniente e crítico em relação às decisões do poder político do seu tempo, sempre que as considerasse lesivas dos interesses

e do pleno desenvolvimento económico e social de Penamacor. Esta faceta transparece de forma clara no capítulo intitulado «As quedas de água da Ribeira da Meimoa», incluído no seu livro *Economia, Cantos Populares e Costumes de Penamacor*. Assim, aquando da instalação da luz eléctrica, a decisão tomada pelo então Presidente da Câmara, Amândio Monteiro, de optar pela energia térmica, foi por ele violentamente contestada. «Prejudicial e ruínoza»- assim a classificou. Diferente era a opinião do Dr. Robalo Cordeiro. Para ele a opção mais proveitosa e capaz de valorizar as indústrias penamacorenses (moagem, lagares de azeite e, serração de madeiras) assentava no aproveitamento hidroeléctrico das quedas de água da ribeira da Bazágueda .

As quedas de água originadas pela *captura* da ribeira da Bazágueda pela ribeira da Meimoa (fenómeno geomorfológico decorrente da luta pela drenagem entre o rio Zêzere e o rio Tejo), possibilitariam, segundo o Dr. Robalo Cordeiro, não só a electrificação da vila de Penamacor, como também a elevação da água para consumo, a iluminação das povoações do concelho e ainda o fornecimento de energia a povoações vizinhas, Covilhã, Sabugal, Idanha, Belmonte.

No propósito de divulgar a sua proposta alternativa, o Dr. Robalo Cordeiro escreveu dois artigos que apresentou para publicação a um jornal do seu «districto», como conta. Não refere o nome do jornal, mas creio tratar-se do jornal albacastense *Beira Baixa*, de grande circulação na época, e onde colaborava habitualmente com artigos de grande interesse para a história de Penamacor, como, por exemplo, «Onomástica penamacorense - Aldeia do Bispo - O túmulo da Lameira Larga»²¹, ou «Devesa de Penamacor»²², lançando em ambos uma nova luz sobre as opiniões de José Manuel Landeiro em artigos publicados igualmente neste jornal e sobre estes mesmos temas.

E num outro artigo intitulado «Penamacor – Concelho desejado», datado de 1 de Maio de 1937, o empenhamento do Dr. Robalo Cordeiro pelo engrandecimento da sua terra encontra-se mais uma vez espelhado na reivindicação do aumento da área territorial do concelho de Penamacor com a incorporação de Monsanto, Penha Garcia, Mata da Rainha e Torre dos Namorados.

Mas os artigos sobre o aproveitamento hidroeléctrico da ribeira da Bazágueda nunca chegaram a ser publicados. O Dr. Robalo Cordeiro expressa neste capítulo o seu desencanto e a sua estranheza por esse facto. Creio que as razões se prenderam com a contestação de uma decisão do poder político e a censura era, por estes anos, impiedosa ...

No entanto, a ideia do Dr. Robalo Cordeiro ganhou asas e foi acolhida por uma penamacorense de peso: Benedita Osório, que chegou a encomendar um plano para a obra. Mas o plano foi rejeitado. E é deste modo contundente e crítico que o Dr. Robalo Cordeiro avalia a opção do Presidente da Câmara:

« (...) não alcançando o valor do plano (...) atirou-se de machado em punho à Mata concelhia e derrotou-a, para juntar duzentos contos, com os quais instalou a caríssima e fraca luz eléctrica, de que hoje se serve Penamacor. E como resultado deste grande erro, lá está, derrotada, a referida mata, sem dúvida o tesouro mais

importante e inestimável dos penamacorenses, e gora a Câmara actual vê-se sem meios para substituir as velhas máquinas já gastas, que estão produzindo a luz, com que se ilumina, actualmente a minha terra »²³.

Penso que o teor deste capítulo bastará para que afirmemos que o perfil do Dr. Adelino Robalo Cordeiro se ajusta plenamente ao de um «homem bom», um homem que teve a percepção clara, há 79 anos atrás, do impacto ambiental negativo das centrais térmicas, um homem que olhava as matas e as árvores como tesouros inestimáveis, um homem que corajosa e desassombradamente criticou o poder político por decisões que considerou lesivas da sua terra, que denunciou a inoperância e desinteresse desse mesmo poder na salvaguarda da Igreja e do Convento de Santo António, «uma das obras de arte religiosa mais perfeitas e admiráveis da nossa Província» - como a classificou.

«*Jóia da Corôa*», lhe chamou o jornal *Reconquista* no seu número de 3 de Setembro de 2009, ao noticiar o recente restauro da talha da Igreja, 70 anos depois das considerações do Dr. Robalo Cordeiro ...

E através da sua escrita clara e fluente, costumes e crenças, cantos e falares, recolhidas com sensibilidade, foram preservados. O Dr. Adelino Robalo Cordeiro legou pois a Penamacor um tesouro inestimável.

Ele é sem dúvida um grande obreiro da memória desta terra.

4.4 – José Manuel Landeiro (1905-1973): traços de uma vida

Helder Henriques¹

No campo

(Poema dedicado “Ao meu amigo José Manuel Landeiro”)

Na minha aldeia, às vezes, à tardinha,
Quando a brisa fagueira vem beijar-me,
Vou pelos campos fora, a recordar-me,
Dos tempos que lá vão – da infância minha.

E ao contemplar então a Natureza,
- o livro mais grandioso e mais real;
Ao ouvir o murmúrio dum pinhal
- Música de poesia e de tristeza;

Ao fitar o regato cristalino,
Que parece brincar como um menino,
Ali, perto de mim, por entre hortas,
Sinto no coração, que a dor arrasa
Ressuscitar ardente, como brasa,
As purpurinas ilusões já mortas!

José Gonçalves Macedo
Coimbra, Maio de 1930

Este trabalho surge integrado no âmbito das Comemorações do oitavo centenário da atribuição do Foral de Penamacor, em 1209, por D. Sancho I. O objectivo principal passa por compreender o processo de construção identitário de José Manuel Landeiro. Neste sentido propomos, em primeiro lugar, apresentar os seus locais de formação académica, na medida em que constituem um marco da maior relevância ao longo de toda a sua vida. Em segundo lugar, propomos uma leitura sobre a sua actividade profissional, enquanto professor, e o modo como se relacionou com a comunidade através da produção cultural. Uma dimensão que vamos realçar, ao longo de todo o texto, prende-se com o respeitoso sentimento de pertença ao concelho de Penamacor, mesmo quando esteve afastado nos vários momentos do seu percurso biográfico. Em suma, apresentaremos alguns momentos marcantes da vida de um homem que hoje deve ser recordado e comemorado.

Este trabalho constitui a síntese de uma investigação nossa mais alargada que aguarda a publicação pela Câmara Municipal de Penamacor e que recupera um conjunto de memórias que ligam esta figura ao concelho de Penamacor, que vão ficar disponíveis num suporte acessível a todos, de modo a que isto constitua apenas o início de um trabalho ainda mais aprofundado sobre as figuras marcantes deste nosso concelho.

A imprensa regional e local constitui uma importante fonte documental neste trabalho. Também utilizaremos fontes fotográficas, material de arquivo, nomeadamente do Arquivo Histórico de Penamacor e do Seminário do Fundão, e documentação pessoal.

1.1 – José Manuel Landeiro: o primeiro momento de formação.

José Manuel Landeiro nasceu e cresceu em Aldeia do Bispo. O ano de 1905 (23 de Fevereiro) marca o início de um percurso de vida ligado ao concelho de Penamacor. Os seus pais José Landeiro Toscano e Maria Borges, uma importante influência na sua vida, sacrificaram-se para conseguir dar um rumo de vida respeitável ao seu filho. José Manuel Landeiro era proveniente de famílias modestas, ainda que com alguma influência pois, o seu bisavô, por exemplo, tinha sido Capitão de Ordenanças em Penamacor. A família alinhada com o Catolicismo apressou-se a marcar o baptismo do seu novo elemento, que aconteceu no 13 de Março de 1905 na Igreja Paroquial de S. Bartolomeu de Aldeia do Bispo, tendo como padrinhos ou testemunhas José Manoel Martins de Carvalho e Ana Landeiro Penedo, ambos solteiros à época².

Passados os primeiros anos de vida, José Manuel Landeiro entra para a escola de ensino elementar em Aldeia do Bispo. Aqui fez os seus primeiros estudos e o exame de instrução primária, passando com distinção, no dia 13 de Agosto de 1918³. Nesta escola fundada em 1879, conheceu um dos elementos que muito contribuiu para o seu processo de construção identitário. Estamos a referir-nos ao professor Manuel Martins Leitão, que durante muitos anos ensinou em Aldeia do

Bispo (de 1897 a 1923). As dificuldades pedagógicas em Aldeia do Bispo eram muitas. Desde logo, existia a necessidade de uma casa condigna que recebesse os alunos. O ensino era ministrado na Capela do Espírito Santo que foi, para utilizarmos a expressão de Landeiro “um duplo Templo, templo religioso e instrutivo” que este homem recordava muitas vezes com um certo saudosismo. Considerando que à sua frente esteve “o grande mestre, o professor Manuel Martins Leitão, que foi o grande obreiro da educação e instrução nesta aldeia que muito lhe deve”⁴.

José Manuel Landeiro frequentou esta escola primária até ao ano de 1917. Esta data marcou durante toda a vida o imaginário de Landeiro pois aconteceu um facto insólito como o próprio o descreve:

“Um dia fez-se nela a Festa da Árvore, cuja origem o nosso leitor não deve ignorar. Houve recitações, discursos e distribuíram aos alunos uma bica com um pedaço de queijo. Com o peso da gente que foi a assistir à festa, o soalho foi abaixo e o Ministério da Instrução deu como interdita a casa da aula. A Capela do Espírito Santo deixou de ser um duplo Templo desde esse dia que jamais se apagará da nossa memória, para nós tão saudosa”⁵.

Concluído o ensino primário a vida de José M. Landeiro procurou novos desafios. Vamos encontrá-lo entre 1918 e 1923 numa instituição de natureza religiosa: o Seminário Menor do Fundão. O envio dos filhos para instituições com uma matriz religiosa era habitual em Aldeia do Bispo, chegando a ter “meia dúzia” de colegas seminaristas o que era representativo para uma aldeia como aquela. Além do Seminário do Fundão também era comum encontrar naturais de Aldeia do Bispo a frequentar, por exemplo, o Colégio dos Padres de S. Fiel, no Louriçal ou o Seminário do Mondego⁶. Alguns seguiam a vida eclesiástica, outros não encontravam ali motivação para continuar e dedicar-se, exclusivamente, ao sacerdócio. José Manuel Landeiro refere que “é certo que a maior parte dos que frequentaram o seminário não se ordenaram, mas nem por isso deixaram de ser bons católicos (...)”⁷. De facto, José Manuel Landeiro era um homem profundamente religioso e crente nos valores da Igreja Católica, mas resolveu não se dedicar à vida sacerdotal, apesar do pároco da sua aldeia considerar que ao apreciar o seu “bom comportamento moral” começava a delinear-se ali um bom sacerdote. No final do mês de Agosto de 1918, Joaquim Pires da Silva Vaz escrevia que “José Manoel Landeiro natural e morador nesta freguesia tem bom comportamento moral e religioso e muito boa vocação para a vida sacerdotal (...)”⁸. O mesmo Pároco elaborou um documento para o Seminário do Fundão salientando que os Pais de José M. Landeiro só poderiam pagar a quantia de quatro mil réis pela educação dos seus filhos⁹ reforçando a ideia que dissemos atrás sobre a modéstia das famílias de proveniência de José Manuel Landeiro.

Landeiro entrou e formou-se no Seminário do Fundão tendo como pano de fundo, a 1ª República Portuguesa. Pouco antes de ali ser admitido encontramos eco de algumas desavenças políticas e religiosas no caminho laicizador da sociedade

proposto pelo regime político de então (1910-1926).

Ainda recentemente, Mário Gonçalves em artigo publicado no jornal “*Manhã Radiosa*”, pertença do Seminário do Fundão, no ano de 2001, realçava que:

“Perante luta tão renhida e tão impetuosa dos poderes governamentais, as pessoas mais distintas e de maior relevo da vila, interpretando os sentimentos do povo (...) do Fundão, mandaram distribuir um “manifesto público” pela conservação do internato [Seminário]. O ano lectivo de 1916/1917 encerrou assim, numa atmosfera de feroz perseguição jacobina ao Seminário”¹⁰

Foram tempos conturbados mas que não afastaram José Manuel Landeiro do seu caminho ligado aos valores e ao Catolicismo. Quando integrou o Seminário do Fundão, a comunidade já tinha recuperado algum fôlego e encontrava-se numa situação um pouco mais serena, assistindo-se ao aumento do número de seminaristas, na ordem dos 120 alunos¹¹, no ano em que Landeiro foi admitido (1918/1919).

José Manuel Landeiro foi um desses filhos que aparecem regularmente nas publicações e/ou comemorações levadas a cabo pelo próprio Seminário. Ao longo da sua estadia no interior do Seminário Menor do Fundão encontramos um conjunto de documentos que mostram o interesse do mesmo pela religião, pela História, pela Etnografia, enfim, pela cultura como conceito amplo e aberto.

No seu primeiro ano como Seminarista frequentou as disciplinas de Francês e Português, requerendo em 1919 para frequentar as disciplinas de Português 2, Francês 2 e Latim 1. No ano seguinte uma outra solicitação faz referência ao pedido de frequência das disciplinas de Latim 2, Geografia e, também, Matemática. Frequentando, já no ano lectivo de 1922/1923 as disciplinas de História e Literatura, entre outras.

Sabemos que se estabeleciam contactos privilegiados com os Párocos de cada localidade para obter informações sobre o comportamento moral e civil, assiduidade religiosa, decência no vestuário, respeito e modéstia no tempo, assiduidade na catequese e se cumpriam, ou não, as práticas de confissão. Surgiu, no interior do processo de José Manuel Landeiro, um documento onde se abordam estes aspectos e que foi respondido pelo Pároco Manuel Matos Silva, em Novembro de 1919, onde se salientava o bom comportamento generalizado da pessoa em causa apresentando um adequado comportamento moral e civil, frequentando todos os actos religiosos da paróquia, coadjuvando na catequese, vestindo-se com “decência e gravidade”¹².

De facto, a passagem pelo Seminário do Fundão marcou-o profundamente, dado que passados mais de 30 anos da sua entrada na instituição religiosa e educativa referia-se aos mestres que conhecera, à saudade e gratidão pelos ensinamentos do seu Reitor Monsenhor António dos Santos Carreto, e salientava que continuava a respeitar os valores ali apropriados:

“Quem escreve estas linhas foi dos primeiros alunos do Seminário do Fundão, onde teve o nº 65. Já lá vão 31 anos! É este o maior prazer

espiritual que nos acompanha desde o dia, que, não sentindo vocação para a vida sacerdotal, tivemos de sair do seminário que frequentamos durante cinco anos. Não esquecemos o grande abraço, os conselhos paternos que o grande mestre nos deu à saída, abraço este e conselhos estes que se vêm repetindo todas as vezes que entrarmos na Casa que nos formou moral e intelectualmente, que nos ensinou o amor à virtude e ao trabalho”¹³.

Está aqui bem espelhada a importância que o Seminário do Fundão teve na formação de José Manuel Landeiro e, conseqüentemente, ao longo de toda a sua vida.

Além de Monsenhor Cónego Santos Carreto, reitor do Seminário no seu tempo de estudante, recordava muitas vezes outros dos seus mestres com que se cruzou naquela casa. Encontramos referências ao Padre Cónego Wenceslau Ferreira Filipe, ao Padre Tomaz da Conceição Ramalho, ao Cónego José Lourenço Tavares, ao Padre Dr. Júlio César Pereira de Almeida, ao Padre José da Cruz Moreira Pinto, ao Padre José Alfredo Antunes, ao Padre Agostinho Rodrigues Pintassilgo, ao Padre António Ribeiro Teles, ao Padre António Pires, ao Padre José António Canaria ou ao Padre Joaquim Morgadinho.

Em suma, podemos dizer com legitimidade que o Seminário do Fundão constituiu uma das experiências mais significativas na vida do futuro professor do ensino elementar José Manuel Landeiro. Os valores alicerçados ali, pela mão dos seus professores, marcaram todo um percurso que esteve sempre envolvido com as questões da caridade, do sacrifício, do trabalho, entre outros. O Seminário do Fundão foi uma peça importante no processo de construção identitária deste homem do concelho de Penamacor e de Aldeia do Bispo, em particular¹⁴.

1.2 – Um segundo momento de formação.

Depois da experiência no Seminário do Fundão foi estudar para o Liceu Gil Vicente¹⁵, em Lisboa (1924/1925). O Liceu Gil Vicente era uma instituição de prestígio, como a generalidade dos liceus, apesar de jovem¹⁶. A sua passagem no interior desta instituição marca simbolicamente o início de uma vida recheada de actividade cultural, prenuncio daquilo que acabaria por desenvolver no futuro, além da profissão.

A participação em actividades de natureza editorial ao lado de H. Trindade Ferreira, pode considerar-se um momento marcante da sua vida. Foi o editor e fundador do jornal *De capa e Batina*. Apesar de relevante no domínio da imprensa pedagógica, contou apenas com um único número publicado a 17 de Fevereiro de 1927.

A partir deste momento as certezas sobre o seu futuro profissional ligado à educação encontravam-se alicerçadas. A curiosidade, o conhecimento, enfim, o saber vão acompanhar todo o seu percurso de vida fazendo de Landeiro um produtor

cultural, um produtor de memórias e de conhecimento.

Apesar do significado desta experiência educativa ter sido relevante por este motivo, José Manuel Landeiro recorda com um vigor maior a sua passagem pela Escola Normal Primária de Coimbra, onde aprendeu a ser professor do ensino primário.

De facto, José Manuel Landeiro transitou de Lisboa para Coimbra onde permaneceu durante alguns anos como estudante da Escola do Magistério Primário dessa cidade¹⁷ manifestando sempre um enorme apreço pelas “margens do Mondego”, onde passava algum do seu tempo livre e onde se inspirava para alguns dos trabalhos publicados posteriormente na imprensa regional e local albicastrense.

Na Escola Normal Primária de Coimbra conseguiu conquistar um espaço através do seu esforço constante e interesse por saber mais. Iniciou ali a actividade de conferencista que perdurou ao longo de toda a sua vida.

“Segundo vimos no “Primeiro de Janeiro” do Porto, o nosso conterrâneo, sr. José Manoel Landeiro, aluno da Escola Normal de Coimbra, fez no dia 30 de Novembro, na mesma escola, uma alocução alusiva à data gloriosa do 1º de Dezembro de 1640, sendo no fim cumprimentado e felicitado pelos professores e colegas”¹⁸.

Efectivamente, esta foi uma estratégia utilizada por José Manuel Landeiro no sentido de construir uma imagem ligada ao conhecimento. Afirmou-a ao longo da sua vida e cruzou-a com o interesse constante pela sua terra natal, que soube divulgar, por exemplo, através da imprensa.

Normal Primária de Coimbra também participou em actividades editoriais. A edição da revista pedagógica *Escola Renovada*, publicada, pela primeira vez, no dia 8 de Março de 1930 e, pertença da Liga dos Antigos Alunos da Escola Normal Primária de Coimbra, representa o interesse por uma educação que propunha ser mais experiencial, activa e dinâmica, acompanhando por exemplo o que defendia Álvaro Viana de Lemos, com o qual manteve contacto ao longo de alguns anos.

Ao lado de Landeiro, surgiam os nomes de Mário da Cruz Sanches, antigo aluno do Seminário do Fundão e editor da revista, e Joaquina Matoso Flores. O objectivo principal desta revista, tal como defendemos no livro que construímos relacionado com esta personalidade, era o da valorização da figura do professor do ensino primário, cujo programa de intenções dizia que se devia “erguer bem alto essa falange de almas sonhadoras que tão admiravelmente se sacrificam pelo bem da Pátria e cujo ideal nem sempre conseguem realizar. E isto porque, aqueles a quem competia auxiliar, zelar ou cuidar da instrução, são muitas vezes os primeiros a olhar com desprezo o homem, para eles insignificante, a que por troça chamam o mestre-escola. Todavia, ele, o professor

primário, símbolo do sacrifício tão mal agradecido, não se ofende com o tratamento, e cónscio da missão sagrada que vai desempenhar, lá parte satisfeito para essas

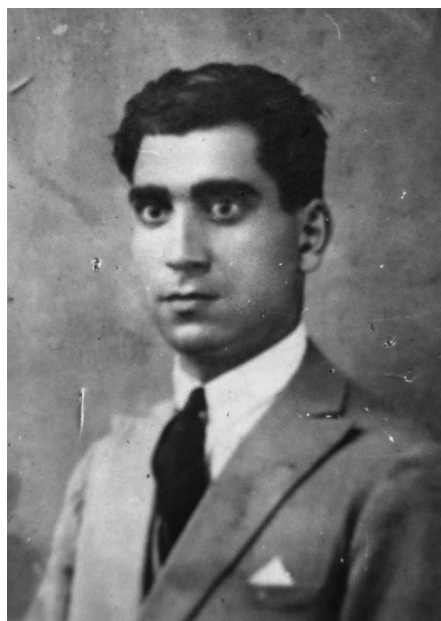


Ilustração - José Manuel Landeiro
(Década de 30)¹⁹

aldeias transmontanas ou sertanejas a lutar contra a ignorância pelo engrandecimento da Pátria”²⁰.

Estamos perante a ideia de missão. Isto é, olha-se para a profissão docente como um “sacerdócio”²¹. Landeiro seguiu este caminho fazendo da sua profissão o seu sacerdócio, a sua missão, enfim, a sua vocação seguindo o exemplo que advogava no interior da publicação: João de Deus.

Neste sentido, as comemorações do centenário do nascimento de João de Deus que se realizaram na Escola Normal Primária de Coimbra ajudaram a consolidar a ideia de missão e de sacrifício a que os professores do ensino primário deviam responder com trabalho e dedicação na “educação das consciências”. Landeiro participou nesta homenagem estando por dentro de várias iniciativas levadas a cabo pela instituição, mas também as promoveu na imprensa regional do distrito de Castelo Branco. Pode ler-se no periódico *Acção Regional* a forma que utilizou para publicitar esta personalidade ligada ao ensino primário:

“Em Coimbra vão reunir-se nos dias 8 e 9 de Março os cursos da Escola Normal Primária (Nova Reforma – 1919-1929). Dedicar-se o 1º dia à comemoração do centenário do grande pedagogo João de Deus. Neste dia haverá uma exposição biográfica de João de Deus dirigida pelo professor da E.N. Primária, sr. Tomaz da Fonseca e uma palestra sobre a obra literária de João de Deus pelo professor e insigne poeta, colaborador distinto deste jornal Dr. Afonso Duarte, de colaboração com os actuais alunos da Escola Normal Primária. O segundo dia será destinado a festejar o primeiro decénio da criação das novas Escolas Normais, recepção solene aos antigos alunos, jantar de confraternização, leitura de relatórios sobre o estado actual da nova escola primaria e exposição de material didáctico, dirigido pela distinta professora da Escola Anexa srª d. Celeste Teles. O Centenário do insigne pedagogo João de Deus vai decerto ser comemorado condignamente na Escola N. P. de Coimbra, que temos a honra de frequentar. Vai o centenário do Mestre ser festejado pelos continuadores da obra do autor da “Cartilha Maternal” e só por aqueles em cujas mãos estão confiados os destinos da nossa Pátria – os Professores Primários! Tenho a certeza que esta reunião vai marcar, significando o brio das almas moças, sempre abertas a toda a iniciativa levantada. Será uma reunião de irmãos, muitos dos quais voltam a pisar saudosamente os caminhos por onde passaram a sua descuidosa juventude. Ela concorrerá para que os antigos alunos e actuaes professores confraternisem e ut unum sint.

A Escola Primária, que tão despresada tem sido em nossos dias, será lembrada e exaltada. Estamos certos de que desta reunião ou congresso a classe colherá bons e copiosos frutos (...)”²²

Coimbra serviu ainda de inspiração de José Manuel Landeiro pois ali construiu alguns textos, alguns dos quais publicados na imprensa regional, que hoje devemos

recuperar. O romantismo, o saudosismo, a necessidade de recordar a sua aldeia e as suas gentes constituem características fundamentais para a compreensão do itinerário de vida de Landeiro. *A cigana...*²³, foi um texto que construiu junto do Mondego e que dedicou à sua mãe. Estão presentes o misticismo e o sentimento de pertença que nutria pela terra natal.

Em síntese, esta passagem por Coimbra, cujo curso terminaria em 1932, permitiu-lhe compreender a importância da sua terra natal, das origens. É neste período que começa a participar na imprensa regional e local albicastrense, fazendo desta um verdadeiro diário pessoal e da escrita uma forma de vida.

2.1 – As décadas de 30 a 50: a profissão e a cultura.

José M. Landeiro, agora professor, iniciou a sua actividade profissional, depois de terminar os estudos em Coimbra, em Portomar (Concelho de Mira) o que lhe retirou a possibilidade de, durante dois anos, continuar a colaborar com os periódicos da Beira Baixa. Em 1934, regressou ao concelho de Penamacor, onde retomou a sua carreira docente na aldeia de Águas. Permaneceu aqui durante dois anos, mudando-se em 1936, para a Escola Masculina de Penamacor, onde se manteve até à sua ida para o Montijo, em 1950, construindo uma cultura de escola alargada à comunidade, marcada pela exigência e pelos ensinamentos rigorosos aos seus alunos e montando um conjunto de projectos pedagógicos e científicos em áreas que lhe interessavam como a Educação, a Etnografia, a História e Arqueologia.

Tal como já dissemos noutra lugar, a década de 30 pode ser considerada como um tempo onde se cruzaram os interesses pessoais com os profissionais, dado que se profissionalmente tinha caminhos traçados, também se tornava necessário encontrar novos desafios do ponto de vista pessoal, casando com a professora Benedita de Jesus Gonçalves.

Foi também nesta década que produziu uma das suas maiores obras do ponto de vista editorial, dado que publicou em 1938 o livro “O Concelho de Penamacor na História, na Tradição e na Lenda” constituindo ainda hoje uma peça de referência para os historiadores e amantes da história regional e local penamacorense. Neste livro

dedicou-se, como todos sabemos, a aprofundar e a registar o seu conhecimento sobre as suas origens, os costumes, os hábitos e o modo como se construiu ali a religiosidade, entre outros aspectos. Recebeu felicitações de muitas pessoas, desde logo de José Leite de Vasconcelos.

O início da década seguinte também foi marcado pelo lançamento de novos livros: “A Diocese da Guarda – O Arciprestado de Penamacor” (1940), onde se tratam assuntos, que nunca esqueceu, relacionados com o Seminário do Fundão e com a História da sua região.

O reconhecimento pelo trabalho que desenvolveu durante a década de 30, e o entrosamento com o regime político da época defendendo uma escola nacionalista,



Ilustração - José Manuel Landeiro e a sua esposa (década de 30)

não tardou a chegar. Foi nomeado delegado escolar do concelho de Penamacor em 1940.

“O nosso presado amigo e assíduo colaborador sr. José Manuel Landeiro, distinto professor oficial em Penamacor, foi há dias nomeado, por despacho do sr. Ministro da Educação Nacional, delegado da Junta Nacional de Educação, no concelho de Penamacor. Esta nomeação claramente mostra que a Junta Nacional de Educação reconheceu no nosso querido amigo dotes de trabalho de investigação, bom senso, escrúpulo, método, sinceridade e objectividade, além de vigilância e calma, requisitos indispensáveis para o desempenho do cargo. Este cargo está integrado na 6ª secção da referida Junta, que abrange antiguidades, escavações e numismática (...)”²⁴

Entre o final dos anos trinta, do século passado, e o começo da década de 50 José Manuel Landeiro escreveu, além dos livros, para centenas de periódicos, revistas pedagógicas, revistas relacionadas com a arqueologia e a História, revistas culturais como, mais tarde, nos anos sessenta, a Revista Estudos de Castelo Branco, dirigida por José Lopes Dias. Efectivamente, esta acção científica, de algum modo, serviu de mecanismo legitimador da sua personalidade no interior dos meios em que se encontrava envolvido.

A título de exemplo colocamos uma tabela que construímos com base nos cerca de 120 textos encontrados no jornal *A Beira Baixa* numa coluna intitulada “postais da nossa terra”²⁵, entre 1937 e 1950, e que serve de exemplo dos seus interesses e da produção cultural que desenvolveu.

Os artigos encontrados dizem respeito a pequenas investigações sobre personalidades locais, localidades do concelho de Penamacor, os militares e naturalmente a religiosidade que tanto prezava e gostava de investigar.

Estamos em condições de defender que José Manuel Landeiro foi um verdadeiro construtor da memória local, um defensor dos costumes, da tradição e um divulgador da história e da etnografia penamacorense.

Como podemos verificar além de ter desenvolvido um intenso trabalho no domínio da educação, a sua acção no interior da História e da Arqueologia ou da Etnografia revelou-se reconhecida pelo facto de ter integrado a Sociedade de Geografia de Lisboa²⁷. O proponente, a sócio desta organização, foi o Dr. Jaime Lopes Dias tendo sido admitido a 14 de Abril de 1947, como sócio efectivo n.º

	1 ²⁶	2	3	4	5	6	7	8	9	10)
1937	3		1	3	1	4	6	1	10	
1938	8	1	1	10	2	4	2	2	2	1
1939	2		9	2		7	1		8	
1940									7	
1941									3	
1942			3						1	
1943	1		1						1	
1944			4						3	
1945										
1946										
1947										
1948										
1949	2		1							
1950										
Total	16	1	20	15	3	15	9	3	35	1

Tabela – A construção da coluna “Postais da Nossa Terra” (1937-1949).

15 306. A Sociedade de Geografia de Lisboa emitiu o seu diploma em 14 de Abril de 1947. José Manuel Landeiro afastou-se desta Sociedade em 16 de Maio de 1958²⁸



Ilustração - Um grupo de alunos de Penamacor no ano lectivo de 1949 - 1950²⁹

Também foi membro nos anos 40, da centúria de novecentos, do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia reforçando, este organismo, o sentido que José Manuel Landeiro imprimiu à sua vida académica e científica.

Esta década ficou ainda marcada pela publicação de vários trabalhos científicos que representaram um despertar sobre a consciência e importância histórica do interior de Portugal, em particular da História do Concelho de

Penamacor e da Beira Baixa.

Além de ter pertencido à Sociedade de Geografia de Lisboa e ao Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia ao longo da sua vida, principalmente nos anos 40 e seguintes, fez parte, ainda, do Clube Internacional de “Folk-Lore” desenvolvendo todo um ideal de perseverança dos costumes e das tradições das localidades a que sempre esteve ligado.

3.1 – De Penamacor para o Montijo.

Em 1950 a imprensa noticiava a transferência de José Manuel Landeiro para o Montijo. Esta década constituiu um momento de transição para outros desafios na vida deste actor educativo.

“(…) chegou-nos a surpreendente noticia da transferência, a seu pedido, das escolas de Penamacor para as de Montijo deste nosso prezado amigo e activo colaborador do nosso jornal. O professor Landeiro, com cuja amizade e colaboração contou, sempre, desde o seu aparecimento o nosso jornal, deixa nas escolas de Penamacor e até na própria vila uma obra que atesta o seu amor pela escola e pela vila de Penamacor e seu concelho as quais tanto soube dignificar e elevar. A Penamacor e seu concelho deixa-lhe o valioso estudo «O Concelho de Penamacor», uma grande parte do «Diocese da Guarda» e valiosos artigos dispersos em jornais e revistas.

Na escola deixa uma cantina modelar, um museu e uma biblioteca, que só o dinamismo do professor Landeiro podia conseguir. Penamacor tem motivos de lamentar a saída deste seu professor, e Montijo para bem dizer a sua transferência (...)”³⁰

A sua partida, com a esposa Benedita Gonçalves Landeiro e sua filha Carlota Gonçalves Landeiro, foi um momento de forte impacto, quer para a comunidade quer para Landeiro. O Clube Fernão Lopes, instituição de natureza educativa e lúdica que Landeiro revitalizou nos anos 40, promoveu uma festa de homenagem

de modo a reconhecer todo um trabalho desenvolvido em benefício da sua terra natal e das suas gentes.

No Montijo depressa conseguiu afirmar os cânones profissionais, científicos e académicos que consolidou em Penamacor. Na verdade, desenvolveu igualmente uma forte acção dinamizadora a vários níveis, como já tinha acontecido antes no concelho penamacorense. Esta ideia é confirmada pela nomeação de que foi alvo para ser delegado da Junta Nacional de Educação do concelho de Alcochete, continuando a escrever e a produzir textos para a imprensa regional onde então se encontrava integrado, reafirmando a sua condição de professor e investindo algum tempo na construção e publicação de textos de natureza pedagógica por exemplo nas revistas *Escola Portuguesa*, *A Nossa Escola* ou *A Educação Nacional*, mas também artigos no interior de publicações periódicas como os jornais locais da Beira Baixa por onde ele tinha passado e com os quais continuou a manter a correspondência apesar do afastamento para a zona do Montijo.

Na década de 90, Aristides Galhardo Mota salientava, em jeito de síntese, que José Manuel Landeiro “no decorrer da sua curta existência, além de se dedicar ao ensino primário, no qual se revelou um bom mestre, dedicou-se igualmente com êxito ao estudo da arqueologia, da História e da investigação nestes campos, tendo publicado mais de duas dezenas de trabalhos. Dedicou-se ainda ao jornalismo colaborando em cerca de uma centena de revistas e jornais, nacionais e estrangeiros (...)”³¹

Entre muitos aspectos que poderíamos ainda elencar neste brevíssimo artigo, como a participação em inúmeros congressos nacionais, destacamos o facto de Landeiro ter promovido um programa de rádio intitulado “Lendas da Nossa Terra” na década de 50, como que procurando retomar um percurso que tinha deixado para trás, em Penamacor, com a publicação da coluna “Postais da Nossa Terra” no jornal a Beira Baixa, que se encontra publicada na íntegra no livro *José Manuel Landeiro (1905-1973): Educador, Historiador e Etnógrafo* de nossa autoria (aguarda publicação).

Conclusão

A vida de José Manuel Landeiro foi recheada de trabalho, sempre com um visível amor pela sua terra natal e com uma vontade enorme de dar a conhecer Aldeia do Bispo e o concelho de Penamacor. A sua morte, em 1973, não foi sinónimo de um fecho de ciclo, mas antes provocou um desejo intenso de reconhecimento do seu trabalho, logo em 1975.

“Notabilizou-se pelo seu amor e trabalho dedicado ao concelho de Penamacor, tendo sido por isso mesmo, e com inteira justiça, homenageado publicamente, na sua terra natal, com o descerramento de uma lápide na casa onde nasceu e sendo atribuído o seu nome a um largo da freguesia, em Setembro de 1975”³²

De facto, Landeiro representa um marco simbólico da História do concelho

de Penamacor, exactamente porque ainda hoje os seus trabalhos são de consulta obrigatória.

Hoje, à data em que elaboro esta síntese, comemoram-se os 800 Anos da atribuição por D. Sancho I do foral da Vila de Penamacor. Parece-nos de uma enorme justiça que quem tanto estudou o concelho, do ponto de vista histórico, seja agora também lembrado e comemorado no âmbito da História destes oito séculos que Penamacor comemora desde a atribuição do primeiro foral.

Já o fizemos no livro que aguardamos a publicação e voltamos a fazê-lo agora terminando este texto com as palavras de outro nosso conterrâneo (Jaime Lopes Dias) quando prefaciou o livro “O Concelho de Penamacor”, em 1938:

“Como é de uso, e necessário, deverei falar do autor e da obra. Quanto ao primeiro, trabalhador incansável que à custa do esforço próprio se tem feito, cumpre-me, como da primeira vez que me revelou os seus propósitos, aplaudi-lo sinceramente! Felicitá-lo e louvá-lo! Poucos sabem quanto custa em trabalho, e em sacrifícios de toda a ordem, uma obra de investigação histórica, sobretudo a quem vive longe dos arquivos e das bibliotecas. Contratempos, demoras, aborrecimentos e até surpresas dolorosas: de tudo há! Depois, se a história do passado é difícil a do presente é ingrata! Egoístas, despeitados e invejosos, fomentando ruins paixões, não perdoam aos que, trabalhando com sinceridade no árido campo do interesse público, os não descobrem para os incensar e apontar à posteridade! Não faltará quem veja omissões propositadas, elogios exagerados, referências injustas ou imerecidas, numa palavra, obra cheia de defeitos, incompleta, pletórica de pequenos nada e sem interesse! Creio que José Manuel Landeiro se não amofinará. **Não deve amofinar-se!**”³³

Bibliografia Geral³⁴

- BOURDIEU, Pierre, *Razões Práticas – Sobre a Teoria da Acção*, 2ª ed., Oeiras: Celta, 2001.
- CHARTIER, Roger, *A História Cultural – Entre Práticas e Representações*, 2ª ed., Lisboa: Difel, 2002.
- DUBAR, Claude, *A Socialização – Construção das Identidades Sociais e Profissionais*, Porto: Porto Editora, 1997.
- HENRIQUES, Helder Manuel Guerra, *José Manuel Landeiro (1905-1973): Educador, Historiador e Etnógrafo*. Câmara Municipal de Penamacor, 2009 (aguarda publicação).
- HENRIQUES, Helder Manuel Guerra, *O professor do Ensino Liceal: Portalegre 1851-1963*. Coimbra: Palimage, 2008.
- LANDEIRO, José Manuel, *O Concelho de Penamacor na História, na Tradição e na Lenda*, 4ª Edição, Fundão: Câmara Municipal de Penamacor, 1994.
- MATTOSO, José – *A Escrita da História*, «col. Obras completas». Rio de Mouro: Circulo de Leitores, 2002.
- MOGARRO, Maria João – *A formação de professores no Portugal contemporâneo – a Escola do Magistério Primário de Portalegre*. Tese de doutoramento. Cáceres/Lisboa: Universidad de Extremadura/Universidade de Lisboa, 2001.
- MOITA, Maria da Conceição, “Percursos de formação e de Trans-formação” in NÓVOA, António (Org.), *Vidas de Professores*, 2ª ed., Porto: Porto editora, 1995.
- NÓVOA, António – *Le temps des professeurs*, 2 vols., Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.
- NÓVOA, António (Dir.) - *A Imprensa de Educação e Ensino: Repertório Analítico (sécs. XIX e XX)*, Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993.

Obras do Autor (título e ano)³⁵

- O Concelho de Penamacor na História, na Tradição e na Lenda* (1938).
- Diocese da Guarda com sede em Idanha-a-Velha (Egitânea), Penamacor e Guarda* (1940).
- No rolar dos anos...as festas dos pescadores de Aldeia Galega* (1952).
- Monografia de Linhares da Beira* (?);
- Da Velha Egitânea* (1952);
- Epigrafia do Concelho de Penamacor* (1956);
- Retalhos da vida de um sacerdote – o padre Gomes Pólvora* (1956);
- Monumentos arqueológicos – Fortalezas do concelho do Fundão – Siglas de Canteiros, etc.* (1959)
- O Mosteiro de Jesus de Setúbal* (1961);
- Visita ao Castelo de Palmela e Seu Convento* (1959);
- A vila de Penamacor – A cidade Assyriavaca – Estradas Romanas* (1961);
- O tesouro funerário da Lameira larga (época Luso-Romana, de Aldeia do Bispo)* (1959);
- Cartas do Abade Baçal ao professor José Manuel Landeiro, anotações* (1956);
- O Mistério da Cabeça de Penamacor* (1958);
- Marcas de Água (Filigramas)* (1953);
- Papeis do século XVIII* (?);

Profetas e Profecias (Throvas de Gonçalo Yanes Bandarra (1956);
O Cristianismo e as tradições pagãs (1963);
A árvore de Portugal, desde a raiz aos ramos e frutos (1960);
Por terras de Meróbriga (Santiago do Cacém e Sines) (1956);
Monografia de Aldeia do Bispo (Breve resenha monográfica) (1966);
Museu Lapidar Luso-Hebraico “em publicação no Correio da Beira em 1968;
Cartas do Padre António Carneiro ao Prof. José Manuel Landeiro – anotações (aguardava publicação em 1968);

Em colaboração

«*Penamacor*» - edição da Câmara Municipal de Penamacor (1964);
A Virgem Peregrina na Diocese da Guarda (1956);
Monumentos de Penamacor (?);
Terras de Santa Maria – edição de «Novidades» (?);
Guia do Forasteiro de Santiago do Cacém (concelho de) (1956);
Apontamentos para a Monografia do Montijo – Edição da Gazeta do Sul (?);
Montijo – Festas de S. Pedro (?);

4.5 – Jaime Lopes Dias – obreiro ilustre da nossa história regional e local

Manuel Lopes Marcelo¹

Jovem jurista e dinâmico cidadão empenhado, cedo aderiu à vertente das ciências humanas, centrando-se na etnografia, vibrando na pauta do seu enraizamento no território das suas origens, alargado a toda a Beira Baixa.

No Prefácio à primeira edição do I volume da sua obra principal – Etnografia da Beira, assumindo que a Etnografia “trata do estudo dos povos e das famílias, em seus costumes, aptidões, génios e crenças”, afirmou:

“ – Pela Etnografia teem sido desencantados lugarejos ignorados e inacessíveis, processos anacrónicos de curar doenças, a que muitas vezes não falta o uso nocivo de mesinhas.

- Em consequência dos estudos etnográficos teem podido o legislador, o politico e o sociólogo, aproveitar virtudes, combater defeitos e dirigir e educar, ou não contrariar, tendências naturais de reconhecida utilidade.

- Na Etnografia, estudo dos costumes, encontra o juiz que algumas vezes, por disposição da própria lei, é obrigado a respeitar o costume com se lei fôsse, precioso elemento de colaboração.

- Da Etnografia aproveitam os educadores valiosos materiais para a formação moral e desenvolvimento físico das crianças, por que Ela lhes vai descobrindo e fornecendo velhos contos, jogos alegres e lendas formosas, quantas vezes repassadas dos mais sãos princípios e de sentimento patriótico.”

E concluiu:

“tem-se dito e repetido que é preciso e urgente recolher e guardar com cuidado e com carinho o que ainda resta, para que nem tudo se perca.”

A sua postura enraizada na história e nas características da terra e das suas gentes, a disponibilidade de investigador que recolhe os factos directamente no terreno e se apoia numa rede informal de contactos com os protagonistas, bem como a clareza da exposição – foi reconhecida pelo Professor Leite de Vasconcelos, ilustre Mestre, fundador da Etnografia de Portugal que na Carta-Prefácio de 24.X.1926 ao já referido I volume, afirmou:

“Para que seria preciso um prefácio meu numa obra que por si mesma se impõe ao bom acolhimento do público?

De facto há nela óptimo conteúdo, apresentando com singeleza e naturalidade, que tornam agradável a leitura aos não especialistas. Quem, sendo Beirão, e conhecendo as lendas, as crenças e as superstições que V. Ex.^a enumera, não se receará de repassar pela memória, assim elegantemente agrupadas, tradições com que foi embalado? E a quem, não o sendo, ou dedicando-se longe à Etnografia não agradecerá ver aqui reunidos tantos elementos de estudo?” E a terminar a sua carta: *“Receba V. Ex.^a os meus parabéns pelo trabalho com que concorreu para progresso da nossa Etnografia. O meu desejo é que não só V. Ex.^a dê à estampa quanto antes o volume ou volumes que tem em mente ainda publicar, senão que não esmoreça na investigação, como a tantos outros tem acontecido.”*

De facto, o **Dr. Jaime Lopes Dias** não esmoreceu, quer no âmbito da etnografia com a sua obra em onze volumes, quer em muitos outros campos em que frutificou a sua vida muito intensa de cidadão exemplarmente empenhado, incansável empreendedor e Beirão fiel e dedicado às suas origens.

1 – Percorso de vida

Jaime Lopes Dias nasceu em Vale de Lobo (hoje Vale da Sr.^a da Póvoa) a 25 de Outubro de 1890. Iniciou o curso geral no Liceu em Castelo Branco, que concluiu em 1906. Frequentou o Colégio de S. Fiel, onde terminou o 7º Ano de Letras. O Curso Complementar de Letras já o terminou no Liceu de Coimbra em 1908. Neste ano matricula-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, tendo concluído a licenciatura em Julho de 1912.

Iniciou a sua vida profissional, em funções públicas em Penamacor, como oficial do Registo Civil. Em 1914, assumiu em Idanha-a-Nova as funções de Notário, que manteve até 1919. Simultaneamente, foi Administrador do Concelho (de Julho de 1915 a Outubro de 1916), membro da Comissão Administrativa e

Vereador da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova no ano de 1919. Neste ano, assumiu em Castelo Branco as funções de Juiz Presidente do Tribunal de Desastres no Trabalho, onde se manteve até 1929. Deixou estas funções para iniciar as de Secretário-geral do Governo Civil do Distrito de Castelo Branco, que exerceu até 1936. Simultaneamente, foi Professor provisório do 4º e 5º grupos do Liceu de Castelo Branco e Presidente da Comissão Agrícola da 55ª Região (Castelo Branco). De 1936 a 1938 foi adjunto do Director-Geral da Administração Política e Civil do Ministério do Interior e vogal do Conselho de Cadastro do Instituto Geográfico e Cadastral até 1940. A partir de Janeiro de 1938 até ao limite da idade, foi Director dos Serviços Centrais e Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

Quanto às obras que publicou ao longo da sua dinâmica e esforçada vida de pesquisa e divulgação, elevam-se a mais de seis dezenas de volumes e artigos incidindo em termos culturais e socioeconómicos, tendo quase sempre a sua Beira Baixa como espaço e objecto privilegiados. Foi um municipalista e regionalista convicto e empenhado que se destacou nos célebres congressos beirões, sobretudo a partir do IV Congresso e Exposição Regional das Beiras realizada em Castelo Branco em 1929 e de que foi empenhado secretário-geral. Neste contexto, foi devido à sua abnegada dedicação e esforço que foram publicados relatórios das sessões com os conteúdos temáticos e propostas apresentadas referente ao IV. Tal esforço a atitude meritória de análise e crítica construtiva estendeu-se ao V Congresso Regional das Beiras realizado na Figueira da Foz em 1932, bem como ao VI Congresso realizado em Coimbra.

A intensa e prolongada comunhão que este beirão destemido conseguiu manter com a sua terra e as suas gentes, marcou toda a primeira metade do século XX de uma forma tão profunda e extensa, que não é possível realizar qualquer estudo que não o tome como fonte ou referência.

2 – Participações e associações

Não tendo sido propriamente um académico, pertenceu a inúmeras associações culturais, científicas, literárias, artísticas, regionalistas e beneficentes, das quais salientamos as principais.

Seminário de Estudos Galegos (1926), sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa (1947); Membro titular da Instituto Internacional de Ciências Administrativas (Bruxelas, 1936); Associação dos Arqueólogos Portugueses; Instituto de Coimbra; Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia do Porto; Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia; Sociedade Brasileira de Folclore, Instituto do Ceará; Associação Tucumana de Folclore; Societé de Ethnolige Française, Sociedade Peruana de Folclore; Sociedade Luso-Brasileira de Etnologia; Asociación Española de Etnologia y Folclore; Presidência do Conselho regional da Casa das Beiras; Presidente da Assembleia-geral da Sociedade Nacional de Belas-Artes; Vice-presidente da Assembleia-geral da Sociedade de Língua Portuguesa, Sócio da Asociación de los Amigos del Arte; Presidente da Assembleia-geral da Associação dos Jardins-Escola João de Deus; Presidente do júri do segundo

festival de Folclore (Ribatejo e Estremadura) 1962.

3 – Realizações e desempenho

Ao nível das realizações em que se empenhou abnegadamente e com espírito de bem servir, destacam-se as que se prenderam com a Beira Baixa.

Sindicato Agrícola de Idanha-a-Nova (1915), fundou e dirigiu a Caixa de crédito Mútuo de Idanha-a-Nova, promoveu a criação da Freguesia de Idanha-a-Velha (Egitanea); revelou à nação a povoação de Monsanto (IV Congresso Beirão), fez-lhe propaganda, promoveu a elevação a vila, a protecção das suas muralhas e a abertura a concurso de monografias sobre os castelos de Portugal; colaborou na fundação e redigiu os estatutos da previdência do Centro artístico Albicastrense e da Mutualidade do Liceu Castelo Branco; organizou os IV e IX Congressos Beirões e colaborou activamente nos demais; promoveu a criação da Comissão de Iniciativa e Turismo de Castelo Branco, que construiu o Hotel de Turismo, e foi seu administrador-delegado; pugnou, até à sua conclusão, pela construção da Barragem Marechal Carmona, no Rio Ponsul (Idanha-a-Nova); promoveu a criação da casa do Povo de Idanha-a-Nova; lutou pela construção do caminho-de-ferro Castelo Branco – Placência; como factor de progresso da Campina de Idanha-a-Nova, e melhor ligação entre Lisboa e Madrid; promoveu a construção do monumento a Vaz Preto (Castelo Branco); colaborou na organização e presidiu à Assembleia-geral da corporação dos Bombeiros Voluntários de Castelo Branco em 1934 do Conselho Fiscal, por aclamação em 1932; organizou o espectáculo Regional da Beira Baixa, transmitido pela Emissora Nacional (1936) e promoveu a mudança do nome de Vale de Lobo, a sua terra natal, para Vale da Sr.^a da Póvoa, a construção de dois edifício escolares, da Igreja Matriz, da Avenida da Igreja, a criação da Cantina Escolar e da ponte sobre a ribeira.

4 – Imprensa e Jornalismo

Ao nível da imprensa e jornalismo, desenvolveu uma notável actividade. Fundou e dirigiu o Povo de Idanha (1914) e A Província, de Castelo Branco (1921). Dirigiu o Boletim da Casa das Beiras e a Revista Municipal de Lisboa.

Foi cronista do Diário de Noticias na Beira Baixa (1932) e organizou diversos números especiais de revistas referentes a Castelo Branco e ao seu Distrito, nomeadamente: Revista das beiras, dos estudantes beirões, de Lisboa; Revista Insular e de Turismo (1931); Terras de Portugal (1931 e 1934) e Álbum de Portugal.

Colaborou em muitas revistas e jornais, das quais de destacam: Ocidente; Panorama; Revista Portuguesa da Comunicações; Boletim da Junta Nacional da Cortiça; Almanaque das Beiras, Gil Vicente; O Século Ilustrado; Enciclopédia Prática do Lar; Terras Portuguesas; Diário de Noticias; O Século; Pátria; Novidades; Diário e Gazeta de Coimbra; Mocidade Livre, Semana das Beiras; Vanguarda (Castelo Branco); Cidade (Lisboa); Sul da Beira (Covilhã) e Acção Regional (Castelo Branco).

5 – Distinções e homenagens

De uma acção tão dinâmica e profícua no campo social e cultural, não podia deixar de receber distinções e homenagens:

Comendador da Ordem de Cristo (1937).

Medalha de cobre de assiduidade e bons serviços atribuída regularmente pelos primeiros vinte anos de funcionário da Câmara Municipal de Lisboa (1959).

Medalha de ouro da cidade de Lisboa (Outubro de 1960).

Primeiro premiado no Concurso de Monografia sobre o Trabalho Rural, aberto pelo Ministério da Agricultura (1933).

Atribuição, pela Junta de Monsanto, por serviços prestados à povoação, do nome de Jaime Lopes Dias à Rua da Fonte Nova (deliberação de 20 de Junho de 1929).

Louvado pela sua acção na organização da Primeiro Cortejo Folclórico (Port. de 1-VI-937).

Louvado como vogal da Comissão de Divisão Regional Agrícola.

Sócio honorário da Associação de Municípios da Baía (Brasil).

Sócio honorário do Centro Beirão de São Paulo (Brasil).

Sócio honorário da Casa do Porto, Rio de Janeiro (Brasil).

Sócio honorário da Sociedade Folclórica do México.

Sócio honorário da Sociedade Nacional das Belas-Artes. Lisboa (1939).

Sócio honorário da Casa das Beiras, de Lisboa.

Sócio honorário da Casa da Comarca da Sertã.

Sócio de mérito do Montepio de Castelo Branco.

Medalha Sílvio Romero, homenagem da Prefeitura Federal entregue na embaixada do Brasil em 12 de Fevereiro de 1963.

Sócio-fundador do Circulo de Estudos Históricos de Olivença (1949).

Em 1971 realizou-se a Exposição Bibliográfica, Documental e Histórica do Distrito de Castelo Branco, com base nas obras existentes na Biblioteca Municipal de Castelo Branco. Nessa altura, a mesma biblioteca promoveu uma homenagem pública ao Dr. Jaime Lopes Dias. À Câmara Municipal de Castelo Branco já o distinto etnógrafo tinha feito chegar a intenção de legar à Biblioteca Municipal a sua própria biblioteca etnográfica. Não se tendo concretizado tal legado ainda em vida do Dr. Jaime Lopes Dias, a sua família empenhou-se na respectiva concretização. Assim, instalada em sala própria servida de todos os requisitos técnico-bibliográficos, encontra-se instalada a riquíssima biblioteca etnográfica doada pelo Dr. Jaime Lopes Dias.

Mais recentemente, a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova promoveu homenagem pública, decidindo reeditar os onze volumes da Etnografia da Beira.

Ainda expressão da simplicidade e grandeza do homem bom que foi o Dr. Jaime Lopes Dias é a sua própria conclusão inserida nas suas memórias:

“Compareço assim, sem jactância nem vaidades,
perante os que me podem julgar ou perante a
história (se ela houvesse de importar-se comigo)
e também para responder pelos erros e falhas que
se me possam imputar.”

4.6 – Jaime Lopes Dias: a Utopia Regional - O Centro e as Margens

Pedro Salvado¹

Na história cultural da Beira Baixa, o nome de Jaime Lopes Dias (1890-1977) constitui uma insubstituível e incontornável referência pelo seu pioneirismo enquanto gerador do discurso etnográfico regional e pela sua associação a um conjunto de realidades² que modificou e remodelou a paisagem e os comportamentos de algumas comunidades desta ancestral interioridade geográfica, durante a primeira metade do século XX. Personalidade plurifacetada, a acção deste notável percorreu e afirmou-se, ao longo de décadas, em diferenciadas áreas do saber. As suas reflexões, investigações, projectos, análises e interrogações materializaram-se numa extensa bibliografia que ilumina um itinerário vivencial muito próprio. Os seus títulos, para além de demarcarem e de estratificarem zonas de interesse, indiciam a intensidade e as cronologias das suas coordenadas intelectuais. Um caminho que, principiado num singular lugar e condição - Vale do Lobo, actual Vale de Nossa Senhora da Póvoa, pequeno povoado do norte do concelho de Penamacor, junto à serra d’Opa – se estendeu, sulcando rumos que ultrapassaram os horizontes locais e regionais, afirmando e unindo o território de origem a outros centros e a distintas fronteiras. Ao mesmo tempo, um percurso longo cujo desenvolvimento incrementará o surgimento de complexas redes de actores, de ligações entre instituições de poder administrativo, de fluxos, de imagens e de pendularidades simbólicas e ideológicas que se estabelecerão em escalas e datas muito específicas numa recomposição continuada entre o local, o regional, entre

a “provincia periférica, a “provincia central” e o centro da Nação³.

Falarmos hoje de Jaime Lopes Dias é reconhecer acima de tudo o, às vezes tão esquecido, papel dos indivíduos na explicação histórica. Com efeito, a história da formação da identidade individual coloca novos desafios e a compreensão da identidade como procedimento em permanente negociação entre o indivíduo e o meio envolvente abre novas perspectivas no processo da construção histórica biográfica. Como assevera Magda Pinheiro, uma biografia representa sempre um desafio historiográfico seja pelas presenças – ausências da documentação e fontes de trabalho, seja pelo necessário afastamento face às especificidades do objecto de estudo⁴.

Nesta simples aproximação pretendemos, apenas, recordar a figura, referenciando algumas das suas práticas, dos seus tempos e dos seus objectos de afirmação. Contudo, face à complexidade e singularidade das suas produções e da transformação operada nos seus ideários políticos e cívicos, torna-se, sem dúvida, urgente que se proceda a uma releitura intensiva da totalidade da sua obra descortinando as suas conexões científicas e políticas, a diversidade de papéis e de interpretações que desempenhou, os palcos e as mediações que promoveu, as legitimações e influências que estabeleceu, num arco temporal que se desenrolou entre a República, a Ditadura e o surgimento e afirmação nacional do Estado Novo. Efectivamente, quando compulsamos e interrogamos alguns estratos da produção intelectual de Lopes Dias, uma das personalidades mais fascinantes e determinantes quer como elemento saliente da geração fundadora e estruturadora dos ritmos e comportamentos políticos do regionalismo beirão⁵, por exemplo, quer como criador e principal reproduzidor dentro da secular Beira histórica, de uma mítica e complexa representação da Beira Baixa (afinal a sua domesticada “comunidade imaginada” para utilizarmos o conceito de Benedict Anderson), prevalecente até ao último quartel do século XX⁶, confirmamos a ideia de nos encontrar diante de um autor cujos actos e acções não têm sido devidamente reconhecidos e, ao nível da investigação histórica, devidamente valorizados⁷.

Apesar de assistirmos, hoje, a um decidido ocultamento da sua excepionalidade intelectual⁸ que se cumpriu, principalmente, nos domínios da etnografia, do folclorismo, o seu papel dentro da história da antropologia portuguesa como cultor de um discurso essencialmente gizado a partir da periferia nacional, alguns dos seus títulos, nomeadamente a *Etnografia da Beira*, continuam a ser referenciados e reeditados⁹, perdurando, deste modo, uma certa “literatura da identidade” ou de “neo-enraizamento regional”. Os conteúdos descritivos sensitivos e as adjectivações da escrita de Lopes Dias são reabilitadas, reconstruídas e reutilizadas em textualidades relacionadas com a divulgação de estratégias promotoras do desenvolvimento do território ou em letras que sustentam imagens e suportes associados à intensiva turistificação e patrimonialização a que as paisagens da Beira têm estado sujeitas.

Turismo e Património são, aliás, vocábulos que, regionalmente, tiveram em Jaime Lopes Dias o seu principal definidor e difusor, inculcando-lhe significações e funções mais amplas e ligando estes termos a uma emergente cartografia de lugares emissores e catalisadores de outros sentidos, de outras leituras, de outras

codificações¹⁰. O Turismo e o Património foram as locuções onde assentará grande parte da semântica da construção da “comunidade imaginada”, como foi o acontecimento da redescoberta de Monsanto da Beira ou a evocação e identificação de paisagens, locais monumentos que remetam para temporalidades etno-fundacionais distantes. Num entendimento premonitório do futuro das terras das Idanhas, essa densa e plural geografia sentimental a que durante toda a sua vida sempre esteve tão intimamente ligado, horizontes que afinal estruturaram o seu original e pessoal laboratório etnográfico e cultural, escrevia, em 1916, no periódico *Povo de Idanha*¹¹:

«Poucos concelhos como o de Idanha a Nova, podem ufanar-se de mais preciosidades arqueológicas, de belezas naturais, dignas de admiração do turiste (sic) .

Mas, quem pensou já em tal?

Turismo no concelho de Idanha a Nova?!...

Estou a ouvir o gargalhar do leitor!...

Turismo por veredas intransitáveis, por córregos onde as próprias cabras, por vezes não conseguem equilíbrio?!..»

Prossegue, identificando os principais sítios detentores de uma personalidade e de uma figuração identitárias únicas nesta margem do País, como o «esplendor longínquo» da povoação da Egitânia (Idanha-a-Velha), o «rouqueiro castelo» de Monsanto e as termas de Monfortinho que «por si só, basta para fazer do concelho de Idanha uma estância de turismo», patrimónios - as expressões que usa para estas matérias são «riquezas e preciosidades» - que desoculta e que promove, considerando que «Os poderes públicos não tem o poder da omniscência» (...), não olham com mais amor para isto, talvez porque ninguém lhe disse ainda o que são e o que valem tantas riquezas dispersas por esse paiz, e por conseguinte pelo conselho de Idanha a Nova!»

E nesta enumeração de potencialidades endógenas relacionadas com o património e com o turismo, anuncia uma actualíssima perspectiva transfronteiriça da fruição do património histórico raiano ao incluir, no périplo, a ponte de Alcântara, comentando ironicamente: «Conquanto não fique no nosso concelho, o turiste que a pretenda visitar tem fatalmente de passar por aqui.»

Mas Lopes Dias sabia que o património monumental mais visível encontrava-se ameaçado, pois «ao indígena passa desapercebida, toda a arte, toda a história, por vezes bem nobre e bem digna.». Anos mais tarde, em 1935, desenvolverá a exaltação e a utilização de algumas dessas componentes patrimoniais quer como insubstituíveis e vibrantes fracções do intrincado perfil da recente construção - representação da região beiroa, quer como fragmentos que vai associar a um cultivo da história local-regional então surgido na Beira Baixa, ambiciosa empresa e tarefa historiográficas e de inventário de fontes e de matérias históricas que, desenvolvidas por alguns (poucos) autores, se revestiram de características, objectivos e funções culturais e ideológicas muito próprias. Tal foi o caso das forcas e, principalmente, dos pelourinhos, cujo estado de conservação então detectado no distrito, levou o autor a considerar: «de pé e alerta estão quase todos os pelourinhos fronteiriços, recolhidos em dependências dos municípios ou destruídos, os situados no interior.»

E interroga: «certeza que naqueles lugares se mantém mais vivo o amor às instituições pátrias, ou ali existe, consagrado pela especial situação de vizinhança estranha, melhor e reconhecimento do valor das regalias locais?»¹².

Nesse ano realizar-se-ia em Castelo Branco, a 21 de Novembro, sob a sua orientação já que elabora o reportório, o espectáculo regional da Beira Baixa, uma iniciativa da então denominada Emissora Nacional de Radiodifusão. O evento faz afluir à capital os principais intérpretes e agentes promotores do folclorismo então em franca gestação, desenvolvimento e fixação temática. Lopes Dias já antes, em 1930, tinha expressado a sua conversão ao folclorismo como um gesto e uma missão inadiáveis na preservação de uma musicalidade matricial nacional tida como impoluta. Durante a apresentação do Orfeão de Castelo Branco, proferirá um alegórico discurso a que posteriormente dará o título de *Em defesa do “folklore” nacional*, onde manifesta a necessidade da defesa desse património imaterial, resgatando uma disposição defensiva que faz entroncar num validado movimento histórico de resistência: «(...) enquanto os cavaleiros e os cruzados iam invadindo o país com novos cantares de seus países de origem, alguém escondido entre as dobras das serras, longe dos grandes centros, ia conservando, na simplicidade que o caracteriza, a pureza étnica das canções nacionais. Esse alguém era o povo.» E reconhece os males que ameaçavam esse fundo musical: « (...) com a guerra vieram os *dollars*, os *jazz-bands*, os *charlestons* e tantas músicas e danças exóticas que propositada ou despropositadamente ameaçam levar de vencida o nosso lindo *folk-lore*!¹³» Como nota Jorge Freitas Branco: «O processo português de folclorização caracterizou-se por uma mobilização da sociedade em torno de uma luta de gostos que substituiu a impossibilidade de debater a conflitualidade social.»¹⁴ e, em suma, foi também esta uma das realidades que se performou no espectáculo de 1935. Na ocasião, registaram-se e difundiram-se outros patrimónios e imagens impressionistas de carácter literário. Preenchia-se de sentidos a territorialidade administrativa, desejada desde há décadas e que a reforma do Estado Novo de 1936 haveria de, por fim, instituir: a Beira Baixa. Durante o espectáculo, os efusivos momentos comunicacionais como a saudação do vice-presidente da Casa das Beiras, Fernando Pina Lopes, e a palestra de Jaime Lopes Dias *A Beira Baixa, seu folclore, sua história e suas riquezas* enalteceram as idiossincrasias da sonhada região. A descrição das paisagens, dos seus monumentos e carácter das suas gentes, as referencias à sua galeria de heróis fundadores e históricos, afirmavam numa categorização muito precisa e clara as distintas estratificações, localizadas e expressivas da totalidade do território conhecido e, por isso mesmo, controlado pelas elites regionais convertidas à Ditadura.

Entre 1921 e 1971, Jaime Lopes Dias elaborou oitenta e nove documentos bibliográficos diferenciados que, aos setenta e nove anos de idade, arrumaria dentro das seguintes áreas: ‘Direito’, ‘Etnografia’, ‘Problemas administrativos, sociais e económicos’, ‘Regionalismo’, ‘Lisboa’ e ‘Diversos’.

Se atendermos aos vocábulos presentes nos títulos dos seus trabalhos, e se não considerarmos a sua obra mais frequentada e de enunciação mais repetida a *Etnografia da Beira*, projecto que se concretizou em onze volumes saídos,

espaçadamente, entre 1926 e 1971, o locativo Beira Baixa foi o mais utilizado, seguido de Beira e de Beirão. O referencial geo-administrativo Distrito de Castelo Branco apenas se grafou em três ocasiões. Ora, este facto é importante pois ajudou, sem dúvida, a consolidar uma coordenada pessoalizada e distintiva nas escalas e nas construções simbólico-territoriais do País: a associação de Lopes Dias com a Beira Baixa e a sua assunção, junto das elites regionais e nacionais, como o intérprete dominante e principal reproduzidor dessa “realidade” territorial-político tão sentimentalmente construída¹⁵.

Em Setembro de 1960, em arrazoado biográfico resumiria e dividiria em dois períodos os seus quarenta e oito anos de vida pública: «vinte cinco ao serviço da Beira Baixa e vinte e três ao serviço do País e de Lisboa», sempre «humildemente guiado pelo propósito de bem servir.» Identificam-se as duas principais geografias onde ancoraram as suas vastas acções criativas, intelectuais e, principalmente, políticas: a Beira Baixa e o País, aqui identificado com Lisboa. São dois complexos culturais distintos que contrastados não se excluem mas complementam-se numa visão una, na busca de um todo mas relevando as partes como era, afinal predicado do Estado Novo onde o centro está em todos os limites, pois quem define limites é sempre o centro.

Estamos cientes de que a vida de Jaime Lopes Dias decorreu numa permanente vontade de recomposição de interesses entre uma periferia genética e sentimental em continuada negociação com um palco pólo central, afirmador de vinculações de matriz ideológica que o tornaram uma personalidade muito próxima do poder dominante estado-novista. Nesta leitura, a Beira Baixa fora uma geografia formada por um conjunto de sítios onde se desenrolaram iniciativas, periféricas aos poderes centralistas, tenham sido eles os de recorte republicano ou os oriundos da ditadura nacional. Acções que procurando a busca de um negado bem-estar às populações por parte de administrações longínquas, ensaiaram e transmitiram, no colectivo, utopias e vontades e, legítimas, ambições políticas íntimas. Daí que a partir da sua ida definitiva para Lisboa, em 1936, afim de ocupar o cargo de adjunto do Director Geral da Administração Política e Civil do Ministério do Interior, tenha significado uma profunda mudança na sua apreensão e vivência dos problemas e das heranças regionais. Não que a vetusta Beira Baixa tivesse sido esquecida pelo seu criador. Essa ligação materializava-se sim agora de outra forma como a escrita e a sua reprodução em vários suportes e num intermitente regressar para lembrar passados individuais e redes de convivialidade estabelecidas entre aquele que tinha partido para o grande centro e todos aqueles que ficaram ligados aos pequenos poderes da periferia provincial, patrocinados pelo regime em expansão. E nesta ordem, a grande textualidade *Etnografia da Beira*, terminada apenas em 1971, com várias reedições de alguns volumes, aportou até ao fim da sua vida, o campo de união, qual objecto de memória, de veneração e da passagem do tempo individual entre as saudosas geografias das origens e as realidades das existências vorazes do quotidiano.

No centro político do regime, entre 1938 e 1960, será na Câmara Municipal da capital onde irá percorrer a sua carreira profissional, como director dos serviços

centrais e culturais do município. E nas páginas da Revista Municipal lisboeta, as linhas mestras do seu pensamento, em conversão total ao regime, vão-se expressar. A complexa sinfonia, os equilíbrios e as construções de esquemas relacionais entre o poder central e o local despojado de poder, característicos da sua fase republicana, ou as continuadas aspirações regionalistas que tiveram em Lopes Dias um exímio paladino, diluíram-se nas certezas ditatoriais centralistas. Não tinham ficado para trás os horizontes da «identidade» beirôa que permaneciam, simbolicamente, presentes e revisitados a partir da Casa das Beiras. Mas Lisboa era o cume dos municípios e o principal centro-palco do país. Pessoalmente começaram a ficar mais distantes as terras raianas ou os seus ancestrais problemas da cidade-capital albicastrense, a centralização do viver e do pensar vincava-se. Por esses tempos, Jaime Lopes Dias, à data, director dos Serviços Centrais do município lisboeta clama nas linhas do artigo «União dos Municípios. Triunfos e vicissitudes da Administração Local. A reforma administrativa de 1936. A actividade do Estado e a inactividade dos Municípios», absorvido por objectivos de gestão centralizadores:

«Responda quem possa e deve responder. E quem pode e deve responder são todos os que cientes e conscientes da era de renascimento que atravessamos, têm como certo que o povo é ainda hoje, como foi sempre, o grande obreiro da Nação, o grande e fiel detentor das virtudes da raça.» E, prossegue: «A União dos municípios, funcionaria junto da Câmara Municipal de Lisboa, que prestaria o ensinamento dos seus funcionários e a prática dos seus serviços a tudo o que interessasse aos Municípios filiados». Apesar do apoio que recebeu de Marcelo Caetano, autor do novo Código Administrativo, a sua ideia da União dos Municípios, concentrados em Lisboa não se concretizaria. Da política, passaria antes a conduzir estetizações folclóricas em meio urbano ou a impulsionar saraus e actividades que uniam as diásporas beirôas lisboetas, iniciativas que remetiam para um imaginário, quantas vezes heroificado e mitificado, das origens das periféricas partidas às quais nunca se haveria, definitivamente, de regressar. A data separadora entre o seu afastamento do centro da Beira Baixa e a afirmação de Lopes Dias no epicentro do poder dominante foi o dia 28 de Maio de 1937. Nesse dia, foi-lhe conferido, enquanto adjunto do director Geral da Administração Política e Civil, o grau de Comendador da Ordem de Cristo, pelo Presidente da República Óscar Soares Carmona.

Persistiriam então, na sua memória as aspirações regionais, expressão que tanto empregou na sua etapa republicana como, por exemplo, por ocasião da sua presença no Congresso Municipalista de Castelo Branco, em 27 e 28 de Abril de 1923, como representante de Penamacor? Nessa circunstância foram diversas as suas preocupações e projectos apresentados colaborando activamente na finalidade primordial «destas grandes Assembleias: ouvir, perscrutar as aspirações locais sobre o que devia sobre o que deve ser a “magna carta” dos municípios, estudar e procurar resolver os seus mais instantes problemas.» e «na obra de engrandecimento da Beira Baixa.»¹⁶.

No seu intimo é possível que essas topografias e vibrações regionalistas continuassem presentes, exteriormente seria difícil pois, e como alude, Daniel

Melo «o regionalismo e o federalismo regionalista foram não só rejeitados como combatidos pelo Estado Novo, que os considerava uma ameaça à sua concepção imperial, ultra-nacionalista e hiper-centralista.»

Mas, ao divisar a totalidade da sua produção textual e as suas áreas de reflexão, foram os seus desempenhos enquanto ímpar construtor de etnografias e como instituidor do folclorismo da Beira Baixa, as consistências que vão afirmar Lopes Dias no contexto das práticas etnográficas que se constituíram e circularam em Portugal, na primeira metade do século XX.

«Folguei de saber que uma pessoa ilustrada dêses sítios se ocupa presentemente de etnografia» redigia Leite de Vasconcelos, em bilhete-postal enviado a Jaime Lopes Dias, a 5 de Outubro de 1925. Este contacto, iniciará um fluído convívio de décadas e a integral filiação das etnografias domésticas de Lopes Dias nas linhas orientadoras, justificadoras e interpretativas provindas da autoridade dominante do grande mestre da etnografia portuguesa. Essa total identificação, com o denso saber leitiano, compôs um facto reproduzido não só durante toda a configuração da sua *Etnografia da Beira*, onde o patrono é convocado em várias ocasiões assumido como legitimador máximo da obra, como também aflora nas curtas referências teóricas e entendimentos conceptuais, adoptados durante as suas práticas etnográficas, mormente, folclóricas.

É evidente que parte das razões que terão levado Jaime Lopes Dias a abarcar e a desenvolver a etnografia local, não deve ser alheia a sua pertença a um específico ambiente cultural em construção, perpassado pela ansiada emergência de um verdadeiro e prático movimento regionalista. Os interesses começaram a ser expressos através da publicação de pequenos textos editados na imprensa local, de que a coluna “Distrito Etnográfico, editada no periódico *Acção regional*, a partir de 1924. O conhecimento da cultura tradicional e rural era registado, ocupando o mesmo suporte onde se grafavam pugnas ideológicas e utopias geo-políticas. E foram esses primeiros esboços de recolhas que levaram Leite de Vasconcelos a motivar o autor para continuar a recolher esses fragmentos ainda activos de um equilíbrio rural tradicional de que já se começava a ter a consciência das suas alterações e metamorfoses: «Como V. sabe, publico a «Revista Lusitana» e peço a V. E. coordene os seus artigos em série ou capítulo, e mo envie para o lá inserir, o que eu muito estimaria». E aqui radicou a génese da textualidade *Etnografia da Beira* de que em 1926 saíria a lume o primeiro volume. No volume XI que encerra, em 1971, a longa empresa de registo, ao estabelecer o índice geral das fixações, das transcrições musicais, das observações directas e indirectas efectuadas e das recolhas conseguidas na geografia beirôa e da multiplicidade de realidades por si tratadas em mais de meio século, recordou: «Tomando como obrigação o apelo do mestre, pouco tempo passado editei com os materiais recolhidos o primeiro volume, em verdade simples manta de retalhos sem obediência a qualquer plano preconcebido, e que o Dr. José Leite generosa e gentilmente prefaciou».

No prefácio ao I volume da *Etnografia da Beira* considera que a etnografia, como uma ciência, surgida depois da arqueologia, da sociologia e da etnologia, é a disciplina «para o estudo dos povos e das famílias, em seus costumes, aptidões,

génios e crenças», destacando-se, pela sua utilidade, em variados campos e satisfazendo funções plurais. Escreve que com os «estudos etnográficos teem podido o legislador, o politico e o sociólogo, aproveitar virtudes, combater defeitos e dirigir e educar, ou não contrariar, tendências naturais reconhecida utilidade.» mas tudo se teria de processar com grande rapidez pois «a civilização progride e ameaça tudo transformar. Não é preciso ser muito velho para notar grandes mudanças etnográficas».

A etnografia ajudava assim, a interrogar, a regenerar e a sentimentalmente caracterizar a região de origem de Jaime Lopes Dias que, paulatinamente, principalmente com a sua quase especialização e particularização centralizadas no folclore da Beira Baixa, vai começar a fazer parte da longa galeria de notáveis locais que até aos anos quarenta do século XX, gravitaram e se expressaram sob a sombra e orientação legitimadora de Leite de Vasconcelos. Na *Etnografia Portuguesa* são parcas as palavras e as referencias ao folclorista beirão¹⁷ mas Leite de Vasconcelos reconhecerá o constante labor de Lopes Dias quando, nos *Opúsculos* de 1939, ao reeditar a sua carta prefácio com que tinha aberto o primeiro tomo da *Etnografia da Beira*, concluiu «Acrescentarei que no espaço de onze anos, que tantos medeião entre a data que escrevi esta carta-prefácio em que a reproduzo aqui (fins de Outubro de 1937), o Drº Jaime Lopes Dias publicou mais três volumes da *Etnografia da Beira*, todos de mérito igual ao primeiro, e além disso um valioso estudo descritivo de pelourinhos e forcas do distrito de Castelo Branco (1935), e a *Beira Baixa ao microfone*, com gravuras e músicas (1936), para não falar de trabalhos menores, nem da continuada actividade desenvolvida em favor das cousas e interesses da província da Beira, considerada em geral, como claramente se manifestou, por exemplo, na organização do 5º Congresso Beirão & Exposição regional (1929), de que foi a alma, e de que trouxe a lume em 1931 extenso Relatório, acompanhado de muitas estampas, e em todo o qual também não falta matéria etnográfica. Tomou igualmente grande parte, pelo que toca à Beira, na preparação do *Cortejo Folklorico*, que se realizou em 1937.¹⁸ ».

Este vínculo e afinidade acompanhariam Jaime Lopes Dias que, em 1958, recordaria a intensidade de certos momentos e espaços vividos dominicalmente sempre de um modo «mais familiar e amigo do que hóspede», no espaço da casa e na esfera da vivência privada leiteana, como aquela varanda que «se debruçava sobre o pequeno quintal onde vegetavam roseiras e craveiros, malvaíscos e malmequeres, além de outras plantas espontâneas». Foram muitas as permutas e os aconselhamentos, da comunhão e identificação científica total e plena entre o aprendiz de etnógrafo beirão, um «modéstissimo discípulo» como se considerava, e o seu sapiente instrutor e mentor: «Cheguei naquele dia, o da minha ultima visita, à hora em que o mestre estava já entregue ao seu quotidiano labor. A Chica (Francisca Neiva, natural de Arcos de Valdevez, serva da casa, com seu colar de contas de oiro ao pescoço, seu chambre, saia e avental a condizerem com o ambiente) foi bater à porta da biblioteca que estava fechada pela parte de dentro. Demorou-se o mestre algum tempo a aparecer.

Vinha muito agarrado ao seu sobretudo, a queixar-se muito dos seus achaques,

a narrar as recomendações do seu médico e a lamentar-se, o que já fizera de outras vezes, da sua falta de vista que, dia a dia, dizia, sentia acentuar-se. Entrámos para o escritório onde o estudante Santos e Sousa lia e escrevia o que o sábio indicava ou ditava.»¹⁹ Com o falecimento de Leite de Vasconcelos em 1941, a sua actividade como etnógrafo e folclorista beirão não atenuou, cumpriu-se sim noutros pendores teóricos e objectos de interesse, atingindo outras latitudes e centros. O antigo municipalista reivindicativo, o construtor de províncias, o lisboeta adoptivo, emissor da doutrinação do poder salazarista, o seu raio e influência de acção folclórica atingiria, nos inícios da década de cinquenta, uma internacionalização com presença noutros fóruns. Os fluidos e fraternos contactos estabelecidos com o estruturado e inovador folclorismo brasileiro tiveram, nesse capítulo, um importância capital numa redefinição e revisão dos seus pressupostos teóricos sobre as disciplinas e, principalmente, sobre a real função das mesmas na sociedade portuguesa nessa década de mudança. Em 1956, aproveitaria a realização do Congresso de Etnografia e Folclore de Braga para expor as suas preocupações e projectos, defendendo a necessidade da aplicação de pressupostos metodológicos já com sucesso ensaiados no país irmão, fomentando a emergência de uma estruturação etnográfica comum e o desenvolvimento de um folclorismo luso-brasileiro que possibilita-se a circulação de etnografias académicas por todo o espaço cultural unido pela língua. Mas, a visão folclorista, mais performativa e tradicionalista dos países, continuava a dominar perdurava de poder era ainda outro numa ruralidade em acelerada transformação e ruptura demográfica e cultural.

Constituirá talvez algo de paradoxal verificarmos que os principais assuntos vitalizados por Jaime Lopes Dias durante toda a sua existência refulgem, nos nossos dias, com uma actualidade extraordinária. A conjuntura é, evidentemente, distinta, mas um sentido interrogativo quanto ao real futuro do fluir das periferias, das nossas temidas “interioridades”, persiste. Com outros traços certamente, aspectos tão determinantes para o nosso devir colectivo enquanto periferia nacional, outrora designada por Beira Baixa, como o êxodo rural, o papel das migrações, a desertificação dos solos e dos campos, a excessiva presença da patrimonialização da paisagem e das suas gentes, a comum certeza regional na turistificação da sua economia, as ansiadas e sempre adiadas melhorias das acessibilidades, a busca de uma verdadeira fluidez comunicacional entre os poderes locais e centrais, estabelecem todo um dilatado conjunto de assuntos e de cenários descritos e sonhados, numa escala temporal e ideológica determinada, por Jaime Lopes Dias.

Assistimos, na última década, a profundas alterações nos nossos territórios de afectos e de referência, redefinindo-se continuamente quais os espaços funcionais e quais os espaços de identidade. As espacialidades de referência uniformizaram-se, modificando-se, de um maneira radical, as suas representações e as suas percepções. As aparentemente tão reais coordenadas identitárias desvanecem-se, inferiorizando-se a descodificação simbólica dos territórios.

Nesta distorção das nossas primevas etno-géneses beiroas, a decepção resultante do actual imaginário de carências e o sentimento generalizado de que

o território se tem convertido em mero espaço funcional têm despoletado o ressurgir da variável temporal e da reabilitação dos arquétipos estruturantes que ainda habitam a memória dos espaços locais e regionais.

Regressam os territórios de pertença, com vincados referenciais de identidade espacial, onde se irão desenvolver estratégias endógenas, sustentadas e sustentáveis para o terceiro milénio. Então, o ancestral sentimento de identidade territorial, embora difícil de definir, mas impossível de negar, volta a emitir sentires e a definir rumos e orientações para o futuro das comunidades. É nesta necessidade que a obra, porque se confundiu com a vida, de Jaime Lopes Dias poderá desempenhar um insubstituível papel como um campo-lugar tipografado de memórias que reorientaram os olhares e os horizontes e que preenchem de sentidos o espaço. Neste regresso anunciado ao pensar-se a região, que a memória associada a esses processos e intuitos, frutifique e ecoe.

Nesta perspectiva, o nome atribuído às situações, aos lugares e às coisas conta. À aridez, frieza e indefinição locativa do termo centro, preferimos, tal como Lopes Dias, a palavra Beira como totalidade de diversidades, como sucessivas margens de milenares existências vividas, como porosas linhas situadas ao lado de algo que desafia e encanta despertando sempre vontades.

4.7 - José Vicente Lopes: um salvadorenses ilustre

Albertino Calamote¹

José Vicente Lopes nasceu em Salvador no dia 27 de Agosto de 1897 e faleceu em 22 de Agosto de 1969, também em Salvador, em cujo cemitério se encontra sepultado. Viveu 72 anos.

Era filho de Vicente Serrano Lopes e de Joaquina Maria, um casal de honrados e respeitados lavradores salvadorenses.

1 – José Vicente Lopes – cidadão

José Vicente Lopes frequentou a escola primária em Salvador, onde foi aluno do professor Manuel Vicente Moreira (1868-1941), outra grande figura salvadorenses, que a sua terra já a seu tempo homenageou, dando o seu nome a uma das artérias da freguesia.

Vicente era um aluno muito promissor, pelo que foi mandado prosseguir estudos secundários no Colégio de São Fiel, então muito conhecida e reputada instituição jesuíta de ensino, com sede em Lourical do Campo, próximo de Castelo Branco.

Tratava-se de um colégio de grande gabarito naquele tempo. Nele estudara, por exemplo, o famoso médico e futuro *prémio nobel de medicina*, professor Egas Moniz (1874-1955).

Com a qualidade do ensino que frequentara neste colégio, e tratando-se de um estudante de eleição, José Vicente Lopes em breve rumou até Coimbra, onde se diplomou, bastante jovem, na Escola Normal Primária de Coimbra, em 24 de Julho de 1916, com a alta classificação de 17 valores.

Na cidade do Mondego, estudou ainda noutras áreas e adquiriu outras importantes habilitações, como sejam o 3.º ano (curso complementar) dos Liceus, o Curso de Desenho Elementar e o 1.º ano de Desenho Architectónico da Escola



José Vicente Lopes



José Vicente Lopes
1912 - Aluno do Colégio de S. Fiel



Família

Industrial Brotero.

Ao ser convocado para a tropa já era professor, e cumpriu o serviço militar numa unidade de Castelo Branco, nos atribulados tempos da I Grande Guerra e da instabilidade política que caracterizou a I República. Sempre na iminência duma chamada para a guerra, felizmente tal não sucedeu, apesar de uma nomeação, também não concretizada, para Angra do Heroísmo, no âmbito do referido conflito mundial.

Em 1938, o cidadão José Vicente Lopes – que leccionou cinco anos em Penamacor – fazia parte da direcção do Clube Penamacorense, instituição fundada em 1884, juntamente com o professor José Manuel Landeiro, entre outras individualidades proeminentes da vila e do concelho.

Colocado, enfim, no seu Salvador, casaria em 13 de Abril de 1944, já com quase 47 anos, com D. Maria Adelaide Gamelas, uma virtuosa senhora e sua colega, natural de Vilar Torpim (Figueira de Castelo Rodrigo), que o destino trouxera até à nossa terra algum tempo antes, para leccionar na Escola Feminina de Salvador. Apesar do aparente adiantado da idade do Professor, tal não obstou a que o casal se dispusesse a ter um apreciável rancho de filhos, que rapidamente lhes encheu a casa. Com intervalos mínimos, sucederam-se a Maria Manuela, o José Alberto, a Ema Stela, o Frederico Nuno, o Vítor Manuel e o Luís Filipe. A Maria Manuela deixar-nos-ia em plena juventude – por volta dos 18 anos –, para irreparável desgosto

dos pais e grande consternação de toda a população, dada a enorme simpatia de que desfrutava esta menina.

José Vicente Lopes foi também um conceituado proprietário agrícola, com património de apreciável dimensão, que em certa medida ele próprio administrava e explorava, praticamente só com a ajuda de assalariados sazonais. Tinha a seu favor o facto de ser um homem culto e esclarecido, que tirava partido de novos métodos e novas técnicas, com vista a produzir melhor e com menos esforço, conseguindo, assim, conciliar os imensos afazeres que desenvolvia. Exemplar foi, sem dúvida, o caso da produção de vinho, onde foi um inovador, combinando as castas adequadas à natureza dos solos, daí conseguindo safras notáveis e vinhos excelentes.

Outra das competências que José Vicente Lopes possuía desde os seus tempos de estudante, exercia-a frequentemente na sua terra e em prol dos seus concidadãos que o solicitavam. Não existia, ou ficava longe o técnico profissional de desenho de construção civil, e era a ele que recorriam para elaborar os esquemas e croquis, os projectos e as plantas para se fazer ou alterar qualquer construção, a fim de «meter os papéis à Câmara».

Outra tarefa ainda, e não pouco absorvente, era a gestão, sobretudo da parte administrativa, da Fábrica de Moagem da sociedade



A morada

que detinha com a mãe e com os irmãos, formada em 1925. Tratava-se, ao tempo, de uma unidade industrial de moagem de ramas, por processos mecânicos, dotada com um potente motor a óleos pesados, de 8 cavalos de força, marca Marshall, que através de correias de transmissão, fazia girar enormes mós de pedra, que transformavam o grão em farinha.

Em Janeiro de 1938, quando os efeitos da guerra já se faziam sentir, a Fábrica moeu 9.000 quilos de trigo, 85.000 quilos de centeio e 6.000 quilos de milho.

A produção de azeite era, à época, também uma actividade de relevo, chegando o Salvador a possuir quatro lagares em laboração simultânea, processando a azeitona da terra e a de várias localidades vizinhas. A família de José Vicente Lopes também detinha posições nesta indústria, as quais estavam sob sua superintendência, do ponto de vista da coordenação e da administração, o que fazia dele uma das figuras mais sabedoras e conhecedoras destas matérias na sua terra, e concomitantemente, um homem extremamente dinâmico e ocupado.

Falando de religião, temos que dizer que José Vicente Lopes foi um homem religioso, na linha da educação, doméstica e escolar, em que foi formado, e, ainda, em razão da posição social que ocupava e do exemplo a que as suas funções, docentes e cívicas, o obrigavam. Exercia, no entanto, a sua religiosidade sem alardes nem exageros e com a simplicidade e o à-vontade próprios da sua grande estatura de homem.

Não se conheciam, a este cidadão exemplar, quaisquer desvios ao trabalho, nas múltiplas formas em que o exercia, nem ócios nem vícios, por mais inocentes ou comuns que fossem.

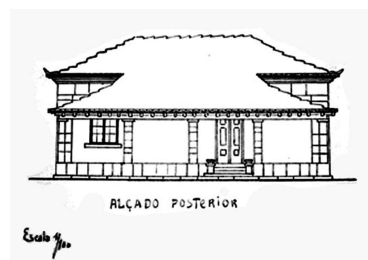
O gosto pela caça foi, talvez, uma excepção.

2 – O homem público

Desde Setembro de 1939, em que começou a ensinar no Salvador, até ao seu falecimento, em Setembro de 1969, e para além da preenchida e exigente actividade que mantinha, José Vicente Lopes dedicou-se, como ninguém ainda o fez, à vida pública da sua terra, pese embora a característica peculiar deste tipo de funções de nunca se poder contentar toda a gente.

Eleito, pela primeira vez, para a Junta de Freguesia de Salvador, em 1946, para as funções de presidente, haveria de manter-se neste cargo, por votações sucessivas, até à sua morte, em pleno sexto mandato.

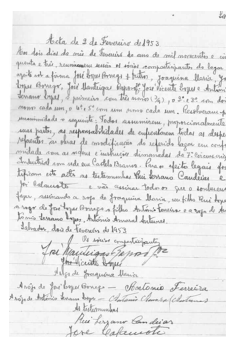
É sabido como a vida pública era difícil naqueles recuados tempos, muito em especial em aldeias recônditas e esquecidas do interior, como é o caso do Salvador. As carências eram de toda a ordem, quer a nível da intervenção e participação do Estado nas obras públicas, quer da consciencialização das populações locais, que, naquela altura, apenas começavam a despertar para as questões do progresso como



Projecto da escola



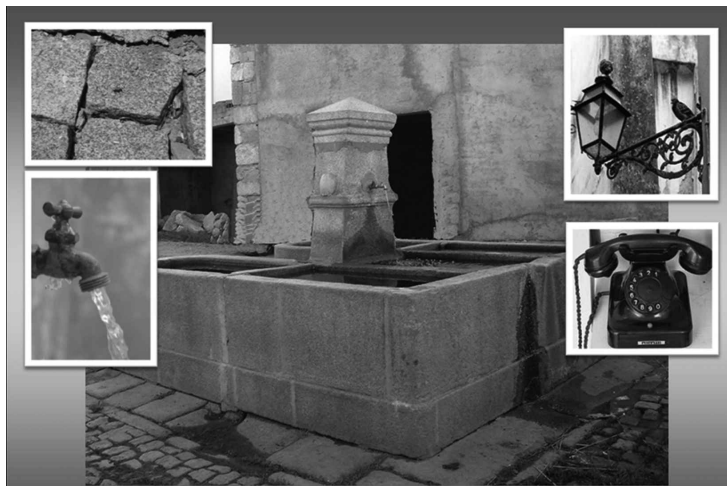
Carimbo - Fábrica de Moagem



Acta - Lagar de azeite

um direito e uma meta para a satisfação das necessidades fundamentais.

Ter as ruas arranjadas, ter bons caminhos, ter acesso à escola; ter água potável em boas condições e ao domicílio; ter electricidade dentro de casa e saneamento nas ruas, foram algumas das batalhas travadas, com assinalável sucesso, pelos executivos presididos por José Vicente Lopes durante todo aquele tempo.



Calçetamentos, água, luz, telefone...

As dificuldades de toda a ordem eram, muitas vezes, superadas ou minoradas pelo seu prestígio e integridade, qualidades que estavam na base do excelente relacionamento que tinha junto das instâncias superiores, como o ilustram os muitos pedidos de reforços extraordinários, para fazer face ao desemprego e à fome dos mais desfavorecidos, que em regra se traduziam na atribuição de pequenos subsídios adicionais.

Poderíamos gastar aqui horas a enumerar situações ilustrativas da dedicação e do empenho das juntas de freguesia presididas por José Vicente Lopes, durante a sua prestação autárquica de mais de vinte anos. E deveremos ter em conta que se tratava de funções então

não remuneradas, em que a paga esperada, para além de algum prestígio e da sensação da utilidade pública, seria de discordância com as decisões tomadas ou, mesmo, de incompreensões menos respeitáveis, umas e outras sempre presentes nestas circunstâncias.

O que podemos afirmar é que, no domínio das funções públicas que exerceu, sempre em acumulação com a sua profissão e restantes actividades, revelou-se José Vicente Lopes um notável e probo salvadoreense, a quem a sua terra é amplamente devedora.

Durante vários anos, exerceu ainda o professor José Vicente Lopes, as importantes funções de Ajudante do Posto do Registo Civil de Salvador, tarefa igualmente graciosa, para a qual era necessária bastante disponibilidade, dado que os registos se faziam às horas mais diversas, normalmente depois do fim dos trabalhos diários, o que quer dizer: à noite ou ao domingo.

Em 1957, o professor José Vicente Lopes desempenhava, também, as funções de presidente do Júri Avindor. Este júri funcionava como mediador na solução de conflitos civis e locais, por exemplo: questões de regas, partilhas de bens, participação em tarefas comunitárias, etc.

3 – O professor

José Vicente Lopes foi professor interino entre 1921 e 1925, professor provisório entre 1925 e 1927, tendo ascendido a professor definitivo em 26 de novembro de 1927, conforme provimento publicado no *Diário do Governo* n.º 271, de 2 de Dezembro de 1927.

A sua primeira colocação, como docente, ocorreu em 22 de Outubro de 1921, e teve lugar na freguesia de Algueirão, concelho de Sintra e, nas quase duas décadas que se seguiram, haveria de percorrer mais de meia dúzia de localidades, até almejar a desejada fixação na sua terra natal.

continuou por:

- **Casais**, Tomar;
- **Asseiceira**, Tomar;
- **Redinha**, Pombal;
- **Lardosa**, Castelo Branco;
- **Corte do Pinto**, Mértola;
- **Cem Soldos**, Tomar;
- **Penamacor** e **Salvador**.

Finalmente colocado na sua terra, o professor José Vicente Lopes, exerceria aqui o seu magistério, primorosa e excelentemente, até à sua aposentação, em 1965.

A escola masculina – a sua escola – ficava quase no cimo da serra, e o seu acesso diário exigia, só por si, grande esforço físico, considerados a distância a percorrer e o declive acentuado a vencer em cada viagem.

Durante quase trinta anos, e de forma ininterrupta, o professor José Vicente Lopes habilitou com a, então, quarta classe do ensino primário, centenas de alunos de diferentes gerações de salvadorenses, que muito beneficiaram das suas invulgares qualidades culturais e humanas e das suas muito elevadas competências profissionais, como educador, didacta e pedagogo. Ótimo comunicador, muito disciplinado e disciplinador, as suas aulas eram naturalmente vivas e interactivas, apesar de, naquela altura, a única sala da escola conter todas, ou quase todas, as classes de alunos, de manhã e de tarde (digo «quase todas» porque, a partir de certa altura, o Salvador recebeu um lugar de «Regente Escolar», que passou a ocupar-se da 1.ª classe – julgo que só dos meninos).

O professor José Vicente Lopes desenhava primorosamente. As paredes da sala de aulas estavam peçadas de cartolinas com mapas e representações várias. Os mapas das províncias ultramarinas, desenhados e pintados com aguarelas, incluíam a figuração da fauna e da flora locais: o leão, o tigre, a girafa, o crocodilo, a bananeira, o coqueiro, o ananás, etc., e também alguns tipos humanos característicos: da Guiné, da Ilha de Moçambique, de Macau, da China, da Índia, de Timor, etc.

O seu material didáctico era exemplar, quase todo ele feito pelas suas mãos. O dinheiro corrente (notas e moedas), os meios de transporte, os trajos típicos das várias províncias, as colecções de palitinhos e de juncos (para aprendermos a unidade, a dezena, a centena... a dúzia, o quarteirão...), tudo ali tínhamos, produto da sua grande capacidade organizativa e do seu notável talento de educador.

Nos anos quarenta, ou mesmo cinquenta, o nosso mundo não ia muito para lá do Salvador, e não havia outras formas de adquirirmos certos conhecimentos.



1928 - Em Cem Soldos, Tomar



Escola (no "Cimo da Serra")

O referido trabalho viria a ser, em 1968 e durante as «Festas da Cidade de Castelo Branco», justamente premiado em concurso de jogos florais organizado pela conceituada revista albicastrense de cultura *Estudos de Castelo Branco*.

salvador



Naquele tempo, os meninos e as meninas frequentavam cada um as suas próprias escolas, e a mistura dos sexos só se verificava aos sábados de manhã, em que toda a população escolar se juntava na escola masculina (por ser a maior), para eventuais aulas conjuntas, mas principalmente para actividades lúdicas e de educação cívica.

Nós chamávamos-lhes «aulas de desafio», porque, quando acontecia os professores dispararem uma pergunta, por exemplo, a um rapaz, e este não sabia responder, a mesma questão era posta a uma das raparigas. Se ela respondesse acertadamente, era uma vergonha para os rapazes. E vice-versa.

234

esboçavam namoricos e não convinha nada fazer má figura na frente da «esposada» ou do «esposado».

Mas a maior parte do tempo era passada, animadamente, a cantar. O professor sabia música e tocava muito bem, como já disse. Tinha um caderno com partituras daquelas canções infantis imemoriais:

«A Loja do Mestre André», «Ao passar a ribeirinha», «Lá vai o comboio», «Indo eu a caminho de Viseu», «Malhão», «A machadinha», «A moda da Rita», «Josezinho viu um ninho», etc., etc., não esquecendo os hinos, como o «Hino da Restauração», o «Hino da Mocidade» ou o «Hino Nacional», •2d este último que todos sabiam na ponta da língua e que encerrava o «desafio» de cada sábado.

Estas aulas diferentes, aguardadas sempre com um misto de ansiedade e de algum receio de fracasso, estimulavam a nossa aprendizagem e a nossa própria educação e conduta cívica, ajudando-nos a crescer e a adquirir sentido de responsabilidade.

Desses sábados e doutras aulas memoráveis guardamos imensas e muito gratas recordações, tantas e tão interessantes, que não resistimos em contar uma ou duas delas:

4 – A ramalha

O professor tinha uma propriedade muito bem tratada e mimosa, que era a menina dos seus olhos: a Ramalha. Bem servido de caminho, o prédio ficava junto da conhecida Quinta do Dr. Frederico Conde, a dois ou três quilómetros do povo, na direcção de Aldeia de João Pires. No entanto, essa distância ficava pela metade, ou ainda menos, se partíssemos da nossa escola e descêssemos pelo sopé do Cabeço do Ferro, a corta-mato, por entre pinheiros e sobreiras.

Algumas vezes fizemos esse percurso. Caminhávamos ordenadamente dois a dois, em fila, como um batalhão de soldados. Íamos cantando, mas com frequentes paragens, em que fazíamos uma roda enorme para o professor nos falar de qualquer coisa.

Umas vezes pegávamos numa planta qualquer do caminho, e saía uma aula prática de botânica; outras arrancávamos juncos e fazíamos feixes de dez unidades, que juntávamos uns aos outros para obter as centenas, e assim por diante, para revermos as contas e a matemática. Noutras, ainda, detínhamo-nos a observar passarinhos, insectos, abelhas e formigas, como pretexto para o professor abordar as mais diferentes disciplinas, que, todas elas, culminavam com a apologia dos grandes valores, como o trabalho, o saber, ou o respeito pela criação e pelas criaturas.

Naquela altura não nos apercebíamos do alcance tão positivo e profundo que estas práticas viriam a ter na consolidação do nosso aproveitamento escolar, mas estes dias eram muito aguardados por nós, obviamente por representarem o escape



ao contacto da carteira escolar e à pressão do quadro negro e dos muitos mapas espalhados pelas paredes da escola.

5 – Atraso

Esta peripécia, que não tem a ver com os sábados, mas com uma aula vulgar, foi-nos contada pelo Zé Alberto. Este nosso amigo é, tão-só, o mais velho varão da alargada prole do professor José Vicente Lopes – que, como já referimos noutro lado, casou já um pouco fora de tempo.

O Zé Alberto foi aluno de seu pai. Um belo dia, tendo chegado com um pequeno atraso, transpôs a porta da sala e encaminhava-se, sorrateiramente, para a sua carteira, quando o professor, que parecia absorvido com outra classe, levantou energicamente o braço e lhe apontou o dedo indicador na direcção da saída.

Zé Alberto retirou-se e, passado um bocado, entre medroso e envergonhado, abeirou-se de novo da entrada balbuciando:

— Ó pai, posso entrar?

A resposta veio de imediato:

— Aqui não há pai nenhum, – rua!

Entraria mais tarde, quando se lembrou de alterar o modo:

— Senhor professor, posso entrar?...

Ficou abalada a opinião do Zé Alberto sobre a escola, mas quando chegou a casa viria o resto:

Estava a mãe (a professora D. Maria Adelaide) – que soubera do ocorrido – a explicar-lhe, pacientemente, as regras de conduta escolares, quando o pai regressa do campo, cansado.

Então, apercebendo-se do tema da conversa, volta-se para ambos e diz:

— Na minha escola só poderia tolerar um atraso àqueles meninos que vêm todos os dias de muito longe, do Campo Frio ou das Rasas, a pé e alguns descalços, mas nunca foi preciso, pois esses são sempre os primeiros a chegar.

A partir desse dia, o Zé Alberto não tornou a chegar atrasado.

Em 15 de Setembro de 1963, dois anos antes da reforma, antigos alunos do professor José Vicente Lopes prestaram-lhe uma efusiva e justa homenagem, onde ficaram patentes o reconhecimento e a gratidão, bem como o carinho e o respeito devidos por todos ao seu antigo mestre e educador. O acontecimento teve lugar na escola masculina do cimo da serra e foi organizado pelo antigo aluno Albertino Moreira Leitão (o Albertino «Barroco», já desaparecido), a quem se associou grande número de antigos alunos e muito povo de Salvador. As palavras proferidas na circunstância sensibilizaram imenso o Professor, que agradeceu, muito satisfeito e comovido.

Já em 1967, próximo do fim da vida – faleceria dois anos após –, chegaria o reconhecimento institucional da Nação, a este homem notável, por uma vida dedicada ao ensino, através da alta condecoração, pela Presidência da República Portuguesa, com a Medalha da Ordem de Instrução Pública.

Esta Ordem tem por finalidade galardoar altos serviços prestados à causa da



Condecoração

educação e do ensino.

Conclusão

Concluindo estas breves palavras, e tendo em conta a elevada estatura do cidadão, do homem público e do professor, que foi José Vicente Lopes, sem dúvida uma das mais notáveis figuras – de sempre – quer do nosso Salvador, quer do nosso concelho, aqui deixamos, perante tão ilustre assistência, a nossa forte convicção e o nosso sincero parecer de que o nome deste cidadão, homem público e professor deveras excepcional, mas também salvadorenses ímpar, seja perpetuado, na sua terra, como grata, merecida e muito justa homenagem que lhe é devida pelos seus conterrâneos; como motivação e exemplo das gerações vindouras; como enriquecimento e consagração da nossa própria história colectiva.

A toponímia local poderá ser uma adequada e honrosa solução para este facto, à semelhança do que sucedeu para com o seu próprio professor Manuel Vicente Moreira, que teve nome de rua, ou, como também já foi ventilado por autoridades responsáveis, recuperar a velha Fábrica de Moagem de Salvador, que mantendo o essencial da maquinaria, permitirá fazer dali um espaço museológico e cultural condigno do nome de José Vicente Lopes.

4.8 – Dr. Mário Bento: a paixão pela História

António Cabanas¹

É Costume dizer-se que um homem vale pela sua obra, pelo que faz durante a vida, pelo que acrescenta ao património colectivo, seja material ou intelectual. Pela herança indelével que nos legou, pelo contributo que deu ao estudo da História e da Arqueologia do concelho de Penamacor, Mário Bento não poderia deixar de figurar na galeria das suas figuras ilustres.

Como economista é que ganhou a vida; mas foram a História e, sobretudo, a Arqueologia que lhe encheram a alma, trazendo-lhe a emoção do *inefável encontro com vozes longínquas, vozes silentes de alguém que também sonhou, amou, sofreu. Alguém como nós, mas separado por séculos ou milénios de distância.*

De toda uma vida de trabalho, são geralmente as tarefas e causas públicas aquelas que perduram na memória histórica. Este meimoense do século XX tinha um raro sentido de comunidade em que os valores colectivos e o hálito das raízes impregnam as nossas vidas.

A ajuda pessoal aos seus conterrâneos tinha para ele o mesmo significado: arranjar uma colocação, ou uma habitação nos bairros sociais de Almada, correspondia a esse objectivo de olhar pelas comunidades de pertença. Era incapaz de pedir alguma coisa para si próprio, mas não negava uma ajuda aos muitos penamacorenses que o procuravam, para saírem da sua aldeia à procura de uma vida melhor.

A carreira profissional obrigou-o a abandonar as origens telúricas da sua infância, razão, talvez, que o inspirou a amar ainda mais o recanto onde foi baptizado, pois, como acontece frequentemente, o sentimento de perda aguça-nos

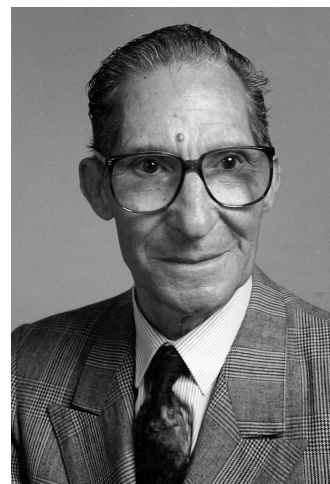


Foto 1 – Dr. Mário Pires Bento.

o apego e a saudade, para usar uma palavra de significado tão autóctone.

1 – Os primeiros anos

Nasceu em 20 Outubro de 1909, numa época de grande agitação política, a um ano da implantação da república² - faria este ano 100 anos se fosse vivo. Embora nascido na Covilhã, quase todas as certidões de nascimento o dão, erradamente, como natural da Meimoa, terra natal de seus pais e onde foi baptizado.

Filho de Francisco Pires Bento e Rita de Jesus Leitão, ficou órfão ainda de tenra idade, o que veio influenciar marcadamente a sua vida.

Regressada da Covilhã, e depois de curta estadia na Meimoa para o baptizado do pequeno Mário, a família parte, em 3 de Abril de 1910, para Mafra, onde o pai fora colocado como oficial do exército, a fim de frequentar a Escola Central de Sargentos.

O futuro da modesta família apresentava-se risonho. O pai gostava de ter os seus por perto, e nesta altura os filhos eram muito pequenos: o Mário ainda com poucos meses e a Alda com 4 anos. Inesperadamente, quando tudo parecia correr de feição, a desgraça bateu-lhes à porta: a mãe morre, tinha Mário apenas 22 meses. O pai, a braços com o encargo dos dois filhos de tenra idade, mobilizado para Angola, deixa-os entregues ao cuidado da Avó Materna, Rita Cabanas, a viver na Meimoa.



Foto 3 – O pupilo Mário Pires Bento.

Mário faz os primeiros anos da escola primária na aldeia, para logo continuar na Escola de São Vicente da Guarda, onde ainda fez o exame de admissão ao Liceu.

Em 4 de Julho de 1918 morre o pai em Angola³. Achou a família que o melhor para Mário seria a carreira militar, e assim o inscreve no Instituto Militar dos Pupilos do Exército, direito que lhe assistia por ser filho de oficial morto em combate. Ainda passou pela Escola Prática de Administração Militar donde saiu aos 21 anos como 2.º Sargento-Cadete.

Mário era um menino mimado pelo carinho permissivo e tolerante da avó, que o terá “estragado com mimos”. Teve por isso algumas dificuldades na adaptação ao colégio militar, como revelam algumas peripécias:

Isto passa-se, como disse, em princípios de 1921.

Como as instalações da 1.ª Secção se encontravam em obras, apenas ali dormíamos e estudávamos, sendo as refeições tomadas no edifício da 2.ª Secção, na Estrada de Benfica, no salão do respectivo ginásio.

Lembro-me que a primeira refeição que tomei naquela Secção, o almoço, era constituída por sopa e um prato de feijão-frade com um ovo cozido. Foi nessa refeição que tive o meu primeiro dissabor e choque de adaptação.

Em minha casa, ou por outra, na casa da minha Avó, com quem vivia na Meimoa desde a morte da minha mãe, eu era o «menino» que

só comia o que muito bem (ou mal) me apetecia, e que, houvesse em casa, é claro, dentro das possibilidades que uma casa de lavoura, embora com alguma abastança, podia proporcionar, numa aldeia da Beira Baixa. Como era muito mimado por minha Avó, quando dizia não gosto, não me obrigavam a comer a «comida» posta no prato. (...) por esse facto ou em consequência dele, sofri muitos amargos de boca, como soe dizer-se. E um deles foi, justamente, nesse almoço na 2.^a Secção.

Depois de ter comido a sopa, serviram-me um ovo, acompanhado de feijão-frade em grande quantidade. Eu, todo lépido, tratei de comer o ovo cozido, pondo de parte o feijão-frade que ficou no prato, e preparava-me para comer a peça de fruta que me era destinada. O bom do oficial de serviço é que não esteve pelos ajustes. Ao observar o meu gesto quando passava junto da minha mesa, perguntou-me muito secamente: - Então não comes o feijão? - Eu, empertigado e ainda vestido à paisana, respondi: - Eu não gosto de feijão pequeno. - Ao que ele objectou: - Mas aqui tens que gostar e não te levantas da mesa enquanto não comeres tudo o que tens no prato.

Oh, Céus! - pensei eu. Então tinha que comer aquela montanha de feijão de que mal suportava o cheiro!?

Mas em face da atitude do oficial de serviço, que tinha já mandado sair os outros alunos, deixando-me só à volta com os feijões, não tive outra saída senão comê-los. Mas, com que sacrifício e revolta o fiz!! Fui engolindo feijão a feijão, acompanhando-os com um golo de água cada um porque o ovo já o tinha no papo. E demorei-me, nesta operação, mais de um quarto de hora, enfiado, enjoado, revoltado, com vontade de me safar dali, para fora daquela «inquisição», onde me torturaram obrigando-me a fazer o que não queria.

O carácter insubmisso do jovem Mário, habituado à liberdade absoluta da vida na aldeia, onde todos os desejos se satisfaziam, colidia frontalmente com a disciplina castrense da caserna, com a rigidez dos horários e com a obrigatoriedade das tarefas domésticas, que ninguém ainda lhe ousara impor:

O toque de alvorada era, nos dias úteis, às 6 horas, como todos os do meu tempo se devem lembrar. (...)

camas, outros despejavam os seus bacios e ainda os restantes iam para os balneários, em camisa de dormir, com o respectivo lençol de banho às costas, descendo vários lanços de escadas de mármore e atravessando corredores largos onde o frio apertava, sobretudo no Inverno.

Chegados ao balneário, cada um ia entrando para uma cabina com dois



Foto 3 – O pupilo Mário Pires Bento.

compartimentos. No primeiro, à entrada, ficava o depósito da roupa e no segundo, separado daquele por uma pedra mármore ao alto, estava um chuveiro de pedal. À voz do oficial de serviço, que dizia «abra», o empregado, que manuseava a grande torneira que alimentava todos os chuveiros, abria a água, nós carregávamos no pedal e ela caía em jactos sobre o estrado.

Ora eu, no primeiro dia (...) assim que carreguei no pedal, pondo o corpo ao abrigo dos jactos que caíam do chuveiro, verifiquei que a água estava gelada, pois estávamos já em Outubro. E então, deixando de carregar no pedal, abriguei-me ao canto da cabine, tremendo de frio.

O oficial de serviço, que fiscalizava a operação passando em frente das cabines, verificou que eu estava ainda enxuto e encolhido a um canto. E então, ordenou secamente: «já p'ra baixo do chuveiro». Timidamente, respondi que a água estava muito fria e me fazia mal. - Ah! Sim! Então salta cá p'ra fora, disse ele.

Eu obedeci àquela ordem e sai nu, todo a tremer de frio e de medo: tinha 11 anos, e fui para onde ele me indicou, que era um recinto no meio do balneário, limitado por tubos de ferro zincado e com um sistema de saída de água à pressão por agulheta, montada a um dos lados.

Entrando para ali, fui submetido a uma verdadeira tortura psico-física sendo perseguido no meu corpo franzino, magro e trémulo, pelo jacto de água da agulheta que me queimava a pele, sentindo dores pelo corpo como se estivesse a ser espetado por mil alfinetes. Eu fugia do meu «algoz» para os cantos do recinto mas ele, impiedosamente, perseguia-me com o jacto. Nesta luta desigual, chorei, barafustei, saltando indignado, gritando com dores por todo o corpo, enquanto o oficial ficou impávido e sereno.

Na verdade, não gostava mesmo nada da vida militar; só a necessidade de estudar, e disso ele sempre gostou, o obrigou a manter-se naquela instituição. Para fugir ao destino que parecia estar-lhe traçado, logo que terminou os estudos nos

pupilos, em 1932, pediu licença para se matricular no curso de Economia e Finanças do Instituto Superior de Ciências Económicas da Universidade Técnica de Lisboa, onde se licencia, pela secção aduaneira, quatro anos depois.

No ano seguinte faria ainda a secção Diplomática e Consular; poderia, por isso, ter seguido esta carreira, *tão ao gosto, já que conhecer mundo e pessoas foi sempre uma das suas pretensões*, como refere o jornal de Almada (deste seu interesse por viajar falaremos um pouco mais

à frente). Lembremos, porém, o período conturbado que se vivia, pouco propício a saídas do país: aqui ao lado a guerra civil de Espanha, pouco depois a segunda guerra mundial.

Durante o curso ter-se-á interessado pela música, pois no seu espólio encontramos várias fotos tocando bandolim. Numa delas integra uma tuna que



Foto 4 e 5 – (Esq.) Mário Pires Bento e o gosto pela música. (Dir.) Foto de final de curso.

existia, em meados dos anos 30, na sua aldeia de afeição.

No final do curso toda a turma colaborou no livro de finalistas onde, além de poesia, constavam as caricaturas de cada um. O “Doutor” Mário Bento assinou alguns dos poemas com o pseudónimo de Almadim sua alcunha de estudante. Talvez por numa das fitas constar a palavra “aldrabices” (rasurada posteriormente), não terá gostado do seu desenho, facto que os colegas aproveitaram para, humoristicamente, lhe dedicar um soneto:

Não querem saber esta? O Pires Bento
Tinha a caricatura encomendado
De casaca, espadim, chapéu armado
E vistoso penacho a dar ao vento?!...

De bom verso queria um monumento!
Verso que fosse bem do seu agrado
E cantasse no grau mais elevado
A finura e primor do seu talento!

Largas fitas na pasta mandou pôr,
No peito a banda da Ordem d' Avis
E bastantes medalhas de valor!...

Aparece o boneco e não o quis,
Só porque o Baltazar lhe pôs - que horror! -
Dois pêlos atrevidos no nariz!

Repare-se como já nessa altura Mário Bento teria conhecimento da relação da sua terra com a Ordem de Avis.

Termina o curso em 1936, com a Espanha em guerra, e é recebido na aldeia com euforia. Era o primeiro licenciado da Meimoa, e o facto foi comemorado com festa de arromba, organizada pela família e amigos. O primo Manuel Bento, também estudante, declamou o discurso de elogio ao novo doutor.

Embora amigo do convívio e da farra, o jovem estudante era aplicado, não deixando de se preparar para as frequências. Do seu quarto de estudante, pouco iluminado das traseiras do edifício, onde devorava os velhos alfarrábios, conheceu uma bela jovem de rosto alvo, por quem se apaixonou. Maria Antónia era de origem nobre, uma Mendonça Machado Taveira Cunha Seabra Coutinho, filha de um diplomata, cônsul português em Filadélfia, cujas armas ainda hoje se guardam na “Casa de São Bento de Avis”, na Meimoa. Casaram em 1938.

2 – De Professor a Director de Serviços

Terminados os estudos, foi vários anos professor do Ensino Técnico Particular. Em 1940 ganha um concurso para 3º oficial do Ministério das Colónias. Dois anos

depois, com a Europa em convulsão, decide concorrer para chefe de secretaria da Câmara de Penamacor, onde esteve até 1949. Com o trauma da morte do pai no seu subconsciente, achava que na sua terra se sentiria mais seguro e evitaria melhor a escassez de alimentos imposta pelo racionamento, sempre mais premente nas cidades, em épocas de guerra. Era agora um chefe de família com responsabilidades.

Alugou casa em Penamacor, o que não impedia o casal de se deslocar com frequência à Meimoa, onde tinham amigos e familiares. Para o efeito o Dr. Mário Bento comprou uma *charrete* e macho, tornando a viagem mais rápida e cómoda.

Por esta altura acentua-se o seu amor à causa pública e ao desenvolvimento local. É também desta fase da sua vida o melhor e mais notado contributo para o estudo da história e da arqueologia do concelho.

Aproveita a estadia na Câmara de Penamacor para deitar mãos à instalação do Museu Municipal, angariando, recolhendo, catalogando, tratando e organizando as peças, algumas já existentes em dependências da Câmara, grande parte delas doadas pela população, que aderiu de alma e coração à ideia do museu. Contributo importante foi dado mais tarde por José Manuel Landeiro ao juntar a sua *pequena colecção de moedas e outros objectos* que guardava no edifício escolar.

A escolha das instalações recaiu na Antiga Casa da Câmara que se encontrava em estado deplorável, a necessitar urgentemente de obras.

Para melhorar a sua carreira profissional, concorre em 1949 para a Câmara de Almeida, em 1952 para a de Oliveira do Hospital e em 1955 para o lugar de tesoureiro do Município de Almada, onde permanece dezasseis anos até à aposentação, com o cargo de Director delegado dos Serviços Municipalizados.

O interesse pela história será contínuo e permanentemente renovado ao longo da sua vida. Em 1959, reconhecendo as carências académicas para continuar a desenvolver essa paixão, decidiu frequentar as cadeiras de Pré-História, Arqueologia, Numismática, Paleografia, Epigrafia e História da Arte, que concluiu com êxito.

Tornou-se arqueólogo! Durante alguns anos dedica-se de alma e coração ao ofício, dirigindo escavações em Idanha-a-Velha, e algumas campanhas na Meimoa. Desses e de outros estudos ficaram registos em várias publicações, em que por vezes colaboraram outros investigadores, como Fernando Curado e a arqueóloga espanhola Maria Lourdes Albertos.

3 – Um homem da causa pública

Por mais pequena que seja a nossa terra, ela será sempre a nossa terra. Pensamos que é nas pequenas causas locais que melhor se demonstra o carácter altruísta. E nisso, Mário Bento é o melhor exemplo. Ao nível do Município, com o abastecimento de água ao domicílio, com o museu e com a energia eléctrica, mas sobretudo ao nível da sua terra afectiva, onde teve um papel importante no desenvolvimento social e cultural, Mário Bento estava sempre na linha da frente, ora argumentando junto do poder político, ora colocando o seu nome em primeiro lugar nas subscrições públicas de angariação de fundos.

Conjuntamente com outros conterrâneos, fez parte de uma comissão de

melhoramentos que ajudou a levar a cabo uma série de obras na freguesia, como a abertura de uma Avenida, o abastecimento de água e de energia eléctrica e outros melhoramentos, tal como as escavações arqueológicas por si conduzidas, nos sítios da Canadinha, Poço do Sino, Portelinha e Cabeço do Lameirão.

Mas não foi apenas no nosso município que Mário Bento se empenhou na melhoria das condições de vida das populações e da cultura local. Onde quer que exercesse funções, movia idênticas influências.

E foi em Almada, onde essas influências mais se notaram e onde fundou um Centro de Arqueologia. A Almada de Mário Bento era uma cidade em explosivo crescimento demográfico e urbanístico, subúrbio de Lisboa, que em poucas décadas quadruplicou a sua população⁴. A este crescimento exponencial deu notável resposta, à frente dos Serviços Municipalizados. Contudo, apesar dos afazeres profissionais, arranjou sempre tempo para as paixões da sua vida: a História, o Coleccionismo e as Viagens. Nesse afã constante e febril que era a sua vida, ainda cabia a sua terra, os seus 9 mil pés de vinha na Cerquita e as pedras retiradas das paredes velhas das casas.

Sobre a História e a arqueologia, o concelho deve-lhe muito; dívida que soube, aliás, reconhecer, atribuindo-lhe a medalha de prata do município e investindo-o da honrosa categoria de cidadão honorário. Os dois espaços museológicos mais relevantes do concelho têm a sua chancela, e grande parte da nossa epigrafia foi estudada por si, apesar das suas limitações científicas nessa área.

Para além do mérito da fundação do Museu Municipal, que já referimos, ao longo da sua vida foi juntando materiais diversos, tendo em vista a criação de um outro núcleo museológico na sua casa da Meimoa, à qual já chamava Casa Museu, mas que não chegou a ver concretizado. A maior parte dos achados foram recolhidos no casario da aldeia, de onde eram retirados sempre que ocorriam obras, pois ao longo dos séculos, os antigos meimoenses foram reaproveitando as pedras encontradas nos sítios arqueológicos em redor, para construção das suas casas. Ainda hoje, quando há demolições, vão surgindo lápides, colunas e outros vestígios romanos por entre os entulhos.

Alguns materiais cerâmicos que se encontram no museu foram recolhidos por Mário Bento durante as escavações no Vale da Canadinha. A propósito dessas escavações, um dos ajudantes de campo contou-nos um episódio curioso, ocorrido durante os trabalhos em que participou. Num dia quente de verão, enquanto o arqueólogo dormia a sesta à sombra de uma oliveira, o Honorato, assim se chamava o jovem, encontrou uma ânfora cheia de terra. De imediato se lembrou das conversas que tinham em grupo sobre achados, potes cheios de moedas de ouro, de que a imaginação é fértil. Eufórico, e não conseguindo conter a curiosidade, escapou-se para junto da fonte, acompanhado de outros companheiros. Acordado o mestre e denunciados os fugitivos, dirige-se-lhes o Dr. Mário garantindo que o pote nada



Foto 6 – Janela com estela

mais continha senão cinza. Incrédulos por tantas certezas do mestre, aceitaram devolver o achado, que ali mesmo foi esvaziado do seu conteúdo, confirmando-se a predição.

Deixou-nos estudos e artigos publicados em revistas e jornais, sobretudo de cariz histórico ou arqueológico. Durante a sua vida apresentou inúmeras comunicações em Congressos e Colóquios, no país e no estrangeiro, sobre Arqueologia, História, Numismática e Turismo.

Colaborou em vários periódicos, designadamente nas secções dedicadas ao património histórico e cultural, como aconteceu durante anos a fio no jornal de Almada e na revista *Castrum*, que ajudou a fundar. Escreveu também com regularidade durante largos períodos nos jornais beirões, como o *Concelho de Penamacor* e o *Reconquista*.

Era também um fervoroso adepto do associativismo. Pelos vários locais em que residiu deixou provas dessa faceta. A associação cultural da sua aldeia registou-o como sócio n.º 1. No início dos anos 40 fez parte da dos órgãos sociais da Casa das Beiras.

Além de membro da Associação dos Pupilos do Exército (APE) e colaborador do respectivo boletim, pertenceu também à Associação dos Arqueólogos Portugueses, à Associação "Amigos dos Castelos", à "Associação Portuguesa de Museologia", e a outras instituições de carácter social e cultural.

4 – A Ponte Velha

A defesa e conservação dos monumentos foram outras lutas constantes. Consciente do valor histórico e arquitectónico da velha ponte romano-filipina da Meimoa, muitas vezes alvo de aberrantes obras de restauro e muitas mais de desleixo, Mário Bento correu Seca e Meca para obter a sua classificação e verbas

para reparações condignas. Muitas vezes o assunto lhe causou dissabores e incompreensões daqueles que viam no arqueólogo um obstáculo ao seu alargamento.

Não fosse a sua visão do passado, e afinal tão virada para o futuro, provavelmente já esta ponte estaria adulterada e o seu valor histórico e arquitectónico se teria perdido. Fruto da

sua determinação, uma nova ponte viria a ser construída umas centenas de metros a jusante, preservando do trânsito pesado aquela que é hoje *ex-libris* da Meimoa e tornando desnecessário qualquer alargamento.

Idêntico esforço desenvolveu para a classificação e preservação da Casa do Comendador, pequena casa senhorial, construída no início do século XVII, que terá servido de residência a um dos comendadores da Meimoa.



Fotos 7 e 8 – A ponte da Meimoa.

5 – As viagens

Nutria também um gosto especial por viagens, que efectuava nas férias com regularidade. Abriam-lhe os horizontes, fazendo dele um homem culto, sempre actualizado e moderno.

Recém-formado, encontramos-lo em viagem de automóvel pelo interior raiano, na companhia de outros colegas de curso.

Após o casamento visita a exposição mundial de Buenos Aires, na companhia da esposa e dos sogros.

De entre todas relevamos uma semana passada no Reino de Marrocos e a famosa “volta ao mundo”, em 1967, que o levou ao Canadá, Estados Unidos, Japão, Hong Kong, Macau, Filipinas, Tailândia, Turquia e Itália. Durante essa vertiginosa e inesquecível viagem ocorreu a célebre “Guerra dos Seis Dias”, que motivou o cancelamento da visita ao Líbano. Na companhia da esposa e de um grupo de amigos, cruzou os 4 continentes em 27 dias, documentados nas Notas de Viagem, que foi publicando em periódicos, como sempre gostou de fazer, e que dariam um belo volume. Em carta dirigida ao jornal de Almada, a companhia aérea *Pan América*, em que viajaram, agradeceu a Mário Bento os ecos da viagem.

Não se limitava a viajar e a descansar num qualquer recanto do planeta. Era um expedicionário, um descobridor infatigável que percorria museus e monumentos, visitava os locais mais exóticos, contactava com a cultura autóctone e provava, com a curiosidade que o caracterizava, todo o tipo de gastronomias. Ouçamo-lo:

A organização brindou-nos ainda com um espectáculo maravilhoso, que jamais poderemos esquecer. No tradicional jardim do palácio, ao entardecer, duas japonesas em trajes típicos tocaram harmoniosas músicas do país, em instrumentos chamados “koto” - harpa horizontal.

O ambiente florido que nos rodeava, emoldurado por exóticas e variadas espécies de plantas, formava um quadro de sonho e de beleza incomparável. (...) A confecção do Sukiyaki, pelas geishas, fez-se numa sala, sentando-nos por grupos, no chão coberto de esteiras, onde cada uma cozinhava o célebre prato destinado aos componentes do seu grupo. era feito numa panela metálica, assente sobre um fogareiro eléctrico, e compunha-se de carnes de várias espécies, ervas aromáticas e diversos molhos. Primeiramente bebemos Saky, aguardente de arroz, servida em pequenos vasos de porcelana, ao mesmo tempo que, da panela em ebulição, um aroma agradável se evolava no ar.



Foto 9 – Mário Pires Bento em 1929.



Foto 10 – Cavar a vinha.

6 – A vinha em part-time

Embora a vida o tivesse obrigado a viver longe da sua terra, para Mário Bento, que afinal nascera na Covilhã, a Meimoa era o “centro do mundo”. Fazia questão de a mostrar aos amigos, sobretudo aos que, como ele, se interessavam pela história. Tudo lhe servia de pretexto para os levar à aldeia, como ocorria tantas vezes a propósito dos achados arqueológicos. Nessas visitas, em que oferecia excelentes beberetes, vinham por vezes amigos ilustres, como terá ocorrido com a famosa pintora Maluda, que imortalizou o momento num dos seus quadros.



Foto 11 – A vindima.

Por ali tinha o arqueólogo casa de férias e alguns terrenos. Mesmo vivendo toda uma vida em Almada, esta era, como ele próprio reconhecia, apenas *a sua segunda terra*, porque a Meimoa vinha sempre em primeiro lugar.

As tarefas regulares que exigia a faina vitivinícola, eram outra boa razão para essas frequentes deslocações. Sempre que podia acompanhava os trabalhos, a poda, a lavoura, a sacha, e, claro, a vindima, substituindo-se ao feitor. Na vindima juntava toda a família, primos sobrinhos e muitos “lisboetas”.

Nós próprios, enquanto jovens, acompanhámos algumas dessas tarefas vinícolas, em cuja arte investia os seus melhores conhecimentos enológicos. E que vinho! Falamos com conhecimento de causa!

7 – A Comenda de Avis

A Comenda da Meimoa da Ordem de Avis foi um dos trabalhos que iniciou mas que não conseguiu terminar. Ainda assim devem-lhe os meimoenses a descoberta do documento mais importante que até hoje se conhece: o tombo de 1826.

Como já referimos, Mário Bento terá sabido da Comenda da Meimoa quando era estudante universitário, mas só muitos anos depois se dedicou ao seu estudo. A transcrição do tombo foi parcialmente publicada nas colunas dos jornais locais, incluída num conjunto de artigos a que chamou “Subsídios para a Monografia da Meimoa”.

Não estranharam os seus conterrâneos o facto de Mário Bento ter dado à sua casa o nome Casa de São Bento de Avis: ele era Bento de nome, a condizer, mas era apenas uma feliz coincidência, afinal a razão era outra!

8 – As jornadas de História

Na sua relação com a História, Mário Bento era um homem permanentemente atento às efemérides. No início de 1979, faz agora 30 anos, numa das suas visitas ao concelho de Penamacor, contacta o Presidente da autarquia para o incentivar

a comemorar alguns acontecimentos do concelho, designadamente, a fundação da Vila, com o primeiro Foral Sanchino e o nascimento de Ribeiro Sanches. O edil, *acolheu abertamente* a iniciativa e solicitou-lhe que liderasse a sua organização, a qual veio a traduzir-se no Primeiro Colóquio de Arqueologia e História do Concelho de Penamacor, realizado em 5, 6 e 7 de Outubro desse ano.

Para a Comissão Executiva, de que Mário Bento foi o secretário geral, convidou outro entusiasta da História de Penamacor, o Inspector Edmundo Pires.

As jornadas mereceram o patrocínio da Fundação Gulbenkian, a que não foi alheio o facto de Mário Bento ser amigo pessoal de Robert Gulbenkian.

Abstemo-nos de salientar a importância científica dos colóquios, registando apenas que, tal como os de hoje, se destinavam a trazer à flor da memória factos, figuras e conhecimentos sobre o passado. É o próprio Mário Bento, então com setenta anos, mas ainda cheio de actividade e de fulgor intelectual, que o recorda:

Os aniversários avivam e cimentam a coesão familiar, obrigando a uma paragem no afã estiolante do dia a dia, propiciam a comunhão das almas, o intercâmbio dos sentimentos, reforçando a unidade que o tempo vai diluindo e restaurando as forças para novas caminhadas.

Era ainda a persistente paixão sobre o passado de Penamacor, considerando-se *velho amante e eterno apaixonado destas terras morenas e adustas carregadas de história*, que exerciam nele *um fascínio de singular encantamento*, sobretudo quando nas visitas ao concelho avistava a silhueta da Torre Menagem, *implantada como jóia cintilante, firme e tranquila na penha altaneira e em majestoso equilíbrio*.

Por curiosidade, registre-se que Mário Bento não tinha dúvidas, já nessa altura, sobre a data da atribuição do foral de D. Sancho, em 1209.

9 – Museu Dr. Mário Bento

Sobre este assunto falamos com conhecimento de causa, porque acompanhamos desde a primeira hora todo o processo, desde a negociação sobre a utilização do espólio, à inauguração, passando pela escolha do local, a aquisição do edifício, as suas obras e a sua montagem.

Esta foi, sem dúvida, a sua última paixão. Havia já muitos anos que a trazia na ideia, falava disso com frequência, mas os anos iam passando e o curto tempo das visitas à Meimoa escoava-se nas tarefas da vinha e na arrumação de papéis, sem deixar margem para grandes projectos.

No verão de 1992, numa dessas visitas e enquanto ambos assistíamos à festa de homenagem aos emigrantes, conversámos sobre o assunto e acabamos em sua casa para de novo ver as muitas “pedras” que jaziam no quintal. Já octogenário, era ainda entusiasmante, um conversador culto, sempre utópico e cheio de auto-estima, era um gosto ouvi-lo falar dos seus projectos.

Nos anos seguintes voltámos a falar do assunto, de forma casual, sem nada previamente marcado. Divergimos do local onde deveria ser implantado o núcleo



Foto 12 – O museu dr. Mário Bento.

museológico, que ele pretendia de forma inabalável nos anexos da sua casa, e nós num edifício dedicado exclusivamente a museu. Foi um seu sobrinho, médico, outro grande entusiasta da Meimoa, que, de forma diplomática, resolveu o assunto, fazendo ver ao Tio que não seria assim tão mau fazer-se o Museu num outro edifício, era preciso é que se fizesse. Afinal, havia mais de 50 anos que o Tio Mário falava do Museu!

Além das referidas divergências, a implementação do projecto passou por outras dificuldades, desde logo a compra do edifício, cuja primeira ideia passava por um antigo forno, depois o financiamento das obras, que tardou a obter-se, as obras que se arrastaram, a indisponibilidade dos técnicos de musealização e, por fim, a sua inauguração, que havia de coincidir com a mudança do ciclo político autárquico.

Gorada a compra de qualquer um dos fornos ainda existentes na aldeia, avançou a Junta de Freguesia para a compra de um antigo lagar, bem localizado, junto à estrada nacional, pelo valor de 4 mil contos⁵. O ICN subsidiou a compra através da Reserva da Malcata em 3 000 contos.

Só em 1998 se iniciaram as obras, depois da elaboração do projecto pelo Arquitecto alentejano Jorge Cruz, dos respectivos procedimentos concursais e da obtenção de financiamento através da Câmara Municipal e do Programa de Financiamento dos Centros Rurais. Tempo demais para quem tinha poucos anos pela frente.

A grande ansiedade do Dr. Mário era notória, nos inúmeros telefonemas que me fazia, nas cartas que enviava, cuja grafia já revelava alguma senilidade. Era agora, para ele, o projecto de toda uma vida. O museu perpetuaria o seu nome, já indicado na placa de obras afixada na parede do edifício, mas o velho arqueólogo apresentava já acentuados sinais de decrepitude. Estava acabado. Por iniciativa da família, programou-se-lhe uma homenagem com o descerramento do seu busto, que ocorreu dentro do museu, ainda em obras, com a presença das entidades envolvidas.

Faleceu a 30 de Outubro de 2000. Repousa onde mais gostava de estar, na sua terra de baptismo.

O Museu Dr. Mário Bento seria inaugurado apenas em 2003, com a presença da viúva e de muitos familiares e amigos, numa festa cheia de emoção e orgulho dos meimoenses.



Foto 13 – A inauguração do Museu Dr. Mário Bento.

Bibliografia

Actas e Memórias do 1.º Colóquio de Arqueologia e História do Concelho de Penamacor, ARCIMPE, CMP, Penamacor, 1982

ALBERTOS, M.^a de Lourdes e BENTO, Mário Pires, *Testemunhos da Ocupação Romana na Região da Meimoa, B.B.*, XIV Congresso Nacional de Arqueologia de Vitória, 1975.

BENTO, Mário Pires, *Lápida Romana Encontrada em Meimoa*, II Congresso Nacional de Arqueologia de Coimbra, 1970.

BENTO, Mário Pires, *Inscrições Romanas de Meimoa*, XIII Congresso Nacional de Arqueologia de Huelva, 1973.

BENTO, Mário Pires, *Estações Arqueológicas Romanas da Meimoa (Beira Baixa)*, Estudos de Castelo Branco, Nova Série, n.º 3, Castelo Branco, 1978.

BENTO, Mário Pires, *Panorama arqueológico do concelho de Almada*, in Setúbal Arqueológica, vol. 1, Setúbal, 1975.

BENTO, Mário Pires, *Novos achados arqueológicos em Meimoa e Benquerença (Penamacor)*. In *Actas do 1º Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu: Governo Civil do Distrito de Viseu.

CABANAS, António, *Meimoa de Ontem e de Hoje*, Artemágica, Lisboa, 2007.

ENCARNAÇÃO, José d' e MEDEIROS, Ana Teresa, *Mário Pires Bento (1909-2000): curioso, benemérito e disponível*, in [http://www.almadan.publ.pt/CDPatrimónio%20\(ficha%20téc\).htm](http://www.almadan.publ.pt/CDPatrimónio%20(ficha%20téc).htm)

LANDEIRO, José Manuel, *A Vila de Penamacor, a Cidade de Asygriavaca, Estradas Romanas*, Publicações da Sociedade Portuguesa de Numismática, Porto, 1961.

Outras Fontes

Jornal de Almada (vários números)

O REGIONALISMO artigo de João Patrício, in *Correio da Manhã*, 9 de Setembro de 1990

Jornal “Amigo da Verdade”, 19 de Setembro de 1982.

Revista Castrum, Associação dos Amigos dos Castelos, n.º 1, 1984.

Jornal Reconquista (vários números)

Manuscritos do Dr. Mário Bento (Espólio familiar)

4.9 - José Lopes Dias: um testemunho.

Manuel Lopes Dias¹

José Lopes Dias nasceu no Vale do Lobo concelho de Penamacor, agora, Vale da Senhora da Póvoa no ano de 1900. Estudou na sua aldeia com seu Pai que era professor primário e agricultor.

Até ao 3º ano de ensino liceal, esteve em Castelo Branco, e acabou este em Coimbra. Tirou o curso de Medicina, nesta cidade, onde se formou com 18 valores. Não quis ficar como assistente e veio para a Beira-Baixa onde exerceu medicina, a cavalo, em todo o concelho de Penamacor

Foi casado e teve dois filhos. O autor destas linhas é o seu filho mais novo.

Tinha quatro irmãos, Jaime, da Academia de Ciências, António, que chegou a ser Juiz Corregedor e faleceu muito cedo, Joaquim, professor no secundário de matemática e Vítor Manuel, Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal Administrativo.

A minha família está profundamente ligada ao Concelho de Penamacor e todos temos, as nossas raízes, no Vale da Senhora da Póvoa.

Vamos fazer uma síntese, na medida do possível, sobre as linhas mais importantes, da vida de José Lopes Dias, de modo que sobressaia o que não é supérfluo.

1. A Saúde

No âmbito da saúde, ajudou a criar a Escola Superior de Enfermagem do Dr. Lopes Dias, que actualmente tem o nome de Escola Superior de Saúde do Dr. Lopes Dias. Cerca de três mil enfermeiros já passaram por esta escola e uma percentagem interessante é deste concelho de Penamacor. As chefias do Ministério da Saúde puseram-lhe no rótulo o nome do Dr. Lopes Dias, devido ser conhecido, nas muitas reuniões que fez, no âmbito desta instituição, por esse nome. Hoje, esta Escola, tem um edifício novo, muito elegante, numa avenida nova, na cidade

de Castelo Branco.

Outro problema de saúde que atingiu valores muito baixos em Castelo Branco, foi a mortalidade infantil com números europeus no ano de 1948, em 4,89% dos nascimentos, índice dos mais reduzidos, em estatísticas nacionais. A ideia foi transmitida em 1949 por um jornal em Castelo Branco, e após isso, vários diários nortenhos deram a informação. A Liga Portuguesa de Profilaxia Social, do Porto, sempre vigilante divulgou uma nota pormenorizada, em muitas dezenas de jornais de todo o País, salientando o exemplo da reduzida mortalidade infantil de Castelo Branco que desta sorte assumiu reflexo inusitado e imprevisito. Isto deu lugar a uma publicação sobre o assunto. É com muita alegria que estes valores de mortalidade infantil atingem, na actualidade, o índice de 3,8% no nosso país.

Não podia deixar de salientar, a solução do Bócio Endémico, na região do Pinhal (Oleiros, Sertã, Proença-a-Nova). Como sabem, o Bócio é provocado por uma carência de iodo, e as pessoas de uma vasta zona de Pinhal, apresentavam uma “papeira” maior ou menor conforme a carência de iodo era mais alta ou mais baixa. É claro que havendo umas zonas mais elevadas em Oleiros e Sertã que depois se atenuavam em seu redor e na direcção de Proença-a-Nova. As pessoas com “papeiras” muito grossas nos seus pescoços, tinham tendência para as cobrirem e até a não sair de casa, devido a sentirem-se inferiorizadas, por causa do seu aspecto. O problema resolveu-se, através do Ministério da Saúde com legislação, que criou, na região, dos concelhos onde havia bócio, que o sal das cozinhas fosse embebido com iodo e assim durante anos foi-se consumindo até à actualidade. Os bócios leves foram diminuindo, só alguns volumosos resistiram ao sal iodado. Mas hoje, nestas regiões, já não há bócio e as pessoas que lá vivem são mais felizes e saudáveis. Durante anos, José Lopes Dias, foi Delegado de Saúde Distrital e teve que tratar das doenças deste ramo na região, sobretudo as Mães e Crianças, as vacinações, etc. Por curiosidade, ainda foi convidado para Ministro da Saúde por seis vezes (desde o Paquistão e outros países de África), mas nunca aceitou.

Em relação à Medicina, ainda no princípio da sua carreira em Castelo Branco, introduziu a radiologia. Esteve cerca de dois anos em Paris onde tirou esta especialidade e assim trouxe um aparelho de Raios-X que serviu durante dezenas de anos. Neste empreendimento foi sócio o Dr. António Trindade, e utilizavam o referido aparelho, instalado em casa de meus pais. De igual modo tirou num Hospital de Paris, uma especialização de dentista, que lhe serviu igualmente para exercer esta especialidade, tão necessária, nesta região, naquela altura. À medida que os anos passavam a sua dedicação aumentou em relação à Pediatria e à medicina geral. Foi médico no Hospital da Santa Casa da Misericórdia até iniciar o serviço de saúde. Fez medicina gratuita, a todos os que não podiam pagar.

2. A História da Medicina

Em relação à História da Medicina dedicou as suas investigações a um Homem da renascença que foi um grande médico, Amato Lusitano, ou João Rodrigues de Castelo Branco, que está numa praça em frente da Câmara Municipal de Castelo

Branco. Um médico de categoria europeia que foi mestre, numa série de faculdades de medicina, das universidades europeias. Entre as suas publicações escrevem as “Sete Centúrias Médicas”, cada uma com a descrição de cem doenças e com os tratamentos por ele executados, uma obra notável. É considerado o nosso maior médico do séc. XVI. José Lopes Dias sobre o seu colega da renascença escreveu cerca de trinta publicações além de começar a publicar as 3 primeiras Centúrias com o Dr. Firmino Crespo que era seu amigo e professor de latim. Mais tarde, o Dr. Firmino Crespo, acabou e bem, por publicar numa nova edição das “Sete Centúrias”, já completas, a que meu Pai já não assistiu.

Outros médicos de grande nomeada como Elias Montalto, Ribeiro Sanches, J. A. Morão e outros foram também estudados. Não falarei do grande médico europeu do séc. XVIII Ribeiro Sanches, visto outro orador, já o ter apresentado. Mais modernos, dois grandes médicos ibéricos, contemporâneos, Ricardo Jorge e Gregório Marañón, foram estudados, e serviram de exemplo a José Lopes Dias.

Dos Congresso Internacionais de História da Medicina, vou falar de um deles, somente, que se realizou em Bucareste, do qual José Lopes Dias, foi designado, para presidir durante um dia. Foi acompanhada ao mesmo do Professor Miller Guerra.

Da História da Região publicou bastantes trabalhos, entre eles, do Senhor Conselheiro Jacinto Cândido e sua Autobiografia. Figura grada deste concelho de Penamacor. Outro político estudado foi Tavares Proença e seu filho Francisco, um grande arqueólogo que fundou o Museu, que hoje tem o seu nome, Francisco Tavares Proença Júnior. Outro político lembrado foi Vaz Preto outro chefe político da nossa região.

Para não maçar V. Ex^{cias}, vou-me referir a um trabalho que escreveu para a Academia Portuguesa de História, os “Tópicos ambientais e humanos para a história cultural e política da Beira Baixa” de 1970 em que sintetiza nesta data, esta matéria na nossa região.

Como jornalista e homem de letras, publicou de 1961 a 1974 os “Estudos de Castelo Branco” do qual foi director. Esta revista publicou cinquenta números e nela está incluída, artigos que interessam a toda a região, no aspecto cultural, literário, político, histórico e dos vários tipos do conhecimento e acontecimentos.

Como autor escreveu dezenas de artigos nesta e noutras revistas do país, bem como entrevistas a respeito das obras que estudou e realizou. Publicações de medicina, de educação, de saúde e de história. Fez muitas conferências sobre os seus temas preferidos. As pessoas que o ouviam atribuíam-lhe dotes de orador e do dom da palavra, tanto escrita como oral. Só recordo uma conferência, no Porto, no Coliseu, cheio, sobre mortalidade infantil.

3. Educação

Sobre este tema abordou assuntos de profilaxia social e como médico escolar que exerceu muitos anos no Liceu Nuno Alvares, em Castelo Branco. Lidou com os maiores pedagogos do seu tempo como o Professor Serras e Silva, Faria de

Vasconcelos, Vieira de Almeida e João de Deus Ramos.

Fundou o existente Jardim de Infância Dr. Alfredo da Mota em Castelo Branco que no seu início se chamou Dispensário de Puericultura, onde as mães e crianças obtinham o leite pasteurizado que por dificuldades ou secagem do leite materno, não se deixava assim de ajudar os filhos e as crianças que o precisassem. O autor destas linhas dirige actualmente o Jardim de Infância Dr. Alfredo da Mota que tem 215 alunos e o ano passado, conseguiu construir uma Creche nova, para cinquenta bebés, que já funciona.

Ajudou a criar o Jardim Escola João de Deus, do qual fui o primeiro aluno, com o Dr. João de Deus Ramos.

Ligada à educação está a funcionar a Escola Superior de Saúde do Dr. Lopes Dias já indicada.

4. Cultura

Quanto à cultura José Lopes Dias tinha uma biblioteca de mais de 20000 volumes que foi coleccionando desde a época em que foi estudante em Coimbra.

A sua vida literária foi enriquecida, quando ficou a fazer parte da Academia Portuguesa de História. Pertenceu também à Sociedade de Ciências Médicas. Era um leitor do Eça e de Camilo de António Machado, de seu irmão Manuel entre muitos outros. Falava e escrevia bem o francês, o espanhol e o italiano e conhecia o latim.

Foi cidadão honorário de Castelo Branco a convite da Câmara Municipal.

Teve relações públicas, com dezenas de personalidades das quais cito algumas: o Professor Hernâni Cidade, o escritor Fernando Namora, o Professor Vieira de Almeida, o Professor Joaquim de Carvalho, o Professor Francisco Gentil, o Professor Bissaia Barreto, o Professor Mark Athias, Lain Entralgo figura impar do país vizinho, o Professor brasileiro Ivolino de Vasconcelos, italianos, israelitas, romenos, o Dr. António Joyce regente do orfeon dos estudantes de Coimbra, o escultor Martins Correia, o Professor João Porto e o Dr. Fernando Correia.

O Ministério da Saúde concedeu-lhe pelos seus serviços a medalha de ouro.

Nas artes plásticas foi amigo de muitos pintores, escultores e arquitectos, como Raul Lino, autor da casa onde viveu em Castelo Branco. De José Contente, de Coimbra e era amigo de Túlio Vitorino.

Foi amigo do Professor de Belas Artes da Escola do Porto o pintor Dordio Gomes. Gostava muito de pintura e de escultura e teve uma colecção interessante.

No plano social foi ainda fundador com um grupo de amigos, do Rotary Clube de Castelo Branco, no qual, esteve dois anos na presidência. Esses dois anos deram visitas à cidade, da maior parte das pessoas já citadas, que fizeram conferências e elevaram o nível cultural da cidade.

Foi ainda presidente dos Bombeiros Voluntários de Castelo Branco.

Para terminar teve várias homenagens ao longo da vida e só me refiro a uma, para não vos incomodar, que se realizou no ainda Hotel de Turismo, com mais de 300 pessoas de toda a parte do país que correu bem.

Para terminar quero completar esta memória sucinta com a transmissão da sua cultura aos seus filhos, assim como a sua experiência de vida. Tinha o condão de não se repetir, nas suas histórias, nas suas ideias e cultivava todas as ideias novas e construtivas com a sua inteligência.

Era muito amigo dos seus irmãos com quem tinha relações muito estreitas. Lembro-me de um dia, o Tio Jaime pegar-me ao colo, tinha cinco anos e perguntou o que é que eu pensava dele. Olhei para ele, pensei um pouco, e depois de levantar os dois braços ao ar, disse, Viva a Beira Baixa...

Notas

1.1 - O Foral de Penamacor no contexto da política concelhia do seu tempo

1 – Professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/ Investigadora do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Faculdade de Letras de Coimbra.

2 – Sobre esta política de D. Afonso Henriques, leiam-se José Mattoso, “D. Afonso Henriques”, in *História de Portugal*, dir. por José Hermano Saraiva, vol. 2, Lisboa, Alfa, 1982, pp. 53-90; Maria Alegria Fernandes Marques, “A viabilização de um reino”, in *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III, *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luis de Carvalho Homem, Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 24-37 e a recente biografia de José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

3 – Para um esclarecimento sobre as suas origens leia-se Ruy Pinto de Azevedo, *Primórdios da Ordem Militar de Évora*, Évora, 1969.

4 – Sobre a acção de D. Sancho I, vejam-se José Mattoso, *D. Sancho I, o Povoador*, in *História de Portugal*, dir. por José Hermano Saraiva, vol. 2, pp. 91-114; Maria Alegria Fernandes Marques, “As etapas de crescimento do reino”, in *Nova História de Portugal*, vol. III, 37-41; e a recente biografia de Maria João Violante Branco, *D. Sancho I, o filho do Fundador*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

5 – *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, vol. I, t. I, *Documentos dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques A. D. 1095-1185*, ed. de Rui Pinto de Azevedo, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958 (doravante citado *DR*), doc. 79.

6 – *DR*, doc. 96.

7 – Sobre a posse de todas as fortificações templárias e suas características arquitectónicas, consulte-se Mário Jorge Barroca, “A Ordem do Templo e a arquitectura militar portuguesa do século XII”, *Portugália*, nova série, vol. XVII-XVIII, Porto, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto, 1996/1997, pp. 171-209.

8 – *DR*, doc. 327.

9 – *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. I, ed. de Rui de Azevedo, P. Avelino de Jesus da Costa, Marcelino Rodrigues Pereira, Coimbra, Centro de História da Universidade de Coimbra, 1979 (doravante citado *DDS*), doc. 17.

10 – *DDS*, doc. 65. Para uma análise do relacionamento da futura Ordem de Avis com a realeza, leia-se Maria Cristina Cunha, “A Ordem de Avis e a monarquia portuguesa até final do reinado de D. Dinis”, *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. XII, Porto, 1995, pp. 113-123.

11 – *DDS*, doc. 73.

12 – *DR*, doc. 315.

13 – *DR*, doc. 317.

14 – *DDS*, doc. 14.

15 – Quanto aos motivos da outorga de cartas de foral, suas especificidades e seu desenvolvimento no reino, veja-se Maria Helena da Cruz Coelho, “Concelhos”, *Nova História de Portugal*, vol. III, pp. 554-584.

16 – Sobre esta ambiência, leia-se, Maria Helena da Cruz Coelho. “A propósito do foral de Coimbra de 1179”, in *Homens, Espaços e Poderes. Séculos XI-XVI*, I, *Notas do Viver Social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 108-110.

17 – Alexandre Herculano, *História de Portugal desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de Afonso III*, notas críticas de José Mattoso e verificação do texto por Ayala Monteiro, t. IV, Lisboa, Bertrand, 1981.

18 – Torquato de Sousa Soares, “Concelhos”, in *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão.

19 – Sobre este sentido activo de fronteira, leia-se Carlos Guilherme Riley, “A Guerra e o Espaço na Fronteira Medieval Beirã - uma abordagem preliminar”, *Revista de Ciências Históricas da Universidade Portucalense Infante D. Henrique*, VI, Porto, 1991, pp.145-153.

20 – António Matos Reis, *Origens dos Municípios Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991, p. 172.

21 – Idem, *ibidem*, p. 198.

22 – Este foral encontra-se publicado na colectânea documental *Portugaliae Monumenta Historica, Leges et Consuetudines*, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1856, pp. 538-541. Seguimos, porém, a versão do foral publicada, com critérios mais actuais, em DDS, doc. 182, transcrito a partir da sua versão mais antiga, o registo de D. Afonso II, fl.7-7v. Este foral foi também publicado, em latim e português, na obra de Maria Antonieta Garcia, Henrique Manso, *Forais de Penamacor*, Penamacor, Câmara Municipal, 2005, mas a partir da Leitura Nova. Igualmente foi publicado (pela versão das *Leges*) e traduzido na obra de José Manuel Landeiro, *Concelho de Penamacor na História, na Tradição e na Lenda*, 4ª ed., Penamacor, Edição da Câmara Municipal, 1995, pp. 279-295, em ambas as obras com algumas interpretações não inteiramente concordantes com as nossas. Quanto ao problema da cronologia desta carta parece inequívoco que se trata de 1209, tanto mais que nela se refere a D. Afonso II e a sua esposa D. Urraca, casamento que teve lugar em 1208. Também a crítica interna do documento, sobretudo a partir dos prelados seus confirmantes não permite abonar a data de 1189, que tem sido alvitrada, já que a maioria deles só ascendeu ao episcopado depois de tal data.

23 – No anexo 1 apresenta-se um quadro sobre os diversos delitos judiciais.

24 – Note-se que no foral há coimas estipuladas em morabitinos e outras em soldos, sendo as primeiras superiores. Na verdade o morabitino era uma moeda de ouro, com valor variável ao longo dos tempos, mas que equivalia, no geral, a 20 soldos. Acresce ainda que, muitas vezes, uma sétima parte das coimas era arrecadada pelo senhor da terra (“1/7 ao paço”) em que o concelho se incluía. Estas terras eram unidades territoriais em que o reino estava dividido, à frente da quais se encontrava um “tenente”, um nobre, nomeado pelo rei.

25 – Este tributo deve ter-se transformado, posteriormente, num pagamento colectivo, como se deduz de uma carta de D. João I, de Lisboa, 20 de Maio de 1384, em que o monarca está a retirar 500 libras ao tributo da colheita, que, cada ano, entregava o concelho (*Chancelarias Portuguesas. D. João I*, vol. I, t. 1, ed. de João José Alves Dias, Lisboa, Centro de Estudos Históricos-Universidade Nova de Lisboa, 2004, doc. 91).

26 – Veja-se o Anexo 2 sobre a Fiscalidade.

27 – Julgamos que o termo aldeia se deve equivaler a uma unidade de exploração similar ao casal.

28 – Incursão militar em território inimigo.

29 – Homens em cuja paga entrava como componente significativa a sua alimentação (conduto).

30 – Homens que deviam ser pagos com quarteiros de cereal. Sobre estes dependentes dos concelhos do tipo de Ávila, veja-se José Mattoso, *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal.1096-1325*, vol. I- *Oposição*, Lisboa, Estampa, 1985, pp. 371-372.

31 – Lembremos, quanto à dízima, que só em 1218 D Afonso II determina que os bens reguengos também a solveriam, o que dá uma maior amplitude à cobrança deste tributo. Por sua vez a referência ao arcediogo de Penamacor, a que já aludimos, e seus clérigos, tem sido relacionada com a sobrevivência da diocese visigótica de Egitânia (Idanha-a-Velha), sabendo-se que Penamacor havia sido há poucos anos integrada na diocese da Guarda, criada entre 1199 e 1203 (Cfr. Bernardo de Sá Nogueira, “Espaço eclesiástico em território português (1096-1415)”, in *História Religiosa de Portugal*, vol. I, *Formação e Limites da Cristandade*, coord. de Ana Maria Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 176-179). Mas uma particularização da problemática eclesiástica de Penamacor foi desenvolvida neste Ciclo de Conferências pela Doutora Herminia Vilar, pelo que remetemos para o seu texto nas Actas. Por sua vez o Dr. Feliciano Nóvoa Portela deu a conhecer que, posteriormente, na década de 30 do século XIII, a Ordem de Alcântara detinha bens nesta área, que constituíam a comenda de Penamacor, pelo que remetemos igualmente para o seu estudo.

32 – A fanga era uma medida de capacidade de sólidos, que, no geral, correspondia a 4 almudes. E pelas primícias, como se exige, os clérigos deviam dar incenso à igreja.

33 – Sobre as estruturas militares de Penamacor e o conceito de Penamacor como uma praça forte se debruçou o Tenente Coronel Dr. António Lopes Pires Nunes, neste Ciclo de Conferências.

34 – Na verdade, em 1459, o concelho de Penamacor estava a pedir a D. Afonso V que o sesmeiro de nomeação régia, já falecido, pudesse ser substituído nas suas funções pelos juizes, ao que o monarca acedeu (TT- Livro 1 da Beira, fl.44, carta de Évora 20 de Fevereiro de 1459; Maria Antonieta Garcia, Henrique Manso, *Forais de Penamacor*, p. 20, nota 17).

35 – Veja-se Anexo 3.

36 – Veja-se no Anexo 2 o que se refere à Portagem.

37 – Em caso de infracção eram coimados com 60 soldos que revertiam para os alcaides e concílio, descontando a sétima parte para o paço.

38 – *Chancelarias Portuguesas. D. João I*, vol. I, t. 3, ed. de João José Alves Dias, Lisboa, Centro de Estudos Históricos-Universidade Nova de Lisboa, 2005, doc. 1203; TT- Livro 1 da Beira, fl. 45.

39 – Este foral pode ser consultado na obra de Maria Antonieta Garcia, Henrique Manso, *Forais de Penamacor*, pp. 75-90.

40 – Virgínia Rau, *Feiras Medievais Portuguesas*, Lisboa, Presença, 1983, p. 80.

41 – Penamacor esteve presente nas Cortes de Coimbra de 1385, nas de Lisboa de 1439, nas de Évora de 1442 e de 1447 e nas de Lisboa de 1459 (Armindo de Sousa, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica-Centro de História da Universidade do Porto, 1989, p. 56).

1.2 - A integração diocesana de Penamacor: espaços e protagonistas da vivência religiosa na Idade Média

1 – Professora Associada da Universidade de Évora. Investigadora do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora.

2 – O foral da Guarda é datado de 27 de Novembro de 1199 e o seu texto foi publicado por Rui de Azevedo, Avelinos de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira em os *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1979, pp. 188-192 e mais recentemente foi objecto de uma nova publicação por Maria Helena Coelho e Maria do Rosário Morujão, *Foral e foros da Guarda*, Guarda, Câmara Municipal, 1999.

3 – Não nos esqueçamos que, à excepção de Silves, todas as restantes dioceses que hoje consideramos como integradas no território português encontravam-se já restauradas em 1199. A mais tardia tinha sido a de Évora, cujo primeiro bispo terá sido nomeado algures entre 1165 e 1166 ou seja após a conquista da cidade. Sobre a cronologia da restauração diocesana veja-se Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, Porto, Portucalense Editora, 1967, vol. I, pp. 87-96, cujas informações deverão contudo ser completadas pelos dados fornecidos por alguns estudos monográficos mais recentes.

4 – Sobre as campanhas almohadas de 1190-91 veja-se M. A. Huici de Miranda, “Las campañas de Ya’qub al-Mansur en 1190 y 1191”, *Anais da Academia Portuguesa de História*, 2ª série, 5 (1954), pp. 11-51 e Maria João Branco, *D. Sancho I. O Filho do Fundador*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2006, pp. 141 e seg.

5 – Maria João Branco, *ob. cit.*, p. 177 onde a autora realça a ligação entre a outorga do foral da Guarda e o clima de guerra latente entre Sancho I e Afonso IX de Leão após o casamento deste último com Berengária, filha de Afonso VIII de Castela.

6 – José Osório da Gama e Castro, *Diocese e distrito da Guarda*, Porto, 1902, p. 66 e J. Pinharanda Gomes, *História da Diocese da Guarda*, 1981, pp. 26-32.

7 – Ver Maria Helena Coelho, *ob. cit.* e Rita Costa Gomes, “A Guarda Medieval: posição, morfologia e sociedade (1200-1500)”, *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, nº 9-10, Lisboa, Sá da Cista, 1987.

8 – Na criação da diocese de Ciudad Rodrigo Fernando II tinha evocado a necessidade de restaurar a antiga diocese visigótica de Calábria, de localização incerta. Curiosamente algo de semelhante ocorre com a Guarda que recupera a dignidade episcopal presente numa outra localidade, embora esta continuasse a existir. Mas as duas dioceses de fronteira acabam por ter em comum na sua origem um processo de mudança de sede da dignidade episcopal. Sobre os primeiros tempos da diocese de Ciudad Rodrigo e o seu episcopado veja-se E.A. Fletcher, *The episcopate in the kingdom of León in the twelfth century*, Oxford, Oxford University Press, 1978.

9 – Atente-se nos documentos 50, 51, 52 e 53 datados de Julho de 1199 relativos à incorporação das dioceses de Lisboa, Évora, Lamego e Idanha na arquidiocese de Compostela e em especial o doc. nº 51 que se dirige aos bispos de Lisboa, Évora e Lamego e ao clero e povo da Idanha sobre a necessidade de obedecerem ao arcebispo de Compostela como seu metropolitano. Este diferente tratamento não poderá deixar de evidenciar uma diferente situação entre as dioceses referidas. *Bulário Português. Inocência III (1198-1216)*, org. de Avelino de Jesus da Costa e Maria Alegria Marques, Lisboa, INIC, 1989, pp. 92-96.

10 – *Bulário Português*, doc. nº 86, pp. 162-163.

11 – *Documentos de D. Sancho I*, nº 151, pp. 237-238.

12 – Gams refere apenas que a nomeação de D. Martinho Pais terá sido feita posteriormente a 1199 sem indicar uma data mais fixa. Já Miguel de Oliveira coloca como data de início do governo de D. Martinho o ano de 1203. P. Pius Bonifacius Gams, *Series Episcoporum Ecclesiae Catholicae*, Graz, 1957, p. 100 e Miguel de Oliveira, *História Eclesiástica de Portugal*, 4ª edição, Lisboa, União Gráfica, 1968, p. 440.

13 – Ver nota 5.

14 – Pinharanda Gomes, *ob. cit.*, p. 27.

15 – *Documentos de D. Sancho I*, doc. nº 182, pp. 275-279. Este texto foi recentemente publicado por Henrique Manso e incluído em *Forais de Penamacor*, Penamacor, Câmara Municipal de Penamacor, 2005, pp. 35 e seg.

16 – A referência à presença deste bispo na documentação de Afonso III de Leão já foi realçada por todos os autores que se debruçaram sobre os primeiros tempos de existência da diocese da Guarda. O texto original deste documento pode ser encontrado no *Tumbo A de la Catedral de Santiago*, estudo e edição de Manuel Lucas Alvarez, Santiago, Seminario de Estudios Galegos, 1998, doc. 18, pp. 71-74 e refere-se à confirmação feita por Afonso III, aquando da consagração da igreja de Santiago, das doações anteriormente feitas ao bispo Sisnando. O documento é datado de 6 de Maio de 899 e não dos anos 70 como alguns autores referem.

17 – Christophe Picard, *Le Portugal musulman (VIIIe- XIIIe siècle). L’Occident d’Al-Andalus sous domination islamique*, Paris, Mazonneuve & Larose, 2000, p. 186.

18 – José Manuel Landeiro, *O Concelho de Penamacor na História, na tradição e na lenda*, 2ª edição, 1982, p. 39 e seg.

19 – C. Picard. *Ob. cit.*, pp. 184-186.

20 – Carlos de Ayala Martinez, *Sacerdocio y Reino en la España altomeieval. Iglesia y poder político en el Occidente peninsular, siglos VII-XII*, Madrid, Silex Ed, 2008, pp. 157-172.

21 – Pinharanda Gomes, *ob. cit.*, p. 27 e José Manuel Landeiro, *ob. cit.*, p. 39.

22 – *Documentos de D. Sancho I*, p. 276.

23 – José Mattoso, “D. Sancho I, o povoador”, in *História de Portugal*, dir de José Hermano Saraiva, Lisboa, 1983, pp. 507-530 e Maria João Branco, *ob. cit.*, p. 224 e seg.

24 – António Domingues de Sousa Costa, *Mestre Silvestre e Mestre Vicente, juristas da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs*, Braga, Editorial Franciscana 1963, p. 249.

25 – 1260 será ainda o ano de definição das fronteiras com a diocese de Évora após alguns anos de conflito. Veja-se a este propósito o meu artigo Herminia Vasconcelos Vilar, “Uma fronteira entre poderes: as dioceses de Évora e da Guarda no nordeste alentejano”, *Revista de Guimarães*, Guimarães, vol. 106, (1996), pp. 251-274.

26 – *Monumenta Henricina*, Coimbra, 1960-1971, vol. I, doc. 70-72, pp. 133-142 e A.H. de Oliveira Marques, *Portugal na*

crise dos séculos XIV e XV; in *Nova História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, 1987, p. 494.

27 – Esta Lista foi publicada, embora com erros, por Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, ed. Revista e preparada por Damião Peres, Porto, 1967, vol. IV, pp. 90-140. Existe, no entanto, uma cópia no ANTT, Santa Cruz de Coimbra, livro 97.

1.3 - La frontera entre el Duero y el Tajo hasta el Tratado de Alcañices (1297): el papel de la Orden de Alcántara

1 – Ministerio de Cultura de España.

2 – *Sobre la frontera medieval y su evolución peninsular ver, entre otros, los siguientes trabajos: Las Sociedades de frontera en la España Medieval*, Universidad de Zaragoza, Zaragoza, 1993; *Fronteras y fronterizos en la historia*, Universidad de Valladolid, 1997; *Identidad y representación de la frontera en la España medieval (siglos XI-XIV)*, Carlos de Ayala Martínez, Pascal Buresi et Philippe Josserand (éd.), Collection de la Casa de Velázquez nº 75, Madrid, 2001.

3 – Ayala Martínez, C. de: “Frontera castellano-portuguesa y Órdenes Militares. Problemas de jurisdicción (ss. XII-XIII) en *Jornadas de Cultura Hispano-Portuguesa*”, Madrid, 1999 p.53.

4 – Ladero Quesada, M.A., “La formación de la frontera de Portugal en los siglos XII y XIII y el tratado de Alcañices (1297)”, *Boletín de la Real Academia de la Historia*, vol. CXCIV, pp. 425-458; “Sobre la evolución de las fronteras medievales hispánicas (siglos XI a XIV)” en *Identidad y representación de la frontera en la España medieval (siglos XI-XIV)* pp. 5-49.

5 – *Ibidem*, p. 7

6 – Suárez Fernández, L., Suárez Bilbao, F., “Historia política del Reino de León (1157-1230)” en *El Reino de León en la Alta Edad Media IV La Monarquía (1109-1230)*, León, 1993, p. 217 y ss.

7 – Ladero Quesada, M.A., “Sobre la evolución de las fronteras medievales hispánicas (siglos XI a XIV)” p. 10.

8 – Mattoso, J., *D. Afonso Henriques*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2006, p. 213.

9 – Ladero Quesada, “La formación de la frontera de Portugal en los siglos XII y XIII”, p. 429.

10 – González, J., *Regesta de Fernando II*, Madrid, 1942, p. 36.

11 – Vera-Cruz Pinto, Ed., “Os Tratados Inter.-Hispanicos na formação de Portugal como Reino independente” en *Encuentros y desencuentros ibéricos. Tratados hispano-portugueses desde la Edad Media*, (coord.. Martín de Albuquerque, Inácio Guerreiro, Feliciano Novoa Portela, Elena Postigo Castellanos), Chaves Ferreira, Porto, 2006, pp. 23-36.

12 – Sánchez-Oro Rosa, J.J., *Orígenes de la Iglesia en la Diócesis de Ciudad Rodrigo. Episcopado, Monasterios y Órdenes Militares (1161-1264)*, Centro de Estudios Mirobrigenses, , 1997, p. 21 y ss.

13 – Azevedo, Rui P. de, “RibaCõa sob dominio de Portugal no reinado de D. Afonso Henriques”, *Anais*, vol. 12 (1962).

14 – Sánchez-Oro Rosa, J.J., *Orígenes de la Iglesia en la Diócesis de Ciudad Rodrigo*, p. 25 y ss.

15 – *Ibidem*, p. 71 y ss.

16 – Mattoso, J., *D. Afonso Henriques*, p. 207 y ss,

17 – de Sousa Pereira, A., *Geraldo Sem Pavor. Um guerreiro de fronteira entre cristãos e muçulmanos, c. 1162-1176*. Oporto: Fronteira do Caos Editores Ld, 2008, p. 55 y ss.

18 – Martínez Díez, E., *Los Templarios en la Corona de Castilla*, Burgos, 1993, pp. 124-125.

19 – Mattoso, J., *D. Afonso Henriques*, p. 258

20 – Ladero Quesada, M.A., “La formación de la frontera de Portugal en los siglos XII y XIII”, p. 431.

21 – VV.AA., Portugal em definição de Fronteiras. Do condado Portucalenses á cride do século XIV (coord., Maria Helena da Cruz Coleho e Armando Luís de Carcalho Homem) en *Nova História de Portugal* (Dir. Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques), Editorial Presença, Porto, 1996, p. 63 y ss.

22 – Montaña Conchiña, J.L. de, *La Extremaduracristiana (1142-1350). Poblamiento, Poder y Sociedad*, Universidad de Extremadura, Cáceres, 2003, p. 3 y ss.

23 – Paraschi, A.J.: *Historia dos Templários em Portugal. A expansão territorial*, Lisboa, 1991, p. 73 y ss.

24 – Novoa Portela, F., *La Orden de Alcántara y Extremadura (siglos XII-XIV)*, Editora Regional de Extremadura, Mérida, 2000, pp. 319 y ss.

25 – *Ibidem*, p. 156 y ss.

26 – *Ibidem*, p. 169 y ss.

27 – *Ibidem*, p. 177 y ss.

28 – *Ibidem*, p. 187 y ss.

29 – Novoa Portela, F., Villalba Ruiz de Toledo, F.J., Aproximación al estudio de los sistemas defensivos de la Orden de Alcántara" en *II Jornadas de Historia Medieval de Extremadura* (celebradas en Cáceres en el 2002), Editora Regional de Extremadura, 2005, pp. 165-173.

30 – Suárez Fernández; Suárez Bilbao, “Historia Política del Reino de León (1157-1230)”, p. 313. El cronista Torres y Tapia recoge el enfrentamiento pero lo data en 1187 (Torres y Tapia, A. de, *Crónica de la Orden de Alcántara*, t. I, Madrid, 1763 (edición facsimil editada en 1999, p. 102).

31 – Novoa Portela, F., *La Orden de Alcántara y Extremadura*, p. 149 y ss.

32 – Torres y Tapia, *Crónica de Alcántara*, I, p. 264.

33 – *Ibidem*, p. 151 y ss.

34 – Palacios Martín, D., (ed.), *Colección Diplomática Medieval de la Orden de Alcántara (1157?-1494). I. De los orígenes*

a 1454, Madrid, Universidad Complutense, 2000, doc. 285, pp. 174-176.

35 – Novoa Portela, F., “Los fueros de la Orden de Alcántara en Extremadura (s. XIII-XIV)”, *En la España Medieval*, nº. 24 (2001), págs. 285-310.

36 – En principio el acuerdo tenía como objetivo llegar a un acuerdo sobre el Algarbe y las plazas al este del Guadiana (Ladero Quesada, M.A., “La formación de la frontera de Portugal en los siglos XII y XIII y el tratado de Alcañices (1297)”, p. 438

37 – Ladero Quesada, M. A., “El tratado de Alcañices (1297): la frontera más antigua” en *Encuentros y desencuentros ibéricos. Tratados hispano-portugueses desde la Edad Media*, (coord. Martín de Albuquerque, Inácio Guerreiro, Feliciano Novoa Portela, Elena Postigo Castellanos), Chaves Ferreira, Porto, 2006, p. 44.

38 – Torres y Tapia, A., *Crónica de Alcántara*, I, p. 442.

2.1 - Penamacor ao tempo da expansão ultramarina (Séculos XV a XVII)

1 – Membro da Academia Portuguesa de História.

2 – D. Gualdim, que deteve o mestrado da Ordem do Templo entre 1158 e 1195, recebeu de D. Afonso Henriques em 1165 a doação das terras de Idanha e Monsanto, para que fossem repovoadas e fortificadas. É certo que não chegou até nós nenhum documento da doação de Penamacor à Ordem. Mas, tendo Penamacor uma posição de destaque na mesma área, é muito natural que tivesse merecido do mestre algum cuidado. Certos autores localizaram-na por volta de 1180. Mas, mesmo que Penamacor não tivesse andado em posse efectiva dos Templários, afigura-se-me um imperativo que o seu território tivesse já sido ocupado antes de 1209, por diversas razões e mais esta: todas as terras à volta e para sul tiveram forais anteriores – Monsanto em 1174 e 1190, Covilhã em 1186, S. Vicente da Beira em 1195, Centumcelas-Belmonte em 1194-1199, Abrantes, Santarém e Lisboa em 1179... Além do mais, sabe-se hoje que a Ordem do Templo, no século XIII, deteve ou adquiriu bens no termo de Penamacor e na própria vila; e que algumas terras próximas tiveram comendas da dita Ordem (ou da sua sucedânea, de Cristo) ao longo de séculos, casos de Bemposta, Monsanto, Penha Garcia, Prouença, as Idanhas, Castelo Novo (esta com as anexas Alpedrinha, Póvoa de Atalaia, Zebras, Torre do Arrizado, Fatela), etc.

3 – Sustento esta afirmação, que julgo ser feita pela primeira vez, nos seguintes pressupostos:

a) Na *intitulatio* do Foral, D. Sancho começa por identificar os concedentes como sendo, além do próprio, seu filho («rei D. Afonso», futuro Afonso II) e a mulher deste («rainha D. Urraca»), com os seus outros filhos e filhas. Ora o dito D. Afonso, que nascera em 1185, não era nem podia ser concedente em 1189 (com menos de 4 anos) e muito menos ser dito casado, pois o casamento com a dita D. Urraca só ocorreu pouco antes da concessão deste foral (nos finais de 1208 / começos de 1209).

b) Por outro lado, notamos que D. Sancho era já viúvo, pois não menciona a rainha D. Dulce, que efectivamente morreria de peste em 1198.

c) Também se verifica, pelas testemunhas presentes, que a maioria delas não podia aí constar em 1189. É o caso concreto dos prelados seguintes: arcebispo de Braga D. Estêvão Soares, que ascendeu a essa dignidade já em 1209; D. Martinho Rodrigues, que foi bispo do Porto de 1191 a 1235; D. Pedro Soares, que foi bispo de Coimbra de 1193 a 1233; D. Soeiro II, que foi bispo de Évora de 1205 a 1229; ou D. Martinho Pais, que foi bispo da Egitânia/Idanha de 1199 a 1228. O mesmo se pode dizer de outros subscritores do diploma, como D. Martim Anes, o alferes-mor de D. Sancho que daria nome à vizinha Aldeia de Martianas (Orca), e sobretudo do conhecido D. Pôncio Afonso. Rico-homem oriundo de Baião, nascido cerca de 1180, só por volta de 1206 se instalou nesta região da Beira Baixa. Ele foi, a partir daí, *tenens* da Covilhã, até 1231; em 1205 participou na doação da vila de Lourosa por D. Sancho a Lourenço Viegas (que também consta do foral de Penamacor); e esteve depois na confirmação dos forais de Idanha-a-Velha, de Salvaterra e de Sortelha (todos em 1229). Pelo seu casamento com D. Maior Martins, recebeu de herança a Bemposta (de Penamacor) e foi senhor de outras terras nesta região, como Alcongosta e Aldeia Nova das Donas, das quais viria a fazer doação à Ordem do Templo (1230-1231). Ainda vivia em 1237...

Por conseguinte, penso que Penamacor não terá beneficiado de dois forais sanchinos, mas apenas de **um**, em **1209**, de que a data foi mal transcrita num dos exemplares que nos chegaram.

4 – Era o seguinte o escalonamento destas igrejas, em 1320, por ordem dos seus rendimentos: Santiago (avaliada em 120 libras), S.to Estêvão (80), S. João e S. Pedro (60 cada) e Santa Maria (40). Pela mesma altura, já existiam as igrejas rurais de Meimoa (avaliada em 20 libras), Aranhas (15) e Meimão (10), integradas no termo de Penamacor; e havia mais as de Vale de Lobo (30), de Santa Maria da Quebrada (de Benquerença? - 30) e a de Santa Maria da Bemposta (25), da Ordem de Cristo, estas três integradas no rol das igrejas da Covilhã.

5 – Foi por uma carta de mercê dada em Trancoso a 27.10.1377, pela qual passou ao termo de Penamacor os lugares de Catrão, Póvoa de Frades, Martianas, Mata (da Rainha), Colmeal, Ferreira, Anascer e Vale de Lobo, a fim de que esta vila raiana «se pudesse melhor povoar e defender dos imigos».

6 – Dos privilégios de 1451 aos moradores, constava a isenção de terem cavalos, substituindo-os por bestas de garrucha com suas armas...

7 – «... por razão do dinheiro das terças dessa vila que vós ora por este ano mandastes dar para ajuda da obra do castelo, pedindo-nos que ho nam tirássemos das vossas obras (...), que o dito dinheiro das terças a vós pertencia e não ao dito castelo, com outras razões que nos acerca dello escrevestes (...), e porquanto a obra do castelo he ora mui necessária para se dever de correrger segundo sabeis, por ello avemos por bem que vós o dees e façaes dar por este ano para o dito castelo segundo se contém no alvará vosso que levou o alcaide, o qual vós fazees dar quando a obra do dito castelo se começar» (TT, Livro 1 da Beira, f. 43).

8 – O escrivão nomeado, em substituição de António Gonçalves (falecido), foi Sebastião Martins, escudeiro do anterior alcaide-mor e que entre várias outras funções era também tabelião da vila. Exerceu o encargo até que se finou em 1521, sendo então rendido por António Vaz. Quanto ao cargo de **vedor das obras**, por em 1515 o titular (Lopo Vaz) ter ido viver para mais de 20 léguas da vila, foi nomeado em seu lugar Luís Esteves, que era tabelião e escrivão da câmara. Mas este deve ter sido uma solução de recurso, pelo que seria substituído em 1518 por Francisco Alfaia, cavaleiro e alcaide do castelo, com um mantimento de 20 réis por dia enquanto durassem as obras, devendo ser acompanhado de 4 oficiais e 10 servidores, o que denota bem a relevância do cargo.

9 – Os eleitos locais deviam sê-lo entre os moradores que viviam dentro da cerca da vila, e não entre os do arrabalde; e nem os corregedores, contadores e outros oficiais idos de fora, poderiam aposentar-se dentro da cerca; bem como seria proibido o tirar de madeira, telha das casas, louça de vinho e azeite, nem para o arrabalde nem para outra qualquer parte.

10 – Cf. «Considerações sobre as fortalezas da vila de Penamacor», in *Actas e memórias do 1.º Colóquio de Arqueologia e História do Concelho de Penamacor* (1979), ARCINPE, Penamacor, 1982, pp. 25-35.

11 – Em 1453, assinou D. Afonso V uma carta de privilégio ao judeu Maio Levi, tecelão na vila, isentando-o do dever de aposentadoria.

12 – Pelo inquérito de 1496, os direitos que pertenciam ao castelo rendiam 12\$400 (doze mil e quatrocentos réis), que era o valor por que o mesmo estava então arrendado.

13 – Por falta de tempo, não pesquisei os nomes dos párocos da vila. Mas não resisto a citar um do tempo de D. João III, o Pe. Simão Rodrigues, prior que foi da igreja de S. Pedro, o qual esteve em Roma, donde trouxe umas relíquias de santos, autenticadas por um breve do papa Paulo III (datado de 5.9.1547), e depois também confirmadas pelo bispo da Guarda, D. João de Portugal.

14 – Há, de facto, que ter em conta a evolução das técnicas e estratégias de defesa, bem como os cataclismos naturais, como aquele que aconteceu em 6 de Junho de 1739, provocado por um raio no armazém da pólvora junto à Torre de Vigia e que teve como consequência directa o rebentamento estrondoso da fortaleza, conforme narra o prior Manoel da Gama Reyxa no seu excelente Memorial de Santa Maria, de 1758.

15 – O 1.º conde de Penamacor, D. Lopo de Albuquerque, era casado com D. Leonor de Noronha, a qual era irmã de D. Fernando de Noronha, sogro de Pedr'Álvares Cabral (pois a mulher deste, D. Isabel de Castro, era filha do dito D. Fernando e de D. Constança de Albuquerque).

16 – Poderá surpreender a ausência de degredados pelo Santo Ofício, como aconteceu noutros concelhos vizinhos. Na verdade, no período estudado, surgiu-nos um caso, mas dúbio quanto à integração neste concelho: foi em 1611, Isabel Fernandes, filha de penamacorenses, porém dita natural e moradora em Castelo Branco. Acusada de bigamia, foi sentenciada em 31.7.1611 com a pena de degredo de 5 anos para o Brasil (Inq. Lisboa, P.º 9308). Neste caso, preferi seguir a máxima aplicada em direito: «in dubio, pro reo». Castelo Branco a perfilhará.

2.2 - O Real Hospital Militar de Penamacor: espaço e memória

1 – Doutor em História das Ciências da Saúde, pela Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa, UNL. Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, da Universidade de Coimbra. Conservador Museu S. João de Deus. Membro do Conselho Científico da Comissão Portuguesa de História Militar, Ministério da Defesa Nacional. Membro da Direcção da Secção de História da Medicina da Sociedade de Geografia de Lisboa (2007-2009). *Prémio Defesa Nacional 2007*. Agradeço às seguintes instituições: *Arquivo Histórico Militar, Câmara Municipal de Penamacor, Comissão Portuguesa de História Militar, Direcção de Infra-Estruturas Militares (DIE-GEAEM), Direcção de História e Cultura Militar (AHM), Centro de Estudos Interdisciplinares Século XX, UC, Ordem Hospitaleira de S. João de Deus, PP, Sociedade de Geografia de Lisboa*, que sem a sua colaboração seria, de todo, impossível apresentar o trabalho em estudo.

As fotografia foram tiradas pelo autor.

2 – AHM, 1Div-2Sec-cx12-n.º2, Alvará de 4 de Maio de 1645.

3 – Após a Restauração de 1640 assistimos a uma verdadeira construção de fortalezas abaluartadas ao longo da raia, que tinham por objectivo defender a fronteira contra qualquer tentativa de invasão espanhola.

4 – Durante a Guerra da Aclamação a Praça de Penamacor teve um Hospital Militar, do qual desconhecemos o local, pois seria um imóvel readaptado para o efeito, tal como aconteceu noutras Praças de fronteira.

5 – AHM, 1Div-2Sec-cx12-n.º3.

6 – SALDANHA, 1994, p. 164.

7 – CASTRO, 1763, pp. 105-109. Este autor dá-nos uma listagem dos Conventos em Portugal da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus: 3 em Montemor-o-Novo, 2 em Lisboa, 1 em Elvas, 1 em Campo Maior, 1 em Moura, 1 em Estremoz, 1 em Olivença, 1 em Castelos de Vide, 1 em Lagos, 1 em Salvaterra da Beira, 1 em Penamacor, 1 em Almeida, 1 em Coimbra, 1 em Monção, 1 em Bragança, 1 em Chaves e 1 em Miranda do Douro. Até ao presente só encontramos referências a S. João de Deus e aos Irmãos Hospitaleiros nestas localidades, sem invalidarmos hipóteses de existirem na actualidade, ou no passado, outras alusões.

8 – Os Arquivos e Bibliotecas consultados são: Arquivo Histórico Militar, Instituto Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Arquivo Central da Marinha, Arquivo Histórico Ultramarino, Biblioteca da Ajuda, Biblioteca das Ciências de Lisboa, Biblioteca Central da Marinha, Biblioteca de Évora, Biblioteca Nacional, Biblioteca da Casa de Saúde do Telhal.

9 – SANTIAGO, 2005 [1741].

10 – CORREIA, 1731, com introdução, transcrição e índice remissivo por SALGADO, Abílio José e SALGADO, Anastásia Mestrinho, 1997.

11 – SANCHES, 1757, pp. 138-139. Questionamos qual a relação do conhecimento científico de Ribeiro Sanches com a existência do Real Hospital Militar administrado pelos Irmãos de S. João de Deus.

12 – MENEZES, 1930.

13 – As plantas apresentadas constituem parte do acervo do Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar. Agradecemos também ao Director do Arquivo Histórico Militar o seu prestimoso apoio.

14 – Denominação que tenho vindo a utilizar para caracterizar a arquitectura utilizada na construção dos Reais Hospitais Militares no contexto dos equipamentos militares em Portugal. Sobre os equipamentos militares vide CONCEIÇÃO, 2002, pp. 240-241.

- 15 – BORGES, 2009, “Almeida, Penamacor e Salvaterra do Extremo”, pp. 94-95.
- 16 – CARVALHO, 1988, I vol, pp. 280-281.
- 17 – DIE-GEAEM, 22-1-2-2.
- 18 – DIE-GEAEM, 3170-I-2A-27-39.
- 19 – CARVALHO, 1988, I vol, p. 143.
- 20 – CONCEIÇÃO, 2002, p. 239.
- 21 – AHM, 1Div-3Sec-cx1-n.º13.
- 22 – BORGES, 2006, pp. 561-583.
- 23 – BORGES, 2009, pp. 94 e 216.
- 24 – DIE-GEAEM, 3183-2A-27-39.
- 25 – BORGES, 2009. Consideramos que os Reais Hospitais Militares eram organizados com a matriz da existência de três áreas fundamentais: o edifício assistencial, a cerca e o campo santo.
- 26 – Sobre a iconografia de S. João de Deus vide BORGES, 2007 (Tese Doutoramento).
- 27 – Reconstituição com base nas plantas existentes. Conceção gráfica e tratamento de imagem de Valter Correia.
- 28 – BORGES, 2009 (2), pp. 134.
- 29 – Reconstituição concebida por Valter Correia, com base na cartografia existente do Real Hospital Militar da Praça de Penamacor, in DIE-GEAEM.
- 30 – Porta de St.º António. Perto havia uma poterna, ou porta falsa, que permitia o livre-trânsito para o Hospital Militar.
- 31 – Em Penamacor podemos analisar a compleição orgânica do edifício, assim como da evolução higienista através da análise do aumento das latrinas.
- 32 – SILVÉRIO, 2006, pp. 242.
- 33 – AHM, 3 Div-9Sec-cx28-n.º3.
- 34 – Agradecemos ao Dr. Joaquim Nabais cópia das *Memórias Paroquiais*.
- 35 – CARVALHO 1950, p. 228.
- 36 – LANDEIRO, 1965.
- 37 – Idem, *ibidem*, pp. 231-232.
- 38 – AHM, 3Div-9Sec-Cxa30-N.º6, ano de 1775.
- 39 – BORGES 1997, pp. 29-32
- 40 – Os Hospitais Militares referenciados nunca foram edificados. Vide BORGES, 2005 (3), pp. 5-8.
- 41 – AHM, 3Div-16Sec-Cx14-N.º34.
- 42 – CONCEIÇÃO, 2002, p. 290.
- 43 – DIE-GEAEM, 3177-I-2A-27-39.
- 44 – DIE-GEAEM, 3174-2A-27-39.
- 45 – AHM, 3Div-6Sec-cx41-n.º7.
- 46 – DIE-GEAEM, 3178-I-2A-27-52.
- 47 – DIE-GEAEM, 3194-I-2A-29-46.
- 48 – LANDEIRO, 1988 “Art.º 50 do DL n.º 27.147 de 30 de Outubro de 1937”, p. 80.

2.3 - António Nunes Ribeiro Sanches: as intermitências da fé

- 1 – Professora aposentada da Universidade da Beira Interior.
- 2 – Mircea Eliade, *Origens*, Lisboa, Edições 70, 1989, p.9, 10.
- 3 – Rudolf Otto, *O sagrado*, Lisboa, Dom Quixote, 1992, pp. 21-35.
- 4 – Wilfred Cantwell Smith in Mircea Eliade, *Metodologia de la Historia de las religiones*, Barcelona, Paidós, 1996, p.57
- 5 – Olivier Reboul, *Langage et Ideologie*, Paris, P.U.F., 1980, p. 72.
- 6 – Moisés de Lemos Martins, *Para uma inversa navegação, o discurso da identidade*, Porto, Afrontamento, 1996, p. 26.
- 7 – Rabbin Adin Steinsaltz, "Le vide et le noyau", in, Foulek Ringelheim, *Les juifs entre la mémoire et l'oubli*, Bruxelles, Université de Bruxelles, 1962, p. 209.
- 8 – Josef Haym Yerushalmi, "L'Anti semitisme est-il apparu au XXe. Siècle?" Paris, *Esprit*, n.º. 190, Mars-Avril, 1993, p.6.
- 9 – Danièle Hervieu-Léger, "Povo de Deus, entre exclusivismo comunitário e universalismo", in Michel Wieviorka et alii, *Racismo e Modernidade*, Lisboa, Bertrand, 1995, p. 100.
- 10 – Miguel de Unamuno, *Do sentimento trágico da vida*, Lisboa, Relógio de Água, 1988, pp. 13 a 14.
- 11 – Ribeiro Sanches, *Cristãos novos e cristãos velhos em Portugal*, Porto, Paisagem, 1973, p. 35.
- 12 – Mário de Saa, *A invasão dos judeus*, Lisboa, s/ed., 1926, p. 39.
- 13 – Cf. Nobert Elias, *A condição humana*, Lisboa, Difel, 1991, p. 119.
- 14 – Frei Bernardo Telles, *Sermam do Auto da Fé*, Lisboa, na Officina de Manuel e Joseph Lopes Ferreyra, MDCCIX..

- 15 – António Ribeiro Sanches, “Carta escrita ao Dr. Manuel Pacheco de Valadares, da vila de Benavente”, *Archivos de História da Medicina Portuguesa*, Porto, 1913, p. 92.
- 16 – “Carta escrita ao Dr. Manuel Pacheco de Sampaio Valadares da vila de Benavente”, *Archivos de História da Medicina Portuguesa*, Porto, 1913, p. 92.
- 17 – Sobre o rancho do Carqueja escreveu Camilo Castelo Branco: *Chamavam-se do e não da Carqueja, como escrevem todos os que relembram a funesta existência daqueles rapazes perdidos. Carqueja e Estopa haviam sido, por aquele tempo dois facinorosos de Viseu, chefes dos salteadores. Em honra do primeiro escolheram os estudantes o sinistro baptismo do seu bando. E é de notar e de deplorar que alguns da quadrilha eram padres que cursavam teologia. Depois de repetidas atrocidades, o governo, a rogo, dos habitantes de Coimbra e lentes da Universidade, enviou a marchas forçadas tropa de infantaria com alguns esquadrões que chegaram de madrugada e colheram de sobressalto os criminosos.* Camilo Castelo Branco, *Noites de Insónia*, nº 1- Janeiro, Porto, Livraria Chardron, de Lello & Irmãos, 192, p.84.
- 18 – Maximiano Lemos, *Notícia de alguns manuscritos de Ribeiro Sanches existentes na Biblioteca Nacional de Madrid*, Porto, Tip. Enciclopédia Portuguesa, 1913, pp 7 e 8.
- 19 – Carta escrita ao Dr. Manuel Valadares, op. cit., p. 93.
- 20 – Ibidem, p. 94.
- 21 – Idem, p. 93.
- 22 – Cf. Maria Antonieta Garcia, *Denúncias em nome da fé*, Lisboa, ISER, 1996, pp. 73-74.
- 23 – Escreve António Borges Coelho: “O Santo Ofício precisava deste inimigo interno. Alimentava-se dele como Saturno devorando os filhos dia a dia renascidos. A morte do judaísmo seria a sua morte” - António Borges Coelho, *Inquisição de Évora* (Dos primórdios a 1668), vol. I, Lisboa, Caminho, 1987, p. 37.
- 24 – Peter Berger e Thomas Luckmann, *La construcción social de la realidad*, Buenos Aires, Amorrortu ed, 1993, p.194
- 25 – Etienne Schweisguth, “Racismo e sistema de valores”, in Michel Wieviorka (org) , *Racismo e modernidade*, Lisboa, Bertrand, 1995, p. 131.
- 26 – Carta ao Dr. Manuel Pacheco de Valadares, op cit.
- 27 – Edgar Morin, *Os meus demónios*, Lisboa, Europa-América, 1995, p. 81.
- 28 – Edgar Morin, *op. cit.*, p. 109.
- 29 – Idem.
- 30 – Ibidem, p. 61.

3.1 - A Maçonaria em Penamacor

- 1 — Professor catedrático da faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- 2 – *Memória. O Supremo Conselho do Grau 33 e o Grande Oriente Lusitano Unido*, Lisboa, Grande Oriente Lusitano Unido, 1914.

3.2 - Uma “Oposição Construtiva” – os candidatos da lista B pelo distrito de Castelo Branco

- 1 – Este trabalho parte da Dissertação de Doutoramento apresentada pelo autor na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em Dezembro de 2003.
- 2 – Doutor em História Contemporânea. Investigador do Instituto de História Contemporânea (FCSH-UNL).
- 3 – Francisco Pinto Cunha Leal nasceu na aldeia do Pedrógão (Penamacor), em 22 de Agosto de 1888, viveu grande parte da infância na aldeia de Alcaide (Fundão) e morreu em Lisboa, em 26 de Abril de 1970. Completou o Curso de Engenharia da Escola do Exército em 1912 e evoluiu na carreira militar até ao posto de capitão, do qual se demitiu em 19 de Junho de 1926, na sequência do afastamento de almirante Mendes Cabeçadas do Governo da Ditadura. Foi Engenheiro Director da Direcção de Obras Públicas em Angola, e participou na I Grande Guerra. Regressado da frente europeia, foi nomeado Director Geral dos Transportes Terrestres, em Março de 1918. Iniciou a vida política no Parlamento sidonista e foi Deputado da República até ao 28 de Maio de 1926. Desempenhou os cargos de Presidente do Ministério e ministro do Interior (de Dezembro de 1921 a Fevereiro de 1922) e de ministro das Finanças (em 1920, 1921 e 1923). Em 1924-25 foi nomeado e desempenhou o cargo de Reitor da Universidade de Coimbra. Foi líder partidário (do Partido Popular, do Partido Liberal, do Partido Nacionalista e da União Liberal Republicana) e director de vários periódicos. Apoiante crítico da Ditadura Militar foi, em 1927, nomeado Director do Banco de Angola, de onde confrontou Salazar com a sua política ultramarina, em 1930. Em resultado deste embate foi deportado para os Açores e viveu no exílio espanhol entre 1931 e 1932. Voltou a ser banido do território nacional em 1935, regressando do segundo exílio espanhol em 1936. No pós-guerra foi opositor de Salazar, concorrendo a várias eleições de Deputados (1949, 1953 e 1957). Em 1958 foi indicado como candidato a Presidente da República por uma “Frente Nacional Antifascista” que juntava apoiantes de todos os campos políticos oposicionistas. Fundou, com outros, o Directório Democrato-Social (1953) e a Acção Democrato-Social (1963), com os quais pretendia desenvolver uma oposição democrato-social, fora da influência comunista. É autor de uma obra vastíssima que cobre os domínios da política, da economia, das finanças e da vida colonial.
- 4 – Vide Fernando Rosas, *História de Portugal* (Dir. de José Mattoso), *O Estado Novo*, Círculo de Leitores, vol. VII, pp. 397-402
- 5 – Em 15 de Fevereiro, um informador da PIDE anunciava uma reunião de Cunha Leal com Jorge Botelho Moniz, antigo

companheiro de armas, mas firme defensor do Estado Novo, com vista à formação de um partido de oposição (IAN/TT, PIDE, Proc. 503/S, nº 327). Não sendo provavelmente verdade o intuito anunciado pela PIDE, este encontro demonstra, no entanto, que Cunha Leal se relacionava com antigos camaradas e companheiros de armas bem colocados no regime. Dessas conversas com alguns dos homens que tinham feito o “28 de Maio” e que no pós-guerra se declaravam traídos saíram, por vezes, entendimentos políticos com manifestação pública, como aconteceu, por exemplo na candidatura do almirante Quintão Meireles à Presidência da República, em 1951

6 – Entre os meses de Fevereiro e Outubro, altura em que foi publicado o “Manifesto” de Cunha Leal, proibido durante a campanha de Norton de Matos à Presidência, são muito numerosas as informações em posse da PVDE sobre a reorganização do Partido Republicano. IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR

7 – Carta de Agatão Lança a Cunha Leal, Pampilhosa, 28 de Outubro de 1953, IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR, nº 93

8 – Na verdade, em 1949 o movimento unitário estava desfeito e muitos dos seus líderes presos ou inutilizados pela acção policial. Atente-se no caso dos comunistas onde restavam poucos em liberdade. Álvaro Cunhal, preso naquele ano, permanecerá por longos 11 anos encarcerado

9 – FPCL, “Reflexões acerca da crise económica”, *Diário de Lisboa*, 20 de Julho de 1949.

10 – Idem, Reflexões..., II, *Diário de Lisboa*, 21 de Julho de 1949.

11 – Vide Fernanda Rollo, *Portugal e o Plano Marshall*, Editorial Estampa, Lisboa, 1994, pp. 293-297

12 – Vide Fernando Rosas, Rita Carvalho e Pedro Aires de Oliveira, *Daniel Barbosa, Salazar e Caetano, correspondência política – 1967-1974*, Circulo de Leitores, Lisboa, 2002, p. 10

13 – Ideias anunciadas e desenvolvidas em tantas obras deste engenheiro, autor de um Plano de Reforma Agrária no governo republicano de José Domingues dos Santos (1925). Mencionaremos, a título de exemplo, *A Evolução e a Revolução Agrária*, Renascença Portuguesa, Porto, 1918 e *Para a ressurreição de Lázaro*, Emp. Gráf. do Porto, Porto, 1931.

14 – O advogado José Ribeiro Cardoso, na altura já com 75 anos, era um regionalista com provas dadas no domínio técnico. Tinha sido um activista das Casas do Povo no período anterior à guerra, onde reivindicou um corporativismo “vindo de baixo”. Como Presidente da Junta de Província, entrou em rotura com o Estado Novo quando verificou a falência do corporativismo salazarista. Nos anos 50, tornou-se defensor de uma “reforma agrária” no grande latifúndio das *campanhas de Idanha* que imaginava poder realizar-se quer pela criação de casais agrícolas, quer pela constituição de cooperativas de produção, estas mais adequadas às características mesológicas e económicas da Beira Interior. Vide “A Herdade das Casas do Soudo”, in *Subsídios para a História Regional da Beira Baixa*, Junta de Província da Beira Baixa, Castelo Branco, 1950

15 – Em Castelo Branco, para além de Cunha Leal e José Ribeiro Cardoso, faziam parte da lista oposicionista o Dr. Francisco Xavier de Proença de Almeida Garrett, engenheiro e proprietário em Tortosendo, na altura com 66 anos, e o engenheiro agrónomo Fernando Afonso de Mello Giraldes Sampaio Pereira de Figueiredo, um grande proprietário residente em Idanha-a-Nova. A lista de Portalegre era igualmente composta de grandes proprietários da região, com destaque para o antigo integralista José Pequito Rebelo. Além dele, candidataram-se os doutores José Fonseca Bastos e André Aurélio Nogueira de Melo e Castro Ribeiro e o engenheiro João Pinto Picão Caldeira.

16 – Carta de Norton de Matos a Domingos Pereira, Estoril, 10 de Novembro de 1949, IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR, nº 279

17 – Em carta de Aprígio de Meireles a Domingos Pereira, (Idanha-a-Nova, 19 de Setembro de 1949), lê-se: “A candidatura de Cunha Leal está a causar a maior perplexidade no Distrito (...) preferia não apoiar monárquicos, mas também da outra vez preferia não apoiar comunistas...”. IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR, nº 294

18 – Informação policial de 31 de Outubro de 1949 reproduzindo declarações de António Macedo. IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR, nº 297. O mesmo processo (nº 271) contém também carta do coronel Helder Ribeiro a António Pena Calado em que este considera que a oposição “faz bem em auxiliar o candidato Cunha Leal, sem organização oficial de apoio, dado o suspeito da composição da lista (...). A apresentação valeu pelo discurso de Cunha Leal aí feito [Beira] e pela sua publicação no *Diário de Lisboa*”.

19 – O *Programa* foi apresentado no livro *Ditadura, Democracia ou Comunismo?*, Imprensa Moret, La Coruña, 1931.

20 – Durante a conferência no “Cine Teatro Vaz Preto”, em Castelo Branco, foram recebidos telegramas de detractores, que a polícia assinalou. Veja-se o sentido de um deles: “Teleg. – 5 de Novembro de 1949 -Eng. Cunha Leal – “Cine Teatro de Castelo Branco” – Sua candidatura envergonha democratas portugueses. Viva República. Viva Portugal”. IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR, nº 288. Por outro lado o Boletim do MND, de Novembro de 1949, analisa a candidatura como “uma profissão de fé anti-comunista, com direito a um salvo-conduto eleitoral, capaz de o conduzir por processos democráticos de uma vitória nas urnas de Castelo Branco às cadeiras de S. Bento...”, (...)“lançando uma ponte de colaboração entre o Estado Novo e a Democracia”. O MND transmitia, de forma indirecta, a posição do Partido Comunista Português.

21 – CF. “O eng. Cunha Leal na sua conferência na Covilhã analisou a situação política e económica”, *Diário de Lisboa*, 5 de Novembro de 1949

22 – Na preparação da campanha, os informadores da polícia política referem um apoio restritíssimo, quase circunscrito ao âmbito familiar. Para além do filho, Artur Cunha Leal que, a partir desta fase, passou a constituir uma espécie de “delfim político” do pai, eram referidos os advogados Filipe Mendes e Sebastião Ribeiro e alguns homens da vida local.

23 – Em 8 de Novembro, a Direcção dos Serviços de Censura suprimiu do *Diário de Lisboa* uma carta de Cunha Leal “pelos termos em que vinha redigida, no ataque aos membros do governo e organismos do Estado”. Nessa carta, acusavam-se os Serviços de Censura de ter posto nos relatos dos seus discursos “inexactidões e omissões tão numerosas e bem doseadas que tiveram o condão de desnaturar e até inverter o significado e o alcance das afirmações feitas”. IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR, nº 276. Fácil se torna confirmar a justeza de tais considerações: bastará ler com atenção o relato da conferência feita na Covilhã a 4 de Novembro. Cortes propostos da crítica de Cunha Leal ao projecto de revisão constitucional do regime, aliados a uma sequência textual menos feliz, deixaram apenas o projecto do ditador e ignoraram as mesmas críticas, fazendo passar a ideia de que os dois se encontravam de acordo.

24 – Em Portalegre, apesar de desproporcionados, os resultados foram menos diferenciados: 13 863 para a “Situação” e 3642 para a lista B. Tal resultado deve-se, em parte, ao facto de a lista ter contado com o apoio de vários representantes do poder local

25 – Cf. “Uma carta de Cunha Leal de comentário de algumas afirmações contidas na carta de Botelhom Moniz”, *Diário de Lisboa*, 20 de Novembro de 1949.

26 – Idem.

- 27 – Eleições à Assembleia Nacional de 1949. Arquivo da Assembleia da República, Secção XXVII, cx. 79, nº 4.
- 28 – “O eng. Cunha Leal explica as razões e os objectivos da sua candidatura a deputado”, *Diário de Lisboa*, 13 de Novembro de 1949.
- 29 – Idem
- 30 – Idem
- 31 – Idem
- 32 – Idem. No entanto, em Portalegre, com a lista liderada pelo agrário José Pequito Rebelo, a proximidade regateada dos dois campos, mantida até à boca das urnas, deixou sequelas que se prolongaram por tempo longo. Em correspondência que manteve com o Governador Civil (publicada no *Diário de Lisboa* em 7 de Novembro de 1949), Pequito Rebelo tornava públicas as razões por que não considerava a sua lista de oposição, “mas simplesmente representativa da opinião do eleitorado”: é que ela tinha sido apoiada pelos 15 presidentes dos municípios e pelos 15 presidentes dos grêmios da lavoura do distrito, incluindo o apoio do próprio Governador Civil. Vide José Pequito Rebelo, *As Eleições de Portalegre (Documentos)*, Edição do autor, Lisboa, 1950
- 33 – FPCL, “O eng. Cunha Leal explica as razões...”, cit., *Diário de Lisboa*, 13 de Novembro de 1949.
- 34 – Em carta dirigida a A. Neves Anacleto (5 de Janeiro de 1949), anuncia-lhe a transferência dos seguros das suas casas para a Garantia, onde trabalha, ao mesmo tempo que agradece “o favor” do seu amigo e compadre, um advogado bem sucedido em Moçambique. Espólio de A. Neves Anacleto, na posse de Noémia Neves Anacleto
- 35 – Carta de Cunha Leal a Joaquim Madureira, 16 de Novembro de 1949, IAN/TT, PIDE, Proc. 503/SR, fº 274

3.3 - A polícia política do Estado Novo e Penamacor

- 1 – Neste texto, a parte relativa à história da PIDE/DGS é baseado no meu livro, *História da PIDE*, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas & Debates, 2007.
- 2 – Investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa.
- 3 – «Problemas da Organização Corporativa», conferência no SPN, em 13 de Janeiro de 1934, António Oliveira Salazar (AOS), *Discursos e Notas Políticas*, Coimbra Editora, s. d., vol. I, p. 285.
- 4 – «Funções e qualidades do Chefe do Estado» discurso radiodifundido da UN, em 10 de Fevereiro de 1935, AOS, *Discursos e Notas Políticas*, Coimbra Editora, s. d., vol. II p. 6.
- 5 – *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Parreira A. M. Pereira, 2003, p. 54
- 6 – «O Estado Novo português na Evolução Política Europeia», discurso na inauguração do I Congresso da UN em 26 de Maio de 1934. AOS, *Discursos e Notas Políticas*, Coimbra Editora, s. d., vol. I, pp. 335, 338, 342 e 344.
- 7 – Decreto-Lei (DL) n.º 22 992, de 29 de Agosto de 1933.
- 8 – DL n.º 23 995, de 12 de Junho.
- 9 – *Discriminação Política no Emprego no Regime Fascista*, Lisboa, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, Presidência do Conselho de Ministros, 1982, p. 261. Lei n.º 1.901, de 21 de Maio de 1935, de proibição das associações secretas.
- 10 – DL n.º 23 317, de 13 de Maio de 1935.
- 11 – DL n.º 27 003, de 14 de Setembro de 1936.
- 12 – DL n.º 35 046, de 22 de Outubro de 1945.
- 13 – Arquivo Salazar no IANTT, AOS/CO/IN- 16 pasta 4
- 14 – DL 35 830, de 27 de Agosto de 1946.
- 15 – DL 36 387, de 1 de Julho de 1947.
- 16 – DL n.º 37 447, de 13 de Junho de 1949. As «medidas de segurança» foram transformadas em medidas de prisão, «em estabelecimento adequado», de um a três anos, ficando a PIDE com a faculdade de propor a sua aplicação e prorrogação.
- 17 - DL n.º 39 749, de 9 de Agosto.
- 18 – Arquivo do Ministério da Administração Interna (MAI), Gabinete do ministro do Interior, caixa 116, suplemento à ordem de serviço 221/54, transcrição sobre a reorganização da PIDE.
- 19 – Dalila Cabrita Mateus, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial. 1961-1974*, Lisboa, Terramar, (col. «Arquivos do século XX»), 2004, pp. 24 25, 413-414. Nesse ano, o quadro da PIDE nas três colónias africanas era composto por apenas 58 homens (26 em Angola, 27 em Moçambique e 5 na Guiné), constituindo cerca de 7,7% do número total de elementos dessa polícia (755 elementos) e, segundo Dalila Cabrita Mateus, só se pode considerar que a PIDE se instalou nas colónias, com atribuições de polícia, apenas em 1957.
- 20 – DL n.º 40 550, de 12 de Março de 1956.
- 21 – MAI, gabinete do ministro do Interior, caixa 196, pasta «pessoal nomeações».
- 22 – AOS/CO/IN-16 pasta 4; Arquivo Histórico Militar, Joaquim dos Santos Costa, 4.ª Juízo do TMT, proc. 90/79, pasta 57, arquivo 578, fls. 110-112.
- 23 – AOS/CO/IN- 16, pasta 4
- 24 – DL n.º 43 582, de 4 de Abril de 1961
- 25 – Arquivo da PIDE/DGS no IANTT. Ordens de Serviço, OS 177, 26/6/62
- 26 – Arquivo Histórico Militar, TMT de Lisboa, 4.º Juízo, Adelino da Silva Tinoco proc.66/77, 11 volumes, EMGFA, 1.ª secção, proc 928, 20/3/75, volume 6, fls. 227-229
- 27 – Síntese das intervenções de Alfredo Caldeira e A. A. Santos Carvalho, Humberto Delgado, *A Tirania Portuguesa*,

Publicações Dom Quixote, 1995, pp. 165-168

28 – *Hermínio Martins, «Oposição em Portugal», in Classe, Status e Poder*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 1998, pp. 56 e 60

29 – Arquivo da PIDE/DGS, pr. 1327 CI (1), «Organização católica, diversos», volume 2, pastas 1 e 2, ACP e JOCF

30 – «Lida a sentença do julgamento de António Domingues. Apenas mais dez meses de prisão para o “pide” que matou Dias Coelho», *Diário de Notícias*, 6/1/77, p. 7

31 – Arquivo da PIDE/DGS, proc. CI (1) 406, pasta 2, Distrito de Castelo Branco, Situação política social, pp. 21, 26 e 28

32 – Nascido em Fragosela (Viseu), em 1929, este último tirara o curso liceal até ao 6.º ano, sendo aprovado, no curso elementar da Escola Técnica da PIDE, em 1952, aprovado no curso de agente de 2.ª classe, em 1954, e no de agente de 1.ª classe, em 1961, sendo promovido a chefe de brigada, em 1967. Depois de ser colocado em Luanda, Dili e Nova Lisboa, entre 1960 e 1964, regressou à metrópole, sendo colocado, na 4.ª Divisão, na Guarda, passando a chefiar o posto desta cidade, que, no final do regime tinha 2 agente de 1.ª classe, 7 agentes de 2.ª classe e 1 servente. Em Vilar Formoso, nos anos 50, o posto era dirigido por Miguel Cardoso.

33 – Arquivo da PIDE/DGS, proc. CI (1) 406, pasta 2, Distrito de Castelo Branco, Situação política social, p. 21; MAI, pasta 46, Agremiação Recreativa e Cultural Campos Melo, na Covilhã

34 – MAI, caixa 030, proc. disc. 6/69, delegação de Coimbra, pasta «diversos», relatório de 10/7/69

35 – *Idem*, caixa 033. Auto de corpo delito da DGS.

36 – José Freire Antunes, *Kennedy e Salazar, O Leão e a Raposa*, Lisboa, Difusão Cultural, 1991, p. 105

37 – Arquivo PIDE/DGS, proc. 2 CI (2) SC DSI, pasta 4, CIA curso em 1957/58, informações secretas, pasta 1, fl. 53.

38 – National Security Archive, <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/>

39 – *A Capital*, 20/7/77, p. 9

40 – «O testemunho da Comissão de Socorro aos Presos Políticos», *Público*, 17/4/2004, p. 15.

41 – DL n.º 368/72, de 30 de Setembro de 1972.

42 – Lei n.º 450/72, de 14 de Novembro de 1972, que declarou «abolidas as medidas de segurança de internamento previstas art.º 7 do DL 40 550, de 12/3/56», com excepção do internamento em manicómio criminal.

43 – *Cambio* 16, 16/9/74; «Dossier 1974, foi há 20 anos», *Visão*, 21/4/94.

44 – Por exemplo nos anos setenta, cf. MAI, gabinete do ministro, caixa 400, relação dos governadores civis do continente e ilhas para a PIDE: por exemplo, Castelo Branco, Manuel Ascensão Azevedo (23/1/69); Coimbra, Leopoldo Moraes Cunha Matos (10/8/70); Guarda, Mário Bento Martins Soares (28/7/67); Lisboa, Afonso Diego Marchueta (19/12/69); Porto, major Paulo Eduardo Silva Correia Duraõ (10/4/69).

45 – MAI, caixa 008, 1947, pasta «Santarém», carta do governo civil ao ministro do Interior, de 25/9/47.

46 – MAI, livro 115, correspondência enviada pelo chefe do gabinete do ministro do Interior, capitão Manuel Pereira Coentro, 24/4/47.

47 – *Idem*, gabinete do ministro, caixa 018; *Idem*, livro 113, 3/8/46-31/12/46; livro 114, 2/1/47, circular 506 PI-20 aos governadores civis.

48 – *Idem*, caixa 003

49 – *Idem*, caixa 033, circular aos governadores civis sobre normas durante a campanha eleitoral

50 – *Idem*, caixa 033, 1949, circular aos governadores civis sobre normas durante a campanha eleitoral.

51 – *Idem*, caixa 018, carta do governo civil de Viseu ao ministério do Interior, de 13/7/49

52 – *Idem*, caixa 050

53 – *Idem*, caixa 080

54 – Fernando Rosas, «O Estado Novo», *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 518 e 524

55 – MAI, gabinete do ministro, caixa 345; caixa 208, 1961

56 – *Idem*, caixa 368, pasta «governos civis», relatórios de governo civis

57 – Arquivo da PIDE/DGS, NT 9149, fls. 11, 106, 108, 109, 132, 134, 153, 338, 343, 357 e 435

58 – MAI, Gabinete do ministro, caixa 368

59 – DL n.º 49 401, de 19 de Novembro de 1969.

60 – Arquivo da PIDE/DGS, Delegação de Coimbra, NT 10501, pasta 6, fls. 2 e 11

61 – *Idem, ibidem*, fl. 2, 8 e 11

62 – Arquivo da PIDE/DGS, proc. 406, CI (1), pasta 2, Distrito de Castelo Branco, situação política social, fl. 10

63 – José Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992, p. 235.

64 – MAI, gabinete do ministro, caixa 0018, 12/4/49.

65 – José Freire Antunes *Nixon e Caetano. Promessas e Abandono*, Lisboa, Difusão Cultural, 1992, p. 203.

66 – Arquivo da PIDE/DGS, pr. 11.692 CI (2), Alberto Rui Pereira, fls. 33 e 34; pr. 14 CI (1), pasta 20, Posto de Vigilância de Setúbal.

67 – «Quartel de Penamacor é um dos símbolos da ditadura. Recordações da Companhia Disciplinar», por , *Reconquista*, 23-04-2009, Secção Raia, <http://www.reconquista.pt>

68 – Eram eles João Paulo Amorim, José Braz Nogueira, Tito Cardoso Cunha, Mário Martins de Carvalho, Fernando Rosas, Filipe Rosas, Francisco Valente de Araújo, Victor Louro de Sá, Francisco Rego Chaves Fernandes, José Luís de Almeida Casares, Carlos Cáceres Monteiro, Aires de Aguiar Bustorff, Luís Gravata Filipe, Virgílio Barata Salgueiro, José Manuel Palmeiro de Castro, Rui Galapez Gomes, Henrique Figueiredo G. Ferreira, Luís Filipe Salgado de Matos, José Manuel Mena Fernandes,

Manuel Matos Almeida, Sérgio Veríssimo, Daniel Sampaio, António de Sousa Esteves, Jorge Veludo, Paulo Mendes da Mais, António Mendes de Abreu, José da Luz Mendonça, Augusto Florêncio, Duarte de Lima Castilho, José Ferreira Franco e Francisco Bivar Segurado

3.4 - Realidades demográficas de fronteira: Penamacor nos últimos duzentos anos

- 1 – Professora da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco.
- 2 – PINTADO, BARRENECHEA, 1974.
- 3 – MOREIRA, 1994: 14.
- 4 – MOREIRA, ROMÁN, COLANTONIO, ZULUAGA, BLANCO, FUSTER, 2009.
- 5 – Como diz TRIGAL (1984: 599) “la situación de estancamiento en el Oeste de España y el Interior de Portugal, más bien motivada por ser áreas terminales, y no intermedias, del tráfico de dos mercados nacionales contiguos com muy escasa interpenetración”.
- 6 – LÓPEZ, DIÉGUEZ (1994: 54-58).
- 7 – Entendemos por regiões de fronteira as seguintes NUTS III: Minho-Lima, Cávado, Douro, Alto Trás-os-Montes, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Algarve, do lado português, e às províncias de Pontevedra, Ourense, Zamora, Salamanca, Cáceres, Badajoz e Huelva, do lado espanhol
- 8 – A população da fronteira espanhola representava 14,5%, em 1900, e 8,7% do total e a portuguesa 36,5% e 21,4%, respectivamente.
- 9 – Apesar da definição de “cidade” ser complexa e conhecer várias formulações, considerámos o conceito de “cidades médias”, assim como base de dados georreferenciada para o conjunto das 141 cidades, publicada em 2004 pelo INE (INE: 2004). Por outro lado, refira-se que as “cidades médias foram definidas a partir no programa PROSIURB que tinha como objectivo a valorização das cidades médias (Despachos nº6/94 de 26 de Janeiro, nº55/94 de 27 de Maio e nº84/94, de 16 de Setembro, do Ministério do Planeamento e Administração do Território). No despacho nº55/94 são definidas as cidades médias elegíveis: Braga, Viana do Castelo, Barcelos, Guimarães, Fafe, Santo Tirso, Vila Nova de Famalicão, Paredes, Penafiel, Feira, São João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Aveiro, Coimbra, Figueira da Foz, Leiria, Marinha Grande, Caldas da Rainha, Santarém, Faro, Olhão, Portimão, Bragança, Chaves, Vila Real, Régua, Lamego, Viseu, Guarda, Covilhã, Castelo Branco, Torres Novas, Entroncamento, Tomar, Abrantes, Évora, Portalegre, Beja, Mirandela, Torres Vedras.
- 10 – BANDEIRA, 1996: 208, 219-220; cf. NAZARETH, 1979: 86-93
- 11 – Este instrumento de análise permite verificar o modo como os efectivos existentes num determinado grupo de idades são partilhados entre os dois sexos e dá-nos a indicação sobre o número de homens por cada 100 mulheres.
- 12 – Em 1969 o número de nascimentos foi de 184 e o dos óbitos de 153.
- 13 – MOREIRA, 2001: 211.
- 14 – INE, 2008.
- 15 – Estatisticamente, para que haja renovação de gerações, considera-se necessário que haja 2,1 filhos por mulher.
- 16 – Apesar de para o século XIX ser mais comum usar a divisão etária que considera *jovens* os menores de 19 anos, a população adulta activa entre os 20 e os 59 anos e *idosos* os que têm 60 ou mais anos (por causa da reduzida esperança de sobrevivência a partir dos 60 anos), pareceu-nos mais correcto utilizar a divisão etária actual, pois tal permite uma perspectiva comparativa de longa duração. Actualmente, *jovens* são os menores de 15 anos, *activos* entre os 15 e os 64 anos e *idosos* os têm 65 ou mais anos.
- 17 – Os efectivos de 1801, 1864 e 1870 foram ajustados para grupos quinquenais, tendo-se ainda procedido à distribuição proporcional da população desconhecida em todos os recenseamentos da segunda metade do século XIX e primeira do XX. Estes ajustamentos introduzem uma pequena margem de erro aos valores.
- 18 – MOREIRA, 2001: 223.
- 19 – INE, 2008. Em Portugal a esperança média de vida em 2006-08 era de 78,70 anos (www.ine.pt).
- 20 – Este índice indica o número de idosos por 100 jovens.
- 21 – Os rácios de dependência indicam o peso dos jovens na população potencialmente activa (RDJ), o peso dos idosos na população potencialmente activa (RDI) e o peso conjunto dos jovens e dos idosos na população potencialmente activa (RDT).
- 22 – Estas alterações foram semelhantes às ocorridas na maioria dos países do sul da Europa, nomeadamente Espanha, Itália e Grécia.
- 23 – MOREIRA, 2007.
- 24 – MOREIRA, 2007: 126.
- 25 – MOREIRA, 2007: 133-136.
- 26 – Em 1988 é publicado o Decreto-Lei nº35/88, de 4 de Fevereiro, que estabelece o encerramento das escolas cuja frequência seja inferior a dez alunos, salvo casos excepcionais. Embora este decreto não tenha vindo a ser cumprido de forma linear, as excepções têm sido em grande número, muitas escolas têm fechado por causa do seu reduzido número de alunos. Todavia esta questão tem sido objecto de inúmeras polémicas já que quase nunca as populações aceitam pacificamente o fecho da “sua” escola, para além do significado social que pode ter esta medida (MOREIRA, 2007: 128).
- 27 – Designado “Regionalidade Demográfica e Diversidade Social” (POCI/DEM/58366/2004) Este projecto foi avaliado por uma equipa internacional designada pela FCT com a classificação de “Muito Bom” e que decorreu no período 2006-2008.
- 28 – PEREIRA e CHORÃO, 2009.

29 - Dependências bancárias, número de estabelecimentos comerciais e empresas, casas com electricidade, saneamento, água e consumo de energia, população total, óbitos, nascimentos, estabelecimentos de ensino e população escolar (por níveis de ensino), população desempregada e empregada por sector de actividade, número de farmácias, hospitais e médicos, lares de idosos, pensionistas.

30 - PEREIRA e CHORÃO, 2009.

4.1 - Lopo de Albuquerque, primeiro conde de Penamacor

1 – Arqueóloga.

2 – Pizarro, 2008, pp. 129 – 130

3 – Martim Gil de Sousa, alferes-mor do rei, o outro genro de João Afonso de Albuquerque, recebeu apenas o título de conde de Barcelos em 1312, mas vendo-se expurgado dos bens e senhorios respectivos, partiu para Castela, onde morreu nesse mesmo ano, tendo D. Dinis entregue o condado a outro seu filho bastardo, Pedro Afonso, que ainda assim tomou posteriormente o partido do infante (cf. Mattoso, 1993, p. 162).

4 – Pizarro, 2008, p. 245.

5 – Mattoso, 1993, pp. 152, 163.

6 – Mattoso, 1993, p. 130.

7 – Refere Fernão Lopes na sua Crónica de D. Fernando que D. Fernando Afonso de Albuquerque era irmão das cunhadas da rainha D. Leonor Teles (cf. Lopes, p. 261).

8 – IAN/TT, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 2, fl. 45 v; Lopes, *Crónica de D. Fernando*, p. 251; Lopes, *Crónica de D. João I*, vol. I, p. 83 e vol. II, p. 197; *Brasões*, II, p. 197.

9 – D. Fernando Afonso de Albuquerque foi acompanhado por Lourenço Anes Fogaça, tendo aportado ao porto de Plymouth uma semana depois da partida de Portugal (Coelho, 2008, p. 125).

10 – Coelho, 2008, pp. 127 – 129.

11 – Foi Gonçalo Vaz Coutinho marechal do Reino, alcaide-mor de Trancoso e copeiro-mor da rainha D. Filipa, esposa de D. João I.

12 – Gaio, *Nobiliário*, vol. IV, pp. 10 – 11.

13 – Vasco Martins da Cunha, bisavô de Lopo de Albuquerque, teve ainda os senhorios das vilas de Pinheiro, Anjega e Bemposta, foi alcaide-mor de Melgaço e Castro Laboreiro, nos reinados de D. Pedro I e de D. Fernando e pertenceu ao concelho de D. João I (cf. Gayo, *Nobiliário*, vol. I, p. 145)

14 – O primeiro matrimónio de Pedro Vaz ou Vasquez da Cunha foi com D. Helena de Ataíde, filha de Martim Gonçalves de Ataíde, alcaide-mor de Chaves, que alinhou pelas forças castelhanas contra o Mestre de Avis (cf. Gaio, *Nobiliário*, vol. IV, p. 159), tendo essa praça forte sofrido um cerco de quatro meses, antes de Martim Gonçalves se render a D. João I, com a garantia de poder passar com a sua família para Castela (cf. Coelho, 2008, p. 122).

15 – Gaio, *Nobiliário*, vol. IV, p. 159.

16 – IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 27, fl. 117.

17 – D. Álvaro de Castro foi acusado em 1449 de cometer adultério com D. Isabel de Lencastre, esposa de D. Afonso V, intriga sem fundamento mas que pode ter criado desconforto entre o rei e o seu camareiro mor (cf. Gomes, 2009, p. 104).

18 – IAN/TT *Místicos*, liv. 4, fl. 20 v

19 – IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 113.

20 – IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 180. João Rodrigues Pereira era filho de Rui Vasquez Pereira, pertencendo a uma família que apoiara incondicionalmente o mestre de Avis (*Crónica de D. João I*, vol. I, p. 346)

21 – IAN/TT, *Chancelaria D. Afonso V*, liv. 29, fl. 67v 68

22 – D. João de Castro faleceu sem herdeiros e o senhorio foi confirmado a sua irmã D. Joana de Castro, por carta datada de Abril de 1496 (IAN/TT, *Místicos*, liv. 8, fls. 290 e 294 v.); casada com D. João de Noronha, irmão do marquês de Vila Real, o condado de Monsanto veio a pertencer ao filho primogénito do casal, D. Pedro de Castro, embora já no final da sua vida, por carta de 19 de Agosto de 1528 (IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 14, de *Doações*, fl. 185).

23 – IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 172 v.

24 – IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 156 v.

25 – Por carta emitida a 21 de Maio de 1460 (IAN/TT, *Místicos*, livro 3, fl. 230).

26 – IAN/TT, *Místicos*, liv. 3, fl. 219 v.

27 – IAN/TT, *Chancelaria D. Afonso V*, liv. 15, fl. 69.

28 – IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 24 v.

29 – IAN/TT, *Chancelaria D. Afonso V*, liv. 7, fl. 48; *Místicos*, liv. 3, fls. 213 v – 214.

30 – IAN/TT, *Místicos*, liv. 3, fl. 25.

31 – Gomes, 2009, p. 60.

32 – Gomes, 2009, p. 68. O arcebispo D. Pedro de Noronha foi um dos principais instigadores contra o regente D. Pedro, tio de D. Afonso V que resultou no confronto entre ambos, em Alfarrobeira.

33 – Pina, *Crónica de el-Rei D. Afonso V*, cap. CLXXIII.

34 – Pina, *Crónica de el-Rei D. Afonso V*, cap. CLXXIII.

35 – Gomes, 2009, p. 148.

- 36 – Pina, *Crónica de el-Rei D. Afonso V*, cap. CLXXVII.
- 37 – Pina, *Crónica de el-Rei D. Afonso V*, cap. CLXXVII.
- 38 – Fonseca, 2007, p. 49.
- 39 – Nesta carta o rei dá o condado de Penamacor «a ele [Lopo de Albuquerque] e seu filho maior por sua morte» IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 7, fl. 48.
- 40 – IAN/TT, *Místicos*, liv. 4, fl. 20 v e liv. 3, fl. 219 v.
- 41 – Gomes, 2009, p. 171.
- 42 – Pina, *Crónica de el-Rei D. Afonso V*, cap. CLXXVIII.
- 43 – Gomes, 2009, p. 268.
- 44 – Fonseca, 2007, p. 49.
- 45 – Gomes, 2009, pp. 272 -276.
- 46 – Gomes, 2009, p. 292.
- 47 – IAN/TT, *Leitura Nova*, livro 1 de Reis, m.f. 1018.
- 48 – IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, livro 2, fl. 2.
- 49 – Os príncipes D. Afonso e D. Isabel encontravam-se em Moura com a sogra de D. João II, D. Beatriz, tendo chegado àquela vila, a 24 de Maio de 1483, os procuradores das coroas portuguesa e castelhana para levar os infantes para as respectivas cortes, uma vez que as tercarias estavam terminadas. D. Afonso foi então levado ao encontro dos pais que se encontravam em Évora (cf. Fonseca, 2007, p. 94)
- 50 – Fonseca, 2007, p. 93.
- 51 – Foi degolado a 20 de Junho de 1483 e os seus bens confiscados pela coroa.
- 52 – Consultar a propósito da figura de D. João II as biografias de Manuela Mendonça e Luis Adão da Fonseca e, sobre a casa de Bragança, Mafalda Soares da Cunha, 1990, *Linhagem, parentesco e poder. A Casa de Bragança (1384 – 1483)*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa.
- 53 – Fernão da Silveira vem a ser assassinado em Avinhão, em 1489, por um catalão pago pelo rei.
- 54 – Foi o primeiro conde de Redondo e seguidamente foi feito conde de Borba, recebeu a alcaidaria mor de Estremoz e Santarém e a comenda de Almorol, da Ordem de Cristo.
- 55 – D. Pedro de Meneses foi capitão em Ceuta, segundo conde de Viana, herdou o senhorio de Vila Real e ocupou o cargo de alferes mor de D. Duarte.
- 56 – D. Isabel de Ataíde era filha de Martim Gonçalves de Ataíde, senhor de Monforte e de D. Mécia Vasques Coutinho, filha do marechal Vasco Fernandes Coutinho (cf. Gaio, *Nobiliário*, vol. III, p. 65-66). Era também tia de D. Álvaro de Ataíde, pai de D. Pedro de Ataíde um dos conjurados no atentado contra a vida de D. João II, esquartejado em Setúbal por esse crime e de D. Joana de Castro esposa do marechal D. Fernando Coutinho, alcaide-mor de Pinhel (ver rol dos envolvidos na conjura contra o rei na página 10).
- 57 – Resende, 2004, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, pp. 51 – 52.
- 58 – *Brasões*, III, p. 308; Resende, 2004, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, p. 51.
- 59 – Resende 2004, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, pp. 51 e 63.
- 60 – Resende 2004, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, cap. LXXIV.
- 61 – Resende 2004, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, pp. 62 – 63.
- 62 – Fonseca, 2007, p. 245; Resende, 2004, p. 63.
- 63 – Resende, 2004, p. 63.
- 64 – *Brasões*, III, p. 308.
- 65 – Fonseca, 2007, p. 245; *Brasões*, III, p. 308.
- 66 – IAN/TT, *Chancelaria D. Manuel I*, liv. 10, fl. 90.
- 67 – O documento data de 21 de Fevereiro de 1519, tendo portanto efeitos retroactivos (cf. IAN/TT, *Chancelaria D. Manuel I*, liv. 44, fl. 34 v.).

4.2 - Ribeiro Sanches, Um Português Inesquecível

- 1 – Professor aposentado do ensino primário. Investigador.
- 2 – RIBEIRO SANCHES – *A sua Vida e a sua Obra*, Porto, Eduardo Martins Editor, 1911
- 3 – *Notícia de alguns manuscritos de Ribeiro Sanches na Biblioteca Nacional de Madrid*, Anais Científicos da Faculdade de Medicina do Porto – 1º Ano, N.º 1, 1913-1914
- 4 – *Christãos Novos e Christãos Velhos em Portugal*, Int. de Raul Rego, Lisboa, 1956
- 5 – António Nunes Ribeiro Sanches – *OBRAS* – Vol.I, Universidade de Coimbra, 1959
- 6 – António Nunes Ribeiro Sanches – *OBRAS* – Vol.II, Universidade de Coimbra, 1966
- 7 – Benito Bails foi autor das obras *Princípios das Matemáticas*, Madrid, 1779-90 e *Dicionário da Architectura*, Madrid, 1802
- 8 – David Willemse-António Nunes Ribeiro Sanches, *Élève de Boerhaave, et son Importance pour la Russie*. Leiden, E.J. Brill, 1996
- 9 – RIBEIRO SANCHES – *Dificuldades que tem um Reino Velho para Emendar-se e Outros Textos*, Lisboa, Editorial Inova,

1972

10 – RIBEIRO SANCHES – *Dificuldades que tem um Reino Velho para Emendar-se e Outros Textos*, Lisboa. Livros Horizonte, 1980

11 – ANTÓNIO ROSA MENDES – *Ribeiro Sanches e o Marquês de Pombal – Intelectuais e Poder no Absolutismo Esclarecido*, Cascais, 1998 – reimpressão em 1999 patrocinada pela C.M.Penamacor

12 – A.N.RIBEIRO SANCHES – *Dissertação sobre as Paixões da Alma*, Penamacor, C.M.Penamacor, 1999, com introdução, organização de texto e notas de Faustino Cordeiro

13 – RIBEIRO SANCHES – *Sobre a Agricultura, Alfândegas, Colónias e Outros Textos*, C. M. Penamacor, 2000. Introdução, organização de notas de Faustino Cordeiro, com prefácio de António Borges Coelho

14 – RIBEIRO SANCHES – *Diário da Campanha na Guerra Russo-Turca (1735-1739) e Outros Textos*, C. M. Penamacor, 2006. Introdução, organização e notas de Faustino Cordeiro, com prefácio da M.^a Helena Carvalho Santos

15 – FERNANDO AUGUSTO MACHADO – *Educação e Cidadania na Ilustração Portuguesa, Ribeiro Sanches*, Porto, Campo de Letras, 2001

16 – Antigo director de investigação CNR (Montpellier) e a, partir 2001, Secretário da Colecção *Archives de l'Est* (editada pelo Centre International d'étude du XVIII^e siècle, Ferney-Voltaire) . Esta colecção de estudos foi preparada em colaboração com muitos investigadores russos.

17 – *Les Archives de l'Est et la France des Lumières. Guide des archives et inédits*, sob a direcção Georges Dulac et Sergueï Karp, 2007, 2 vol., xxi+870 p.

4.3. O Dr. Adelino Robalo Cordeiro e Penamacor dos anos 30 (séc. XX) no seu olhar apaixonado.

1 – Professora de Geografia aposentada. Investigadora.

2 – Adelino Robalo Cordeiro, *Costumes de Penamacor*, Viana, Tip. «A Aurora do Minho», 1936, p. 97.

3 – José Leite de Vasconcellos, *Etnografia Portuguesa*, vol. IV, elaborado segundo os materiais do autor ampliados com novas informações por M. Viegas Guerreiro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1978, p. 239.

4 – Adelino Robalo Cordeiro, *Etnografia da Beira Religião e Crendices Lendas e Costumes de Penamacor*; Viana, Tip. «A Aurora do Minho», 1937, p. 110.

5 – Adelino Robalo Cordeiro, *Costumes de Penamacor*; Viana, Tip. «A Aurora do Minho», 1936, p. 89.

6 – Adelino Robalo Cordeiro, ob. cit., p. 93.

7 – ibidem.

8 – Adelino Robalo Cordeiro, *Economia Cantos Populares e Costumes de Penamacor*; Castelo Branco, Edição do Autor, 1938, p. 66.

9 – Adelino Robalo Cordeiro, *Costumes de Penamacor*; Viana, Tip. «A Aurora do Minho», 1936, p. 71.

10 – Adelino Robalo Cordeiro, *Economia Cantos Populares e Costumes de Penamacor*; Castelo Branco, Edição do Autor, 1938, p. 84.

11 – Adelino Robalo Cordeiro, ob. cit, p. 84.

12 – Adelino Robalo Cordeiro, ob. cit., p. 85.

13 – Adelino Robalo Cordeiro, *A Língua e a Literatura Popular de Penamacor*, Castelo Branco, Tip. Portela Feijão, 1939, p. 96.

14 – Adelino Robalo Cordeiro, ob. cit, p. 101.

15 – Adelino Robalo Cordeiro, ob. cit., p.162.

16 – Adelino Robalo Cordeiro, ob. cit., p.174.

17 – Adelino Robalo cordeiro, ob..cit. , p.163.

18 – Adelino Robalo Cordeiro, ob. cit., pp. 115-116.

19 – Adelino Robalo Cordeiro, ob. cit., p. 193.

20 – Adelino Robalo Cordeiro, ob. cit, pp. 234 – 244.

21 – in *Beira Baixa*, 9 de Outubro de 1937, 16 de Outubro de 1937 e 23 de Outubro de 1937.

22 – in *Beira Baixa*, 4 de Fevereiro de 1939.

23 – Adelino Robalo Cordeiro, *Economia Cantos Populares e Costumes de Penamacor*; Castelo Branco, Edição do Autor, 1938, p. 100.

4.4 - José Manuel Landeiro (1905-1973): traços de uma vida

- 1 – Docente da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre.
- 2 – Registo de Nascimento – Processo Individual de aluno – Seminário Menor do Fundão – 1918/1919.
- 3 – Cf. *Processo individual de Aluno – Seminário Menor do Fundão – 1918/1919*.
- 4 – Cf. “Cartas da Nossa Aldeia” in *A Beira Baixa*, Castelo Branco, Ano XIII, nº642, 13 de Outubro de 1949, pp. 2.
- 5 – Cf. “Cartas da Nossa Aldeia” in *A Beira Baixa*, Castelo Branco, Ano XIII, nº642, 13 de Outubro de 1949, pp. 2.
- 6 – Note-se que antes de 1917 esta instituição tinha como nome “Internato Académico”.
- 7 – Cf. “Cartas da Nossa Aldeia” in *A Beira Baixa*, Castelo Branco, Ano XII, nº642, 13 de Outubro de 1949, pp. 2.
- 8 – Cf. “Atestado de bom comportamento” – Processo individual de Aluno – Seminário Menor do Fundão – 1918/1919.
- 9 – Cf. *Processo individual de Aluno – Seminário Menor do Fundão – 1918/1919*.
- 10 – Cf. “Epopéia do Heroísmo” in *Manhã Radiosa*, Ano XIX, nº 25, 2001, pp. 9.
- 11 – Cf. “Epopéia do Heroísmo” in *Manhã Radiosa*, Ano XIX, nº 25, 2001, pp. 9.
- 12 – Arquivo do Seminário do Fundão – Processo individual - Documento enviado pelo Seminário do Fundão ao Pároco de Aldeia do Bispo, em 1919 (respondido a 6 de Novembro de 1919).
- 13 – “De Penamacor – Monsenhor Santos Carreto” in *A Beira Baixa* - Ano XIII, nº 640, 01 de Outubro de 1949, pp. 2.
- 14 – Cf. “Pelo Distrito – Festa de Confraternização dos Ex- Alunos do Seminário do Fundão” in *A Era Nova*, Ano II, nº 73, 19 de Setembro de 1928, pp. 5.
- 15 – Cf. Ascensão, Alberto, “Liceu de Gil Vicente – Lisboa” in Nóvoa, António e Santa-Clara, Ana Teresa, *Liceus de Portugal – História, Arquivos, Memórias*, Porto: Edições Asa, 2003, pp. 466 – 483.
- 16 – Criado por portaria de 4 de Novembro de 1914, constituindo uma secção do Liceu Passos Manuel. O efectivo funcionamento desta instituição aconteceu a partir de 1915 já com a designação e categoria de “Liceu Central de Gil Vicente”. No tempo em que José M. Landeiro integrou esta instituição o Liceu, originalmente de frequência masculina, era de frequência mista.
- 17 – Sobre esta escola, ainda que numa 2ª fase, leia-se o trabalho de doutoramento de Luís Mota (2006). Consulte-se, também, a tese de doutoramento de Maria João Mogarro sobre a Escola do Magistério Primário de Portalegre (2001).
- 18 – “A Era Nova no Distrito – Aldeia do Bispo (Penamacor)”. In *A Era Nova*, Ano III, nº 126, 05 de Dezembro de 1929.
- 19 – Imagens gentilmente cedidas pela Dr.ª Carlota Landeiro (filha do professor José Manuel Landeiro).
- 20 – A Direcção [da Revista], 1930. in NÓVOA, A. (dir.), *A Imprensa de Educação e Ensino: Repertório Analítico (Séculos XIX e XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993, pp.230..
- 21 – Cf. NÓVOA, A., *Le Temps Des Professeurs*, 2 vols., Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989.
- 22 – “Em Coimbra – Reunião de Cursos da Escola Normal Primária e Centenário de João de Deus” in *Acção Regional*, Ano IV, nº 194 de 09 de Fevereiro de 1930.
- 23 – Cf. *A Era Nova*, Ano III, nº 132, 16 de Janeiro de 1930, pp.
- 24 – “José Manuel Landeiro” in *A Beira Baixa*, Ano IV, nº 162 de 25 de Maio de 1940.
- 25 – Esta tabela foi construída para um outro trabalho que realizamos sobre a mesma figura para o XXIX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, a realizar em Novembro de 2009.
- 26 – * 1) Generalidades; 2) Instituições locais; 3) Personalidades locais; 4) Religiosidade local 5) Educação; 6) Militares; 7) Assistência e religião; 8) Lendas; 9) Localidades; 10) Festividades.
- 27 – Cf. Processo Individual de José Manuel Landeiro – Sociedade de Geografia de Lisboa (1947).
- 28 – Existe alguma bibliografia disponível da autoria de José Manuel Landeiro na Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa: “A Escolha do Gama para Capitão”; “Diocese da Guarda – o Arciprestado de Penamacor”; “No Rolar dos Anos”; “Da Velha Egitânia”; “Forais de Penamacor”; “O foral de D. Sancho a Penamacor: Qual o seu tipo?”; “O Tesouro funerário da Lameira Larga: Época Luso-Romana de Aldeia do Bispo” (Informação cedida pela Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa).
- 29 – Imagem extraída de “O Concelho de Penamacor na História, na Tradição e na Lenda” de José Manuel Landeiro, 4ª edição, 1995.
- 30 – “Prof. José Manuel Landeiro”. in *A Beira Baixa*, Ano XIII, nº 650, 10 de Dezembro de 1949, pp.2.
- 31 – Mota, Aristides Galhardo, “José Manuel Landeiro” in Landeiro, José Manuel, *O Concelho de Penamacor na História, na Tradição e na Lenda*, 4ª Edição, Fundão: Câmara Municipal de Penamacor, 1995.
- 32 – Idem.
- 33 – Idem. Sublinhado nosso.
- 34 – Estas referências bibliográficas são apenas de enquadramento teórico do trabalho.
- 35 – Esta lista foi elaborada a partir de uma publicação de 1968 de José Manuel Landeiro. Encontramos ainda referência a três trabalhos que em 1968 se encontravam, segundo o autor, prontos para publicação: *Guia para decifração de inscrições medievais*; *Caminhos velhos de Penamacor*; *Monografia de Lourinhã*. É de salientar que também participou em congressos internacionais realizados em Portugal e relacionados com a história do concelho de Penamacor.

4.5 - Jaime Lopes Dias – obreiro ilustre da nossa história regional e local

- 1 - Investigador.

4.6 - Jaime Lopes Dias: a Utopia Regional – O Centro e as Margens

- 1 – Técnico superior de História da Câmara Municipal do Fundão. Investigador.
- 2 – Sobre o seu percurso profissional, indicando algumas das iniciativas culturais, sociais e estudos de cariz etnográfico que promoveu e a que esteve ligado, cf.: «LOPES DIAS, Jaime» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. XV, pp. 447-448.
- 3 – Atentemos à geografia profissional de Jaime Lopes Dias que se iniciou a partir de um local – território administrativo genético e periférico, atingiu o centro nacional, depois de ocupar o centro regional: Oficial do Registo Civil do concelho de Penamacor (1912-1914), notário em Idanha-a-Nova (1914-1919) nessa localidade desempenhará, também, o cargo de Administrador do concelho (1915-1916); membro da Comissão Administrativa Municipal de Idanha-a-Nova (1919); Vereador da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova (1919); juiz presidente do Tribunal de Desastres no trabalho de Castelo Branco (1919-1921); Secretário-geral do Governo Civil do Distrito de Castelo Branco (1921-1936). Adjunto do Director-geral da Administração Política e Civil do Ministério do Interior (1936-1938), Director dos Serviços Centrais e Culturais da Câmara Municipal de Lisboa (1938-1970).
- 4 – Magda Pinheiro, «A biografia em Portugal - uma agenda» in *Ler História*, 50, 2006, pp. 67-80.
- 5 – Sobre a conturbada história do regionalismo beirão, na sua feição Beira Baixa, tenham-se presentes os excelentes e estimulantes estudos: José António Santos, «A província e os distritos no processo histórico português», in *I Encontro das Beiras sobre regionalização*, Coimbra, Comissão de Coordenação da região centro, 1981, pp. 121-127; António Rafael Amaro, «Os congressos regionais das Beiras e o regionalismo em Portugal (1921-1940)», in *Encontro da Associação portuguesa de História Económica e Social*, XVI, Coimbra, 1996, *Portugal e as regiões: perspectivas históricas*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1996, pp. 71-92; Daniel Melo, «Beiras e Pátia»: o regionalismo beirão e as suas relações com o estado e a sociedade civil no século XX, *Ler História*, 51, 2006, pp. 195-224.
- 6 – Sobre a perduração imagético-simbólica produzida por Jaime Lopes Dias da província da Beira Baixa comparem-se, por exemplo, os seguintes textos do autor: *A Beira, limites naturais, divisão tradicional. A Beira Baixa na organização administrativa nacional. Tese apresentada ao III Congresso Beirão*, Castelo Branco, 1928 com *A Beira Baixa. Terras portuguesas*, Shell, 1955; *Coimbra e as Beiras: alicerces de Portugal, sangue do mesmo sangue, terra da mesma terra, água da mesma água: centros de renovação artística e espiritual da Nação*, Coimbra, Soc. de Defesa e Propaganda de Coimbra, 1959 e com *Beira Baixa: antologia da terra portuguesa, Compil., anot. e pref. de Jaime Lopes Dias*, Lisboa, Bertrand, 1960. Cf., a este propósito: Pedro Miguel Salvado, *Beira Baixa um território de uma periferia e uma interioridade. Sincronias e diacronias*, Trabalho apresentado com vista à obtenção do título de Suficiência Investigadora, Doctorado de História y Antropologia, Universidad de Salamanca, 2005, (polic.).
- 7 – Com efeito, as referências a Lopes Dias nas sínteses e periodizações da história da etnografia portuguesa são muito reduzidas. Sobre alguns aspectos da sua vida: Jaime Lopes Dias, *No limite da idade. Memórias da minha vida pública*, Lisboa, Livraria Ferin, 1960; Ernesto Pinto Lobo, *Jaime Lopes Dias. Vida e Obra*, Câmara Municipal de Castelo Branco, 1983; idem, *O concelho de Idanha-a-Nova na vida e obra de Jaime Lopes Dias*, Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 1989; Luís de Quadros, *Jaime Lopes Dias. Discurso proferido pelo escritor e jornalista Dr. Luís de Quadros na cerimónia pública da inauguração em Lisboa - por sua iniciativa - de uma rua com o nome do Ilustre Homem de Letras*, sd. M. Lopes Marcelo, *Beira Baixa. A memória e o olhar*, Lisboa, Editorial Presença, 1993, pp. 300-302; António Salvado, «Evocação de Jaime Lopes Dias» in *Leituras IV (apontamentos de etnologia e museologia regionais)*, Castelo Branco, 2002, pp. 53-55.
- 8 – A Biblioteca Municipal de Castelo Branco, em 2007, ocupou novas instalações situadas no centro da cidade perdendo a sua antiga designação de Biblioteca Municipal Dr. Jaime Lopes Dias. A escolha do patrono, oficializada por deliberação camarária em 1983, justificou-se não só pelas ligações entre a cidade e Jaime Lopes Dias como pelo legado da sua importantíssima biblioteca etnográfica a Castelo Branco. Esse fundo bibliográfico é, nos nossos dias, um dos mais consultados, concentrando a maior quantidade de títulos de variadas áreas temáticas, unificados pelo referente locativo Beira Baixa - Distrito de Castelo Branco. O velho edifício da biblioteca, localizado na Praça Velha no coração da zona histórica albicastrense, continua a manter na sua fachada uma placa epigrafada com a antiga designação. Porque não, no futuro, autonomizar esse fundo bibliográfico regional reabilitando as antigas instalações e mantendo o nome de Jaime Lopes Dias dessa unidade?
- 9 – Tal são, por exemplo, o caso dos livros *Contos e Lendas da Beira*, *Crenças e Superstições da Beira* e *Cozinha e Alimentação na Beira Baixa* editados, nos últimos anos, pela Alma Azul, obras que resultam de compilações de materiais contidas nos onze volumes da *Etnografia da Beira*. Uma lacunar nota biográfica ocupa uma das badanas não se contextualizando aí o autor, nem as recolhas reproduzidas nestas recentes edições que quebram, completamente, a história interna do grande documento-monumento bibliográfico que é *Etnografia da Beira*. No decorrer das presentes jornadas, propusemos à Câmara Municipal de Penamacor a reedição dos outros, e variados, registos bibliográficos etnográficos, folclóricos e do pensamento político regional de Jaime Lopes Dias. Os XI volumes da *Etnografia da Beira*, nas suas últimas edições, foram, em 1991, reeditados pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, instituição que em 1989 promoveu uma homenagem recordatória da importância da passagem do autor por este concelho raiano.
- 10 – Recorde-se o papel que Jaime Lopes Dias assumiu na estruturação de uma cartografia turística regional tradicionalizada e folclorizada, como foi o caso da aldeia de Monsanto, objecto dessa acção alguns anos antes do IV Congresso Beirão de 1929, recuperando então o estatuto de vila. A intensa turistificação da comunidade levada a cabo pelas elites regionais esteve na base da atribuição pelo centralista SNI a Monsanto, em 1938, do prémio Aldeia mais Portuguesa de Portugal. Cf. Pedro Miguel Salvado, «Monsanto da Beira: As pedras, o galo e as marafonas. Imagens circulantes», *Estudos de Castelo Branco*, (No prelo). Nessa data, Lopes Dias encontrava-se já em Lisboa perfeitamente enquadrado no poder dominante, como quadro do Ministério do Interior. No capítulo do desenvolvimento turístico da capital provincial foi Lopes Dias que promoveu a Comissão de Iniciativa e Turismo de Castelo Branco que haveria de construir o Hotel de Turismo, marco material, da turistificação estado-novista da

Beira Baixa, inaugurado por António Ferro.

11 – O jornal *Povo de Idanha*, semanário do Partido Republicano Português, foi lançado a 3 de Julho 1915, em Idanha-a-Nova. Terminada a sua publicação a 21 de Julho de 1917, considerava-se um elemento da «falange gloriosa da imprensa republicana» e teve em Jaime Lopes Dias o seu director e editor. Ao longo das suas páginas perpassa um importante conjunto de pertinentes reivindicações junto do poder central tendentes a inverter a arripante situação sócio-económica, agravada pelas consequências da entrada de Portugal na Grande Guerra, desta periferia beirôa, historicamente sempre pauperizada, desertificada, estagnada e abandonada. As reivindicações locais partiam quase sempre de aturadas análises prévias sobre as reais condições observadas neste concelho raiano. Contemplando assuntos variados como o mutualismo, o sindicalismo, o ensino agrário e escolar, as indústrias locais, a arborização, as acessibilidades rodoviárias e ferroviárias da região, a emigração, etc., no semanário cruzavam-se as vozes e as esperanças locais com as directrizes políticas emitidas pelo poder republicano central revelando uma numa original osmose e dualidade de propósitos jornalísticos. Sobre este tema cf.: Pedro Miguel Salvado, *O jornal 'Povo de Idanha' vozes da periferia raiana beirôa na Primeira República*, 2008, polic..

12 – Jaime Lopes Dias, *Pelourinhos e Fôrcas do Distrito de Castelo Branco*, Vila Nova de Famalicão, 1935, pp.9-10.

13 – Jaime Lopes Dias, *Em defesa do "folk-lore" nacional*. Edição do autor, Famalicão, 1930, p.12.

14 – Jorge Feitas Branco, «A fluidez dos limites. Discurso etnográfico e movimento folclórico em Portugal», in *Etnográfica*, Vol. III. 819, 1999, p 23-48.

15 – Fernando Catroga, «Geografia política. A querela da divisão provincial na I República e no Estado Novo», in Fernando Taveira da Fonseca (coord.), *O poder local em tempo de globalização*, Coimbra, Imprensa da Universidade, pp. 171-242.

16 – Jaime S. Lopes Dias, *As aspirações da Beira Baixa e as propostas de um congressista*, Coimbra, Tipografia operária, 1923.

17 – José Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa. Tentame de sistematização*. Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933, p. 299.

18 – José Leite de Vasconcelos, *Opúsculos*, Volume VII Etnologia (Parte II), Lisboa, Imprensa Nacional, 1939, p.1378-1379.

19 – Jaime Lopes Dias, *O Dr. José Leite de Vasconcelos. Elementos para o estudo da sua vida e obras*, Colóquio de Estudos Etnográficos “Dr. José Leite de Vasconcelos”, Lisboa, 1958, p.17.

4.7 - José Vicente Lopes – um salvadorenses ilustre

17 – Aposentado do exército. Investigador.

4.8 - Dr. Mário Bento: a paixão pela História

1 – Sociólogo.

2 – Em 1907 foi instaurada a ditadura de João Franco, a 1 de Fevereiro de 1908 é assassinada parte da família real, incluindo o próprio rei, pouco depois dá-se a queda do governo de João Franco. Portugal era nessa altura um país ingovernável.

3 – Morreu em combate dirigindo uma das capitânias do distrito do Congo.

4 – 1940 – 29.919; 1970 – 147.690.

5 – Cerca de 20 000 euros.

4.9 - José Lopes Dias: um testemunho.

1 – Engenheiro Agrónomo.

